



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIV SUP. ÚNICO AO Nº 22, SEXTA-FEIRA, 8 DE MARÇO DE 2019

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Presidente

Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODE/RS)

2º Vice-Presidente

Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

1º Secretário

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

2º Secretário

Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ)

3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)

4ª Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Marcos do Val (PPS-ES)

2º - Senador Weverton (PDT-MA)

3º - Senador Jaques Wagner (PT-BA)

4º - Senadora Leila Barros (PSB-DF)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochael

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de fevereiro de 2019	5
Ata da 2ª Reunião, Ordinária, realizada em 20 de fevereiro de 2019	17
Ata da 3ª Reunião, Conjunta, realizada em 20 de fevereiro de 2019 (em conjunto com a 2ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional) (vide item 1.4)	60

1.2 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de fevereiro de 2019	90
---	----

1.3 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de fevereiro de 2019	103
---	-----

1.4 – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de fevereiro de 2019	114
Ata da 2ª Reunião, Conjunta, realizada em 20 de fevereiro de 2019 (em conjunto com a 3ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania) (vide item 1.1)	

1.5 – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de fevereiro de 2019	122
Ata da 2ª Reunião, Ordinária, realizada em 20 de fevereiro de 2019	132

1.6 – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de fevereiro de 2019	145
Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de fevereiro de 2019	160



1.7 – COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de fevereiro de 2019	189
Ata da 2ª Reunião, Ordinária, realizada em 19 de fevereiro de 2019	201





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE FEVEREIRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dezesseis horas e três minutos do dia treze de fevereiro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências da Senadora Simone Tebet e do Senador Arolde de Oliveira, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Marcio Bittar, Marcelo Castro, Dário Berger, Daniella Ribeiro, Luis Carlos Heinze, Antonio Anastasia, Tasso Jereissati, Lasier Martins, Veneziano Vital do Rêgo, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Flávio Arns, Rogério Carvalho, Paulo Rocha, Otto Alencar, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Carlos Viana, Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério, Jorginho Mello e Zequinha Marinho. Registram a presença os Senadores Paulo Paim, Chico Rodrigues, Irajá e Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, José Maranhão, Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Elmano Férrer, Oriovisto Guimarães, Rose de Freitas, Cid Gomes, Weverton, Humberto Costa e Fernando Collor. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da Pauta: Instalação e Eleição. Finalidade: Instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para o biênio 2019/2020. Resultado: Instalada a Comissão, foram eleitos, por aclamação, Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para o biênio 2019–2020, a Senadora Simone Tebet e o Senador Jorginho Mello, respectivamente. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Simone Tebet
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira. PSD - RJ) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade a instalação dos trabalhos e a eleição do Presidente da Comissão para o biênio 2019/2020.

Tendo em vista a indicação pela Liderança do MDB da Exma. Sra. Senadora Simone Tebet para a Presidência, e a indicação pela Liderança do Bloco Vanguarda do Exmo. Sr. Senador Jorginho Mello para a Vice-Presidência, e tendo sido essa a única chapa apresentada até o momento, consulto o Plenário sobre a possibilidade de realizarmos a eleição por aclamação.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira. PSD - RJ) – Pois não. Pela ordem.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Pela Liderança do MDB, primeiro quero cumprimentar V. Exa. pela instalação da nossa Comissão de Constituição e Justiça no dia de hoje. Ao mesmo tempo, quero cumprimentá-lo pela eleição e desejar a V. Exa., Senador Arolde, um grande mandato de Senador, como de resto, o povo do Estado do Rio de Janeiro com certeza tem essa convicção e essa certeza ao elegê-lo Senador pelo importante Estado do Rio de Janeiro.

Mas eu gostaria, em nome da Liderança do MDB, de cumprimentar a nossa companheira Simone Tebet, uma das grandes Senadoras que o MDB possui ao longo da sua história. O MDB é um partido que tem tradição na política brasileira e tem uma grande responsabilidade pela transição política e democrática no nosso País; e a Senadora Simone apenas engrandece e robustece a tradição de mulheres competentes, guerreiras que sempre estiveram aqui em defesa não só dos avanços dos direitos individuais e coletivos do povo brasileiro, mas em especial do direito da mulher. Portanto, é com muita alegria que nós cumprimentamos e saudamos a indicação do nosso partido, a nossa eminente Senadora.

Ao mesmo tempo, quero cumprimentar o eminente Senador Jorginho Mello, que também compõe, por acordo, a Comissão de Constituição e Justiça, na condição de Vice-Presidente.

Quero pedir a V. Exa. que consulte o Plenário, porque sendo a única chapa, que nós possamos fazer a votação por aclamação, já que temos quórum regimental, e assim poder saudar e cumprimentar a nossa colega Senadora Simone Tebet e o nosso colega Jorginho Mello, na condição de Presidente e Vice-Presidente desta importante Comissão no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira. PSD - RJ) – Senador Tasso Jereissati, pela ordem.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. Pela ordem.) – Presidente Arolde de Oliveira, eu gostaria também de, acompanhando mais uma vez, hoje e sempre, o Senador Eduardo Braga, colocar-me ao seu lado e parabenizá-lo por sua eleição – uma carreira tão longa e tão brilhante na vida pública.

Também gostaria de concordar que, sendo um acordo feito por todas as Lideranças de todos os partidos e sendo apenas uma chapa, V. Exa. consulte o Plenário, e, consultando o Plenário, façamos essa eleição da ilustre Senadora Simone Tebet, que foi, quando indicada pelo MDB, apoiada com louvor pela unanimidade do nosso partido e do nosso bloco e, portanto, que essa eleição seja feita por aclamação.

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira. PSD - RJ) – Assim sendo, Senador Jorginho, por gentileza.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - SC) – Sr. Presidente, eu queria bem rapidamente, para não perder o embalo da aprovação, agradecer ao Senador Eduardo Braga, querido amigo, pela deferência, pelas tratativas que foram feitas em favor de estarmos votando agora a Simone e o Jorginho.

Então, quero agradecer a ele aqui de público e dizer a ele que eu sempre tive uma estima muito grande por ele, que agora aumentou.

Muito obrigado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Sr. Presidente, pela Liderança do PPS.

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira. PSD - RJ) – Pois não, com a palavra.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA. Pela Liderança.) – Eu queria cumprimentar, Presidente Arolde, a Senadora Simone Tebet, uma mulher, e dizer da nossa grande felicidade, Senadores, de ter uma mulher à frente desta Comissão, uma Comissão que historicamente é ocupada por homens, e as mulheres, em geral, acabam ficando em outras Comissões. Então, é uma vitória. Eu acho que isso significa muito, simboliza muito para as mulheres do Brasil.

Então, parabéns a V. Exa. Eu sei que V. Exa. fará um grande trabalho aqui nesta Comissão. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira. PSD - RJ) – Obrigado, Senadora Eliziane Gama.

Alguém mais quer usar da palavra neste momento?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira. PSD - RJ) – Deputado Randolfe... Senador, desculpe!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Nada, absolutamente.

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira. PSD - RJ) – Eu tenho aquele ranço de Deputado, lá da outra Casa. Desculpe, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – À vontade, Presidente.

Quero cumprimentar V. Exa. pela direção dos trabalhos nesta Comissão e destacar a satisfação minha e diria, Fabiano, nossa, da Rede Sustentabilidade, em ter aqui a Simone – permita-me, Simone, tratá-la assim.

Eu estou nesta Comissão há oito anos – desde a legislatura passada sempre fui membro – e sou testemunha da condução de Simone, da atuação de Simone aqui como membro da Comissão de Constituição e Justiça. Ela dará uma contribuição enorme pela condição e pela qualidade de ser uma militante do Direito, ser uma militante do Direito Constitucional, professora, e por compreender os temas que passarão, que tramitarão nesta Comissão como poucos desta Comissão compreendem. E eu tenho certeza, pelo testemunho que posso dar pelo tempo que convivo com Simone, com a Senadora Simone como membro da Comissão de Constituição e Justiça, de que sem dúvida teremos uma das melhores conduções nesta CCJ dos últimos tempos.

Então, queria cumprimentar a indicação do MDB, a indicação da chapa e destacar, Senadora Simone, a honra para nós da Rede Sustentabilidade em tê-la aqui presidindo esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira. PSD - RJ) – Obrigado, Senador.

Com a palavra, Senador.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Presidente, meus cumprimentos e boa tarde.

Eu queria, antes de cumprimentar festivamente, como é o sentimento de todos os nossos corações, a nossa futura condutora neste Colegiado, abraçá-lo e dizer igualmente da satisfação, até porque tive a oportunidade, mesmo que rapidamente, em um único mandato na Câmara Federal, de poder desfrutar da sua presença, uma presença sempre muito equilibrada e, acima de tudo, nos tempos de hoje, de altíssima credibilidade, afinal de contas não existem coincidências, ao meu ver, e para a sua chegada e para a sua presença aqui, razões e motivações teve, de certo, o povo fluminense. Então o abraço, o cumprimento, como assim o fez o Líder Eduardo Braga, como assim o fez o Líder Tasso





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Jereissati, como também é o desejo de fazer daqueles que terão oportunidade, se assim desejarem, falando ou em silêncio, de transmitir o apreço, a confiança, o carinho a V. Exa.

Mas eu não me permitiria... Até já tendo tido do bloco as participações do companheiro Randolfe Rodrigues, como também da nossa companheira Eliziane, que integram o Bloco Senado Independente e que me deferiram a condição de liderá-lo neste estartar, nesse início de experiência do Senado Federal, eu não poderia me furtar – seria cobrado a mim mesmo e de mim mesmo – de fazer, em rápidas palavras, as considerações extremamente meritórias a S. Exa. nossa companheira Simone Tebet.

Eu falava ao seu ouvido, baixinho, que, além do reconhecimento de todos nós – e nem sempre a unanimidade é desinteligente; nesse caso particular, mostra-se muito inteligente ao fazermos, de maneira consensualizada, a escolha da nossa Senadora Simone Tebet – e além dos seus próprios e reconhecidos valores, predcados ditos, havidos e acolhidos por todos nós e pelo País, existe uma relação pessoal do meu pai, Antônio Vital do Rêgo, que foi seu colega de Casa, na vizinha Casa, no Parlamento, e que também desfrutou de uma amizade muito próxima.

Enquanto aqui estava à época, como estudante de Direito, eu fazia questão de acompanhar – não gazeando as aulas, absolutamente, mas no tempo que me era reservado para acompanhar os debates na Comissão de Justiça, na Câmara dos Deputados – e vi os quão afetuosos eram Vital do Rêgo e Ramez Tebet. E a Senadora Simone Tebet também teve, no Senado Federal, a oportunidade de conhecer e de conviver com o meu irmão, Senador Vital do Rêgo Filho. Para mim, é muito honroso, porque eu sou o menos merecedor de aqui estar, levando-se em conta...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não apoiado.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Mas é verdade, Sr. Presidente.

Então, minha querida Simone, minha querida Senadora, saiba V. Exa. que esse ineditismo que a Casa lhe reserva por colocá-la consensualmente na condição de primeira mulher que vai se distinguindo, bem posto... Meu querido Senador Eduardo Braga, para nós é algo que nos dá uma sensação plena do que de bom nós fizemos. Então, todo sucesso.

V. Exa. terá a colaboração de todos nós nesses novos momentos que o Senado e o País estão vivendo, com o equilíbrio necessário e exigido de todos nós representantes.

Então, que Deus possa abençoá-la nessa nova jornada e nessa nova experiência!

Muito grato, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira. PSD - RJ) – Eu que agradeço...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira. PSD - RJ) – ... nobre Senador, as suas palavras.

Há alguém que ainda queira...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira. PSD - RJ) – Com a palavra, nobre Senador.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Eu queria parabenizar e deixar clara a minha satisfação e gratidão por fazer parte deste momento tão ímpar nesta Casa de leis. E queria falar para a Senadora Simone Tebet que, em que pese nós nos conhecermos pouco, existe algo que transcende isso. As pessoas efetivamente de bem se entendem no olhar, no tocar, no falar. E eu tenho certeza de que você dignifica, e muito, a honrada classe das mulheres, mas, acima de tudo, a honrada classe das Senadoras.

Eu faço um apelo: vamos ser aguerridos, corajosos na defesa da democracia e do verdadeiro Estado democrático de direito para que nós não possamos retroceder, porque conseguir conquistar direitos demora, e muito. Mas, para perdê-los, é com uma agilidade muito grande.

Então, o meu apelo é que Deus a abençoe na Presidência, e, naquilo em que comigo humildemente puder contar, estarei como um soldado. Como diz o nosso Hino: "Verás que um filho teu não foge à luta".

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira. PSD - RJ) – Muito obrigado, nobre Senador.

Alguém ainda deseja se pronunciar? (*Pausa.*)

Não havendo mais inscrições, em seguida, então, às opiniões majoritárias aqui manifestadas, vamos fazer a eleição por aclamação.

Consulto os Srs. Senadores, aqueles que aprovam, que queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado. (*Palmas.*)

Fazendo minhas as palavras de todos aqueles que se manifestaram a respeito da Senadora Simone Tebet e de seu Vice, o Jorginho, eu declaro eleita a Senadora Simone Tebet, Presidente, e o Senador Jorginho Mello, Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convido os Srs. Senadores eleitos para ocuparem os seus lugares à mesa e, em seguida, usarem da palavra. Desejo que Deus abençoe esta chapa e inspire-a nas melhores soluções para esta Casa, na mais importante Comissão do Senado Federal.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada!

Bom, depois de tão carinhosas e honrosas palavras, eu só tenho aqui que agradecer aos colegas e às colegas Senadoras.

Esta é a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma Comissão que leva no seu nome a essência do nosso trabalho e do nosso compromisso com o Brasil, com o povo do nosso Estado – no meu caso particular, do meu querido Estado de Mato Grosso do Sul. Por isso é uma honra muito grande poder estar, neste momento, presidindo esta que é a Casa mais importante do Senado Federal. Diria mais: hoje, mais do que nunca, mais do que ontem, espero que não mais do que amanhã, esta é a Comissão que representa o coração do povo brasileiro, porque por aqui passarão inúmeros projetos, pautas extremamente relevantes para o País, seja pauta econômica, seja pauta de costumes, seja pauta de enfrentamento à violência, sejam as pautas regionais de cada um dos Srs. e Sras. Senadoras, sejam as pautas relativas à saúde, educação, moradia, desenvolvimento nacional e regional, enfim. Em um momento tão conturbado da história do Brasil, mais do que nunca nós e esta Comissão teremos a obrigação de fazer a nossa parte. A omissão será ou seria, talvez, o maior dos nossos pecados. Por isso, o mandamento primordial será e é ação – agir a favor do País, tendo como guia o nosso povo e como bússola a nossa história como Senadores e a história do Senado Federal.

Eu não vou me delongar – sei que temos muito trabalho pela frente – mas eu gostaria aqui imensamente de agradecer cada um dos Srs. e Sras. Senadoras.

Permitam-me fazer um agradecimento especial ao PSDB. Sei que havia um acordo já tratado com o Presidente desta Casa de que esta Comissão caberia ao PSDB, mas reconhecendo que, pelo Regimento Interno a proporcionalidade cabe à maior bancada, V. Exas., na figura do Senador Tasso e do Senador Anastasia, entenderam que o momento é um momento de união, de pacificação, e declinaram desse acordo. Então, quero fazer um agradecimento especial a V. Exa., Senador Tasso. Nos momentos difíceis que passei nesta Casa, foram os ensinamentos de V. Exa., da boa política e da verdadeira política, que me ajudaram a me manter em pé. Sou sua eterna aluna.

Eu gostaria aqui de fazer um agradecimento especial a alguém que tinha e tem mais legitimidade do que eu para estar nesta cadeira. Nós todos esperávamos aqui ver o Senador Anastasia presidindo a CCJ, pela sua capacidade, por tudo que representou nesses quatro anos que esteve aqui trabalhando junto, sempre com o Presidente desta Casa. A V. Exa., meu amigo, eu não tenho palavras. Talvez, já que gosta tanto de filosofia, lembrar que a amizade é uma alma em dois corpos. Muito obrigada! Obrigada, meu amigo!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero fazer um agradecimento especial à minha Bancada, ao MDB, na figura do nosso Líder, do meu Líder, Eduardo Braga, que, em um amplo consenso, reconheceu que, em um esforço que fizemos pelos últimos anos, poderia estar competindo, dentro da bancada, com outros valorosos companheiros, para ocupar esta cadeira. Nesta cadeira, estará sentada uma emedebista, mas, acima de tudo, uma Senadora de todos os Senadores. Quero fazer um agradecimento especial, em seu nome, a todos os colegas. Somos em 13, portanto, meu agradecimento aos 12 Srs. Senadores do MDB.

Um agradecimento às nossas Senadoras Eliziane e Daniella. Que possamos aqui contribuir na pauta feminina também nesta Comissão.

Agradeço o voto de cada um dos Srs. e das Sras. Senadoras que votaram em mim, especialmente dos Senadores que estão chegando. Acredito que são o oxigênio renovado desta Casa.

Enfim, deixei por último, mas não com menos importância: quero aqui fazer um reconhecimento e um agradecimento às mulheres brasileiras; às mulheres, que são a maioria da população, a maioria do eleitorado, mas que ainda são minoria nos principais postos de trabalho e também na política brasileira. Somos a minoria da minoria. Se nós andarmos neste corredor e analisarmos o painel de ex-Presidentes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa, nós poderíamos nos espantar e dizer: será que Constituição, cidadania e justiça são substantivos masculinos? Afinal, agora, pela primeira vez é que temos uma mulher à frente desta Comissão.

Então, aqui quero dizer que está sentada também nesta cadeira a mulher brasileira, todas elas, a mulher mais simples, a mulher letrada, a mulher da vida, a mulher profissional, a mulher mãe, a mulher política na sua essência. E aí, fazendo uma deferência àquela que foi protagonista e pioneira, que abriu caminhos para que nós pudéssemos estar aqui, eu homenageio todas as mulheres pioneiras do Brasil na figura imortal de Bibi Ferreira.

Quando, naquele tempo, ela se abria para os palcos da vida, sofrendo todo o tipo de discriminação, o que ela quis ali foi mostrar que nós mulheres podemos ocupar todos os espaços. Ela representa a geração passada, a geração presente e a geração futura, porque estará imortalizada nos palcos da vida.

Eu encerro as minhas palavras dizendo que, como Presidente, serei liderada por todos os senhores e as senhoras.

E aqui reafirmo o que já disse de outras tribunas e firmo, aqui neste momento, três compromissos com as senhoras e com os senhores. O primeiro deles: seremos pares entre pares. Não haverá hierarquia entre Senadores sejam de que Estados forem, sejam novos ou já antigos na Casa. O segundo: nós não seguraremos nenhum projeto. Não engavetaremos e não deixaremos no escuro das gavetas desta Comissão qualquer projeto das Sras. e dos Srs. Senadores. Distribuiremos as relatorias num amplo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consenso. E, por fim, sobre todas as questões, sejam as mais simples ou as mais complexas, será o colegiado desta Comissão a deliberar. Terei aqui o selo da imparcialidade.

No mais, mais uma vez, muito obrigada a todas e a todos. Que esta Comissão, não só no procedimento, mas também na sua conduta, seja verdadeiramente a Comissão de Constituição, Justiça, Cidadania, Política e Democracia.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Pela ordem.) – Muito obrigado, Senadora Simone.

Eu não poderia deixar de registrar aqui os meus cumprimentos e agradecimentos pela palavra carinhosa, afetiva que V. Exa. acaba de dirigir a mim e ao Senador Tasso, que me pede também para agradecer em seu nome.

Durante os últimos quatro anos, nós nos ombreamos aqui nesta Comissão, quatro anos de trabalho, quatro anos de dedicação. E eu sou testemunha de seu empenho, de seu tirocínio, do trato ameno e lhano com os colegas, desdobrando-se nas relatorias e apresentando, a tempo e a hora, excelentes relatórios.

Por isso mesmo, tenho certeza e serena convicção de que ganha e ganha muito o Senado Federal em ter V. Exa. na Presidência da sua principal Comissão, ao lado do Senador Jorginho Mello, que também recebe os nossos cumprimentos, com a sua experiência larga na vida pública catarinense e nacional.

Tenho certeza – permita-me, estimada amiga Simone – de que aqui se inicia ainda mais uma trajetória que a levará a píncaros ainda maiores. Conte conosco! Vamos trabalhar ao seu lado para que a CCJ continue funcionando muito bem.

Parabéns! Você merece.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Anastasia.

A sua presença nesta Comissão será fundamental para o êxito de todos nós.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu indago ao Senador, meu querido Vice-Presidente – seremos Presidentes juntos – Senador Jorginho Mello, se gostaria de se dirigir também a esta Plenária.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - SC) – Senadora Simone, eu quero me somar a todas as falas que me antecederam sobre V. Exa. e me colocar a sua disposição. Eu sou o seu Vice, V. Exa. tem a minha lealdade, o meu companheirismo. Tenha certeza absoluta de que sempre que for chamado V. Exa. poderá contar comigo.

Quero agradecer aos meus pares do Bloco e cumprimentar a presença de cada um aqui.

Vou dar o meu melhor. Participei na Câmara da CCJ, onde fui titular por oito anos. Enfim, uma modesta colaboração.

Eu dizia hoje ao Senador Anastasia, no corredor, que vou aprender com ele, aprender com o Tasso, aprender com o Rodrigo, aprender com o Marcos, com todos eles. Lá na CCJ, V. Exa. foi o meu Presidente, Pacheco, que é um mineiro, amigo do Anastasia. Enfim, quero aprender com os senhores, na certeza de ajudar a destravar, a tocar, a fazer o que V. Exa. determinar para que esta Comissão seja um exemplo, seja uma das Comissões mais importantes desta Casa.

E V. Exa., como mulher, nos engrandece. V. Exa. dá um estilo novo, uma forma de trabalhar. Pelo pouco que a conheço, já sou um admirador pessoal. Pode ter certeza de que vou ajudá-la muito, em tudo aquilo que estiver ao meu alcance.

Muito obrigado a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu que agradeço. Seremos Presidentes juntos, Senador Jorginho.

Senador Marcos.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Pela ordem.) – Aqui nós nos resolvemos bem, Presidente.

Eu queria cumprimentar V. Exa. e desejar muito boa sorte na condução da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal.

Quero revelar a V. Exa. que no meu primeiro e único mandato na Câmara dos Deputados, na legislatura passada, o ponto alto daquele mandato, que vou guardar eternamente na minha memória, foi quando assumi a Presidência da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, tendo lá a companhia do Senador Marcos Rogério, do Senador Jorginho Mello, a quem eu também cumprimento pela assunção ao cargo de Vice-Presidente da CCJ do Senado, e certamente esse será o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sentimento de V. Exa. que vai guardar eternamente esse sentimento bom de presidir a principal Comissão do Senado Federal, a Comissão de Constituição e Justiça.

Embora eu conheça pouco de V. Exa., a não ser pelo noticiário, pela sua bela trajetória e pelas palavras do meu querido professor, colega de Bancada, Senador Antonio Anastasia, seguramente é talhada para a função que hoje ocupa, a Presidência da Comissão de Constituição e Justiça, que cai muito bem a V. Exa. pelas qualidades, pelo conhecimento jurídico que V. Exa. já revelou para o Brasil.

Meus parabéns. Na pessoa de V. Exa. parablenho todas as mulheres porque, como bem referido por V. Exa., essa é uma conquista das mulheres brasileiras.

Meus parabéns.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu que agradeço.

Senador Marcos, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sra. Presidente, Senadora Simone Tebet, eu faço uso da palavra neste momento para saudar V. Exa. pela eleição para conduzir esta que é talvez a Comissão mais importante do Parlamento, a CCJ.

V. Exa. tem uma história pessoal, profissional e familiar por todos nós respeitada e reverenciada. Ao chegar a esta Casa, porque antes a conhecia apenas de longe e pela história de família, eu conheci valores, princípios, marcas que colocam V. Exa. em uma posição de destaque, merecedora de todo nosso respeito, de todo nosso acatamento. V. Exa. engrandece a CCJ, V. Exa. engrandece o Senado Federal. Tenho certeza de que terá, à frente desta Comissão, todo o apoio necessário para fazer aqui o enfrentamento dos temas mais diversos. Mas, sobretudo, mais do que emendar a Constituição Federal, é preciso defendê-la. É preciso segui-la. Este momento nos desafia a todos. Então, a minha palavra é mais de homenagens, e me colocando também à disposição de V. Exa. para nos somarmos nesse esforço à frente da CCJ.

Quero saudar meu colega, então Deputado Jorginho Mello, que ao lado de V. Exa. conduz esta Comissão como Vice-Presidente. Fomos colegas, Deputados Federais, colegas de CCJ também na Câmara, de sorte que estou extremamente honrado pela composição desta Mesa. Votos de pleno sucesso.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Marcos Rogério.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nada mais havendo a tratar, agradecendo mais uma vez as palavras gentis...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Sra. Presidente, desculpe-me. Dizem que quem chega atrasado não fala.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Fico feliz de ter a Senadora Rose aqui, fechando, coroando aqui as falas. É um prazer, Senadora Rose.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. Pela ordem.) – O coroamento, na verdade, que acontece hoje na Casa – e eu posso registrar isso pelos oito mandatos que tenho – é ver uma mulher presidindo a CCJ. Aos poucos – e demoradamente, a gente reconhece –, nós temos quebrado alguns paradigmas. Presidi a Comissão de Orçamento quando era um clube do Bolinha. Aqui também era um clube do Bolinha. Havia no máximo uma concessão de uma vice-presidência.

Quero parabenizá-la pela pertinência, pela oportunidade, pela competência do seu cargo, que exerce muito bem, e dizer que fiz questão de vir a esta Comissão como membro titular, para estar aqui à disposição das boas causas, das boas lutas, e para construirmos uma agenda profícua para este País.

Então, pode contar com o meu trabalho. Parabéns! Não somos muitas, mas somos várias ao mesmo tempo.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não somos muitas, mas somos aguerridas. *(Fora do microfone.)*

Obrigada pelas palavras gentis. Tenho certeza de que V. Exa. vai estar conosco nessa luta, não só da pauta feminina, mas de todas as pautas relevantes para o País.

Agradeço mais uma vez a gentileza de todos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada a todos!

(Iniciada às 16 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 35 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE FEVEREIRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e oito minutos do dia vinte de fevereiro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Simone Tebet e Jorginho Mello, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Fernando Bezerra Coelho, Marcio Bittar, Dário Berger, Daniella Ribeiro, Antonio Anastasia, Tasso Jereissati, Elmano Férrer, Oriovisto Guimarães, Rose de Freitas, Selma Arruda, Rodrigo Cunha, Lasier Martins, Major Olimpio, Veneziano Vital do Rêgo, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Weverton, Jorge Kajuru, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Acir Gurgacz, Rogério Carvalho, Paulo Rocha, Jaques Wagner, Telmário Mota, Otto Alencar, Angelo Coronel, Arolde de Oliveira, Sérgio Petecão, Nelsinho Trad, Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, José Maranhão, Ciro Nogueira, Cid Gomes, Humberto Costa e Fernando Collor. Registram a presença os Senadores Izalci Lucas, Jean Paul Prates, Paulo Paim, Chico Rodrigues e Jayme Campos. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 1ª Reunião Extraordinária, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 – Projeto de Lei do Senado nº 610, de 2015 – Não Terminativo – que: "Altera o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, a Lei nº 6.830, de 15 de dezembro de 1980, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e dá outras providências." Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Favorável ao Projeto com seis emendas que apresenta. Resultado: Retirado de pauta para reexame do Relatório. ITEM 2 – Consulta (SF) nº 1, de 2017 – Não Terminativo – que: "Requer, nos termos do art. 101, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, a manifestação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) acerca da constitucionalidade das proposições de iniciativa legislativa que tenham como objeto a criação ou instituição de Fundos." Autoria: Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Relatoria:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Simone Tebet. Relatório: Favorável com voto nos seguintes termos: 1) são inconstitucionais, por vício de iniciativa, quaisquer projetos de lei de autoria parlamentar que instituam fundos orçamentários cujos recursos são geridos e empregados pelos órgãos dos Poderes Executivo ou Judiciário, pelo Tribunal de Contas da União, pelo Ministério Público da União ou pela Defensoria-Pública da União; 2) a iniciativa legislativa para a instituição de fundos orçamentários no âmbito da Câmara dos Deputados e do Senado Federal cabe aos membros ou comissões das respectivas Casas e 3) não há reserva de iniciativa às propostas de emendas constitucionais que instituam fundos orçamentários, podendo ser apresentadas, pelos legitimados previstos no art. 60, caput, da Constituição Federal, proposições que criem fundos no âmbito de qualquer dos Poderes. Resultado: Aprovado o Parecer. ITEM 3 – Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2017 – Não Terminativo – que: "Acrescenta o art. 75-A à Constituição Federal, para dispor sobre a criação de um sistema de avaliação de políticas públicas." Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves e outros. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Favorável à Proposta com a emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta com a Emenda nº 1-CCJ. ITEM 4 – Projeto de Lei do Senado nº 128, de 2018 – Terminativo – que: "Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para determinar que o inquérito policial será eletrônico, com peças assinadas digitalmente, e armazenado em um sistema informatizado único de âmbito nacional." Autoria: Senador Elmano Férrer. Relatoria: Senador Humberto Costa. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta, e com a Emenda nº 1-T, nos termos da subemenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 – Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2015 – Terminativo – que: "Inclui o § 4º no artigo 312 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e altera o artigo 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para tipificar o crime de apropriação ou desvio do Programa Bolsa Família e de recursos destinados ao custeio de alimentação ou de ações de educação alimentar ou nutricional em escolas públicas ou entidades filantrópicas ou comunitárias, bem como incluí-lo no rol dos crimes hediondos." Autoria: Senador Roberto Rocha. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta. Resultado: Vista coletiva concedida. ITEM 6 – Projeto de Lei do Senado nº 317, de 2018 – Terminativo – que: "Altera a Lei nº





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

11.445, de 5 de janeiro de 2007, e a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para incentivar a redução de perdas na distribuição de água tratada." Autoria: Senador Lasier Martins. Relatoria: Senador Sérgio Petecão. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Vista coletiva concedida. ITEM 7 – Projeto de Lei do Senado nº 307, de 2018 – Terminativo – que: "Acrescenta § 5º ao art. 9º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, a fim de facultar a representação do réu por seu advogado nas audiências realizadas em localidades muito distantes de onde resida o réu." Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves. Relatoria: Senadora Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Vista concedida à Senadora Selma Arruda. ITEM 8 – Projeto de Lei do Senado nº 429, de 2017 – Terminativo – que: "Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, que dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 14, § 3º, inciso V e 17, da Constituição Federal, a fim de aplicar aos partidos políticos as normas sobre programa de integridade." Autoria: Senador Antonio Anastasia. Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Vista coletiva concedida. ITEM 9 – Projeto de Lei do Senado nº 582, de 2015 – Terminativo – que: "Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para facultar o oferecimento de preferência aos ocupantes na alienação onerosa de imóveis retomados por instituição financeira oficial." Autoria: Senadora Simone Tebet. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Retirado de Pauta para reexame do Relatório. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Simone Tebet

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 1ª Reunião Extraordinária.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada do *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 5.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Pela ordem.) – Muito obrigado, eminente Senadora Simone Tebet.

Eu gostaria, por fineza, havendo a aquiescência de V. Exa., da retirada dos itens 1 e 9, dos quais sou Relator, para o aperfeiçoamento do relatório, em razão de solicitação de nossos pares.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Retirados, por solicitação do Sr. Relator, os itens 1 e 9 da pauta.

(É a seguinte a matéria retirada:

ITEM 1**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 610, de 2015**

- Não terminativo -

Altera o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, a Lei nº 6.830, de 15 de dezembro de 1980, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e dá outras providências.

Autoria: Senador Ronaldo Caiado



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Antonio Anastasia**Relatório:** Favorável ao Projeto com seis emendas que apresenta.**Observações:***A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.)*

(É a seguinte a matéria retirada:

ITEM 9**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 582, de 2015****- Terminativo -**

Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para facultar o oferecimento de preferência aos ocupantes na alienação onerosa de imóveis retomados por instituição financeira oficial.

Autoria: Senadora Simone Tebet**Relatoria:** Senador Antonio Anastasia**Relatório:** Pela aprovação do Projeto**Observações:***- Votação nominal.)*

O item 2, como eu sou Relatora, eu vou deixar para o final e já aproveitar e passar para o item 3 da pauta.

ITEM 3**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 26, de 2017****- Não terminativo -**

Acrescenta o art. 75-A à Constituição Federal, para dispor sobre a criação de um sistema de avaliação de políticas públicas.

Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves e outros



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Favorável à proposta com a emenda que apresenta.

Concedo, neste instante, a palavra ao Senador Antonio Anastasia para proferir o seu relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Para leitura de relatório.) – Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores.

Vem ao exame desta Comissão a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 26, de 2017, que tem como primeiro signatário a eminente Senadora Maria do Carmo Alves, e acrescenta o art. 75-A à Constituição Federal, para dispor sobre a criação de um sistema de avaliação de políticas públicas.

De acordo com a proposta, os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário deverão, nos termos da lei e de forma integrada, manter sistema de avaliação de políticas públicas, com o objetivo de promover o aperfeiçoamento da gestão pública. Tal sistema: avaliará a economicidade, a efetividade, a eficácia e a eficiência das ações governamentais; fornecerá subsídios técnicos para a formulação de novas políticas públicas; observará o princípio da periodicidade; e será exercido com o auxílio do colendo Tribunal de Contas da União (TCU) e dos órgãos integrantes do sistema de controle interno de cada Poder.

Na justificação, é assinalado que as avaliações de programas sociais não são prática difundida e não há uma cultura de prever o sistema de avaliação de determinada política desde sua concepção. Com isso, perde-se a oportunidade de aperfeiçoar políticas públicas a partir da análise, baseada em evidências científicas, da correspondência entre os resultados alcançados e os objetivos inicialmente fixados em cada programa, evitando o desperdício de recursos públicos. Como resposta a isso, e atentando para o fato de que em diversos países a avaliação de políticas públicas já se encontra consolidada, os signatários da PEC propõem que tal atividade seja rotineira e obrigatória na Administração Pública, na medida em que é uma prática que agrega transparência ao setor público e que torna mais eficiente o gasto governamental.

Análise.

Compete a este colegiado, nos termos do art. 356 e seguintes do nosso Regimento Interno, opinar sobre as propostas de emenda à Constituição, antes de sua apreciação pelo Plenário desta Casa.

O Constituinte derivado, em seu labor, é dotado de maior liberdade que o legislador infraconstitucional. Afora as exigências formais e circunstanciais de tramitação das PECs, no plano material a atividade do Constituinte reformador só encontra limites nas assim chamadas cláusulas pétreas. A proposição em exame guarda consonância com todas elas. Não atenta contra a forma federativa ou o direito de voto. Tampouco se revela tendente a abolir a separação de Poderes ou qualquer dos direitos individuais. Quanto às limitações formais e circunstanciais, a proposta conta com o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

número mínimo de subscritores, não tramita na vigência de estado de sítio, estado de defesa ou intervenção federal, tampouco em sessão legislativa na qual tenha sido rejeitada ou havida por prejudicada. Os ditames regimentais encontram-se igualmente atendidos, o que nos permite passar de pronto ao exame do mérito da proposição.

Por determinação constitucional, a Administração Pública deve, em todas as suas ações atender às exigências de eficiência, eficácia e economicidade. É o que se extrai de diversos dispositivos da Carta Magna, entre os quais citamos: o caput do art. 37; o inciso I do §3º do mesmo art. 37, que determina a avaliação periódica da qualidade dos serviços públicos; o §8º do art. 37, que prevê a figura do contrato de gestão; o inciso III do §1º do art. 41, que prevê o processo de avaliação periódica de desempenho dos servidores públicos estáveis; o art. 70, que inclui o critério da economicidade entre aqueles a serem levados em conta na fiscalização da Administração Pública pelo Congresso Nacional e pelos órgãos de controle interno de cada Poder; o inciso IV do art. 71, que confere ao TCU a competência para realizar auditorias operacionais nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal; os incisos I e II do art. 74, que identificam como finalidades do sistema de controle interno as de avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de Governo e os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da Administração Federal.

Essa exigência de racionalidade, de adequação entre meios e fins nas ações estatais não representa, portanto, novidade em nosso ordenamento constitucional. O caráter inovador da proposição em exame consiste, a nosso ver, em ampliar o escopo da avaliação de políticas públicas, para acentuar sua dimensão de *feedback* aos formuladores, bem como tornar explícito o dever estatal de realizar sistemática e periodicamente essa avaliação. Como mencionado, os órgãos de controle interno já detêm competência para avaliar o cumprimento de metas e a execução de programas governamentais. A Constituição não trata explicitamente, no entanto, essa avaliação como um subsídio para o aperfeiçoamento da política pública por seus formuladores. Segundo o Texto Constitucional, em sua literalidade, compete ao controle interno simplesmente atestar se um dado programa foi ou não executado como previsto e, quando muito, identificar as razões de eventual falha na execução. Ocorre que, muitas vezes, o problema maior está na própria concepção da política pública. No âmbito do controle externo da Administração Pública federal, por meio das auditorias operacionais, o TCU pode fazer recomendações aos órgãos formuladores da política, mas a realização de tais auditorias...

(Soa a campanha.)

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – ... ainda se guia por critérios *ad hoc* ou por planos de ação fixados pelo próprio Tribunal. É preciso tornar a avaliação de políticas uma atividade permanente, regrada em lei e universalizada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao aludir à avaliação, pelo controle interno, das ações governamentais quanto à sua eficácia e eficiência, a Constituição o faz no âmbito da gestão orçamentária, financeira e patrimonial. Essa análise de eficiência e eficácia, porém, deve se estender às próprias políticas públicas e à verificação de seus resultados concretos para os destinatários, não somente a seus aspectos orçamentários e financeiros. Se a avaliação sistemática de programas governamentais dirigida ao aperfeiçoamento da gestão pública já se revela imperiosa como medida de racionalização do uso de recursos públicos, mais urgente se faz a sua implantação no atual cenário de crise nas finanças públicas, que inclusive motivou a instituição do Novo Regime Fiscal pela Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016.

Sem embargo de seu mérito, entendemos que a proposição reclama aperfeiçoamento em alguns pontos. Como já referido, o próprio Constituinte originário incumbiu os órgãos de controle interno de funções de cuja natureza comungam aquelas previstas na PEC. Na verdade, a proposta detalha, amplia ou dá novo formato a competências que já são dos órgãos de controle interno. Por isso, é imprópria a previsão de que o sistema de avaliação de políticas públicas será exercido com o auxílio dos órgãos de controle interno, pois tal atividade sempre esteve no rol de suas competências e não faria sentido que outros órgãos também assumissem essa tarefa, gerando duplicação de esforços e conflitos de atribuições.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fazendo soar a campanha.*) – Desculpa, Sr. Relator!

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Pois não!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu gostaria de pedir gentileza, por parte dos assessores dos Parlamentares, para que pudéssemos ouvir o voto relatado pelo ilustre Senador Antonio Anastasia. Não podemos esquecer que esta é uma sala pequena. São 27 Srs. Senadores. Temos, no mínimo, 27 assessores acompanhando os trabalhos. E precisamos do devido silêncio. Eu vou ser rigorosa nessa questão. Passei quatro anos nesta bancada tendo dificuldade em relatar em função do barulho. Peço, gentilmente, que os assessores e as assessoras procurem falar o mais baixo possível.

Sempre que precisarem, é um direito, tanto da assessoria quanto do Parlamentar, ser assistido. Podem se dirigir até a bancada para que sejam atendidos os interesses dos nossos Parlamentares, mas que o façam da forma mais silenciosa possível. Muito obrigada.

Com a palavra o nosso Relator.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sra. Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dando continuidade à leitura do relatório, o caso do Tribunal de Contas da União é distinto, pois suas funções de fiscalização se dão no âmbito do controle externo da Administração Pública. Ademais, foi decisão do Constituinte originário incluir, entre suas atribuições, a realização de auditorias operacionais. Nesse mister, como mencionamos, a Corte opera dentro dos propósitos dos autores da PEC, mas tudo depende de solicitações episódicas do Congresso Nacional ou do plano de ações formulado pelo próprio TCU. De seu turno, a PEC se limita a prever que o sistema de avaliação de políticas públicas contará com o auxílio do Tribunal.

Em nossa visão, a realização de auditorias operacionais poderia ser mais bem regulada pelo Texto Constitucional. Propomos, pois, seja alterado o art. 71 da Carta Magna, para determinar que o Tribunal de Contas da União acompanhe, mediante auditorias operacionais, políticas específicas selecionadas pelo legislador na lei do plano plurianual. Tal acompanhamento terá por objetivo avaliar a economicidade, efetividade, eficácia e eficiência de tais políticas, bem como fornecer subsídios técnicos aos órgãos formuladores e executores para o seu aperfeiçoamento.

No Brasil, como nos Estados Unidos, o regime presidencialista implica, em sede de avaliação de políticas públicas, concorrência dos Poderes nessa tarefa. No modelo norte-americano, observam Fernando Filgueiras e Lúcia Queiroz em livro mencionado por mim aqui, cada Poder tem seu próprio sistema de avaliação de políticas públicas. No Executivo, os órgãos responsáveis são, no caso americano, o Office of Management and Budget, que formula diretrizes, e o Office of Information and Regulatory Affairs, que realiza as avaliações. No Legislativo, é feita a avaliação pelo U.S. Government Accountability Office (GAO), órgão do Congresso com funções de auditoria de contas do Governo Federal. No Brasil, esse importante papel de auxílio ao Congresso é desempenhado pelo Tribunal de Contas.

A autonomia dos Poderes no que concerne à avaliação de políticas públicas reforça a necessidade de que a mudança constitucional pretendida contemple também a alteração que propomos para o art. 71. Com efeito, os controles internos dos Poderes Legislativo e Judiciário não detêm competência para avaliar políticas públicas executadas no âmbito do Poder Executivo. O Congresso Nacional, contudo, não só pode como deve, por mandamento constitucional, avaliar as políticas públicas implementadas pelo Poder Executivo. É competência sua apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo, fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo (art. 49, IX e X da Constituição). Nessa fiscalização e avaliação, conta com o apoio do TCU, que, assim como o órgão americano com suas *performance audits*, realiza auditorias operacionais, definidas pela própria Corte como o exame independente e objetivo da economicidade, eficácia e eficiência de organizações, programas e atividades.

Em síntese, concluímos que os objetivos perseguidos pelos autores da PEC serão mais adequadamente alcançados mediante o acréscimo de um inciso no art. 74 da Constituição, disciplinando a competência dos órgãos de controle interno na avaliação de políticas públicas, bem como de um parágrafo no art. 71, regulando as auditorias operacionais realizadas pelo TCU.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da PEC nº 26, de 2017, e, no mérito, pela sua aprovação, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº - CCJ

Substitua-se, na ementa da PEC nº 26, de 2017, a expressão “acrescenta o art. 75-A à Constituição Federal”, por “modifica os arts. 71 e 74 da Constituição Federal”, dando-se também a seguinte redação ao art. 1º da mesma PEC:

“Art. 1º Os arts. 71 e 74 da Constituição Federal passam a vigorar com as seguintes alterações:

‘Art. 71.....

.....

§ 5º Sem prejuízo do disposto no inciso IV do *caput*, o Tribunal realizará, mediante auditorias operacionais, o acompanhamento de longo prazo de políticas públicas especificadas no plano plurianual, com o objetivo de avaliar a sua economicidade, efetividade, eficácia e eficiência, bem como fornecer subsídios técnicos aos órgãos formuladores e executores para o seu aperfeiçoamento.’

‘Art. 74.

.....

V – avaliar periodicamente, na forma da lei, a economicidade, a efetividade, a eficácia e a eficiência das políticas públicas, com o objetivo de fornecer subsídios técnicos para o aprimoramento da gestão governamental e a formulação de novas políticas.

.....”

Sra. Presidente, esse é o relatório.

Acresço, tão somente, cumprimentando a Senadora Maria do Carmo, que se trata realmente de uma PEC relativamente singela, mas de grande impacto, na medida em que ela incorpora, no rol de competências do Tribunal de Contas da União e também dos sistemas de controle interno, a determinação para que haja não tão somente a fiscalização de recursos financeiros e orçamentários, mas, mais do que isso, o resultado concreto das políticas públicas, mediante auditorias, para dar o *feedback* aos executores e conhecimento à população. É a pretensão da PEC.

O parecer, portanto, é favorável, com a emenda.

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Em discussão a matéria.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Para discutir... É pela ordem?

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem, Senador Major Olimpio. V. Exa. está também inscrito como orador ou apenas pela ordem?

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Não, só pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. Pela ordem.) – Quero encarecer a V. Exa. e aos pares a retirada de pauta do item 4, para que pudéssemos evoluir para um aperfeiçoamento, porque há uma emenda do Senador Humberto Costa, que é o Relator, que especifica a condução do inquérito policial só ao delegado de polícia, no caso do poder de polícia de inquéritos feitos pela Polícia Legislativa, por exemplo, da Câmara e do Senado. Com base no art. 52 e 54, não poderia haver esse trâmite eletrônico.

Então, eu encareceria, para que se possa evoluir e haja um aperfeiçoamento no curso para votação desse projeto aqui na CCJ, que fosse retirado de pauta.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Major Olimpio, o Relator não está presente, então, em princípio, esse projeto sequer será votado se o Relator não comparecer. Vamos aguardar o Relator. Se estiver presente, eu vou colocar a sua solicitação de retirada de pauta para deliberação do Plenário, mas, a princípio, a informação que eu tenho é que nós não votaremos esse projeto hoje.

Senador Esperidião Amin, para discutir a matéria.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Sra. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, eu gostaria de registrar a minha satisfação pelo objeto do requerimento do projeto da PEC, tão bem relatada pelo nobre Senador Anastasia.

Coincidentemente, hoje eu vou dar entrada, pela terceira vez na minha vida, num projeto de lei complementar – terceira vez: a primeira vez foi em 1991, no Senado; a segunda vez foi no final de 2017, na Câmara; e agora novamente no Senado – que tem como objetivo avaliar cada incentivo fiscal anualmente. Para que se tenha uma ideia, neste ano nós vamos chegar a R\$330 bilhões só no Orçamento da União. Se somarmos... O orçamento dos Estados é o grande tema hoje na Assembleia





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Legislativa de Santa Catarina. Vão fazer uma CPI sobre subsídios e renúncia fiscal. Aliás, todos os Estados vão fazer, pela caixa-preta que existe. Quer dizer, não se sabe quem foi o beneficiado e não se sabe qual foi o benefício, especialmente quanto a três tópicos.

Trabalho: criou trabalho? Manteve trabalho? Manter emprego e criar emprego é muito importante.

Segundo: deu ao setor competitividade, ou apenas se incorporou e se diluiu?

Terceiro: o que o consumidor ganhou com isso, a sociedade?

Então, coincidentemente, hoje estou dando entrada à última versão. A primeira foi aprovada no Senado e rejeitada na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara em 1993. A segunda foi apresentada pelo Deputado Jorge Boeira e por mim – eram versões muito semelhantes – em 2017/2018, foi enriquecida pelo Deputado Eduardo Cury, do PSDB de São Paulo, que fez um belíssimo trabalho sob a forma de substitutivo e, agora, foi robustecida pela evidência de que o Brasil se descuidou. Ao longo desse tempo, se formos considerar 200 bilhões por ano de incentivo fiscal, façamos a soma: multiplicamos por 20 e temos R\$4 trilhões de incentivo fiscal, dinheiro aplicado sem avaliação – vinte vezes duzentos!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fora do microfone.*) – São 290 por ano.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, mas eu estou multiplicando por 200! Estou multiplicando por 200 para tirar uma média, porque nos últimos anos cresceu. O crescimento, Senadora, de 2009 para 2017, foi de 116 bilhões para 275 bilhões, por isso é que fiz a média. Mas eu concordo com a senhora. Se formos pegar o valor atualizado hoje, 2019, teremos R\$306 bilhões, não computados os juros a equalizar – com isso vai chegar a 330 –, fora o interbancário. Quando for sabatinado o futuro Presidente do Banco Central, ele vai nos explicar uma outra forma de subsídio, que é tirar do compulsório e emprestar a juro subsidiado. Esse não está computado. Mas vamos só ficar no número 200. Duzentos vezes vinte anos – estou falando num período maior – dá quatro trilhões, valor que o Brasil investiu sem saber se valeu a pena ou não valeu a pena.

Então, vejo com satisfação que esta PEC, Senador Anastasia, pode se transformar, digamos, num marco constitucional. Esse projeto de lei complementar vai, em síntese, exigir que a lei orçamentária tenha um anexo com uma avaliação. Quem é que vai fazer essa avaliação? Ninguém mais habilitado do que o Tribunal de Contas da União, provavelmente com o apoio do Ipea.

O teor desse projeto de lei complementar tem como objetivo ser federativo. Para quê? Para que iguais cuidados sejam tomados na manutenção, na avaliação e também na extinção de benefícios fiscais pelo Brasil afora.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estarei apresentando hoje projeto de lei complementar, não sabia que esse item estava na pauta e fico muito feliz pelas coincidências. Primeiro, é uma PEC muito válida, muito útil, muito oportuna e necessária; segundo, muito bem apreciada pelo nobre Relator Anastasia, que tem conhecimento deste assunto; e terceiro porque eu tinha concluído a última versão do projeto de lei complementar ontem à noite para apresentar hoje.

E antes de apresentá-lo no Plenário vou apenas citá-lo nesta reunião, não terminando as minhas palavras sem antes agradecer a oportunidade de estar aqui na primeira reunião da Comissão de Justiça, que eu frequentei na década de 90, quando eu conheci o saudoso e querido amigo Ramez Tebet. E veio com alegria a sua filha presidindo a Comissão. Fui um grande amigo do Ramez e, para mim, é uma emoção dupla. Primeiro, porque eu sou do único Estado feminino do Brasil, nenhum dos outros Senadores e Senadoras tem esse privilégio: Santa Catarina. Catarina, filósofa, mulher de determinação a santa. E a nossa também, filósofa e com grande determinação. Quero cumprimentá-la e dizer da minha grande satisfação de poder submeter as minhas palavras a sua apreciação.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador. A mim no tempo devido farei o devido agradecimento.

Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação o relatório.

Os Srs. e as Sras. Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à proposta, com a Emenda nº 1, CCJ.

A matéria vai ao Plenário.

Eu quero justificar a inversão de pauta, de ofício, porque o próximo item da pauta seria não terminativo, mas como nós temos quórum para deliberar e temos aqui pelo menos quatro projetos terminativos, eu vou passar para o item 5, o item 2 seria de minha relatoria, para que possamos aproveitar o quórum porque a votação é nominal quando temos projetos terminativos.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 216, de 2015



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Inclui o § 4º no artigo 312 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e altera o artigo 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para tipificar o crime de apropriação ou desvio do Programa Bolsa Família e de recursos destinados ao custeio de alimentação ou de ações de educação alimentar ou nutricional em escolas públicas ou entidades filantrópicas ou comunitárias, bem como incluí-lo no rol dos crimes hediondos.

Autoria: Senador Roberto Rocha

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta.

Observações:

- Votação nominal

Antes de passar a palavra ao Relator, eu gostaria de comunicar e esclarecer e até justificar a esta Comissão que nós só temos pouco mais do que 20 projetos em condições de serem incluídos na pauta. Porque temos apenas nove Srs. e Sras. Senadoras que vêm da legislatura passada e permanecem nesta Comissão. Portanto, nós estamos redistribuindo todas as matérias, são inúmeras matérias. Daí porque estamos tendo duas relatorias seguidas do Senador Antonio Anastasia.

Repito, são pouco mais de 20 projetos em condições de serem relatados nesta reunião.

Com a palavra o Relator, Senador Antonio Anastasia, para proferir o seu relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Para leitura de relatório.) – Muito obrigado, Senadora Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores.

Relatório do Projeto de Lei do Senado nº 216.

Como bem refere a ementa, cria o projeto uma forma qualificada de peculato para a hipótese de o crime incidir sobre o recurso do Programa Bolsa família ou destinado a custeio de alimentação ou ações de educação alimentar ou nutricional em escolas públicas ou entidades filantrópicas ou comunitárias. A pena cominada pelo PLS é de reclusão de quatro a catorze anos, além de multa.

Além disso, o projeto altera a Lei 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir esse tipo qualificado no rol dos crimes hediondos.

Na justificação, o autor argumenta que o Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País. Nessas condições, entende que subtrair recursos do programa equivale a colocar em risco a vida das pessoas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que dele necessitam. Defende que a conduta é de alto desvalor e repugnância, além de atingir milhares de pessoas, fatores esses que justificariam a sua inclusão no rol dos crimes hediondos.

Não foram oferecidas emendas ao projeto.

Análise, Sra. Presidente.

Não observamos no projeto de lei vícios de inconstitucionalidade ou de antijuridicidade, nem óbice de natureza regimental.

A Lei 8.072, de 1990, indica, em rol taxativo, quais os crimes que são considerados hediondos. Com isso, ao juiz não resta nenhuma avaliação discricionária, não podendo deixar de considerar hediondo um delito que conste da relação legal.

Os crimes hediondos, presumivelmente os de maior desvalor, mais repugnantes, são insuscetíveis de graça, indulto, anistia e fiança e caracterizados por rigoroso critério de progressão de regime de cumprimento de pena.

A severidade da reprimenda se justifica pela especial gravidade, desvalor e repugnância da conduta criminosa tida por hedionda.

Entretanto, entendemos que o rol dos crimes hediondos deve ser preservado para conter apenas as condutas consideradas gravíssimas, que efetivamente causam repugnância social ampla e atentam contra os valores mais caros ao indivíduo, seja pelo seu modo ou meio de execução, pela finalidade que presidiu ou iluminou a ação criminosa ou, até mesmo, pela adoção de qualquer outro critério válido.

Assim, o alargamento descuidado e pouco criterioso da lista de crimes classificados como hediondos jogará essa categoria no – entre aspas – “lugar comum”, retirando-lhe o caráter de excepcionalidade que justifica o rigoroso regime de cumprimento de pena a que são submetidos os agentes que cometem esse tipo de delito.

No caso do PLS 216, de 2015, somos favoráveis ao agravamento da pena do peculato quando a subtração incide sobre recursos destinados a programas de transferência de renda e à merenda escolar; do mesmo modo, seria adequado também agravar a pena nos casos em que os recursos sejam destinados às ações de saúde. Discordamos, todavia, da inclusão desses tipos no rol dos crimes hediondos.

Voto.

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 216, de 2015, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº 01 - CCJ



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Dê-se ao §4º acrescido ao art. 312 do Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), pelo art. 1º Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2015, a seguinte redação:

“Art. 312.....

Apropriação ou desvio de recursos destinados a programas de transferência de renda, a ações de saúde ou à merenda escolar

§4º Se a apropriação ou o desvio incidir sobre recursos destinados a programas de transferência de renda, a ações de saúde ou ao custeio de alimentação ou de ações de educação alimentar ou nutricional em escolas públicas ou entidades filantrópicas ou comunitárias:

Pena – reclusão, de quatro a quatorze anos, e multa.” (NR)

EMENDA Nº 02 - CCJ

Suprima-se o art. 2º do Projeto de Lei do Senado 216, de 2015, renumerando-se o artigo subsequente.

É o relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada.

Em discussão a matéria.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Para discutir.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Para discutir, Senador Rodrigo Pacheco; em seguida, Senador Major Olímpio; e, depois, Senador Telmário Mota.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Para discutir.) – Obrigado, Sra. Senadora Presidente, Simone Tebet.

Cumprimento os Senadores e as Senadoras presentes na Comissão de Constituição e Justiça, o eminente Relator, colega de Bancada de Minas Gerais, Senador Antonio Anastasia. O projeto evidentemente tem um escopo de coibir ações que todos nós efetivamente condenamos, reprovamos e têm um grau de gravidade realmente muito acentuado.

No entanto, há uma lógica, que é a lógica que hoje impera no Brasil, de que o aumento de pena cominada no ordenamento jurídico penal – aumento do parâmetro da pena mínima, do parâmetro da pena máxima – possa ser algo eficiente no combate à criminalidade e no combate à violência. Já está demonstrado, pelo menos na minha concepção, por A mais B, que alterações legislativas que aumentem





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as penas cominadas não são necessariamente suficientes à repreensão e à repressão da criminalidade e da violência. Isso não é necessariamente um problema legislativo.

Tipos penais existem, penas cominadas também existem no ordenamento jurídico penal. Infelizmente, o que impera no Brasil é a não aplicação do Direito Penal atual, que é um problema do Poder Executivo, através dos órgãos de persecução criminal, que devem ser cada vez mais aperfeiçoados, e um problema eminentemente do Poder Judiciário. Ou seja, a melhor forma de se combater a impunidade, a melhor forma de se combater a morosidade é julgando processos e aplicando as penas existentes no ordenamento jurídico brasileiro.

A solução dos problemas para se coibir determinadas condutas aumentando por si só penas ou qualificando crimes ou tornando tipos penais crimes hediondos, no final das contas, banalizando o instituto da hediondez criada na década de 90 justamente para selecionar determinados tipos penais que por repugnância deveriam merecer tratamento diferenciado, acaba por – repito – banalizar o instituto da hediondez.

Vejo que o Senador Antonio Anastasia, muito sabiamente, exclui essa perspectiva do projeto original, não incluindo esse novo tipo penal criado através dessa modalidade qualificada do tipo penal de peculato no rol dos crimes hediondos. Mas S. Exa. promove e aceita a criação da qualificadora com a aplicação de uma pena dobrada. A pena do peculato hoje é de 2 a 12 anos e S. Exa. o Senador Antonio Anastasia sugere uma pena de 4 a 14 anos. Então, dobra-se a pena mínima e aumenta-se em 2 anos, 20% ou 15%, a pena máxima cominada.

Apenas para contribuir, Senador Antonio Anastasia, eventualmente com o permissivo também do colegiado do Senado, para que possamos, a partir desses critérios de política criminal, identificar: primeiro, se a qualificadora é algo que deve ser mesmo incluído no Código Penal, considerando esses critérios de política criminal, como qualificadora ou eventualmente como tipo autônomo; se o aumento da pena está em parâmetros que sejam razoáveis, inclusive em comparação a outros tipos penais, inclusive em relação ao próprio *caput* do peculato.

De modo que indago a V. Exa. se poderíamos, até pelo início da Legislatura e por termos aqui muitos novatos na Comissão de Constituição e Justiça, ter vista desse projeto, sem prejuízo da sua inclusão na próxima semana, porque é um projeto que deve ser debatido e decidido. Mas eu gostaria muito de ter vista para melhor exame dessa matéria.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Deferida a vista da matéria para o Senador Rodrigo Pacheco, estão suspensas as discussões.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Vista coletiva.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – A vista coletiva está deferida.

Vamos ao próximo item da pauta.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Peço a palavra pela ordem, Presidente. (*Pausa.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Pela ordem!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Desculpa, Senador Kajuru! Eu estava tentando encontrar de onde vinha a voz.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – E olha que a voz é boa, hem?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim. Mas a plenária está cheia.

Com a palavra o Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Pela ordem.) – Antes de tudo, senhoras e senhores, eu queria pedir desculpas aqui publicamente pela visão, em função do diabetes, ao Senador mineiro Rodrigo Pacheco, o preparadíssimo Senador Rodrigo Pacheco, porque ontem fiz uma citação e acabei errando ao pronunciar o seu nome. Eu falava da sua propriedade na fala sobre a praga silenciosa da doença de diabetes. Muito obrigado por suas palavras. Foi de minha autoria a criação do Centro de Diabéticos de Goiás, que o Senado hoje vai aprovar, para que ele se estenda a todo o Brasil. E que Minas Gerais acorde o mais rápido possível, para que o nome Rodrigo Pacheco ocupe o Palácio, e não aqui o Senado.

Aproveito também para dizer do orgulho de ser suplente desta importante Comissão, a CCJ, e peço a permissão de V. Exas. para citar aqui um nome que é símbolo desta CCJ, que é o Senador mineiro Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – É equilibrado, preparadíssimo. Concluo, dizendo para aqueles que falam que ele foi Vice de fulano que só há uma diferença: ele mora até hoje na mesma casa e tem o mesmo carro. Então, é um prazer estar ao seu lado.

Presidente Simone Tebet, eu não posso deixar de registrar aqui um fato ocorrido. Por ser jornalista, fui convidado por um dos maiores jornalistas do País, que trabalhou na *Folha de S.Paulo*, no





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

SBT, na GloboNews, Fernando Rodrigues, do ético e isento jornal digital Poder360, a falar o que penso de V. Exa. como Senadora, que agora ocupa esse importante cargo. O que vai para a redação do jornal digital está aqui, e faço questão de colocá-lo de forma objetiva.

Poder360, a falar o que penso de V. Exa. como Senadora, que agora ocupa esse importante cargo. O que vai para a redação do jornal digital está aqui, e faço questão de colocá-lo de forma objetiva.

Presto-lhe a devida homenagem por ocupar a Presidência da mais importante Comissão desta Casa, a Comissão de Constituição e Justiça, e por ter esta primazia de ser a primeira mulher a se tornar Presidente da CCJ. É a pessoa certa no lugar devido e no momento preciso.

Mas não quero dar destaque agora ao que não merece. Prefiro falar da minha satisfação em participar desta Comissão presidida por uma mulher forte, altruísta, competente e com alta capacidade de liderança e por podermos todos nós, colegas desta Comissão, mostrarmos, como diz a psicóloga Vera Iaconelli, que as qualidades humanas não são divisíveis entre as cores azul e rosa, sobretudo por estarmos numa Casa em que a ação em favor das mulheres tem ido além das leis.

Nesta Casa são vários os projetos aprovados que buscam retirar as mulheres de posições desfavoráveis. Mas partindo, concluo, da teoria para a prática, o Senado criou organismos para tentar reduzir a diferença entre os gêneros, a saber: Observatório da Mulher contra a Violência, Procuradoria Especial da Mulher, Programa Pró-Equidade e Comitê pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça. Ou seja, aqui é um ambiente para o exercício da igualdade entre homens e mulheres.

E por acreditar que muitas vezes a última palavra cabe, sim, às mulheres, coloco-me à sua disposição, Senadora Simone Tebet, para dar minha modesta colaboração para o sucesso do trabalho desta Comissão, que tem V. Exa. como Presidente.

Agradecidíssimo, esse texto segue para o jornal digital, que pediu minha opinião sobre o seu trabalho e sobre a sua presidência nesta mais importante Comissão, a CCJ.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Kajuru. Essas belas palavras são muito mais fruto da sua gentileza do que meu merecimento. Espero um dia poder ser merecedora de tais palavras.

Nós vamos continuar a ordem e a votação. No momento oportuno faço os agradecimentos, porque estamos no processo de votação, repito.

Vamos ao item 6, lembrando às Sras. e Srs. Senadores que estamos em votação de projetos terminativos, portanto, nominais. Espero que V. Exas. permaneçam até o final da reunião – já estamos partindo para isso – porque precisamos do quórum.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 6**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 317, de 2018****- Terminativo -**

Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para incentivar a redução de perdas na distribuição de água tratada.

Autoria: Senador Lasier Martins

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos;

- Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Petecão para proferir seu relatório.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sra. Presidente, pela ordem. Pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu ainda não localizei a voz.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Eu.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Fabiano.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Pela ordem.) – Eu queria fazer uma colocação ainda no assunto anterior, por gentileza, porque eu tenho um requerimento a fazer de pedido de destaque. Eu só quero enfatizar aqui o voto do Senador Anastasia. A senhora me permite fazer as minhas considerações?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu só peço desculpas, nós estamos com uma relatoria, porque eu acabei de anunciar a ementa, mas assim que terminar, eu abro a palavra a V. Exa.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Para esse requerimento de destaque nesse...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Exato. Essa primeira reunião é mais informal, depois nós vamos conduzir melhor, da forma como se dá o processo de votação. Abrirei a palavra a V. Exa. assim que o Senador Petecão fizer o seu relatório e nós aprovarmos. Antes de ir para o próximo item eu abro a palavra para V. Exa., porque V. Exa. quer se referir à votação passada.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Ao relatório do Senador Anastasia para fazer um destaque do caráter hediondo desse crime.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim. Assim que terminarmos a relatoria, eu vou...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim, eu disse desde o início que, dada a informalidade desta primeira reunião – nós temos muitos Senadores que ainda não conhecem o Regimento –, nós estamos deixando a reunião fluir naturalmente. Eu só não vou dar a palavra neste momento ao Senador Fabiano porque eu já havia lido a ementa do projeto a ser relatado. Em seguida, abrirei rapidamente, por um, dois minutos, e explicaremos como é que se dá o rito, inclusive nesses casos em que há pedido de vista.

E, já adiantando, Senador Fabiano, a palavra vai ser dada a V. Exa. Toda vez em que há pedido de vista de um projeto, suspendem-se as discussões, e elas se retomam na reunião seguinte, abrindo-se, franqueando-se a palavra a todos os colegas, mas V. Exa. vai ter o tempo devido. Esta, repito, é uma reunião mais informal por ser a primeira reunião ordinária dos trabalhos da CCJ.

Com a palavra o Senador Petecão.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu que agradeço.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD - AC. Para leitura de relatório.) – Obrigado, Presidente Simone. Vamos ao relatório.

Submete-se ao exame terminativo desta Comissão e Justiça o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 317, de 2018, de autoria do nobre Senador Lasier Martins, que altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para incentivar a redução de perdas na distribuição de água tratada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na justificação da matéria, o Senador Lasier Martins argumenta que os graves problemas de escassez de água observados no Brasil decorrem não apenas da redução do volume de chuvas, mas também do desperdício de água tratada, que alcança uma média nacional de quase 40%, com o Norte e o Nordeste apresentando índices que ultrapassam 50% de perda, segundo o Ministério das Cidades. Ainda de acordo com a justificação...

Vou direto à análise, Sr. Presidente.

Nos termos do art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CCJ emitir parecer, quanto ao mérito, sobre as matérias de competência da União. Como compete a esta Comissão a decisão terminativa sobre a matéria, analisamos a proposição sob os aspectos de sua constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Não vislumbramos óbices quanto à regimentalidade, juridicidade e constitucionalidade da matéria.

No mérito, a proposta aperfeiçoa a legislação referente às diretrizes para os serviços de saneamento básico e para o gerenciamento de recursos hídricos. De fato, os índices de perda de água tratada observados no Brasil são alarmantes, conforme aponta a justificação da matéria, e medidas legislativas que objetivem diminuir essa perda são urgentes.

O abastecimento de água tratada integra os serviços de saneamento básico definidos pela Lei nº 11.445, de 2007, ao lado dos serviços de coleta e tratamento de esgotos; limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; e drenagem pluvial. Atualmente, segundo dados do Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento Básico (Sinisa), cerca de 35 milhões de brasileiros não têm acesso à água tratada, e é de extrema prioridade enfrentar essa grave situação.

Além da precariedade no atendimento à população, é preciso enfrentar problemas estruturais ligados à operação e manutenção desses serviços. Destacam-se os elevados índices de desperdício de água tratada, que em 2016 alcançaram uma média nacional de 38,1%. Essa perda de água, segundo estimativas do Instituto Trata Brasil, equivale a um desperdício anual de aproximadamente R\$10 bilhões, o equivalente ao volume de água de seis sistemas Cantareira, o maior manancial que abastece a Região Metropolitana de São Paulo.

Porção significativa desse desperdício associa-se à necessidade de maiores investimentos na manutenção dos sistemas de abastecimento. Entendemos que a proposição em análise contribui no sentido de explicitar a exigência legal para que se busque a diminuição dessa perda, inclusive por meio da aplicação dos valores arrecadados na cobrança pelo uso de recursos hídricos, definida no art. 22 da Política Nacional de Recursos Hídricos.

Voto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em razão do exposto, somos pela constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade e técnica legislativa da matéria e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 317, de 2018.

Lido, Sra. Presidente.

Parabéns ao Senador autor da proposta, nosso querido Lasier.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Em discussão a matéria.

Para discutir, o Senador Angelo Coronel. Em seguida, o Senador Lasier, autor da proposição.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Peço vista da matéria, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Concedida vista da matéria ao Senador Angelo Coronel.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Vista conjunta.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vista coletiva concedida.

Senador Veneziano pediu só para acompanhar a vista coletiva.

Antes de passar para o item 7 da pauta, concedo a palavra ao Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Serei breve, Sra. Presidente.

Entendo que o pedido de vista para, mas eu não posso perder a oportunidade de dar ênfase aqui àquilo que o legislador de 90 fez quando editou a Lei 8.072/90, conhecida Lei dos Crimes Hediondos, por muitos juristas intitulada "lei hedionda". Isso ocorre, primeiro, porque ela não define o que é hediondo, simplesmente elenca quais são aquelas condutas típicas e antijurídicas que vão ser inseridas na norma – infelizmente, porque no Brasil nós temos a prática de criminalizar a pobreza.

Ora, eu não posso conceber... Basta você traçar um perfil socioeconômico de quem está preso e olhar a população carcerária no Brasil para perceber que não são pessoas condenadas por corrupção, não – esse percentual é ínfimo! Aqui nós não temos uma vítima determinada, nós temos uma universalidade de vítimas, porque, quando, desses programas sociais, se desviam verbas, não se está praticando crime contra uma pessoa. Portanto, há muito mais razão para se manter o caráter hediondo dessa conduta. Quando você tem um furto praticado em qualquer local pobre, você tem uma vítima determinada. Agora, quando o governo do Estado desvia verba da saúde, ele está matando milhões, ele





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está matando uma garantia, um direito humano essencial. Quando se desviam verbas desses programas sociais, ele está matando o sonho, a alimentação e a vida de milhões de brasileiros e, infelizmente – eu não queria tocar nesse assunto –, vem para cá uma reforma da previdência que só vai afetar a população menos favorecida, que está morrendo, que não vai chegar aos 80 anos. Nós vamos chegar aos 80 anos porque vamos ter uma saúde de qualidade, um salário digno, emprego, moradia, saúde, habitação. Agora, infelizmente, não...

Então, eu defendo, eu morro defendendo, que esse projeto tem que ser... E, aí, eu vou fazer na semana que vem um pedido de destaque para manter o art. 2º, considerando hedionda essa conduta praticada por qualquer agente político, seja funcionário público próprio ou impróprio ou por equiparação, que faça desvio dessa verba, porque, infelizmente, só quem sofre neste País é pobre, afrodescendente e semianalfabeto.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Fabiano.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS. Pela ordem.) – Presidente Simone, em primeiro lugar quero cumprimentá-la por estar hoje na primeira reunião desta Comissão tão importante e por sabermos o quanto foi brilhante a sua atuação em Plenário nos últimos anos, de modo que estamos sob uma Presidência segura, de equilíbrio e que vai nos fazer produzir muito nesta Comissão.

Eu quero aproveitar, Presidente Simone, para requerer votação extrapauta de um requerimento em que estou pedindo uma audiência pública com S. Exa. o Sr. Ministro da Justiça e da Segurança, Sergio Fernando Moro, com o objetivo de apresentar e discutir aqui as diretrizes e prioridades da sua pauta.

É esse o meu requerimento de votação e aprovação deste requerimento.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Lasier. Vou responder a V. Exa. no momento oportuno. Eu abri a palavra a V. Exa. achando, como autor do projeto, que fosse discutir, lembrando aos Srs. e Sras. Senadores que nós temos vários requerimentos.

Eu pergunto apenas, antes de encerrar a discussão: há algum Senador ainda querendo discutir a matéria relatada pelo Senador Petecão? (*Pausa.*)

Encerro a discussão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Se for possível...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Porque eu dei a palavra a V. Exa. achando que, como autor, fosse...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Como é hábito de V. Exa. e hábito também desta Comissão, quando há pedido de vista, transfere-se a discussão para a reunião subsequente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Peço desculpas. Eu e a secretaria estávamos aqui desatentos.

V. Exa. tem razão.

Vou falar então em relação aos três requerimentos rapidamente antes de passar ao próximo item da pauta.

No mesmo sentido do requerimento do Senador Lasier temos mais dois outros requerimentos convidando o Ministro da Justiça Sergio Moro para comparecer a esta Comissão.

Vou ler na semana que vem, vou colocar em discussão na semana que vem e já vou, nesse meio tempo, assim que sentir que há unanimidade a partir de quarta-feira, já entrar em contato com o Ministro para que, o mais rápido possível, se o Plenário assim o decidir, ele possa estar presente.

Colocarei os três requerimentos, Senador Lasier, em discussão na quarta-feira da semana que vem.

De todos os relatórios que chegarem, eu estarei lendo os requerimentos e, em seguida, estaremos na semana seguinte fazendo a discussão e aprovação do requerimento.

Vou colocar agora o item 7 da pauta, que é de minha relatoria. Solicito que assuma a Presidência da Comissão o nosso Vice-Presidente, Senador Jorginho Mello, para que eu possa relatar o item 7 da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - SC) – Saudando a Senadora Simone, saudando todos os Srs. Senadores e Senadoras, tenho a honra de passar a palavra para a nossa Presidente, que já foi destacada por alguns dos Srs. Senadores, de forma especial pelo Senador Kajuru, pela importância da Senadora Simone conduzindo os trabalhos desta Comissão tão importante.

ITEM 7



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 307, de 2018**- Terminativo -**

Acrescenta § 5º ao art. 9º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, a fim de facultar a representação do réu por seu advogado nas audiências realizadas em localidades muito distantes de onde resida o réu.

Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves

Relatoria: Senadora Simone Tebet

Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta

Observações:

- Em 07/11/2018, foi lido o relatório e a Presidência adiou a discussão da matéria;
- Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o substitutivo será ele submetido a turno suplementar;
- Votação nominal.

Concedo a palavra à Senadora Simone para proferir o seu relatório sobre esta matéria.

V. Exa. tem a palavra.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para leitura de relatório.)
– Obrigada, Sr. Presidente.

Trata-se do PLS 307, da Senadora Maria do Carmo Alves, que acrescenta dispositivos à Lei nº 9.099, de 1995, a fim de facultar a representação do réu por seu advogado nas audiências realizadas em localidades muito distantes de onde resida o réu.

Na realidade, esta lei é a Lei dos Juizados Especiais. É apenas em Juizados Especiais Cíveis que ela está fazendo alteração, a fim de permitir que o réu seja representado por seu advogado em audiências desses juizados, nas quais seu comparecimento é hoje exigido pelo art. 20 da mesma lei, sob pena de revelia, sempre que ele residir em comarca distinta daquela onde se realize a audiência, e desde que esse ato processual não possa ser efetuado mediante videoconferência ou outro recurso tecnológico.

O art. 2º prevê cláusula de vigência imediata da lei.

E, na justificção, a proponente assinala que os atributos mais notáveis dos Juizados Especiais são a simplicidade, a economia processual e, por conseguinte, a celeridade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O PLS foi distribuído exclusivamente a esta Comissão e não foram apresentadas emendas.

Da análise.

Quanto aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade, não há nada a se opor.

No que concerne à juridicidade, o projeto se afigura correto.

Nos termos regimentais, cabe à esta Comissão opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade dos temas que lhe são submetidos, notadamente sobre direito processual e, mais especificamente, sobre o processo nos juizados de pequenas causas.

A técnica legislativa está correta e em harmonia com a Lei Complementar de 1998.

O PLS de 2018 é digno de aplausos, pois a situação que se busca resolver de fato merece a atenção do legislador. Não é raro o réu ter de enfrentar óbices significativos, inclusive de natureza financeira, para comparecer a audiências a serem realizadas em comarcas distantes e para as quais venha a ser intimado no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis.

Percebe-se, porém, que, do modo como está redigido o §5º, será possível concluir que ao advogado que há de representar o réu em audiências realizadas nesses juizados deverão ser outorgados poderes especiais tão somente para essa finalidade, ou seja, comparecer à audiência.

Não obstante, ao presumirmos que poderá não mais haver oportunidades para que o réu se apresente, ele mesmo, perante o juiz, só podemos concluir que, a fim de que esse expediente proposto pela Senadora se afigure de fato apto a contribuir para o deslinde de causas nos Juizados Especiais, o advogado deverá estar habilitado, com poderes por igual especiais, para a prática porventura indispensável, no curso da audiência, de outros atos mais específicos, quais sejam: confessar, reconhecer a procedência do pedido, negociar, transigir e renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação. Caso contrário, tal representação poderá servir de subterfúgio meramente procrastinatório, posto à disposição dos réus de má-fé pela mesma lei dentre cujos princípios norteadores se destacam a economia e a celeridade processuais.

Outra oportuna observação diz respeito a uma das condicionantes para que a dita representação reste permitida. Segundo a parte final do dispositivo, o réu estará autorizado a ser representado por seu advogado apenas quando sua participação nesse ato não puder se dar por meio de videoconferência ou de outro recurso tecnológico. Ocorre que tal exigência é de todo desnecessária, porque não está em consonância com as disposições do CPC e, ao cabo de contas, nada mais fará que sabotar a adoção e difusão do recurso que o próprio projeto de lei ora sob exame visa a inaugurar.

Evidentemente, na hipótese em que a parte ré deva prestar depoimento pessoal, em conformidade com os arts. 385 a 388 do CPC, poder-se-ia afirmar – aí, sim – que há uma espécie de



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

primazia, por assim dizer, da videoconferência sobre a representação do advogado, mas isso porque, nesse caso, sequer seria cabível cogitar a designação de mandatário para a prática de um ato processual que, como a própria expressão o nomina, é exclusivamente pessoal.

Finalmente, é preciso corrigir a ementa, que, ao remeter a “localidades muito distantes de onde resida o réu”, acaba por não corresponder com exatidão à alteração alvitada no corpo normativo da própria proposição.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do projeto, na forma da seguinte emenda substitutiva, com as alterações já citadas nominalmente.

Portanto, ficaria o seguinte:

“Art. 9º

.....

§5º Nas situações em que o réu resida em comarca distinta daquela onde tiver de ser realizada audiência, poderá ele ser representado por seu advogado, com poderes especiais para essa finalidade e para confessar, reconhecer a procedência do pedido, negociar, transigir e renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação.

§6º A representação a que se refere o §5º não poderá ser exercida para a prestação do depoimento [...] [obviamente, do réu].” (NR)

“Art. 13.

.....

§5º Admite-se a prática de atos processuais por meio de videoconferência ou outro recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - SC) – Muito bem.

Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - SC) – Pela ordem, Senador Major Olimpio.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. Pela ordem.) – A alteração é apenas com relação aos cíveis?

Porque, na prática, em se tratando de infrações de pequeno potencial ofensivo, inclusive, em relação à mesma alteração de comparecer representado, haja vista não haver a possibilidade de prisão, no caso, que V. Exa. ponderasse também a ampliação às próprias infrações criminais. Pelo potencial, pela prática, o indivíduo representado na audiência pelo advogado, não existindo a possibilidade ou a necessidade da prisão, que pudesse ser, inclusive, extensivo.

A SRA. SELMA ARRUDA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - SC) – Pela ordem, Senadora.

A SRA. SELMA ARRUDA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. Pela ordem.) – Apenas em relação ao poder específico de confessar.

Diante da própria letra da lei, que exclui do advogado a hipótese de prestar depoimento pessoal, eu gostaria de pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - SC) – Eu já tinha encerrado a discussão, Senadora. Não cabe mais vista.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Se me permitir, Sr. Presidente, responder à nobre Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - SC) – Pois não. V. Exa. tem a palavra.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Em deferimento e deferência à autora da proposição, que é a Senadora Maria do Carmo, lembrando que este projeto já é terminativo, se nós pudéssemos votar desta forma, apenas e especificamente no caso dos atos especiais cíveis, V. Exa. poderia apresentar um projeto como autora e discutiríamos numa próxima oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - SC) – Está perfeito.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Porque acho que aí, sim, nós levantaríamos uma polêmica e estaríamos, no caso, retardando a aprovação desse projeto, que é terminativo nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - SC) – Perfeito.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - SC) – Pois não, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Como se trata de uma primeira reunião...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Pela ordem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... e, tendo a Senadora Selma, a meu ver, tempestivamente... Não foi votado. Mas, sendo a primeira reunião e em se tratando de uma juíza...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - SC) – Sr. Senador...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É de bom alvitre...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - SC) – Não vai haver prejuízo, Senador Esperidião. Ela vai poder fazê-lo na fase subsequente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Três coisas são perigosas para a liberdade: o padre, o soldado e *el juez*. (*Risos.*)

Mesmo um homem de saia é perigoso! Um homem de saia é mais perigoso!

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - SC) – Louvo, Senador, a sua preocupação, mas ela não terá nenhum tipo de prejuízo, ela poderá oferecer parte do substitutivo na próxima sessão. Então, não há nenhum tipo de prejuízo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - SC) – A turno suplementar será submetido posteriormente.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Senador Jorginho, se me permite...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - SC) – Pois não, Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – É que já foi aberto aqui... A Senadora Simone – não estou querendo interferir no andamento da Casa – abriu o precedente. Devido ao fato de ser esta a primeira reunião e de vários Senadores não serem ainda conhecedores do Regimento, ela o faria de maneira mais informal, de modo a permitir, quando se abrir o precedente, que



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

haja certa liberdade nas suas manifestações. Foi essa a manifestação da Senadora Simone. Eu gostaria que esse precedente... Eu só queria lembrar essa situação.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - SC. *Fora do microfone.*) – O que V. Exa. acha, Senadora?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Se não podes atender a mim, atendes ao Tasso! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - SC) – A assessoria me ajuda aqui, dizendo que é um substitutivo, que será submetido posteriormente...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Peço a permissão de V. Exa. Esta é a primeira reunião. Nós não estamos querendo polemizar. Mas, da mesma forma como o eminente Senador pôde apresentar o seu ponto de vista...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – É claro! E, depois de um pedido de vista, não vejo nenhum prejuízo à reunião se atendermos à solicitação da eminente Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - SC) – Se a decisão for unânime...

A Senadora quer pedir vista? É isso? É unanimidade? (*Pausa.*)

Está concedida vista, então, a ela.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - SC) – Pela ordem, tem a palavra a Senadora autora.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fora do microfone.*) – Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - SC) – Pois não!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fora do microfone.*) – É que o microfone não está funcionando. (*Fora do microfone.*) (*Pausa.*)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, eu gostaria apenas de um esclarecimento como Relatora. Quero saber se a Senadora Selma diverge do parecer apenas em relação à palavra "confessar". Suprimiríamos, no §5º do art. 9º, a palavra "confessar", e, assim, ficaria o texto: "Nas situações em que o réu resida em comarca distinta daquela onde tiver de ser realizada a audiência, poderá ele ser representado por seu advogado, com poderes especiais para essa finalidade [...]." Tiraríamos a palavra "confessar". E continuaria: "[...] reconhecer a procedência do pedido, negociar, transigir e renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação." Tiraríamos apenas a palavra "confessar" e continuaríamos com o direito do advogado, com a procuração especial, de renunciar ao direito? É isso? Só tiraríamos a palavra "confessar"? *(Pausa.)*

Eu não vejo dificuldade nisso, nem acho que isso venha a atrapalhar. Eu já acataria de pronto, e nós iríamos para a votação terminativa e levaríamos já esse projeto para...

A SRA. SELMA ARRUDA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Perfeito, Senadora!

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - SE) – Sr. Presidente, quero fazer só uma pequena observação: a alteração que estamos analisando se restringe ao Juizado Especial Cível. O Código de Processo Civil – corrijam-me, por favor – já traz a previsão da possibilidade de o advogado, com poderes especiais, fazer a confissão. É uma confissão na seara cível, não está invadindo a seara criminal. Então, falo só por conta da condução, é a primeira reunião, talvez tenha ainda subsistido alguma dúvida nesse tema, mas é uma situação que já está definida no Código de Processo, essa possibilidade de que o advogado, com poderes especiais, faça a confissão daquela obrigação que está sendo debatida em juízo.

Então, eu sugiro a manutenção da redação já...

A SRA. SELMA ARRUDA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Então eu insisto no pedido de vista, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - SC) – Já foi concedido vista, eu quero pedir a compreensão de todos os senhores.

Item 2. Senadora Simone ainda continua... V. Exa. é Relatora da Consulta nº 1, de 2017.

ITEM 2**CONSULTA (SF) Nº 1, de 2017****- Não terminativo -**



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 101, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, a manifestação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) acerca da constitucionalidade das proposições de iniciativa legislativa que tenham como objeto a criação ou instituição de Fundos.

Autoria: Comissão de Assuntos Econômicos

Relatoria: Senadora Simone Tebet

Relatório: Favorável com voto nos seguintes termos: 1) são inconstitucionais, por vício de iniciativa, quaisquer projetos de lei de autoria parlamentar que instituam fundos orçamentários cujos recursos são geridos e empregados pelos órgãos dos Poderes Executivo ou Judiciário, pelo Tribunal de Contas da União, pelo Ministério Público da União ou pela Defensoria-Pública da União; 2) a iniciativa legislativa para a instituição de fundos orçamentários no âmbito da Câmara dos Deputados e do Senado Federal cabe aos membros ou comissões das respectivas Casas e 3) não há reserva de iniciativa às propostas de emendas constitucionais que instituam fundos orçamentários, podendo ser apresentadas, pelos legitimados previstos no art. 60, *caput*, da Constituição Federal, proposições que criem fundos no âmbito de qualquer dos Poderes.

Senadora Simone Tebet, V. Exa. tem a palavra.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para leitura de relatório.) – Obrigada, Sr. Presidente.

A CAE, por meio da Consulta nº 1, de 2017 – lembro-me muito bem da solicitação do Senador que era nosso Presidente, Senador Tasso Jereissati, que recebeu um requerimento naquela ocasião do Senador Romero Jucá –, solicita desta Comissão manifestação deste Colegiado sobre a constitucionalidade das proposições de iniciativa legislativa que tenham como objeto a criação ou instituição de fundos.

Na época, solicitava também o Senador Romero Jucá que fossem sobrestadas todas as proposições de autoria parlamentar que se encontrassem naquela Comissão e dispusessem sobre a matéria, enquanto pendente de resposta à consulta.

Análise.

Nos termos regimentais, compete a esta Comissão opinar sobre assunto de natureza jurídica ou constitucional que lhe seja submetido, em consulta, pelo Presidente, de ofício, ou por deliberação do Plenário, ou por outra Comissão. Com base no dispositivo, cabe a esta Comissão, portanto, manifestar-se sobre matéria constitucional sobre a qual haja dúvida de outra Comissão, mesmo quando a questão seja formulada em tese, não se referindo a uma proposição concreta.

Antes de iniciar o exame desta questão jurídica, julgamos essencial fazer alguns esclarecimentos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parece-nos claro que a consulta tem em mira proposições de autoria dos Parlamentares, ou seja, de membros do Poder Legislativo ou de quaisquer Comissões desta Casa. Já a referência à constitucionalidade deve, a nosso ver, ser entendida como a conformidade da proposição com as regras constitucionais de iniciativa legislativa. Com efeito, independentemente de eventual existência de vício de iniciativa, uma proposição que preveja a criação de fundo pode ser incompatível com a Constituição por outras razões. Por fim, entendemos que os fundos aludidos na consulta são apenas os fundos orçamentários.

Diante de todas essas considerações, vamos à análise. Podemos, da análise dos diversos dispositivos constitucionais, extrair que: (i) é possível a criação de fundos no âmbito de qualquer Poder; e (ii) a instituição de fundos requer autorização legislativa. Ademais, os recursos de cada fundo se destinam à realização dos objetivos identificados na sua lei de criação [...], cujas competências se relacionam aos fins do mesmo fundo.

Já na p. 3: portanto, se os fundos orçamentários são criados por lei, e se é possível a sua instituição no âmbito de quaisquer dos Poderes – cabendo a órgãos da intimidade desses mesmos Poderes a sua gestão –, a conclusão inarredável a que chegamos é que a iniciativa legislativa para a instituição de fundo é reservada ao órgão ou autoridade de cada Poder que detém a iniciativa legislativa para a criação dos órgãos responsáveis pela sua administração e pelo atendimento das finalidades que motivaram a instituição do fundo.

Citamos aqui um exemplo. Já há uma decisão – trouxemos aqui o acórdão – do Supremo Tribunal Federal.

Vamos pular esse acórdão e esse voto, já esclarecendo o que ele diz.

Por isso mesmo, tendo como base as normas constitucionais de iniciativa legislativa, especialmente em matéria de organização e funcionamento, podemos concluir que são de iniciativa privativa do Presidente da República leis que instituam fundos administrados por órgãos ou entidades do Poder Executivo; privativa da Câmara dos Deputados e do Senado Federal leis que instituam fundos geridos por essas Casas; privativa do Supremo e dos Tribunais Superiores, bem como do TCU, leis que instituam fundos geridos por eles ou por tribunais a eles vinculados; privativa do Procurador-Geral da República leis que instituam fundos no âmbito do Ministério Público da União; e do Defensor Público-Geral Federal leis que instituam fundos no âmbito da Defensoria Pública da União.

Os fundos administrados por órgãos e entidades do Poder Executivo devem, à luz do exposto, ser instituídos por lei de iniciativa do Senhor Presidente da República. O mesmo se pode dizer de leis que modifiquem, de qualquer modo, as normas que especificamente regem cada um desses fundos.

Passo ao final da p. 5.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A questão referente à aplicabilidade às emendas constitucionais das regras de iniciativa privativa estabelecidas para projetos de lei foi recentemente enfrentada pelo STF, no julgamento de medida cautelar.

(Soa a campanha.)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Como visto – eu não vou citar aqui o voto –, o tribunal entendeu que a regra de reserva de iniciativa não se aplica a emendas à Constituição Federal. Portanto, nós teríamos e temos competência para iniciativa das proposições quando sejam emendas constitucionais na instituição de fundos.

Existe precedente de emenda constitucional de iniciativa de Sras. Senadoras e Srs. Senadores e instituidora de fundo gerido pelo Executivo.

(Soa a campanha.)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Trata-se...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - SC) – Vamos respeitar a nossa Presidente, por favor.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Trata-se da Emenda Constitucional nº 31, de 2000, que instituiu o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. Os artigos foram regulamentados posteriormente por uma lei complementar originada de projeto de lei de autoria do Senhor Presidente, mas a iniciativa dessa PEC, dessa emenda constitucional foi de um Senador da República.

Entretanto, o comando de criação do fundo, seu período de vigência, sua finalidade, as espécies de recursos nele alocados constaram do texto da própria emenda constitucional. Não há dúvida, portanto, de que a instituição do fundo se deu por decisão do Constituinte reformador.

Voto.

Ante o exposto, o voto é no sentido de responder à consulta da CAE, nos seguintes termos: (1) são inconstitucionais, por vício de iniciativa, quaisquer projetos de lei de autoria parlamentar que instituem fundos orçamentários cujos recursos são geridos e empregados pelos órgãos dos Poderes Executivo ou Judiciário, pelo Tribunal de Contas, Ministério Público ou Defensoria; (2) a iniciativa legislativa para a instituição de fundos orçamentários no âmbito da Câmara dos Deputados e do Senado Federal cabe aos membros ou comissões das respectivas Casas...

(Soa a campanha.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E, por fim: (3) não há reserva de iniciativa – portanto, nós temos competência – às propostas de emendas constitucionais que instituam fundos orçamentários, podendo ser apresentadas, pelos legitimados previstos no art. 60, *caput*, da Constituição Federal, proposições que criem fundos no âmbito de qualquer dos Poderes.

É o relatório, que coloco à disposição de V. Exa., Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - SC) – Em discussão, Srs. e Sras. Senadores. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Só quero observar que acho...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - SC) – Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... o parecer de autoria da Senadora Simone Tebet supre uma lacuna muito importante ao delimitar o que se pode fazer e em que âmbito, como é o caso do item 3, ao assegurar que não há reserva para iniciativa sob a forma de proposta de emenda à Constituição.

Eu apenas gostaria de chamar a sua atenção para as PECs que estão sendo usadas para distribuir ônus pelos entes federados afora. Caberia, no item 3, deixar claro que isso não pode ser confundido com propostas de emenda à Constituição que estabeleçam fundos no âmbito da Federação, com encargos também rateados, os encargos respectivos, ou seja, as obrigações, rateadas por entes federativos. Seria a única sugestão que eu apresentaria. Não porque isso seja prioridade, mas, infelizmente, há iniciativas parlamentares que criam fundos e, a pretexto da criação de fundos, distribuem encargos por entes federados.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - SC) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Ninguém mais querendo discutir, passa-se à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Devolvo a Presidência à Senadora Simone Tebet.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O último item da pauta...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... tem a relatoria de V. Exa. Não sei se essa era a questão que V. Exa. iria formular...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Era exatamente essa. Muito obrigado, Excelência.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Item 8.

ITEM 8**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 429, de 2017****- Terminativo -**

Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, que dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 14, § 3º, inciso V e 17, da Constituição Federal, a fim de aplicar aos partidos políticos as normas sobre programa de integridade.

Autoria: Senador Antonio Anastasia

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Pela aprovação do Projeto

Observações:

- Votação nominal

Concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues para proferir o seu relatório.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para leitura de relatório.) – Obrigado, Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta Comissão examina o Projeto de Lei nº 429, de 2017, de autoria do Senador Antonio Anastasia, que acrescenta dispositivos à Lei 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos), para criar normas sobre programa de integridade que entrarão em vigor um ano após a publicação da lei que resultar da aprovação deste projeto.

Nos termos do projeto, o partido deverá prever, no respectivo estatuto, o programa de integridade, que consiste no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, controle, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades, e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes, inclusive estendidas a terceiros, com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados ou atribuídos ao partido.

O programa será avaliado de acordo com os seguintes parâmetros:

1- no âmbito do diretório nacional:

- treinamentos periódicos sobre o programa de integridade para filiados, empregados e dirigentes, bem como revisão periódica do referido programa;
- estrutura de controle interno e de auditoria interna;
- independência, estrutura e autoridade da instância responsável pela aplicação, monitoramento e fiscalização do programa de integridade, devendo a referida instância se reportar diretamente ao Presidente do partido ou ao Comitê de Ética, na hipótese de denúncia de envolvimento do Presidente em irregularidades ou quando este se furtar à obrigação de adotar medidas necessárias em relação à situação a ele relatada;
- verificação, nos processos de fusão e incorporação de partidos, do cometimento de irregularidades ou ilícitos ou da existência de vulnerabilidades nos partidos envolvidos;
- políticas específicas e detalhadas de integridade, no caso de gastos do partido considerados de maior vulnerabilidade quanto à ocorrência de irregularidades;

2- em todos os níveis de direção partidária:

- comprometimento da alta direção;
- padrões de conduta, código de ética, políticas e procedimentos de integridade aplicáveis a filiados, colaboradores, administradores, fornecedores e prestadores de serviço;
- registros contábeis completos;
- canais de denúncia de irregularidades e mecanismos de proteção de denunciantes de boa-fé;
- procedimento padrão de investigações internas;





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- diligências apropriadas para contratação.

O PLS impõe, ainda, a criação e divulgação do respectivo Código de Conduta e Integridade, que deverá dispor sobre: princípios, valores e missão do partido; orientações para a prevenção de irregularidades e de conflitos de interesses; e condutas vedadas aos integrantes ou colaboradores do partido.

O partido também deverá oferecer bianualmente treinamentos específicos sobre legislação eleitoral, controles internos, governança, padrões de conduta, código de ética, políticas e procedimentos de integridade e demais temas relacionados às atividades do partido. Por seu turno, a violação do programa de integridade passa a ser causa de cancelamento imediato da filiação partidária.

Por fim, o projeto de lei autoriza o ajuizamento, pelo Ministério Público ou por partido político, de representação perante a Justiça Eleitoral, formulada segundo o rito do art. 96 da Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997, em face de partido, em razão da falta de efetividade ou da inexistência do programa de integridade.

A procedência da ação sujeita o partido, na primeira hipótese, à suspensão do recebimento do Fundo Partidário, pelo período de três a doze meses, e, na segunda hipótese, à suspensão do recebimento do Fundo Partidário por doze meses. Todavia, o diretório nacional fica isento de tais sanções quando comprovar a efetividade do respectivo programa de integridade e ficar constatado em procedimento interno de apuração que somente os diretórios estaduais e/ou municipais são responsáveis pelas irregularidades.

Na justificação, o autor sustenta que partidos políticos devem ter procedimentos e controles robustos, a fim de evitar irregularidades e ilícitos, especialmente por lidarem com recursos públicos. Dessa forma, acredita ser imprescindível a adoção de programa de *compliance* aos partidos, que demonstre aos respectivos filiados o compromisso com valores éticos, repercuta...

(Soa a campanha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... na formulação de suas plataformas políticas e sirva como ferramenta de autocontrole e de orientação para as decisões da agremiação partidária, especialmente no tocante às operações de fusão e incorporação de partidos, ao recebimento de doações de alto valor e aos gastos de maior vulnerabilidade.

Em primeiro lugar, Sra. Presidente, passando para a análise, não há óbice de natureza constitucional ao PLS nº 429, de 2017.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No tocante à iniciativa, a Constituição Federal confere competência privativa à União para legislar sobre direito eleitoral, no qual está compreendido o direito partidário, bem como competência ao Congresso Nacional para dispor sobre essa matéria, nos termos dos arts. 22, I, e 48, *caput*.

Com relação à matéria tratada pelo PLS, as medidas propostas tampouco violam o disposto no art. 17 da Constituição Federal.

E, no caso em questão, não se trata de restringir a autonomia dos partidos políticos, mas exclusivamente de dotá-los de meios para que exerçam seu indispensável papel na sociedade – de instrumento para a atuação política do cidadão – com ética, transparência e responsabilidade em relação aos respectivos filiados e também ao povo brasileiro.

Quanto à juridicidade, o projeto é irretocável – não poderia ser diferente, Presidente, tendo vindo ele da lavra de um dos melhores juristas que temos no Congresso Nacional, que é o Senador Anastasia –, visto que: o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos, qual seja, via edição de lei ordinária, é o adequado; o assunto nele vertido inova o ordenamento jurídico; possui o atributo da generalidade; se afigura dotado de potencial coercitividade e é compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio.

A proposição está em conformidade com as normas regimentais e não necessita de reparos no tocante à técnica legislativa.

Quanto ao mérito, o projeto, permita-me aqui adjetivar, é mais do que louvável e deve ser aprovado na íntegra.

Como sabemos, a transparência nos espaços públicos de poder proporciona maior interação da sociedade com seus representantes e responsabilização pelos atos ilícitos, ampliando a qualidade de nossa democracia. Do mesmo modo, quanto mais transparente a atuação dos partidos políticos, maior o poder de fiscalização por parte de filiados e eleitores, seja dos atos *interna corporis* praticados pelos gestores de cada partido, seja das atividades que revelam a própria identidade da agremiação perante a sociedade, como a arrecadação e os gastos dos recursos públicos e privados recebidos.

Conforme registrado pelo TSE, os partidos políticos são essenciais para a conformação do regime democrático, já que o exercício do mandato político que o povo outorga a seus representantes dá-se necessariamente por intermédio dos partidos.

Dessa forma, é imprescindível a adoção de medidas que garantam que a atuação dos partidos seja pautada pela responsabilidade e transparência e que resgatem a confiança da população em tais entidades.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, é salutar, como propõe o projeto de lei, que os partidos instruem periodicamente seus empregados e filiados, inclusive os detentores de mandato eletivo, quanto à missão e os valores do partido e às normas legais e internas a serem cumpridas, bem como que apurem toda e qualquer irregularidade, desvio e fraude, punindo, inclusive com a expulsão, aqueles cuja conduta seja incompatível com o respectivo programa de integridade e evitando que condutas irregulares isoladas maculem a imagem de todo o partido perante a sociedade.

Igualmente oportuna é a adoção de mecanismos voltados ao controle interno e à transparência no tocante à arrecadação de receitas e realização de despesas no âmbito do partido. A medida constitui salvaguarda para todos os filiados, porquanto visa a evitar eventual arrecadação ou gasto ilegal por parte de determinado filiado ou candidato, bem como a posterior responsabilização dos órgãos de direção do partido.

Do mesmo modo, parece-nos oportuno e conveniente que o Poder Judiciário seja instado a apreciar o cumprimento de tais medidas e sancione com perda temporária do direito a parcela do Fundo Partidário, caso determinada agremiação descumpra o dever de manter e cumprir efetivamente o programa de integridade.

Ao tempo em que moralizam e tornam transparente a atuação de cada agremiação partidária, as medidas ora propostas permitirão que cada vez mais cidadãos se envolvam com as atividades dos partidos, propaguem suas propostas e valores...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fazendo soar a campanha.*) – Desculpe-me, Senador Randolfe.

Eu gostaria de pedir mais uma vez silêncio da plenária. Nós não estamos conseguindo ouvir o voto do Relator, que já está concluindo. Nós já estamos encerrando esta reunião. Teremos que abrir imediatamente uma reunião extraordinária conjunta entre CCJ e CRE, cujo Presidente já está aqui. Estamos no último item da pauta. Eu pediria a V. Exas. um pouquinho de silêncio. Entre uma reunião e outra vamos dar um ou dois minutos para que os assessores possam auxiliar os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras.

Por favor, continue, Relator.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Presidente.

Ao tempo em que moralizam e tornam transparente a atuação de cada agremiação partidária, as medidas ora propostas permitirão que cada vez mais cidadãos se envolvam com as atividades dos partidos, propaguem suas propostas e valores e financiem as campanhas eleitorais de candidatos de partidos com os quais mais se identifiquem.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, acredito que a existência de código de conduta e de programa de integridade no âmbito de cada partido não apenas orientará os trabalhos dos respectivos gestores e demais filiados, como também auxiliará a resolução de litígios entre os respectivos membros, seja pelos próprios órgãos de direção, seja pelo Poder Judiciário.

Acrescento, Sra. Presidente, e assim me permita o autor do projeto, dois aspectos.

Primeiro, eu queria agradecer a honra de relatar, Senador Anastasia, uma matéria de tamanha importância aqui. Repito o que destaquei na análise ora efetuada: o projeto é irretocável quanto à técnica legislativa, à juridicidade – e em relação a esses aspectos não poderia ser diferente, como já destaquei, por conta do autor da matéria.

Quanto ao mérito, ele vem ocupar uma gravíssima lacuna que nós temos, historicamente, na formação dos partidos políticos no Brasil.

Veja, Sra. Presidente, se, durante o arbítrio, no sistema do bipartidarismo, os partidos tinham algum tipo de vinculação com o Estado, a Constituição de 1988, notadamente no seu art. 17, que confere autonomia aos partidos políticos, no dizer da maioria dos doutrinadores, conferiu ao partido político a personalidade jurídica de entidade de direito público interno.

Ora, Sra. Presidente, mais recentemente, com a adoção em função do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal e pondo fim ao financiamento privado de campanhas, e, por conseguinte, com a adoção dos fundos públicos, do fundo partidário e do fundo especial eleitoral, os partidos políticos, nós passamos a ter no Brasil quase que em definitivo um sistema de financiamento público de campanhas. Ao que pese o mérito de quem é a favor ou contra, essa é a realidade que a legislação impõe atualmente. Só que, ao passo em que aprovamos isso na legislação brasileira, nós não aprovamos o sistema de controle sobre isso. E o que pesa são reiteradas denúncias de que se tem noticiário sobre a utilização indevida de recursos públicos por parte de partidos políticos. As denúncias vão da utilização de contas de candidaturas *fakes* ou de candidaturas laranjas; as denúncias vão pela utilização inadequada dos recursos públicos que foram destinados; ou as acusações muitas das vezes aos partidos são por privilegiarem recursos para um grupo de candidatos em detrimento do conjunto dos candidatos da agremiação política.

Seja por uma razão ou por outra, não é possível esse sistema de financiamento vigorar se não tiver também o acompanhamento das instituições de controle, como é o caso do Ministério Público.

Essa norma proposta pelo Senador Anastasia traz ao nosso direito eleitoral partidário brasileiro um sistema de *compliance*. É mais do que justo e adequado que um partido político, uma entidade de direito privado que recebe recursos públicos seja fiscalizada por seus filiados, mas em especial seja fiscalizada também pela sociedade brasileira.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, concluindo, reiterando sem nenhum retoque à matéria e agradecendo a honra de ter sido designado Relator, o meu voto, em razão do exposto, é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei do Senado 429, de 2017, e, no mérito, por sua aprovação na íntegra.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador.

Em discussão a matéria.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sra. Presidente, eu queria pedir vista ao projeto de lei.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vista concedida.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Sra. Presidente...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vista coletiva.

Uma vez que nós não podemos discutir a matéria e nós encerramos todos os itens da pauta, agradecendo aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras, acho que esta foi uma primeira reunião produtiva. A partir da quarta-feira que vem, vamos procurar ser rigorosos no cumprimento do Regimento Interno.

Eu gostaria apenas de convidar os colegas para permanecerem. Nós vamos encerrar esta reunião e vamos já abrir a reunião conjunta com a CRE para discussão de um único item, que é o item que estive ontem na pauta, que é o Projeto de Lei 703.

Eu pediria às Sras. e aos Srs. Senadores que permanecessem.

Dou por encerrada, neste momento, a presente reunião.

Está encerrada.

(Iniciada às 10 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 40 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA (3ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (2ª REUNIÃO), EM 20 DE FEVEREIRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às onze horas e quarenta e um minutos do dia vinte de fevereiro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Nelsinho Trad, reúnem-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Fernando Bezerra Coelho, Marcio Bittar, Marcelo Castro, Dário Berger, Daniella Ribeiro, Antonio Anastasia, Tasso Jereissati, Elmano Férrer, Oriovisto Guimarães, Rose de Freitas, Selma Arruda, Rodrigo Cunha, Lasier Martins, Major Olimpio, Veneziano Vital do Rêgo, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Weverton, Jorge Kajuru, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Acir Gurgacz, Rogério Carvalho, Paulo Rocha, Jaques Wagner, Telmário Mota, Otto Alencar, Angelo Coronel, Arolde de Oliveira, Sérgio Petecão, Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Zequinha Marinho, Wellington Fagundes, Romário, Soraya Thronicke, Zenaide Maia e Chico Rodrigues. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, José Maranhão, Ciro Nogueira, Cid Gomes, Humberto Costa, Fernando Collor, Jarbas Vasconcelos, Mara Gabrili e Kátia Abreu. Registram a presença os Senadores Izalci Lucas, Paulo Paim e Jayme Campos. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 – Projeto de Lei nº 703, de 2019 – Não Terminativo – que: "Dispõe sobre o cumprimento de sanções impostas por resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, incluída a indisponibilidade de ativos de pessoas naturais e jurídicas e de entidades, e a designação nacional de pessoas investigadas ou acusadas de terrorismo, de seu financiamento ou de atos a ele correlacionados; e revoga a Lei nº 13.170, de 16 de outubro de 2015." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Favorável ao Projeto com onze emendas que apresenta, favorável às Emendas nº 4 e 6 (todas de redação), e contrário às demais Emendas. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto e às Emendas nº 4-CRE-CCJ e 6-CRE-CCJ a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

17–CRE–CCJ (todas de redação), e contrário às demais Emendas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Nelsinho Trad

Presidente em exercício da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Sras. e Srs. Senadores, invocando a proteção de Deus, havendo número regimental, declaro aberta a reunião conjunta das Comissões permanentes, sendo a 3ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e a 2ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião tem destina-se à deliberação de item único, o Projeto de Lei nº 703, de 2019.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sr. Presidente, como é que fica o painel? Vale a marcação da presença?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – É, das duas Comissões. Elas se alternam.

ITEM 1**PROJETO DE LEI Nº 703, de 2019****- Não terminativo -**

Dispõe sobre o cumprimento de sanções impostas por resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, incluída a indisponibilidade de ativos de pessoas naturais e jurídicas e de entidades, e a designação nacional de pessoas investigadas ou acusadas de terrorismo, de seu financiamento ou de atos a ele correlacionados; e revoga a Lei nº 13.170, de 16 de outubro de 2015.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: a ser apresentado.

Observações:

- Em 19/02/2019, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Rogério Carvalho;

- O Senador Antonio Anastasia relata a matéria pela CCJ e CRE.

O relatório é favorável ao projeto, com 11 emendas de redação que apresenta, contrário às Emendas nºs 1 a 3.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Anastasia para proferir o seu relatório.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Pois não.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Apenas faço uma indagação à Mesa sobre o regime de tramitação dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Houve um acordo de Lideranças para que o projeto fosse votado numa reunião extraordinária conjunta. Vamos ouvir o relatório do Senador Antonio Anastasia e colocar em discussão.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Com toda a vênica, V. Exa. não respondeu a minha pergunta. O regime de tramitação da matéria qual é?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Como há acordo de Líderes, é de urgência.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Acordo de Líderes não vincula o regime de tramitação. Estou questionando a Mesa sobre o regime de tramitação, se há urgência.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Nós vamos responder à questão de ordem de V. Exa.

Enquanto isso, o Senador Anastasia faz a leitura do relatório.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Só estou indagando V. Exa. a respeito disso porque...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Assiste razão a V. Exa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... eu conheço um pouquinho o Regimento do Senado, embora eu ainda esteja engatinhando nesta nova função, e entendo que não é o caso de urgência. Se for essa a interpretação da Mesa, eu farei a questão de ordem para fundamentar a ausência de condições regimentais para tal, porque, não estando a matéria em urgência, cabe vista. É por essa razão que estou fazendo a indagação.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Nós vamos consultar a assessoria da Comissão. Responderemos no momento oportuno à questão de ordem de V. Exa.

Com a palavra o Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Para leitura de relatório.) – Muito obrigado, Sr. Presidente...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sr. Presidente, para responder à questão de ordem, a própria convocação já esclarece, pelo art. 353 do Regimento Interno, que é o que está assinalado. A urgência no caso se dá porque a matéria em apreciação tem prazo. Diz o



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

parágrafo único do art. 353, que é o da convocação: "Terão, ainda, a tramitação prevista para o caso do art. 336, II, independentemente de requerimento [e houve o requerimento de todos os Líderes, de blocos e de partidos], as proposições sujeitas a prazo, quando faltarem dez dias para o término desse prazo". O prazo alegado expira no dia 19 de fevereiro, ontem. Portanto, é uma urgência pretérita, baseada em quê? No recesso parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Senador Esperidião, diz o Regimento, de que se socorre a assessoria da Comissão:

Seção V

Da Urgência que Independe de Requerimento

[...]

Parágrafo único. Terão, ainda, a tramitação prevista para o caso do art. 336, II, independentemente de requerimento, as proposições sujeitas a prazo, quando faltarem dez dias para o término desse prazo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O prazo é muito mais premente do que o exigido pelo Regimento. E além disso...

(Interrupção do som.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... houve uma manifestação expressa... *(Fora do microfone.)*

... de todas as Lideranças do Senado, diante da prescrição do prazo, mais do que exiguidade.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Perfeitamente.

Com a palavra o Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Nobre Presidente Nelsinho Trad, apenas quero consignar que, a partir da fala de V. Exa. agora suscitando fundamento para tal urgência, a urgência nesse caso seria em razão de projeto sujeito a prazos. Não é o caso. Essa matéria não veio com esta vinculação de projeto sujeito a prazos, quando há a previsão de dez dias para expirar. Não é o caso dessa matéria, que não veio com urgência constitucional para esta Casa. E, além disso, a outra via possível seria a aprovação de requerimento de urgência, o que também não houve.

Então, apenas estou sublinhando aqui a ausência de urgência, até porque isso acaba gerando um precedente, o que acho não ser uma trilha muito adequada.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, Sr. Presidente...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Senador Marcos, quero apenas responder a V. Exa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu estou fazendo essa ponderação com base no art. 353 do Regimento, combinado com o 336, II, da norma de regência interna, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Apenas vou responder a V. Exa.: o Presidente Davi, em reunião com os Líderes, encaminhou um acordo de Lideranças para que essa matéria pudesse ser apreciada e votada numa sessão extraordinária das duas Comissões, como está ocorrendo, e, em função desse acordo e pelo prazo, dá-se o seu regime de urgência. Então, encontra-se na Ordem do Dia do Plenário...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – ... como item 1, em urgência, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – O acordo prevalece se houver entendimento. Se não houver entendimento, o acordo se desfaz. É preciso que haja o entendimento sobre o mérito da matéria, senão não é possível o entendimento ultrapassar o debate sobre o mérito, que é a questão essencial.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Respondo a V. Exa. que esse acordo foi encaminhado no Plenário, não dentro de uma Comissão, de uma minoria.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Tudo bem, mas isso não tira a prerrogativa do Senador de ter o direito de fazer o debate de mérito nas instâncias e nas Comissões do próprio Senado. Então, eu acho que essa é uma questão relevante.

É preciso que haja a compreensão do Relator, já que se trata de um entendimento. O Relator e todas as Lideranças devem buscar um entendimento, para que a matéria possa sair daqui aprovada, para que a gente possa cumprir o nosso acordo de Lideranças. Caso contrário, não há acordo de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lideranças quando isso atropela e ultrapassa o limite das nossas crenças, daquilo em que a gente acredita e do que a gente acha que é o mais correto.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Apenas para constar...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Major Olímpio e, depois, o Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, eu pedi a palavra também.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – O Senador Fernando Bezerra está na sequência.

O Senador Major Olimpio está com a palavra.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. Pela ordem.) – Eu gostaria de encarecer aos nobres Senadores um consenso a respeito dessa matéria para que pudéssemos colocá-la no Plenário e votá-la, tudo na condicionante do "apesar de". É corrente, notório e já ponderado ontem, na reunião do Colégio de Líderes, ao Presidente Alcolumbre que se passasse a dar cumprimento à resolução desta Casa no sentido de que o Senado deixe de ser a Casa da pressa, da última hora, do não há mais tempo para discutir, do deixa para lá, do faz assim mesmo. Inclusive, para as medidas provisórias com prazo de 120 dias, para aquelas que não derem entrada no Senado com pelo menos 30 dias, não há a manifestação do Senado. Trata-se de uma questão de respeito a esta Casa.

Com relação à necessária manifestação e aprovação da Câmara e do Senado, muito embora a votação do Senado... O encaminhamento para esta Casa se deu no dia 13. O Brasil é signatário, faz parte da ONU, das resoluções do Conselho de Segurança da ONU. Sabemos que há limitações ou imposições. Todos os países da OCDE, países da Europa e da América Latina, como o México, a Argentina, o Chile, que também são signatários, já se adequaram às exigências. A partir do final de fevereiro, existe a possibilidade de sanções e obstruções, principalmente de natureza comercial, ao Brasil.

No Brasil, nós estamos em um momento não de discutirmos se deveria ter sido feita essa ação até 31 de dezembro ou de 31 de dezembro para cá. Ocorre que a própria... Quando dá o prazo do final de fevereiro... A reunião do conselho, para a qual se deslocou o Ministro da Justiça, Sérgio Moro, vai de hoje a 23.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Reconheço todas as posições colocadas pelos nossos Líderes, mas encareceria o esforço de uma construção e a possibilidade de eventuais alterações que fossem de natureza redacional...

(Soa a campanha.)

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – ... para que não fosse necessário o retorno para a Câmara dos Deputados.

Repito que reconhecemos que os prazos, o espaço de tempo para amadurecimento e discussão e o respeito aos 81 representantes dos Estados não estão acontecendo, mas o que está em jogo, neste momento, é algo maior, para que o País não seja preterido, censurado, impedido de ter relações comerciais com o setor financeiro, que são mais do que necessárias neste momento.

(Soa a campanha.)

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Lembro que o fulcro maior da providência está direcionado ao terrorismo, a uma excepcionalidade da excepcionalidade.

Na Câmara dos Deputados, na feliz relatoria do Deputado Efraim, quaisquer óbices que pudessem ensejar uma dificuldade de identificação do que é ação de um movimento social e do que é um ato de terrorismo, o terror, a tragédia, a barbárie da ação contra a sociedade e contra os países...

(Soa a campanha.)

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – ... já se fizeram superados.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Peço que conclua.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Então, eu encareço humildemente, até sendo sabedores do desrespeito a esta Casa, a relevância de ter a construção consensuada e votada pela urgência, para o Brasil não perder mais do que já está perdendo.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra a Senadora Simone Tebet, na ordem de inscrição.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente, até como Presidente desta reunião conjunta, eu gostaria de esclarecer aos Srs. Senadores que nós fomos convidados a participar do final da reunião dos Líderes, quando houve unanimidade dos Líderes concordando em retirar um projeto que estava em regime de urgência na pauta da Ordem do Dia do Plenário.

Consequentemente, continua em regime de urgência, ainda que concordemos ou não, Senador Marcos, porque senão tínhamos que discutir isso lá até para podermos ter tempo de entrar com o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

requerimento de urgência no Plenário. Nós não entramos com o pedido de urgência no Plenário porque constava, na pauta da Ordem do Dia, a urgência nos termos do art. 353.

É um direito de cada Parlamentar discutir a urgência ou não em plenário. De qualquer forma, veio para esta Comissão conjunta como um requerimento com projeto em urgência.

Portanto, cabe a nós ouvirmos o Relator, discutirmos o projeto, aceitarmos ou não as emendas, votarmos o projeto favoravelmente ou não. Se esse projeto for hoje para o Plenário, discutiremos em plenário – lá é o foro competente – a questão da urgência. Lembro, repito: a pauta, que é publicada antecipadamente, previa a urgência. Aliado a isso, nós não podemos nos esquecer de que foi a unanimidade dos Líderes que pediu ao Presidente para retirar o projeto. O Sr. Presidente retirou o projeto pautado, baseado no acordo dos Líderes, dos nossos Líderes, para que pudéssemos fazer esta sessão conjunta.

Repetindo, de forma muito modesta, dando minha opinião, entendo que qualquer Parlamentar pode discutir essa questão de urgência, mas é uma questão a ser levada ao Plenário do Senado Federal para nele ser discutida.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Presidente, só quero fazer aqui uma consideração. Sou o Senador Weverton. Quero só esclarecer, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Pois não.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – O assunto, a matéria, o mérito, nós compreendemos a importância deles, tanto que a maioria dos Líderes, quase todos os Líderes da oposição estão ajudando no sentido de que ela seja tramitada. Agora, não dá para concordar com o argumento que foi dado agora, Major Olimpio, porque, primeiro, se fosse unânime, se isso já estivesse resolvido, já ia direto para o Plenário, não precisaria nem se trazer para cá. Então, não havia unanimidade, mas a gente compreende que é importante se resolver logo, por conta do prazo.

Quero registrar isso e fazer aqui uma reclamação, porque aqui esse trabalho de obstrução ou de tentativa de alongar ainda mais deveria ser feito por nós, da oposição. Então, estão tirando a nossa tarefa aqui, e isso é muito ruim. Então, vocês tratem de organizar a base e o grupo de vocês, para a gente poder saber o que a gente vai discutir aqui de verdade.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Comungo da reclamação do Senador, porque estão obstruindo a oposição.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Senador Fernando Bezerra...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Pela primeira vez...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu queria trazer aqui algumas informações adicionais para que os nossos Senadores e Senadoras pudessem refletir sobre a necessidade de que a gente possa deliberar em relação à proposta do Senador Anastasia, que já busca aprimorar o texto que foi discutido, debatido no Plenário da Câmara dos Deputados, através da relatoria do Deputado Efraim, do Partido dos Democratas. Ele fez um belíssimo trabalho no sentido de resguardar os interesses do nosso País em uma questão tão sensível.

Mas é importante que a gente compreenda que o Brasil, como membro do Gafi, que é o grupo que acompanha, dentro do Conselho das Nações Unidas, a questão de lavagem de dinheiro e do combate ao terrorismo... São 35 países que se reúnem e que tomam decisões no sentido de coibir a lavagem do dinheiro e de coibir as atividades que estimulam o terrorismo. Nós somos o único País, desde 2010, que não está atendendo as recomendações da terceira rodada de avaliação. É o único País a não fazê-lo! E, no ano passado, em conferência do Gafi, foi adotada uma medida dando prazo para que o Brasil pudesse atender a essas demandas que os outros países-membros já tinham adotado, até fevereiro deste ano, e daí a urgência da matéria.

Eu, como Senador, votei um projeto na Comissão de Relações Exteriores, fui Relator de um projeto de autoria da Senadora Ana Amélia que buscava que essa questão estivesse resolvida no final da Legislatura passada, mas o texto não foi compreendido na Câmara como sendo o texto final. Por isso é que se encaminhou outro projeto de lei. Ele foi apreciado no Plenário da Câmara, foi melhorado. E nós estamos agora aqui para poder melhorar mais ainda com a emenda de redação que está proposta pelo Senador Anastasia, no sentido de chegarmos a um amplo entendimento.

Quero aqui consignar – e é verdade – que os partidos de oposição aqui, através de Weverton, através do Senador Jaques Wagner, têm demonstrado interesse em se acordar um texto que possa resguardar tudo que está em debate. Portanto, quero dizer que a oposição tem sido cooperativa.

Quero fazer um apelo ao meu companheiro Marcos Rogério para que a gente possa atender ao apelo do nosso Presidente Davi Alcolumbre de ver essa matéria deliberada no Plenário hoje à tarde. Na realidade, ela passa aqui por esta reunião conjunta para dar mais segurança sobre aquilo que nós estamos deliberando, porque nós podemos votar o requerimento de urgência no Plenário, designar um Relator de Plenário e botar a matéria em votação em Plenário. Mas nós estamos querendo aprofundar a discussão para que a matéria possa chegar mais amadurecida ao Plenário.

Eu quero trazer aqui uma informação que recebi da Presidência do Banco Central: o Gafi está reunido hoje em Paris, e o representante dos Estados Unidos queria tratar a situação do Brasil hoje. A





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

representação brasileira pediu para adiar esse debate para o dia de amanhã, tendo em vista o esforço que o Congresso Nacional está fazendo.

Qual é o risco disso? O que está em jogo? É que, se houver agora uma penalização ao Brasil, o Brasil vai ser incluído na lista negra do Gafi. O que isso implica? Implica ser tratado como Coreia, como Sudão, como Irã. E o Brasil tem uma relação internacional no comércio, nas finanças internacionais! O que isso implica? Implica que o Brasil vai ser penalizado do ponto de vista da cobrança de juros, de riscos, que vão ser imputados a este País.

Aos que porventura estejam achando que estou exagerando, quero lembrar aqui que cortes americanas, baseadas nas decisões do Conselho de Segurança Nacional, têm aplicado multas a instituições financeiras de países que não cumprem isso. Eu quero dar aqui o exemplo de um banco francês, o Paribas, que foi multado em mais de US\$15 bilhões por fazer operação com o Irã e com o Sudão.

Então, nós precisamos fazer uma reflexão: cuida-se aqui de proteger os interesses nacionais em cima de uma legislação que está pacificada nos países-membros do Gafi. E, afora os países-membros, mais de 200 países no mundo têm atendido a recomendação do Gafi.

Então, eu queria fazer um apelo. De fato, o meu amigo Senador Weverton tem razão: a base do Governo tem que se organizar. E a gente precisa se organizar. Eu me coloco à disposição. Tendo sido distinguido como Líder do Governo nesta Casa, a partir do dia de hoje eu irei procurar todos os Senadores previamente, para que a gente possa discutir previamente com os Líderes partidários desta Casa, a fim de criar consensos, até na possibilidade das divergências, e de fazer com que as matérias possam tramitar.

Eu queria fazer esse apelo aos membros da Comissão de Relações Exteriores e aos membros da Comissão de Constituição e Justiça, tendo em vista o amadurecimento dessa matéria no Senado desde o ano passado, com as discussões que foram travadas no Plenário da Câmara, com a participação do Relator, o Deputado Efraim, que nos prestigia com sua presença aqui, e agora com o esforço do Senador Antonio Anastasia, com a colaboração de diversos Senadores, como Otto Alencar, Eduardo Braga, Weverton, Jaques Wagner, no sentido de se chegar a um texto que possa atender as expectativas dos Senadores, um texto equilibrado, um texto justo, mas que faça com que o Brasil possa, de fato, cumprir essas determinações do importante órgão das Nações Unidas.

Portanto, Sr. Presidente, são essas as observações que eu trago para a reflexão dos meus pares.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Tem a palavra o Senador Eduardo Braga.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente, quero, primeiramente, cumprimentar o nosso Fernando Bezerra pela indicação do Senhor Presidente da República para exercer a função de Líder do Governo nesta Casa.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, eu queria dizer que no Brasil é muito comum a gente começar a falar nome de siglas como se esses nomes fossem muito importantes. E aí a gente começa a dizer "OCDE". Será que o povo sabe o que é OCDE? Será que o povo sabe o que é o Gafi? Esta é a definição do que é Gafi: é uma política intergovernamental estabelecida em 1990 por decisão tomada pela cúpula de Paris, pelo G7. Ele não é membro da OCDE.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O Brasil não é membro.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – E o Brasil não é membro da OCDE. Agora, isso não ilide, isso não exclui a necessidade de nós avaliarmos com absoluta prioridade essa questão.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Correto!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Outro fato é que a pauta publicada pelo Senado não está representando exatamente o que aconteceu ontem na reunião de Líderes, e é preciso repor a verdade. Não houve deliberação sobre requerimento de regime de urgência; houve entendimento – e eu sei que V. Exa. lá não estava. O que houve foi o entendimento em nome do bom senso, depois de ouvirmos as colocações do Presidente Davi e do Líder Major Olimpio, que trouxeram para o Colegiado de Líderes os argumentos que ora estamos aqui deixando claros para o povo brasileiro, que nos acompanha.

Portanto, a pauta como publicada não representa o espelho da reunião que houve, e acredito que foi um equívoco.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Se foi anterior, é pior ainda, porque não havia deliberação do Plenário sobre regime de urgência.

O art. 353 do Regimento Interno, que aqui está na minha mão, é muito claro:

Art. 353. São consideradas em regime de urgência, independentemente de requerimento:

I - com a tramitação prevista para o caso do art. 336, I, matéria que tenha por fim:

a) autorizar o Presidente da República [não é o caso] [...];





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

b) aprovar o estado de defesa e a intervenção federal [não é o caso] [...];
II - com a tramitação prevista para o caso do art. 336, II, a matéria que objetive autorização para o Presidente e o Vice-Presidente da República se ausentarem do País [não é o caso] [...].
Parágrafo único. Terão, ainda, a tramitação prevista para o caso do art. 336, II, independentemente de requerimento, as proposições sujeitas a prazo, quando faltarem dez dias para o término desse prazo [também não é o caso].

O caso é que existe uma reunião do Gafi, e existe uma necessidade de nós, na terceira rodada, estarmos de acordo. Por isso houve um esforço de todos nós em torno do Senador Anastasia para propormos um texto, em que nós possamos ter a segurança de a nossa Constituição ser respeitada diante de um acordo internacional, para que as garantias individuais e coletivas previstas na nossa Constituição sejam preservadas.

Portanto, há um esforço de todos nós. Mas é preciso repor a verdade de que esse é um esforço dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras para atender o interesse público nacional, não por estarmos sendo tutelados por qualquer entidade internacional que venha nos dizer como devemos enfrentar os nossos problemas. Não! Nós queremos aqui dar uma demonstração colaborativa pelo engrandecimento e pelo respeito à nossa Nação, mas não estabelecer condicionamento em cima de situações que não são previstas na nossa Constituição.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra a Senadora Daniella Ribeiro.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras, na realidade, rapidamente, eu gostaria de fazer só um registro, cumprimentando o Senador Fernando Bezerra, parabenizando-o pela nova missão: eu não me sinto incluída nessas observações que foram feitas, até porque esse momento foi fundamental para todos os Líderes e as Líderes que estiveram na reunião ontem com o Presidente, representando os Senadores, quando, com muito zelo, com muito cuidado, trouxemos questões que foram levantadas diante do estudo da matéria e que nos preocupavam.

Então, esta reunião hoje – é bom que se diga –, com o acordo de todos, está acontecendo justamente por esse entendimento e pela sensibilidade do Presidente, o que é preciso registrar, de entender que todos nós precisávamos de um tempo, pois não participamos, muitos de nós, desse calendário que V. Exa. trouxe aqui.

Então, eu me sinto na responsabilidade de fazer a análise, de trazer, inclusive, contribuições. Quero parabenizar já o Senador Anastasia e o Senador Eduardo Braga, que já atenderam a minha





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

expectativa. Eu já vinha com minha equipe trabalhando em cima de algumas questões que não estavam claras e que me incomodavam.

Então, acho que estamos cumprindo o nosso papel. O Senado está cumprindo o seu papel. Eu quero parabenizar as duas Comissões por terem esse entendimento e por, aqui, neste momento, estarmos deliberando diante de uma situação que não está posta para nós sobre o que passou. Sobre o que existe agora, não adianta vir pressão, porque eu digo logo: o meu mandato eu não faço pressionada por ninguém, nem por quem é de fora, nem por quem é de dentro. Como diz a história, eu o faço analisando com muito cuidado e responsabilidade. E acho que todos nós estamos fazendo isso aqui.

Parabenizo todos os Senadores e Senadoras por isso.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra o Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Sr. Presidente Nelson Trad, Sra. Presidente Simone Tebet, colegas Senadoras e Senadores, eu começo parabenizando, desejando boa sorte ao colega pernambucano Senador Fernando Bezerra na missão de organizar isso, como Líder do Governo, desde que a gente tenha sempre o direito ao contraditório. Organize o Exército, mas deixe para nós o direito de tentar aprimorar.

Segundo, eu acho que esta Casa, assim como a Câmara dos Deputados, funciona cumprindo os acordos feitos, e ontem foi feito um acordo. Portanto, eu acho que o nosso esforço é para, perante o Presidente da Casa, cumprir o acordo que todos os Líderes, inclusive o Líder do meu Partido, assumiram.

Então, só quero pontuar isso, para que não pareça que há alguma tentativa aqui de procrastinação. Entendo, como disse o Líder do Governo, que isso é uma espécie de troféu que o Ministro da Justiça quer apresentar na reunião do Gafi. Eu só queria repor as coisas no lugar: não é verdade que não existe uma lei para atendimento dessa exigência do Gafi. Essa lei foi publicada em outubro de 2015, quando, por acaso, eu era o Chefe da Casa Civil do Governo da Presidenta Dilma Rousseff. Portanto, há uma lei no Brasil para atender às exigências do Gafi, tanto que esta lei cancela, anula a lei anterior. O Gafi, que não tem essa prerrogativa, insiste em que a lei brasileira não atende àquilo que o Gafi acha que é o correto. Então, só quero repor isso, para que os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras não achem que nós estamos inventando a roda. A lei existe e foi promulgada pela Presidente – eu estava na Casa Civil – no dia 15 ou 16 de outubro de 2015.

O Gafi se insurge – não sei se a ele é dado o direito de se insurgir, porque ele não é órgão da ONU – contra a nossa decisão, e aí vem um problema. Eu quero dizer aqui que minha cabeça é de engenheiro e que eu não gosto de ficar dando volta. Na minha opinião, o ótimo sempre foi inimigo do bom e amigo do péssimo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à lei, do ponto de vista do meu Partido, nós não temos nenhum problema. Eu já transmiti isso ao eminente Relator, o colega Anastasia, que fez um esforço para corrigir – perdoe-me o termo – uma jabuticaba colocada pela Câmara dos Deputados. Qual é a jabuticaba? A lei que existe, assinada por todos os membros do Gafi, fala de resolução do Conselho da ONU; para isso, ela é aplicada. Nós inventamos: admitimos a possibilidade, e o Relator sabe disso porque conversei com ele, de que uma autoridade de outro país, a juízo da interpretação de que aquilo tem vínculo com a decisão da ONU, possa vir a indisponibilizar bens. E eu não estou falando de pessoas físicas, nem estou falando de movimentos sociais. Estou falando que podem indisponibilizar bens de empresas brasileiras que comercializem lá fora.

Então, eu quero saber por que eu tenho que dar, já que nenhum país... Repito e peço até à assessoria da Comissão de Relações Exteriores que busque qual é o país, dos 35 signatários, que tem a inciso II do art. 3º, que a Câmara dos Deputados colocou. Não existe nenhum, a não ser a Sérvia. Não me parece que a realidade da Sérvia em relação às questões de terrorismo seja igual à nossa. Dos 35 países, vou repetir, só a Sérvia tem essa alínea colocada por nós.

Eu estou querendo, Fernando Bezerra, ir ao encontro disso. Por isso, nós fizemos uma proposição, que está consignada e que mostrei ao eminente Relator, no sentido de que se restrinja absolutamente – este é um esforço que ele já fez – que outra autoridade – repito que isso não há em nenhum texto legal dos outros países, a não ser no da Sérvia – só possa requerer indisponibilidade de bens se estiver absolutamente vinculada a uma resolução do Conselho da ONU.

Então, eu estou totalmente de acordo com a aprovação da lei. Quero que o Ministro da Justiça possa brilhar na reunião do Gafi. Agora, pelo amor de Deus: existe uma lei, e aqui se está ampliando aquilo que o Gafi pediu.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, eu só queria, ao concordar com a manifestação do Senador Jaques Wagner, repor a verdade de como eu não concordo que tenha sido uma jabuticaba da Câmara, porque o texto que saiu da Câmara foi patrocinado pelas oposições – pelo PDT, pelo PT, pelo PSOL, pela Rede. Esse texto foi aprimorado lá na Câmara para poder, justamente, haver consenso entre todos os partidos. Isso não é questão de governo ou de oposição; essa é uma questão que é importante para o Brasil poder atender àquilo a que ele se comprometeu ao assinar a carta do Conselho de Segurança da ONU. Então, o Brasil tem que implementar as suas obrigações. É isso que nós estamos fazendo. Só para repor um pouco aqui as informações.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, mas só para repor, Fernando, nós patrocinamos as exclusões; as inclusões não foram patrocinadas por nós. E esta Casa está aqui para melhorar o texto que saiu de lá.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só quero insistir, Sr. Presidente, Sra. Presidente, que nós não estamos aqui para fazer obstrução; nós queremos chegar a um texto que respeite a nossa soberania e que acolha o acordo internacional.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS. *Fazendo soar a campainha.*) – Pela ordem, Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. Pela ordem.) – Eu gostaria de fazer uma sugestão a V. Exa.

Vários oradores aqui se manifestaram, e nós vimos aqui a manifestação do Senador Jaques Wagner, que é do PT, em que ele coloca, como outros, que várias das restrições e das dúvidas que existem já foram incorporadas pelo relatório do Senador Anastasia. Por que nós não ouvimos imediatamente o relatório do Senador Anastasia e, em seguida, discutimos nossas eventuais discordâncias?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Esse foi o encaminhamento da Mesa, Senador Tasso, mas, diante do pedido da palavra de vários Senadores, eu encareço que as inscrições terminem neste momento para...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – V. Exa. já está inscrito.

Última inscrita: Eliziane.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Senador Kajuru.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, faço minha inscrição para o debate após o relatório do Senador Anastasia.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Perfeitamente.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Só um segundo, por gentileza.

Sr. Presidente, Sra. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Senador Kajuru com a palavra.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Certo.

Eu já disse, e já é de domínio público, que não aciono minha boca aqui sem antes ouvir os meus conselheiros voluntários Pedro Simon, Cristovam Buarque e Heloisa Helena – que já estará no gabinete na semana que vem, inclusive. Então, agora o que eu fiz aqui? Eu perguntei ao Senador Tasso – ele é testemunha...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – E perguntei ao Senador Alessandro. Falei: "gente, será que a gente não pode respeitar o cirúrgico Relator Antonio Anastasia, que ficou seis horas ontem, até meia-noite, se preparando para este relatório?" Será que não seria melhor? É o conselho de um juvenil aqui – tanto que eu preciso ter conselheiro no meu gabinete. Não seria melhor nós o ouvirmos primeiro e depois voltarmos a discutir? Ele fez um relatório! Seis horas! Peço essa compreensão. É o pedido de um juvenil.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Coloco aqui, mais uma vez, essa solicitação, que já foi feita pela Mesa, reforçada pelo Senador Kajuru, e peço que as intervenções de agora até a Senadora Eliziane sejam rápidas para que a gente possa, quem sabe, chegar à luz de toda essa situação com o trabalho, que, com certeza, será brilhante, do Senador Anastasia.

Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu serei muito conciso, mas é preciso que fique claro, em face da questão de ordem levantada pelo Senador Marcos Rogério, que aqui não se está praticando um atalho. Ficou a ideia de que nós estamos tentando pegar um atalho para ir para o Plenário. É exatamente o contrário!

E eu participei do esforço, até contrariando, com grande coragem, o Major Olimpio – porque contrariá-lo e estar ao lado dele, e às vezes de costas, é muito perigoso. Olha, nós convencemos o Presidente da Casa. O Major Olímpio ficou contrariado. Eu propus: "Chame os Líderes agora!" Quem estava presente? "Chame agora, designe agora". E, por sorte nossa, designou-se um Relator só, que compartilha o seu conhecimento, a sua elegância no trato da questão, nas duas Comissões.

Então, nós chegamos aqui, senhores e senhoras, por uma decisão coletiva que honra o Senado e não despreza o interesse nacional. Então, eu faço minha a palavra final do Senador Kajuru: vamos ouvir o Senador Anastasia. Eu até já li alguma coisa do seu parecer.

Agora, isso não é um atalho, Presidente Nelsinho, Presidente Simone; isso aqui é respeitar a Casa.

E para concluir e homenagear os baianos, quero dizer que isso foi adotado pelo então Presidente, o Senador Antônio Carlos Magalhães, que não permitia que chegasse ao Plenário matéria que não





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tivesse passado pelo menos por uma Comissão permanente, procedimento cautelar que eu endosso e exalto, exatamente porque estamos praticando.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra o Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente Nelsinho Trad, eu quero cumprimentar V. Exa. pelo esforço que está fazendo para conduzir os trabalhos desta reunião conjunta.

E fiz questão de suscitar preliminarmente aqui a questão do rito de tramitação, porque eu tenho dificuldade com esses arranjos que são feitos ao arrepio regimental, porque servem de precedente para posteriormente, num ambiente talvez mais conturbado do que este, se praticar novamente. E fiz isso porque as regras do 339 e do 340 do Regimento Interno tratam exatamente da modelagem, do rito para se aprovar e se aferir o regime de tramitação a partir do Plenário. É óbvio que o regime de urgência constitucional segue outra diretriz. Não é o caso, não é o caso.

A par de todas as argumentações que ouvi aqui no Plenário, Sr. Presidente... E essa matéria, confesso, me incomoda, não pelos seus objetivos, que são nobilíssimos, e o papel que desempenha o Gafi é fundamental, mas porque coloca em jogo a soberania nacional, porque coloca em jogo alguns fundamentos constitucionais. Considerando – penso que é o sentimento que estou vendo na Comissão – que não estamos em regime de urgência, a não ser que o Plenário delibere logo mais nessa tratativa, eu vou superar as minhas preocupações inicialmente verificadas para, até a votação no período da tarde, no Plenário, tentar dirimir tais dúvidas, atendendo aqui ao apelo no nosso Líder do Governo Fernando Bezerra e do Relator da matéria na Câmara, que esteve aqui ao meu lado, o Deputado Efraim Moraes, a quem cumprimento. Obedeço aqui...

(Interrupção do som.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... a esse espírito coletivo, em que *(Fora do microfone.)* o Colegiado, por ampla maioria, indica a intenção de avançar nessa matéria, mesmo tendo preocupações com relação ao seu conjunto.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço o entendimento de V. Exa. e passo a palavra ao Senador Otto, penúltimo inscrito.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, eu participei da reunião de Líderes em que foi decidida esta reunião extraordinária das duas Comissões. Foi uma decisão de todo o Colegiado que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estava presente. E nós verificamos, tanto quanto outros Senadores, que teria que haver uma modificação.

O Relator escolhido eu considero adequado para a análise dessa alteração, e vou ouvi-lo com atenção. Quero também que ele possa me garantir que as alterações serão feitas dentro daquilo para que possa sair daqui essa matéria, ir ao Plenário e depois ser sancionada; se ela vai voltar à Câmara ou não com as alterações que serão feitas, provavelmente, por redação ou por emenda supressiva.

Por isso, eu peço ao Senador Antonio Anastasia que possa ser bem didático para nos mostrar aqui essas alterações que podem confortar as nossas dúvidas e também a legalidade das alterações que serão feitas.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra a Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Sr. Presidente, eu também serei bem breve considerando o apelo dos colegas.

Primeiramente, quero cumprimentar o Senador Anastasia, que é um grande nome, respeitado por todos nós, e que vai apresentar o seu relatório.

Quando nós nos reunimos no Colégio de Líderes, houve de fato esse entendimento, naquele momento...

(Soa a campainha.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – ... parece-me que atendendo a um apelo do Senador Major Olimpio, do Senador Fernando Bezerra também – e eu estendo a ele também a nossa consideração por esse apelo, Presidente –, mas uma coisa a gente precisa deixar bem clara aqui: há um esforço conjunto de todos os Líderes na disposição, primeiro, de colocar em pauta e, depois, no nosso entendimento, inclusive, de fazer a solicitação que nós do PPS fizemos ao Senador Anastasia de fazer ajuste ao texto, para evitar as emendas, sob pena de o projeto ainda ter que voltar para a Câmara. Então, há todo esse esforço.

Agora, ao mesmo tempo, é muito bom que se deixe registrada aqui a nossa preocupação em relação à não criminalização de movimentos sociais. Nós sabemos que há um princípio aí e um respeito nosso à reunião do Gafi, há um princípio da soberania nacional, mas nós precisamos considerar o respeito aos movimentos sociais, Presidente, que são fundamentais para o aprimoramento de todas as pautas que passam por esta Casa. A gente sabe que eles fazem um agendamento social, Senador Jaques Wagner, fundamental para que a gente possa ter um resultado melhor nas pautas que são apresentadas.

(Soa a campainha.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Então, eu quero só cumprimentar o Senador Anastasia. Nós fizemos a ele um encaminhamento, porque havia, Presidente, uma posição extremamente vaga, quando, falando da indisponibilidade de ativos, fazia uma referência à expressão "bases razoáveis". Muito vago, portanto abrindo precedentes aqui muito grandes para arbitrariedades em relação à autoridade responsável pela análise, quando da indisponibilidade desses ativos. A gente espera e eu sei que o Senador fará a aglutinação, eu diria, o ajuste ao texto nesta proposição que foi apresentada a ele pelo PPS.

Nós temos uma representação aqui, e o Senador Alessandro fará um encaminhamento necessário, mas faremos aqui o nosso esforço pela aprovação da matéria, considerando essa alteração no texto.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Finalmente, concedo a palavra ao nobre Relator, Senador Antonio Anastasia, para proferir o seu relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Para leitura de relatório.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Sra. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores.

Sr. Presidente, eu vou fazer o relatório em duas partes: primeiro a leitura do relatório formal; e, tendo em vista a chegada agora, ainda há poucos segundos, de novas emendas, eu farei um aditamento ao final, inclusive atendendo à solicitação do Senador Otto, para uma explicação final mais objetiva também.

Relatório.

O Projeto de Lei nº 703/2019 (PL 10.431/2018, na Câmara dos Deputados), da Presidência da República, cuja ementa está acima transcrita – que V. Exa. apregooou –, dispõe sobre mecanismo interno de cumprimento das resoluções cogentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, bem como sobre a indisponibilidade de ativos decorrentes de requerimento de autoridades estrangeiras e a designação nacional de pessoas investigadas ou acusadas de terrorismo, seu financiamento ou atos correlacionados.

Para tanto, o PLS 703 conta com 35 artigos, organizados em Disposições Gerais, Execução Imediata de Resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas ou de Designações de seus Comitês de Sanções, o Auxílio Direto a Requerimento de Autoridade Estrangeira, Designações Nacionais e Disposições Finais.

Nas disposições gerais são expostos conceitos necessários à lei, como o de indisponibilidade de ativos e o de bases razoáveis para caracterização do financiamento do terrorismo. Além disso, aponta





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a indisponibilidade de ativos, que não constitui perda de propriedade, ocorrerá em duas hipóteses: (a) execução de resoluções do Conselho de Segurança ou de seus comitês de sanções ou (b) a requerimento de autoridade estrangeira.

A Seção I do Capítulo II versa sobre a execução imediata no Brasil das resoluções do Conselho de Segurança da ONU, independentemente de internalização no Brasil desses atos. Mais que isso, determina que, na forma de regulamento, o procedimento será expedito, sigiloso e preferencial, quando as resoluções versarem sobre terrorismo, financiamento de terrorismo ou proliferação de armas de destruição em massa. O regulamento especificará o procedimento e o prazo para publicação em português das resoluções e das designações.

Já a Seção II, do Capítulo II, delinea as possibilidades e os procedimentos de auxílio direto judicial, a respeito da existência de ativos sujeitos a indisponibilidade ou de pessoas e bens sujeitos a qualquer outra espécie de sanção, determinada em resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas ou de seus comitês de sanções.

Segundo o art. 10, caberá ao Ministério da Justiça a comunicação, sem demora, de sanções de indisponibilidade de ativos aos órgãos reguladores ou fiscalizadores, para que comuniquem imediatamente às pessoas naturais ou jurídicas pertinentes; de restrições à entrada de pessoas no Território nacional, ou à saída dele, à Polícia Federal e às Capitânicas dos Portos; e de restrições à importação ou à exportação de bens à Secretaria da Receita Federal, à Polícia Federal e às Capitânicas dos Portos, para que adotem providências imediatas de comunicação às administrações aeroportuárias, às empresas aéreas e às autoridades e operadores portuários.

A Seção II do Capítulo II dispõe sobre a possibilidade de a União ingressar com o auxílio direto judicial, em caso de haver informações sobre a existência de ativos sujeitos à indisponibilidade, ou de pessoas e bens sujeitos a outra espécie de sanção determinada em resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas ou em designações de seus comitês de sanções, a fim de cumpri-las.

O Capítulo III amplia a hipótese de a União ingressar com auxílio direto judicial, a fim de abranger a indisponibilidade de ativos em casos de terrorismo, de seu financiamento e de atos a ele correlacionados, desta vez a requerimento de autoridade estrangeira.

O Capítulo IV dispõe sobre as designações nacionais de pessoas investigadas ou acusadas, ou pessoas interpostas, que sejam instrumento, produto ou proveito dos crimes de terrorismo, decorrentes de medidas judiciais assecuratórias de bens, direitos ou valores. Essa comunicação recebida pela União será comunicada aos órgãos do Poder Executivo Federal e, se for o caso, comunicadas ao Conselho de Segurança das Nações Unidas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nas disposições finais, estabelecem-se regras para o controle e a fiscalização das medidas objeto do projeto de lei, a manutenção e o modo de exclusão de lista com os nomes das pessoas naturais e jurídicas cujos ativos estão sujeitos à indisponibilidade.

Igualmente, definem-se hipóteses de liberação parcial e de alienação antecipada de ativos indisponibilizados; decreta-se o segredo de justiça para o trâmite das medidas de auxílio direto judicial; e permite-se designação de pessoa qualificada para a administração, guarda ou custódia dos ativos indisponibilizados, quando necessário.

Por fim, define o prazo de 90 dias para regulamentar a lei, estabelece também 90 dias de *vacatio legis* e revoga a Lei nº 13.170, de 16 de outubro de 2015, atualmente o diploma a regular a matéria.

A matéria foi incluída em ordem do dia da sessão deliberativa de 19/02/2019 – na data de ontem –, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno da Casa.

Na mesma data, conforme determinação da Presidência, a matéria seguiu para análise conjunta das duas Comissões que ora se reúnem.

Foram apresentadas perante as Comissões três emendas – a esta altura, já há um número maior, conforme vou analisar.

Análise.

A proposição é jurídica, regimental, constitucional e vazada na melhor técnica legislativa.

No que se refere ao mérito, o tema é objeto da Lei 13.170, de 2015, e de decretos presidenciais que garantiram a publicidade da obrigação de cumprir as resoluções do Conselho de Segurança, órgão máximo das Nações Unidas, no que tange à garantia da paz e da segurança internacionais, cujas resoluções têm o *status* de valor cogente.

O art. 25 da Carta das Nações Unidas é explícito quando afirma que: "Os membros das Nações Unidas concordam em aceitar e executar as decisões do Conselho de Segurança, de acordo com a presente Carta".

O termo do art. 25 da Carta da ONU é abrangente e menciona "decisões", o que extrapola as medidas coercitivas do Conselho de Segurança proferidas sob a égide do Capítulo VII da respectiva Carta. Pode, por exemplo, estender-se a alguns órgãos subsidiários do Conselho de Segurança, como os comitês de sanção, que a eles delega a força da obrigatoriedade. Igualmente, importa ponderar que nem toda "decisão" do Conselho é obrigatória, como aquelas que se destinam a entidades não estatais ou derivadas de seus próprios termos. Contudo, não são situações objeto dessa lei, já que, de um lado, o Brasil é um Estado-membro da organização e, de outro, aqui versam sobre temas vinculantes e não programáticos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, correta está a proposição quando, em seu art. 3º, inciso I, define que a indisponibilidade de ativos se dá por execução de resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas ou de designações de seus comitês de sanções.

O projeto flexibiliza a publicidade dos atos para a execução das resoluções, embora não a dispense, apenas a posterga. Depender da tradução completa para executar no Brasil esses documentos teria como consequência, quando o assunto é a indisponibilidade de ativos, conferir tempo ao transgressor para fugir com seu capital.

No mesmo sentido, não se pode ignorar que a presente proposição tem por um de seus grandes vetores combater o terrorismo e a lavagem de dinheiro, o que tem sido uma das grandes preocupações do Gafi, entidade perante a qual o Brasil se comprometeu também a atender suas recomendações.

Vale lembrar que o Brasil é o único membro do Gafi que ainda possui deficiências da terceira rodada de avaliação. O Gafi já adotou as medidas menos gravosas para compelir o Brasil a sanar as deficiências, restando tão somente a suspensão. Para evitar isso, a reunião do Gafi estabeleceu que fevereiro de 2019 seria o prazo final para o País sanar as deficiências.

As consequências da não aprovação são graves. Aliás, já foram apresentadas aqui pelo eminente Senador Fernando Bezerra, Líder do Governo. Por isso mesmo, suprimo a sua leitura e passo à análise das emendas e do conteúdo do projeto.

Quanto à Emenda nº 1 da CCJ, o ilustre Senador Rogério Carvalho demonstra preocupação a respeito da indisponibilidade de ativos a requerimento de autoridade estrangeira (art. 3º, II, do PL 703). Como justificativa, defende que não podemos aceitar restrição de direitos por meio de requerimento de autoridade estrangeira sem as devidas cautelas, tal como a homologação judicial.

Contudo, a modalidade em questão não é derivada de homologação de decisão estrangeira, mas sim de auxílio direto, o que não requer homologação ou internalização similar. A definição de auxílio direto do art. 28 do Código de Processo Civil brasileiro justamente dispõe que ele cabe quando a medida não decorrer diretamente de autoridade jurisdicional estrangeira a ser submetida a juízo de delibação no Brasil.

A Emenda nº 2, do Senador Veneziano Vital do Rêgo, também defende a necessidade de homologação pela Justiça brasileira. Pelas mesmas razões, portanto, merece ser rejeitada.

A Emenda nº 3, do eminente... *(Pausa.)*

Desculpem, é que já se incluiu a Emenda nº 4. As emendas vão chegando concomitantemente à leitura.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Emenda nº 3, também do Senador Veneziano, por sua vez, exclui do alcance do sistema de designações nacionais e das medidas assecuratórias previstas no Capítulo IV, os atos relativos ao exercício dos direitos e garantias fundamentais protegidos pela Constituição Federal. É importante esclarecer, quanto a este ponto, que o atendimento das decisões oriundas de jurisdições estrangeiras depende de sua conformação com o ordenamento constitucional brasileiro, não só em relação a eventual violação de direitos e garantias fundamentais, mas a qualquer regra ou princípio constitucional. E o Poder Judiciário continua soberano para exercer o controle desses atos quando provocado, conforme garante o inciso XXXV do art. 5º da Constituição Federal. Não vemos razão, portanto, para alterar o projeto nesse particular.

A Emenda nº 4, da Senadora Daniella Ribeiro, busca incluir, com o objetivo de clareza, o termo "central" na expressão "autoridade central estrangeira". Concordamos com a emenda, que em nada altera seu mérito, mas define melhor o âmbito de aplicação da norma.

Por outro lado, conforme o próprio art. 3º, II, do PL 703/2019, *in fine*, a autoridade brasileira somente procederá a indisponibilidade de ativos se o requerimento apresentar "bases razoáveis para demonstrar o atendimento aos critérios de designação estabelecidos em resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas ou de seus comitês de sanções". Desse modo, as indisponibilidades devem estar conectadas com as orientações do sistema ONU. Portanto, o melhor caminho, entendemos, seria não acatar a emenda.

No entanto, um singelo ajuste é necessário nos dispositivos que mencionam "bases razoáveis" para a caracterização do financiamento de terrorismo.

Recorde-se que essa expressão tem origem na Resolução 1373 (2001) do Conselho de Segurança das Nações Unidas que faz referência às expressões em língua inglesa "*reasonable grounds*" ou "*reasonable basis*".

O próprio Gafi publicou uma Nota Interpretativa da Recomendação 6 a respeito dos termos... E aqui repito o que diz aquela norma que cita os acordos legais aplicáveis ou as "bases ou fundamentos razoáveis para suspeitar ou acreditar que a pessoa proposta para designação atenda aos critérios da Resolução 1373".

Entendemos, todavia, que a opção de "tradução" constante no projeto de lei não é a melhor possível. Apesar de o sentido não ser alterado, o termo "bases razoáveis" não é encontrado em diplomas legais brasileiros e, portanto, deve ser evitado.

Com efeito, propomos emendas de redação para substituir "bases razoáveis" por "fundamentos objetivos" e inclusão da expressão "exclusivamente para", com a finalidade de incluir claramente que



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

essa noção é indissociável da concordância com os princípios legais aplicáveis, conforme a Resolução 1373.

Com essa medida, manteremos o sentido recomendado internacionalmente, com a própria definição constante no art. 2º, inciso III, do projeto de lei e sem correr riscos de questionamentos da futura lei em razão da escolha de um termo.

Consideramos que esse ajuste de redação termina por contemplar o almejado pelo Senador Jaques Wagner, autor da Emenda nº 5, com quem compartilhamos a preocupação de que as decisões emitidas por autoridade estrangeira não desbordem das resoluções do Conselho de Segurança da ONU.

Finalmente, por força da eficácia da Medida Provisória 870, houve a reestruturação de órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Assim, a proposição em análise merece reparos de redação para estar adequada à nova denominação dos Ministérios.

Voto.

Diante do exposto, Sr. Presidente, Sra. Presidente, votamos pela constitucionalidade, regimentalidade e juridicidade do Projeto de Lei nº 703, de 2019, e, no mérito, por sua aprovação, bem como da Emenda nº 4 e das emendas de redação adiante apresentadas, restando rejeitadas as demais emendas apresentadas.

A primeira, de redação, é no art. 2º, inciso III: fundamentos objetivos.

Aqui abro um pequeno parêntese para dizer, Sr. Presidente, que, conforme atendimento à solicitação do PPS, nós substituímos em todo o texto onde se falava em "bases razoáveis", que é um conceito fluido e muito genérico, por um conceito mais concreto de "fundamentos objetivos", ou seja, a palavra "objetivo", por si só, exclui a subjetividade da análise, quer pela autoridade administrativa, como também vincula a própria autoridade jurisdicional, se for o caso.

Art. 2º

.....
.....

III – fundamentos objetivos: existência de indícios ou provas da prática de terrorismo, de seu financiamento ou de atos a ele correlacionados, por pessoa natural ou por intermédio de pessoa jurídica ou entidade, conforme disposto na Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016;

.....

A outra emenda altera o art. 3º, e aqui estará, já que estou aprovando a emenda central, "autoridade central estrangeira":





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Art. 3º

.....
.....
II – a requerimento de autoridade central estrangeira, desde que o pedido de indisponibilidade esteja de acordo com os princípios legais aplicáveis e apresente fundamentos objetivos para exclusivamente atender aos critérios de designação estabelecidos em resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas ou de seus comitês de sanções.
.....

Aqui, Sr. Presidente, nessa nova redação, nós estamos atendendo, concomitantemente, a questão de substituir "bases razoáveis" pelos "fundamentos objetivos" e estamos também inserindo, de forma clara, que esteja de acordo com os princípios legais aplicáveis, ou seja, na legislação brasileira, e atendemos a sugestão muito bem-vinda do Senador Jacques Wagner para determinar que só se dará esse caso exclusivamente para atendimento dos critérios de designação das resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, além de introduzir, conforme a Senadora Daniella sugere, "autoridade central estrangeira" em toda a redação do projeto.

A seguinte emenda, de redação, modifica o art. 18:

Art. 18.

.....
§1º O Ministério da Justiça e Segurança Pública em coordenação com o Ministério das Relações Exteriores verificará, sem demora, se o requerimento de indisponibilidade de ativos formulado por autoridade estrangeira, está de acordo com os princípios legais aplicáveis [mais uma vez eu introduzo] e apresenta fundamentos objetivos para o seu atendimento.
.....

Repetindo o que eu disse há pouco.

A seguinte emenda, de redação, é ao art. 18, §2º:

Art. 18.

.....
.....
§2º Verificada a existência de fundamentos objetivos [mais uma vez] ao atendimento do requerimento da autoridade estrangeira e [novamente introduzindo] estando de acordo com os princípios legais aplicáveis, o Ministério da Justiça encaminhará, sem demora, o requerimento à Advocacia-





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Geral da União, para que promova, sem demora, o auxílio direto judicial, se houver elementos que demonstrem a existência na República Federativa do Brasil de ativos sujeitos à medida de indisponibilidade.

.....

A emenda seguinte altera o art. 19, parágrafo único, também para colocar a expressão "fundamentos objetivos":

Art. 19.

.....

Parágrafo único. A impugnação de que trata o art. 15 desta Lei poderá versar também sobre a ausência de fundamentos objetivos para estabelecer a relação entre os ativos e os fatos investigados.

.....

A seguinte emenda configura a seguinte redação ao art. 23, inciso II, que coloca também no inciso II a expressão "fundamentos objetivos" ao invés de "bases razoáveis".

A seguir, emendas de redação tão somente para conformar a nova estrutura do Governo Federal vigente pela medida provisória, substituindo-se as referências a "Polícia Federal do Ministério da Segurança Pública" por "Polícia Federal"; substituindo-se as referências a "Ministério da Justiça" por "Ministério da Justiça e Segurança Pública"; substituindo-se a referência a "Ministério das Cidades" por "Ministério do Desenvolvimento Regional"; substituindo-se as referências a "Ministério da Fazenda" por "Ministério da Economia"; e substituindo-se a referência a "Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda" por "Secretaria Especial da Receita Federal do Ministério da Economia".

Acresço também, Sr. Presidente, que acaba de chegar a minhas mãos, a emenda do Senador Eduardo Braga, que acolho, para suprimir tão somente – também emenda de redação – a expressão "em prazo a ser definido no regulamento", que está no art. 7º, também sem nenhuma alteração do seu conteúdo.

Concluído o relatório lido, Sr. Presidente, permita-me um esclarecimento agora verbal, em acréscimo, para dizer que, de fato, como está colocado no texto, nas formas das emendas que apresentei, nós temos o seguinte procedimento, basicamente duas opções.

Primeira opção, quando se trata de uma determinação oriunda do Conselho de Segurança das Nações Unidas que pode ter – o objeto principal – atos de terrorismo, financiamento de terrorismo ou armas, morte e destruição em massa. Essas três opções poderão ser colocadas de imediato sem a oitiva do Poder Judiciário, mas evidentemente sob a sua tutela, tendo em vista o seu objeto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A outra opção, o segundo caminho, quando se trata também de resoluções do Conselho de Segurança da ONU, mas versando sobre temas que não são esses três. Nesse caso, será necessário o chamado auxílio direto judicial previsto no CPC, quando a autoridade judicial autoriza a indisponibilidade. É bom lembrar que o objeto de todo o projeto é indisponibilidade de bens, não a sua perda, tão somente a indisponibilidade provisória.

E a terceira hipótese, que foi aquela mais momentosa, que foi mais discutida, é quando se dá requerimento de autoridade estrangeira – agora autoridade central estrangeira –, que se dará sempre por autorização judicial através do processo do auxílio judicial direto, em todas as opções.

E acrescentamos também, para atender à solicitação e à sugestão muito bem-vinda do Senador Jaques Wagner, que no caso dessa opção terceira também só se dará à autoridade central estrangeira o seu pedido se ela estiver consoante com as resoluções do Conselho das Nações Unidas. E, mesmo assim, se estiver com base em fundamentos objetivos, os fatos, e estiver consoante as normas legais aplicáveis no Brasil.

Então, parece-me que todas as cautelas foram tomadas por essas emendas de redação, e estamos às ordens para a discussão.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Gostaria de agradecer ao Relator da matéria, Senador Anastasia, e parabenizá-lo...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Muito bem! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – ... principalmente pelo trabalho desenvolvido por V. Exa. num curto espaço de tempo. Realmente, V. Exa. é um orgulho para esta Casa.

Coloco a matéria em discussão.

Primeiro, o Senador...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, questão de ordem!

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Questão de ordem.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para questão de ordem.) – Com base no art. 276 – a matéria está amplamente já esclarecida –, eu pediria que fosse dispensada a discussão, e a gente passasse à votação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – É apenas para fazer justiça ao nosso eminente Relator, que acatou, a nosso pedido, uma relatoria desafiadora, difícil, porque teria que garantir, em pouco prazo e num exíguo tempo, as condições necessárias para que o conjunto de Senadores e Senadoras pudesse votar esse importante projeto. Então, quero aqui – creio que em nome de todos os companheiros Senadores e Senadoras – cumprimentar o Senador Anastasia, que, com o seu brilhantismo, contribuiu para que nós pudéssemos chegar a um texto que atende à demanda do Gafi, mas ao mesmo tempo respeita as regras constitucionais e as regras legais do nosso País, garantindo, portanto, os direitos individuais e coletivos.

Portanto, cumprimento o nosso Senador...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Honrando as melhores tradições de Minas Gerais.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... horando as melhores tradições de Minas Gerais; e cumprimento o novel Líder do Governo, que acaba estreando com um desafio muito grande, mas sai vitorioso com uma votação, tenho certeza, unânime desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Vou acatar a sugestão do Senador Fernando Bezerra: vou colocar em votação. Mas ficarei aqui à disposição dos Senadores para quem quiser discutir a matéria posteriormente a esta votação.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – É simbólica.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório na Comissão, primeiro, de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Aprovado.

Em votação o relatório na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com a vênua da Presidente Simone Tebet.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCJ e da CRE.

A matéria vai ao Plenário.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Senador que quiser fazer alguma intervenção.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Senador Kajuru com a palavra.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Sr. Presidente, depois desse momento...

(Interrupção do som.)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Alô, alô.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Peço à Mesa para dar o som ao Senador Kajuru, por favor. *(Pausa.)*

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Pois não, Senador.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Alô, alô.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agora vai...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Vamos discutir em Plenário. É melhor.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 11 horas e 41 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 54 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE FEVEREIRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quinze horas e cinquenta e um minutos do dia treze de fevereiro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências dos Senadores Dário Berger e Confúcio Moura, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Luiz do Carmo, Eduardo Braga, Izalci Lucas, Lasier Martins, Leila Barros, Flávio Arns, Marcos do Val, Alessandro Vieira, Fabiano Contarato, Paulo Paim, Zenaide Maia, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Angelo Coronel, Carlos Viana, Nelsinho Trad, Arolde de Oliveira, Irajá, Jorginho Mello, Wellington Fagundes e Chico Rodrigues. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Marcio Bittar, Mailza Gomes, Styvenson Valentim, Eduardo Girão, Cid Gomes, Fernando Collor, Sérgio Petecão e Maria do Carmo Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição.** **Finalidade:** Instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte para o biênio 2019/2020. **Resultado:** Instalada a Comissão e eleitos por aclamação o Senador Dário Berger, Presidente, e o Senador Flávio Arns, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Dário Berger

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Sras. e Srs. Senadores, havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade a instalação dos trabalhos e a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão para o biênio 2019/2020.

Tendo em vista a indicação pela Liderança do MDB do Senador Dário Berger para a Presidência, e a indicação pela Liderança da Rede do Senador Flávio Arns para a Vice-Presidência, e tendo sido esta a única chapa apresentada até o presente momento, eu consulto o Plenário...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pois não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Se V. Exa. me permite, primeiro eu quero cumprimentar V. Exa. pela forma competente com que instala esta Comissão no dia de hoje, estreando na condição de Senador eleito pelo nosso glorioso Estado de Rondônia, vizinho do meu querido Amazonas, e que compõe, com muita alegria, a Região Norte.

Quero aqui cumprimentá-lo pelo belo Governo que V. Exa. fez como Governador do Estado de Rondônia. Não por acaso, V. Exa. chega com uma eleição e uma votação tão destacada ao nosso Senado da República.

Portanto, é para abraçá-lo, cumprimentá-lo, e, ao mesmo tempo, Sr. Presidente, entendendo que alcançamos o quórum regimental e na condição de termos um acordo com todos os partidos, sugerir a V. Exa. que façamos por aclamação a eleição do nosso nobre companheiro Dário Berger e do nosso nobre companheiro Arns, para conduzirem os trabalhos da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado, porque tenho certeza de que contribuirão e muito numa construção de uma agenda positiva, numa área em que o povo brasileiro tanto clama por avanços e qualidade na prestação do serviço educacional.

É apenas para complementar esta brilhante implantação que V. Exa. faz, recomendando ou pedindo a V. Exa. que possamos fazer por aclamação a eleição do nosso companheiro Dário e do nosso companheiro Arns.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Eu agradeço muito as palavras e a referência elogiosa a minha pessoa, mas eu estou aqui dirigindo esta abertura não na condição de um Senador por qualquer brilho que venha a ter, mas por ser o mais velho da turma. *(Risos.)*

O mais velho da turma, não é?

Eu falei que ser velho, em certo momento, tem vantagens.

Muito bem.

Então, as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com a proposta apresentada pelo Exmo. Senador Eduardo Braga permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) –
Aprovada a sua proposta. (*Palmas.*)

Eu consulto o Plenário sobre a aprovação da chapa registrada.

Os Senadores e Senadoras que aprovam a chapa apresentada em consenso permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado. (*Palmas.*)

Assim sendo – dá-lhe, Flávio Arns! –, venham tomar os postos de V. Exas. (*Risos.*)

E declaro eleitos tanto Dário Berger como Flávio Arns, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Boa sorte aos senhores!

Muito obrigado. (*Pausa.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Presidente... Presidente, se V. Exa. me permite, antes de os novos Presidente e Vice chegarem...

Presidente Confúcio, eu queria rapidamente, porque ainda teremos outras Comissões para acompanhar – não é, Senador Eduardo? –, cumprimentar a chapa que assume a direção da Comissão de Educação. Ganha esta Comissão, ganha a educação brasileira, em um momento em que muito é preciso ao apoio e à direção desta Comissão do Senado experiência para garantir, assegurar as conquistas que a educação brasileira teve ao longo do tempo.

A Rede Sustentabilidade tem muito orgulho da indicação do Vice-Presidente desta Comissão, que fará companhia ao caro amigo Senador Dário Berger; direção melhor para esta Comissão não poderia haver, mas eu diria: a Rede Sustentabilidade tem muito orgulho da indicação da Vice-Presidência do Senador Flávio Arns, que já foi outrora Presidente desta Comissão; estava, inclusive, relatando para nós algumas providências quando aqui foi Presidente, está na galeria dos Presidentes desta Comissão. Eu tenho certeza de que esta competentíssima dupla do Sul do Brasil – não é, Senador Eduardo, nós que viemos da Amazônia? –, um catarinense e um paranaense, dará enorme orgulho e uma enorme contribuição à educação, à cultura e ao desporto do Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) –
Muito bem.

Muito boa tarde a todos e a todas!

Quero registrar a minha grande honra e a minha satisfação de poder ter sido distinguido pelo meu Partido, pelo Bloco que compõe o nosso Partido, pelo nosso Líder e pelos Senadores e Senadoras que compõem esta nova Legislatura para assumir essa grande responsabilidade de encaminhar e dirigir os destinos da Comissão de Educação, Cultura e Esporte nesses próximos dois anos.

Conforta-me a condição de ter ao meu lado aqui o ex-Senador e um dos brilhantes e destacados também educadores, o Senador Flávio Arns, que tem também a sua origem em Santa Catarina, no sul do Estado, e que tem ainda parentes hoje erradicados naquela cidade, mas não pelo fato de nós termos essa relação estadual, mas pelo fato de que V. Exa. já representou o Senado Federal e volta a representar certamente com mais experiência, e vai se destacar aqui como um brilhante e destacado Senador, como já ocorreu nos últimos oito anos em que o senhor foi Senador aqui no Senado Federal.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, eu quero cumprimentar também os demais membros desta Comissão. Orgulha-me ver a Senadora Leila, que, além de ser Senadora agora, foi uma referência para nós. Torcemos muito por você, torcemos pelo Brasil, e me orgulha muito ver V. Exa. fazendo parte aqui da Comissão de Educação, que traz um brilho e um relevo todo especial. Seja bem-vinda! Vamos tentar fazer um grande trabalho aqui, porque eu entendo que não se constrói uma grande nação sem educação. A educação, no meu entendimento, deve ser a prioridade de todas as prioridades, principalmente de médio e de longo prazo, porque a maior forma de independência de um ser humano é conquistada pela educação, pela sua cultura, pelo seu conhecimento; através dele, as pessoas podem buscar o mercado de trabalho, podem buscar a construção da sua família e contribuir para um Brasil cada vez melhor.

Eu quero ainda, antes de dirigir umas breves palavras a V. Exas. e a todos aqueles que nos assistem, e também à TV Senado, que transmite essa posse, eu quero agradecer e cumprimentar aqui o Senador Confúcio, que é um ex-Governador de Rondônia e que foi premiado pela idade. E eu quero dizer a V. Exa. que eu já faço parte também desse time e tenho muita satisfação quando eu posso estacionar agora na frente da porta do supermercado, na frente da porta do *shopping* e tal, mas eu quero fazer uma referência de que eu não gosto muito daquela bengalinha que simboliza a nossa idade. Quero fazer até um projeto de lei – não sei se já há um projeto de lei – para tirar a bengala, porque eu acho que aquela bengala é uma desconsideração conosco, que já estamos na terceira idade.

De maneira que me orgulha muito ser conduzida a Presidência da Comissão de Educação por V. Exa., um querido amigo que acabei de conhecer, mas parece que já o conheço há muito e muito tempo, fruto dessa imagem positiva e serena que V. Exa. transmite principalmente para mim e certamente para todos os nossos pares.

Quero cumprimentar também o Senador Luiz Carlos, que vem aqui de Goiás e que também acabei de conhecer, é da nossa Bancada, querido amigo, querido companheiro. Gostaria de desejar a ele boas-vindas e evidentemente desejando que nós possamos juntos construir aqui um grande trabalho. Bem-vindo! E quero cumprimentar também o Senador Luiz do Carmo, que também traz um relevo todo especial a essa nossa posse, que nos prestigia.

E cumprimento também o Marcos do Val. A gente vai agora – Marcos, viu? –, nos primeiros meses, a gente vai se acostumando; isso aconteceu comigo quatro anos atrás, até a gente ir se familiarizando. Então, me perdoe pela falha, mas quero lhe desejar... Jovem como você é, participando já, assim, da Comissão de Educação, significa, intrinsecamente a tudo isso que nós estamos falando, a sua preocupação e o seu desejo de discutir os destinos e o rumo da educação no Brasil, para o Brasil, nos próximos dois anos... Então, seja bem-vindo também!

E, homenageando, por último, aqui o Senador Flávio Arns, boa parte de sua família foi catarinense, tem um sobrenome extremamente honrado e destacado não só no Brasil, mas no mundo inteiro, o que também traz um relevo bastante ampliado à direção dos nossos trabalhos, a qual pretendo que a gente possa fazer aqui a quatro mãos e duas cabeças, para que os trabalhos possam decorrer de maneira equilibrada, serena, ágil, sem discriminação e da melhor maneira possível.

Eu quero já propor a V. Exas. aqui... Eu já tive a honra de ser Presidente da Comissão Mista de Orçamento, para muitos a Comissão mais importante do Congresso Nacional, que é uma Comissão Mista formada por Senadores e por Deputados. E, pela primeira vez na história





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Comissão, nós não utilizamos o Regimento praticamente em nenhum momento, porque o Regimento a gente só usa se for preciso usar para impor a forma como está regido aquele encaminhamento, mas, como o Parlamento e como as Comissões são órgãos de discussões e das discussões buscarem o entendimento, nós podemos também buscar o entendimento para que nós não tenhamos rigorosamente que conceder um tempo de cinco minuto para o Senador Confúcio e aí, nos cinco minutos, cortar a sua palavra, quando, na verdade, V. Exa. está ainda necessitando dela para concluir o seu raciocínio, desde que evidentemente exista serenidade, exista equilíbrio, exista respeito, então, andando dentro dessa forma.

É claro que nós vamos usar o Regimento sempre que for preciso usar, mas não para essas questões elementares do dia a dia da Comissão. Não serei eu que vou cortar a palavra de um Senador por ter expirado o tempo de dois minutos, três minutos, cinco minutos ou dez minutos, quando, na verdade, percebo que ele ainda tem condições, tem necessidade para concluir o seu pensamento.

E também, lá na Comissão de Orçamento, Senadora Leila, pela primeira vez, não houve uma verificação de quórum, não houve nenhuma, fruto do entendimento prévio, do tratamento equânime de todos os Senadores, sejam eles de situação ou de oposição, mas eles têm a sua representatividade, e, por isso, têm direito a voz, têm direito a voto e, portanto, têm direitos, assim como todos nós temos. É preciso tratar todos os iguais de maneira igual, todos nós somos iguais e por isso que eu imagino dirigir os trabalhos aqui da melhor maneira possível, para que esta Comissão seja uma Comissão agradável, porque, se ela for agradável e apresentar resultados, nós vamos ter prazer de vir para cá, nós vamos ter prazer de dar o quórum necessário e iniciar os trabalhos na hora certa, no momento adequado, e para que os trabalhos tenham efetivamente continuidade. Eu tenho certeza de que isso vai acontecer por parte de V. Exas. E eu daqui vou fazer um esforço também para que a gente possa ter essa agilidade e discutir os problemas da educação brasileira.

Bem, eu já fiz uma pequena introdução a respeito do que eu penso da educação. Eu quero acrescentar para os senhores que estão chegando agora que eu fui Prefeito por 16 anos consecutivos, eu fui Prefeito da cidade de São José, que fica na Região Metropolitana de Florianópolis, e depois fui Prefeito de Florianópolis também. Então, eu fui Vereador, fui Prefeito, Prefeito, Prefeito, Prefeito e depois vim ao Senado Federal. De maneira que eu conheço um pouco de educação.

Eu não sou professor, eu já fui professor, mas eu não sou professor, a minha carreira não foi a carreira de professor. Eu sou da iniciativa privada, encaminhei-me para a administração pública e até hoje não saí. Ganhei todas as eleições das quais eu participei, e a eleição em que mais facilmente acabei sendo eleito foi esta, por aclamação, de forma rápida, objetiva, talvez porque foi dirigida por um correligionário extremamente experiente, que já foi Governador, a quem eu quero mais uma vez agradecer.

Eu penso que aqui nós temos que discutir problemas estruturais da educação brasileira. Se nós formos buscar os resultados da educação propriamente dita hoje, vamos perceber que nós estamos muito longe de alcançar os índices educacionais que tanto desejamos para o País, mas eu imagino que tenhamos que discutir aqui novas fórmulas, talvez novos métodos; discutir talvez a própria grade curricular do ensino fundamental e do ensino médio, de tal forma que a gente possa incluir alguns itens que são mais inovadores, mais modernos, que requerem essa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exigência por parte da sociedade brasileira, principalmente na questão da inovação, principalmente na questão do empreendedorismo, que acho que é uma questão muito importante para que os nossos jovens não terminem o segundo grau ou a universidade e não tenham perspectiva a não ser a de fazer um concurso público para que tenham estabilidade e segurança de ganhar o seu salário.

Isso é muito ruim para o País. Nós precisamos que os nossos jovens estejam fundamentalmente voltados para o desenvolvimento do País, para o crescimento da nossa Nação. Isso só vai acontecer quando a inspiração vier para a iniciativa privada, para novos desafios. É evidente que o setor público também é um setor importante, mas me parece que esse é um tema extremamente relevante e que merece certa reflexão.

Outra reflexão que eu faço é sobre os índices de qualidade do ensino propriamente dito. Como nós vamos melhorar o ensino propriamente dito? Como nós vamos chegar à conclusão de que todos os alunos, ou a maioria dos alunos vão sair do ensino fundamental e pelo menos interpretar um texto ou fazer uma conta aritmética exata e correta e com segurança, para que a partir daí possamos construir o ensino médio e preparar esses jovens então para a universidade e depois para o mercado de trabalho e para a vida e a formação das suas famílias? Quer dizer, é em temas assim que eu tenho esse sonho, eu carrego esse sonho de discutir algo novo, de não fazer um pouco mais do mesmo. E queria conchamar os amigos aqui para esse grande desafio que nós temos pela frente, que eu tenho certeza de que vai ao encontro também dos anseios e dos desejos de todos os Parlamentares que compõem esta Comissão.

Dito isso, agradeço mais uma vez a presença de todos e quero dizer da minha honra, mais uma vez, e do meu orgulho de presidir esta Comissão, da qual fiz parte nos quatro anos anteriores. Tentei dar minha pequena parcela de contribuição, como gestor público que estava lá na ponta, que discutia com professor, que via a qualidade do ensino, que via a necessidade física das instalações, que via a necessidade da modernização e da inovação dos métodos e dos sistemas. Florianópolis, os senhores sabem, é uma capital – eu não me lembro agora exatamente – que sempre ranqueou, sempre foi a primeira do *ranking* com relação à educação. Isso é resultado, evidentemente, de um trabalho de médio e de longo prazo, mas eu, quando fui Prefeito, em oito anos, construí mais salas de aula do que todos os governos anteriores juntos, e olha que Florianópolis está prestes a completar 400 anos de existência. Não significa que eu só fiz sala de aula; também uma receita simples que nós adotamos quando era Prefeito foi valorizar o professor para garantir a qualidade do ensino e o futuro do aluno. Quer dizer, na essência é isto que efetivamente nós precisamos discutir aqui: como fazer isso, como valorizar o professor. O professor valorizado certamente redundará na melhor qualidade do ensino e na melhor formação dos nossos jovens e das nossas crianças.

Dito isso, pergunto aqui... Já vejo que a Senadora Leila está inscrita. Pergunto se o Senador Flávio Arns quer usar a palavra. Se não, ouvimos a Senadora Leila. Ou V. Exa.? Sempre perguntamos para quem está ao nosso lado. Como V. Exa. está ao lado direito, pelas circunstâncias atuais do sistema político brasileiro, V. Exa. tem a preferência. (*Risos.*)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Até a Senadora Leila indicou-me para falar também, porque eu ia, de fato, pedir que ela se pronunciasse primeiro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem rapidamente, eu quero também agradecer a indicação do meu nome para a Vice-Presidência pelo bloco parlamentar, agradecer a confiança dos colegas, Senadores e Senadoras, aclamando também a indicação, a eleição da indicação da composição da direção aqui da Comissão de Educação, e dizer ao nosso Presidente Dário Berger – já falei para ele particularmente mas falo em público – que de fato, nos ideais que ele demonstra, sempre conte com a gente ao lado, firme, animado, fazendo o que for necessário pelo bem desta Comissão, que eu diria que é das mais importantes do Senado Federal: educação, cultura e esporte.

Na educação, como o Senador Dário Berger colocou, há desafios grandes em que têm que ser buscados caminhos por todos nós em conjunto. A cultura, sem dúvida alguma vamos valorizar, caprichar. Há tanta coisa boa, tanta coisa bonita, seja para estudantes, jovens, adultos, profissionais, artistas, dança, música, teatro, patrimônio histórico, museus, leis de incentivo, tanta coisa que precisa ser debatida e discutida aqui nesta Comissão. E no esporte, sem dúvida alguma, o exemplo, a referência aqui é a Senadora Leila também, e que a gente tenha isso no esporte educacional, esporte social, comunitário, profissional, financiamento, tecnologia, inovação, que a gente deixe esta mensagem para toda a sociedade e tantas entidades que estão aqui representadas também, sejam do esporte, da cultura ou da educação. Que contem com esta Comissão, uma Comissão que vai ficar aberta, disponível para os anseios dos Senadores e Senadoras, mas também para toda a sociedade.

Queremos que a educação, a cultura e o esporte se constituam em referência. Vamos achar os caminhos. Existem caminhos, vamos discutir bem, dialogar, conversar, convergir e aprovar. E que lá na frente, daqui a dois anos, Senador Dário, a gente possa dizer: "Avançamos". Mas temos que, em cada reunião, pensar se avançamos, se estamos no mesmo ou não, para que a sociedade diga: "Olhe, vale a pena uma Comissão tão ativa, tão boa, fazer as coisas boas que está fazendo".

Estamos juntos com o Presidente, com todos os membros da Comissão, mas também com toda a sociedade. Vamos juntos fazer com que o Brasil melhore pela educação, e por outras coisas também, mas principalmente pela educação, pela cultura e pelo esporte, que é a nossa área aqui.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu que agradeço a V. Exa.

Registro, com muito prazer – não o fiz em tempo hábil e peço perdão –, a participação da Senadora Zenaide Maia, que também nos orgulha com sua presença. Quero agradecer muito a presença de V. Exa.

Agora concedo a palavra, então, à Senadora Leila Barros.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada, Presidente.

Quero aproveitar e desejar a ambos, Senador Dário e Senador Flávio Arns, uma brilhante atuação nesta Comissão.

A juventude, nossas crianças clamam por iniciativas, sem grandes paixões, mas acima de tudo com pragmatismo, com objetividade. Eu acho que esta Comissão tem muito que avançar. Eu andei pesquisando os trabalhos anteriores e acho que está na hora de nós, como





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parlamentares, entendermos a força, primeiro, da educação, e desses dois pés, a cultura e o esporte, que, atrelados à educação, formam o tripé de formação, de cidadania.

Entendo perfeitamente: quando as pessoas olham para mim focam muito no esporte de alto rendimento, mas eu faço parte de uma cadeia em que pouquíssimos chegaram ao nível que cheguei, mas certamente todos que iniciaram comigo na base, no desporto escolar, pelo qual vou lutar muito aqui nesta Comissão, muitos se tornaram grande cidadãos, pais, bons profissionais, porque nós estamos falando aqui de formação, de valores que são imprescindíveis para nossa juventude. Da mesma forma, a cultura.

Então venho com coração aberto, empolgada, com sangue nos olhos, como sempre tive, não só como atleta, mas nas minhas atuações também no Executivo do Distrito Federal, para dar minha contribuição ao máximo, escutando as várias áreas que envolvem a nossa educação, a nossa cultura e o nosso esporte, para que possamos realmente ser uma Comissão efetiva e atuante, como a sociedade e principalmente, como eu falei, as nossas crianças e nossos jovens esperam de todos nós desta Comissão.

Já aproveitando, Presidente, para dar um pouquinho de trabalho para nossa Comissão, fiz um requerimento para a constituição aqui de uma subcomissão de esporte, educação física e formação de categorias de base no esporte nacional. Acho que falta isso, acho que as últimas ocorrências, principalmente o que aconteceu esta última semana lá no Ninho do Urubu, os dez jovens que morreram no incêndio, aquela fatalidade ali, eu acho que dá um sinal de alerta com relação a essa questão do esporte. Como eu falei, aqueles jovens ali tinham sonhos, como eu tive, eu dormi debaixo de arquibancada de ginásio por um sonho, ali se alimentam muitos sonhos, e muitos deles poderiam não chegar, mas certamente seriam homens preparados para a pressão, para o dia a dia, porque é isso que o esporte traz, principalmente nessa faixa etária.

Então eu entrego aqui a esta Comissão, para apreciação, Sr. Presidente e Vice, esse requerimento meu com relação a essa subcomissão permanente do esporte.

Agradeço a oportunidade. Sei que vou estar junto com vocês aqui aprendendo e dando muito da minha contribuição e pedindo desculpas porque eu tenho que ir para a Comissão de Meio Ambiente também, que é uma área com a qual eu me encanto e em que quero dar minha contribuição também, senhores.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Nós poderíamos fazer a leitura do requerimento e deliberar na próxima reunião, ou lermos na próxima e...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Podemos deixar para a próxima.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Quero atender V. Exa.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Grata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Aliás, nós não temos nenhuma subcomissão instalada aqui, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, mas nós temos a possibilidade de instalar até quatro subcomissões.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Pois é, acho que está na hora, não é?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – V. Exa. sai na frente e já pede a instalação da primeira subcomissão. Meus cumprimentos!

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – E deixo, então, para que possamos deliberar e discutir o requerimento na próxima reunião. Pode ser?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Sim, obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu aproveito, inclusive, a oportunidade, Senadora Leila e demais Senadores, para lembrar que o horário regimental da reunião desta Comissão é às terças-feiras, às 11h da manhã – não podia ser diferente, senão não seria 11h. Eu já fiz parte desta Comissão durante quatro anos. Invariavelmente, terça-feira é um dia em que muitos Parlamentares estão chegando, alguns chegam muito próximo das 11h, outros chegam mais próximo de meio-dia, etc. É importante que a gente defina um horário que esteja dentro da grade, inclusive, da televisão, para que a gente possa utilizar-se da transmissão ao vivo dos trabalhos desta Comissão.

Eu não tenho ainda nenhuma sugestão a fazer a respeito disso, mas eu acho que, se nós retardássemos isso para 11h30, seria bem mais prudente em função de compromisso de Senadores de chegar em Brasília na terça-feira. Mas não necessariamente; estou dizendo que é às 11h e, portanto, vamos tentar cumprir 11h de terça-feira a nossa reunião. Essa data e esse horário observam, de certa forma, uma compatibilidade com as outras Comissões, em função, inclusive, da televisão, para que possa ser transmitida ao vivo ou, então, depois só gravada para que a gente possa acompanhar.

Deixo isso para pensarmos, para sabermos qual o melhor horário que podemos estabelecer para trabalharmos aqui na Comissão.

O próximo orador inscrito é o Senador Confúcio, a quem concedo a palavra.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Sr. Presidente, desejo a V. Exa. e ao ilustre Senador Flávio Arns muito sucesso na condução desta Comissão. Que nós, nesse pedaço de tempo destinado a nossos mandatos, possamos fazer uma ação muito ativa em benefício da geração de meninos de hoje e do futuro, porque quem serão os Senadores brasileiros daqui a 40 anos? Quem serão os engenheiros, médicos, advogados, os empresários brasileiros daqui a 40, 50 anos? Então, eles dependerão muito da gente, esse futuro nós temos que construir agora.

Eu estava olhando aqui o Senador Flávio Arns, eu tive a felicidade de ser colega dele na Câmara dos Deputados algum tempo atrás. Eu sou médico, e lembro muito bem, se me perguntarem... Eu me formei em Medicina em 1975, e se me perguntarem nesse período todo qual foi o maior avanço da medicina nesse tempo todo, poderíamos falar que foi a ressonância magnética, ou algo na cirurgia excepcional do coração ou a telemedicina; mas eu digo para V. Exa. que, para mim, a maior ação de transformação do Brasil, maravilhosa, foi a irmã dele quem fez, a Zilda Arns: o soro caseiro e a multimistura. Essa foi a maior tecnologia, a maior inovação que houve nessa minha geração de profissionais médicos. Naquele tempo, Josué de Castro, em Pernambuco, escreveu vários livros sobre a geopolítica da fome, e há outros dados interessantes





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que os pernambucanos e nordestinos escreveram sobre a dizimação das crianças, a mortalidade massacrante infantil. Há números inaceitáveis. Depois do soro caseiro e da multimistura, a queda da mortalidade infantil brasileira foi brutal.

O que quero dizer com isso? Nós podemos fazer a mesma coisa com a educação: dar o soro caseiro da educação para as crianças, fazer o milagre, o milagre dessa transformação do abandono vexatório, criminoso, dessas crianças brasileiras que não estão aprendendo nada. Então, a gente precisa de uma ação enérgica, e parece que este Senado, agora renovado, que veio com 85% de renovação... Não foi à toa, isso veio por necessidade, essa renovação veio em razão da esperança que estava na garganta da população brasileira – "Vamos mudar para ver se vocês movimentam essa coisa que é o Brasil."

O Boechat, que morreu anteontem, num comentário mostrado em retrospectiva, gravação de sua fala no rádio, disse: "Parece que esses Parlamentares de Brasília não são humanos, parece muito que eles são extraterrestres, porque não estão girando na órbita do povo brasileiro." Então, a conclamação que faço aqui é para que a nossa Comissão seja a comissão da verdade, a comissão de uma agenda de resultados, onde nós vamos fazer cobranças verdadeiras ao Poder Executivo, ao Ministro da Educação. O que é que ele está fazendo? O que é que ele vai fazer nesses quatro anos do futuro? Qual é o plano que ele tem de médio e longo prazo? E vamos cobrar aqui a cada seis meses, a cada ano, as metas estipuladas por ele para saber, realmente, se ele está caminhando no rumo certo. Eu acredito que nós devamos ser mais uma comissão de atuação prospectiva, de cobranças ativas de um modelo de educação que desejamos para o Brasil.

Então, eu encerro as minhas palavras, Sr. Presidente, parodiando, numa metáfora, dizendo que a educação está precisando de um soro caseiro e de uma multimistura.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu não falo para vocês que o Senador Confúcio é uma simpatia? É médico e, então, além de tudo, deve ter as mãos bem carinhosas e abençoadas.

O médico tem uma responsabilidade muito grande, principalmente num país como o nosso, que é muito desigual. Talvez as desigualdades e as diferenças sociais sejam um dos maiores problemas a serem enfrentados pelo País, e nós não nos damos muita conta disso. Isso envolve substancialmente a violência, a droga, a marginalização, a destruição da nossa juventude. Eu acho que é um tema que nós, de certa forma transversa, talvez possamos inserir aqui, porque só quem foi Governador ou quem foi Prefeito sabe realmente do que estou falando aqui: existe uma sociedade muito desigual e esse talvez seja um dos problemas mais graves que tenhamos de enfrentar.

Nós discutimos só economia, reforma da previdência, reforma tributária, pacto federativo. Aliás, diga-se de passagem que, desde quando comecei a minha vida pública, há 24 ou 25 anos, já se falava da necessidade de reformas estruturantes para o País. Passados praticamente 30 anos, o tema é recorrente, nós continuamos discutindo os mesmos problemas porque não tivemos a capacidade de avançar ainda como deveríamos ter avançado.

E o Brasil tem pressa, nós não podemos estacionar, muito menos retroceder, nós temos que andar para frente, com o pé no acelerador, porque precisamos multiplicar esses quatro anos que nós temos aqui para chegar a 80 anos talvez, buscando a máxima, ou o *slogan*, do Juscelino





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Kubitschek, que falou de "cinquenta anos em cinco", se não me engano, naquela oportunidade. Então, esse é o nosso desejo. É para isso que nós fomos eleitos Senadores, para representar os Estados brasileiros. Eu não tenho dúvida de que essa renovação foi importante, será importante. É preciso mostrar serviço, porque existe uma expectativa muito grande em torno do novo Brasil que nós desejamos construir.

E, neste novo Brasil que nós desejamos construir, chega o Senador Wellington Fagundes, querido amigo, destacado Senador, Líder do grupo... Continua Líder, meu querido Senador? Sempre Líder! Quem foi Líder uma vez, é sempre Líder, quem foi rei nunca perde a majestade, não é verdade? É um querido amigo meu aqui dos quatro anos que passamos juntos, se destacou de maneira exemplar.

Com muita honra, concedo a palavra ao Senador Wellington Fagundes, do Mato Grosso e do nosso Partido da República – o Jorginho Mello, que é Senador de Santa Catarina, também do PR, faz parte desta Comissão, mas certamente está participando das outras comissões que estão sendo instaladas neste momento. V. Exa. Tem a palavra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Eu quero saudar e parabenizar aqui a Presidência desta Comissão na pessoa do Senador Dário Berger, também do Senador Flávio Arns, Vice-Presidente, e dizer, Senador Confúcio, que aqui o Sul... Lá no meu Estado e em grande parte do seu Estado são os sulistas que definem. Eu quero é parabenizá-los, exatamente porque a presença dos sulistas no Brasil inteiro, principalmente na nossa região, foi fundamental para este novo momento que o Centro-Oeste e a Região Norte do Brasil vivem, seu franco desenvolvimento, principalmente através da agricultura. Hoje Mato Grosso é um Estado que deve muito a essa parceria feita, principalmente com a capacidade de visão de todos aqueles que foram do Sul para lá, mas, claro, de todos os brasileiros. Falo especialmente dos sulistas, porque realmente a agricultura tem um domínio muito forte dos produtores vindos dos Estados do Sul. E para nós lá no Mato Grosso, Flávio, catarinenses, paranaenses e riograndenses são todos gaúchos. (*Risos.*)

Então nós queremos dizer aqui da importância desta Comissão de Educação ser hoje administrada por V. Exas., que representam Estados mais desenvolvidos. Os nossos Estados – o Confúcio foi Governador e Deputado conosco aqui – são Estados ainda em abertura. No ano passado nós lutamos muito pela criação, no meu Estado de Mato Grosso, que é um Estado de 900 mil quilômetros quadrados, com uma população ainda relativamente pequena – são 3,5 milhões de habitantes –, mas com uma produção agropecuária muito grande, com capacidade das reservas minerais praticamente inexplorada... Essa questão da educação também é fundamental, principalmente para criar oportunidades para tantos brasileiros que lá estão chegando.

O Senador Dário sabe da minha luta aqui para a gente criar a segunda universidade federal do meu Estado, Mato Grosso. Felizmente conseguimos fazê-la na minha cidade, Rondonópolis, minha cidade natal. Faço questão de dizer que sou filho de nordestino que foi da Bahia para Mato Grosso a pé, como muitos outros nordestinos – os sulistas já iam num caminhão, ou até num trator, não é? Essa universidade já foi criada por lei e agora estamos na fase, exatamente, de implantação. A nomeação do reitor *pro tempore* é que vai definir a criação do CNPJ, mas já a aprovamos no ano passado, exatamente aqui, numa audiência pública nesta Comissão, para a qual convidamos as cinco universidades criadas – duas em Goiás, uma no Mato grosso, uma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no Piauí e outra em Pernambuco. Essas cinco universidades estão praticamente no mesmo estágio e, no ano passado nós já conseguimos colocar no Orçamento, aprovar no Orçamento... Com isso, essas universidades já têm a sua dotação orçamentária, mas é fundamental a nomeação do reitor *pro tempore* para que elas possam ter sua total independência, cada uma delas.

No caso do Mato Grosso, a Universidade Federal de Rondonópolis tem como tutora a Universidade Federal de Mato Grosso. Portanto, não tem nenhum problema de boa convivência, porque foi uma universidade criada com o apoio de todos os ex-reitores. Enfim, foi um processo de amadurecimento, visto que o *campus* de Rondonópolis, que fica na região sul de Mato Grosso, já tem toda uma consolidação física, cursos, muitos cursos. Nós estivemos com o reitor e com o Ministro na semana passada. Existe, inclusive, um projeto de lei que já está tramitando. Teremos que fazer algumas adequações, mas se trata da criação de dois cargos apenas, não há nenhum impacto financeiro não. Mas precisamos ter agilidade, e esta Comissão será fundamental. Por isso eu quero, inclusive, pedir aqui o apoio do Senador Dário e de V. Exa., Senador Flávio, para que a gente possa dar celeridade a esses projetos. Não sei qual é o planejamento do Presidente Dário, mas, sem dúvida nenhuma, é fundamental... Na visita que fizemos juntos lá, já adiantava a necessidade da boa relação daquele Ministério com esta Comissão, a importância dessa boa relação, já que nós aqui, do Parlamento, somos exatamente os representantes daqueles que estão lá na ponta, com a necessidade não só do ensino universitário, mas também do ensino profissionalizante – os CEFETs no meu Estado cresceram bastante em número, são muitos campos, muitos centros em todo o Estado.

Também trabalhamos, inclusive como Relator do Orçamento na época da LDO... E V. Exa., Senador Dário, como Relator do Orçamento, também nos ajudou na alocação desses recursos. Então, quero aqui dizer do meu ânimo, da minha quase euforia de ver esta Comissão tendo V. Exas. como Presidente e Vice-Presidente.

Eu não tive oportunidade de ser Prefeito nem Governador. Tive seis mandatos como Deputado Federal e, agora, como Senador, mas gostaria de ter tido a oportunidade, como o Confúcio, de ter sido Governador reeleito e estar aqui como Senador, e essa experiência, como tem V. Exa., de ter atuado como Prefeito por quatro mandatos. Com certeza, tudo isso se somará para fazermos um trabalho aqui para melhorar tanto a educação básica como o ensino fundamental, enfim, para fazer com que a educação brasileira possa ter avanços, porque a educação é que faz a qualidade de vida da população; e é na base, no começo lá.

Sempre tenho dito que ninguém nasce bandido. Alguém se transforma em bandido porque foi uma criança que não teve oportunidades. Então, acho que o nosso grande papel nesta Comissão é criar oportunidades para todos os brasileirinhos que estão nascendo, dando-lhes uma educação de qualidade, mas também para todos aqueles que, às vezes, já têm idade avançada e que, com um curso, passam a ter uma profissão e conseguem mudar totalmente a capacidade do seu trabalho, a sua rentabilidade e, conseqüentemente, as condições de vida de sua família.

Agradeço a oportunidade de estarmos aqui juntos. Quero contribuir. O sistema nosso é presidencialista. Portanto, o Presidente e o Vice falam e nós vamos aqui cumprir as missões!

Muito obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tive oportunidade também de ser conduzido à Liderança do Bloco. Continuamos com o nosso bloco... Não mais, agora, o Bloco Moderador, mas um bloco novo formado pelo DEM, no qual temos, então, o Presidente da Casa, o PSC e o PR. Então, nesse trabalho conjunto – os blocos e as lideranças –, vamos estar aqui trabalhando para que possamos criar mais oportunidades, como eu já disse.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Bem, eu quero aqui relatar também a minha grande satisfação de ter na nossa Comissão o Senador Wellington Fagundes.

Sem muitas delongas, quero registrar aqui, Wellington, entre todas as suas lutas, a luta pela Universidade Federal de Rondonópolis. Eu sei o quanto V. Exa. se dedicou a esse sonho que acalentava, assim como a sociedade em geral do Mato Grosso. De maneira que não vai faltar de nossa parte esforço para ver concretizado esse sonho, porque a parte mais difícil já foi feita. Então, precisamos agora dar continuidade ao processo.

Registro, com muita alegria, a sua participação aqui, na nossa Comissão.

Senador Confúcio, Senador Wellington e Senador Flávio Arns, eu estou tomando a liberdade de sugerir a V. Exas. que, na próxima reunião, que será realizada na terça-feira, a partir de 11h30 – essa é a minha sugestão –, nós façamos a aprovação, nós liberemos aqui quanto à aprovação do convite que faremos, então, aos Ministros das respectivas pastas que compõem a nossa Comissão, como o Ministro da Educação, o Prof. Ricardo Vélez Rodríguez. Também quero propor o convite para a nossa próxima reunião ao Deputado e hoje Ministro Osmar Terra, que é Ministro da Cidadania e que aglutinou as pastas da Cultura e do Esporte. Faremos isso exatamente para nós sabermos, como V. Exa. bem mencionou, qual é o plano original, de que forma nós podemos e devemos participar.

Dessa maneira, de antemão, já fica acordado que a Mesa vai apresentar um requerimento convidando os dois Ministros, um deles para próxima terça-feira. Sem ser nesta terça-feira, mas na próxima, o Ministro, então, viria aqui. E, na próxima terça-feira em que haja reunião, virá aqui, então, o Ministro Osmar Terra.

Consulto os Srs. Senadores se têm mais alguma manifestação a fazer. Senão, eu vou dando por encerrados os nossos trabalhos de hoje, convocando a próxima reunião para a próxima terça-feira, a partir de 11h30. *(Pausa.)*

Então, está encerrada a nossa reunião.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 15 horas e 51 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 48 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE FEVEREIRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dezessete horas e zero minutos do dia treze de fevereiro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Otto Alencar e Fabiano Contarato, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Leila Barros, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Jaques Wagner, Telmário Mota, Jean Paul Prates, Carlos Viana, Sérgio Petecão, Wellington Fagundes, Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas, Dário Berger e Rogério Carvalho. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Plínio Valério, Soraya Thronicke e Jayme Campos. Justifica ausência o Senador Jarbas Vasconcelos. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição. Finalidade:** Instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente para o biênio 2019/2020. **Resultado:** Eleito o senador Fabiano Contarato como presidente e o senador Jaques Wagner como vice-presidente. Após a eleição os eleitos receberam os cumprimentos dos demais integrantes da comissão e agradeceram o apoio recebido. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e vinte e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Fabiano Contarato

Presidente da Comissão do Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<https://www12.senado.leg.br/multimedia/evento/85524>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Havendo quórum regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente desta Comissão.

Foi registrada, até agora, uma única chapa, composta pelo nobre Senador Fabiano Contarato, da Rede Sustentabilidade, tendo como Vice-Presidente o meu conterrâneo e amigo Jaques Wagner.

Pergunto aos Srs. Senadores se concordam que a eleição possa ser realizada por aclamação, já que existe um entendimento para que seja feita assim. *(Pausa.)*

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada por aclamação. *(Palmas.)*

Declaro eleitos o nobre Senador Fabiano Contarato e o nobre Senador Jaques Wagner e peço para que venham aqui tomar posse da Presidência e comecem os trabalhos da Comissão de Meio Ambiente, temática, que é uma das Comissões mais importantes aqui do Senado Federal.

Eu já a presidi no biênio 2015/2016, discutindo temas relevantes aqui, como a questão do Código Florestal e outras matérias, de que sei que o Senador Randolfe é um grande defensor.

Portanto, Senador Fabiano, por favor, assuma a Presidência de fato e de direito. *(Pausa.)*

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente Fabiano, a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Com a palavra o Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Presidente, Senador Fabiano Contarato, Sr. Vice-Presidente, Senador Jaques Wagner, primeiro queria registrar o enorme orgulho para nós, da Rede Sustentabilidade, de ter, meu querido Fabiano, V. Exa. como Presidente desta Comissão.

Para nós, em especial pela atenção e pelo espírito fundante da Rede na identidade com um modelo de desenvolvimento sustentável, presidir esta Comissão é um desafio enorme. Nós emprestamos para o Senado e para o Brasil, eu diria, não só um dos melhores quadros do nosso Partido; ele se revelará um dos melhores quadros da política brasileira para dirigir esta Comissão. E coube ao destino, à circunstância ter ao seu lado aqui a experiência e a combatividade do Governador, Senador e Ministro Jaques Wagner, como Vice-Presidente desta Comissão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exas. terão um desafio enorme talvez no momento da história nacional em que o meio ambiente sofre a maior quantidade de ameaças. V. Exas. dirigirão esta Comissão em um momento em que são latentes as ameaças ao meio ambiente do Brasil, e essas são expressadas às vezes por infelizes declarações, às vezes por aberturas de ameaças de retrocesso na legislação ambiental que se pretendem.

Falava ainda há pouco com o Senador Jaques Wagner que há uma síntese que nós, com muito orgulho, carregamos com o nome do nosso Partido, que se chama sustentabilidade. A sustentabilidade é a possibilidade concreta de um modelo de desenvolvimento econômico que compreenda as necessidades humanas, mas entenda que essas necessidades humanas não podem ser contrapostas ou opositoras ao desenvolvimento sustentável, ao respeito ao meio ambiente. Isso tem uma síntese. É uma síntese que não foi fundada por nenhum partido, é uma síntese que não é de nenhuma corrente ideológica, é uma síntese que foi convencionada pela humanidade desde 1972, na Conferência de Helsinque, e reafirmada em 1992, na conferência do Rio de Janeiro.

A síntese é a possibilidade de construção de um modelo em que se equilibrem ambos: as necessidades humanas, mas também o respeito ao meio ambiente, não somente para as gerações atuais como para as gerações futuras.

Isso de que estamos falando não é nada mais do que o que está consagrado na nossa Constituição. Quando, na atualidade, percebemos inclusive o próprio Ministro responsável por ser o guardião da preservação do meio ambiente em nosso País proferindo declarações contra um ícone nacional e mundial como Chico Mendes, isso aumenta a responsabilidade desta Comissão.

O Parlamento tem várias funções em uma democracia. A principal das funções em um Parlamento é a contenção de excessos por quaisquer Poderes, entre eles o Executivo. O Parlamento sempre foi, historicamente, uma trincheira para impedir excessos notoriamente do Executivo. Não queremos e não iremos fazer, obviamente não é essa pretensão, não queremos uma Comissão a serviço de qualquer corrente política ou ideológica, mas tenho certeza de que, sob a direção de V. Exas., do Senador Fabiano e com a Vice-Presidência do Senador Jaques Wagner, nós teremos aqui uma Comissão de Meio Ambiente que terá dois papéis fundamentais a cumprir na ordem democrática: a defesa do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável, junto com isso; e a defesa do Brasil e dos seus patrimônios naturais, conforme estabelecido na Constituição.

A Floresta Amazônica, o Cerrado, o Pantanal são patrimônios nacionais proferidos pela nossa Constituição, e caberá, com certeza, a esta Comissão fazer a sua defesa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é com enorme honra que quero cumprimentar os dois. É um orgulho, para nós, Fabiano, ter você na Presidência desta Comissão. Um bom trabalho!

Estarei humildemente aqui no Plenário procurando cumprimentar e procurando ajudar no trabalho de ambos.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Muito obrigado, Senador Randolfe.

Franqueio a palavra a qualquer Senador que queira se manifestar.

O SR. JAKUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Apenas para parabenizar o Presidente, Senador Fabiano Contarato, e desejar sucesso na condução desta Comissão, que reputo de alta relevância até por tudo que o Senador Randolfe acabou de citar.

Eu, como tive a experiência de ser Governador, acho que esta Comissão fundamentalmente tem de ter seus membros bom senso, porque o conceito de sustentabilidade é você garantir o desenvolvimento para incluir socialmente pessoas, garantindo a preservação do meio ambiente. Esse tom é mundial, e eu espero que barbaridades não aconteçam e que nem aconteçam excessos, mas espero ao seu lado estar aqui para contribuir.

Boa sorte!

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Muito obrigado, Senador Jaques Wagner.

Eu quero agora proferir algumas palavras de agradecimento.

Confesso a vocês que é com muita alegria, mas também com o peso muito grande da responsabilidade de chegar a esta Casa assumindo a Presidência de uma Comissão que eu reputo, com todo respeito às demais, aquela que mais me incentiva a prosseguir para resgatar a credibilidade de todas as instituições na defesa de um meio ambiente sustentável, naquilo que é a preservação da vida em todas as suas modalidades.

Há uma frase de que eu gosto. Acho que Platão falava que a sabedoria está na repetição. Então, em que pese este artigo da Constituição que vou ler de 1988, eu quero que, quem sabe um dia, as autoridades e o próprio Poder Público assimilem isso nem que seja por osmose, mas que eles saibam que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações". Isso está no art. 225 da Constituição Federal desde 1988.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não bastasse isso, nós temos a Lei de Proteção Ambiental, Lei 9.605, de 1998, que é taxativa ao estabelecer no art. 3º que "as pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente". Nós sabemos que a regra geral da responsabilidade penal é sempre da pessoa física; aqui, há uma exceção, uma exceção para se responsabilizar criminalmente a pessoa jurídica. Eu não falo o preposto, mas a pessoa jurídica também. Então, podem ter certeza de que eu, estando à frente desta Comissão, que reputo uma das mais importantes, talvez, no momento por que passa o País, com um papel de extrema responsabilidade de atuação... E aí, Senador Randolfe, eu fico muito feliz e orgulhoso de tê-lo como colega de partido, mas independentemente de partido, quero que o senhor saiba que eu sempre me espelhei na sua conduta como político.

Quero deixar claro também que nunca fui político. Eu amo ser delegado de polícia há 26 anos e professor universitário há quase 20 anos. Essa foi a primeira vez que eu pleiteei um cargo político, e quis a população capixaba... E aqui quero agradecer imensamente não só a 1.117.036 eleitores, mas toda a população capixaba. Eu tenho fé em Deus de que eu não vou decepcioná-los. Não vou decepcioná-los em todo o meu comportamento como mandatário, como Senador da República.

Agora eu queria passar rapidamente, para não tomar muito tempo.

Saúdo a todos os Senadores e Senadoras, agradecendo-os pela confiança que me depositaram ao me elegerem para presidir um Colegiado da relevância desta Comissão de Meio Ambiente.

Agradeço a todos os brasileiros e brasileiras e peço licença para fazer um registro de agradecimento especial ao povo capixaba, que me delegou a responsabilidade de representá-los nesta Casa: eu me esforçarei com entusiasmo incansável para atender aos seus anseios e cumprir meu mandato com a mais alta dignidade.

Como compromissos imediatos, já anuncio que apoio a instalação imediata da CPI para investigar o rompimento da Barragem de Brumadinho e que pautarei com a maior brevidade possível o Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2016, resultante dos esforços da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, ao acompanhar o episódio dramático de Mariana, encampado pelo meu conterrâneo, o ex-Senador Ricardo Ferraço, que também foi reapresentado nesta Casa pelos Senadores Randolfe Rodrigues, da Rede Sustentabilidade, pelo Amapá, e Leila Barros, do PSB do Distrito Federal.

Este projeto trata de reforçar a efetividade da Política Nacional de Segurança de Barragens, para dotar de novos instrumentos o Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Com ele, a tragédia de Mariana, de 2015, repetida em Brumadinho, em 2019... Olhe, minha gente,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso tudo acontece pela ausência do Poder Público. Nós não podemos admitir esse tipo de comportamento. É necessário que os responsáveis sejam responsabilizados, mas nisso tem de haver celeridade.

Rui Barbosa já falava que "justiça atrasada não é justiça, senão injustiça qualificada". E nós agimos, pecamos e respondemos civil, administrativa e criminalmente não só por ação, mas também por omissão. Aliás, isso está expresso no art. 13, §2º, alínea "a" do Código Penal, quando se diz que a omissão é penalmente relevante quando o agente tenha por lei obrigação de proteção, vigilância e cuidado.

Precisou acontecer a tragédia de Mariana em 2015, agora temos a de Brumadinho, e, infelizmente, o que está sendo é absolutamente nada. Isso não é nem a sensação, mas é a certeza da impunidade. Enquanto estivermos aqui, eu e o Senador Jaques Wagner, como meu colega, e, tenho certeza, com todos os membros titulares e suplentes, vamos encaminhar isso com o devido valor e respeito que a sociedade merece e quer.

Enfim, mobilizar o Estado brasileiro por uma resposta enérgica a esse quadro generalizado de negligência governamental – negligência governamental é a palavra que tem de ser dita –, impunidade sistêmica e irresponsabilidade desmedida das mineradoras.

Que, com essa medida, caso aprovada, não observemos a banalização desse descaso que deixou em luto dezenas de famílias brasileiras e gerou prejuízo incalculável à fauna e à flora nacional.

Aqui quero fazer outro parêntese. Nessa tragédia de Brumadinho trabalhadores foram mortos, mas também turistas foram mortos. A vida humana tem valor diferente? Ora, pela CLT, Consolidação das Leis do Trabalho, os trabalhadores mortos ali vão receber 50 vezes o valor do salário. Aí eu pergunto: se há um funcionário que recebe pouco e um engenheiro que recebe mais, como fica essa igualdade que está sendo tão encampada no art. 5º? Isso é Carta Constitucional. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Infelizmente não é isso. Estou chamando a atenção porque até isso serve de alerta para nós, porque vamos ter de mudar isso também na Consolidação das Leis do Trabalho. Nós não podemos admitir que um turista que morreu lá e que, com muita razão, terá a indenização arbitrada pelo Poder Judiciário naquilo que é perfeitamente razoável ao passo que um trabalhador vai ser renegado a uma limitação de acordo com o cargo que ocupava.

Que, com essa medida, caso aprovada, não observemos a banalização desse descaso que deixou em luto dezenas de famílias brasileiras e gerou prejuízo incalculável à fauna e à flora nacional!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apenas para se ter em conta o relevo da matéria e o senso de urgência, só o Estado de Minas Gerais possui mais de 300 barragens inseguras.

Que as vidas sacrificadas criminosamente em Mariana e em Brumadinho possam deixar, em meio a essa dor irreparável, uma lição para o futuro de maior responsabilidade pela segurança das comunidades e dos ecossistemas que se situam nas proximidades de barragens!

Que tenhamos nesta Comissão o *locus* por excelência do debate parlamentar sobre a legislação de proteção ao meio ambiente, mas que não admitamos um retrocesso sequer em termos da proteção deste patrimônio que não pertence apenas a nós, mas, antes, garantirá a existência das futuras gerações, que não podem escolher por si mesmas neste momento decisivo!

Que não nos furtemos ao debate profícuo sobre modernizar a legislação: há sempre espaço para aperfeiçoamentos. Mas que esse argumento não sirva para patrocinar regressões. Decisões políticas equivocadas nessa delicada quadra ambiental não nos permitirão uma nova chance, uma nova oportunidade para desfazer equívocos: que a prudência seja nosso maior balizador!

Que não nos guiemos por enganos deliberados, como a negação das mudanças climáticas ou a relativização da proteção à nossa Amazônia, em especial, e a todos os demais riquíssimos biomas brasileiros! Que possamos embarcar de vez num projeto que compreende que desenvolvimento, geração de emprego e renda e preservação do meio ambiente não são mutuamente excludentes entre si, mas, ao contrário, são imperativos inseparáveis uns dos outros!

Ainda, em meu agradecimento, relembro uma passagem da encíclica do Papa Francisco sobre o meio ambiente denominada “*Laudato Si*” (2017), ou “Sobre o Cuidado com a Casa Comum”, em que o pontífice nos convida a uma “conversão ecológica”: “[...] o desenvolvimento sustentável implicará novas modalidades para crescer, noutros casos – face ao crescimento ganancioso e irresponsável, que se verificou ao longo de muitas décadas – devemos pensar também em abrandar um pouco a marcha, pôr alguns limites razoáveis e até mesmo retroceder antes que seja tarde”.

Também quero aqui, minha gente, agradecer e dedico este momento à memória de Chico Mendes. Se alguém, não só no Brasil, mas no mundo, me perguntasse quem foi Chico Mendes, eu não teria dúvida em dizer que ele foi um dos maiores líderes globais na defesa do meio ambiente, na defesa da Amazônia, na defesa dos povos da Amazônia e na defesa de um País mais justo. Em homenagem a ele, quero partilhar uma frase dele, que trago para a reflexão de vocês: “No começo, pensei que estivesse lutando para salvar seringueiras; depois, pensei que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estava lutando para salvar a Floresta Amazônica. Agora, percebo que estou lutando pela humanidade”.

Quero aqui convidar todos a refletir. Todos somos responsáveis, porque todos somos parte da mesma sociedade. É preciso provocar a queda de máscara das instituições que compõem o Estado, seja ela do Poder Executivo, seja ela do Poder Legislativo, seja ela do Poder Judiciário, para que, aí sim, nessa via de mão dupla, a sociedade possa exercer seu verdadeiro papel no direito de cidadania, porque ser cidadão, minha gente, não é apenas viver em sociedade, mas transformar essa sociedade.

Aqui vale a reflexão: o que eu e você estamos fazendo para que tenhamos uma sociedade mais justa, fraterna e igualitária, em que esse direito humano – digo que a proteção ao meio ambiente é um direito humano; alguns juristas sustentam que é de terceira geração –, ouse falar, na sua plenitude, seja rigorosamente protegido e em que seja responsabilizado, civil, administrativa e criminalmente, quem ocasionar, de qualquer forma, por ação ou omissão, dano ao meio ambiente?

Eu agradeço a todos.

Eu agradeço a Deus por me possibilitar ter saúde, força e fé para estar aqui à frente desta Comissão, pela qual tenho um carinho enorme. Deus sabe por que estou aqui.

Mais uma vez, quero agradecer ao Senador Randolfe pelo apoio que me tem proporcionado.

Desde já, quero pedir desculpas à minha equipe por eventuais falhas.

Eu sempre vou falar para vocês que uma das melhores virtudes que vejo no ser humano é a humildade e que um dos piores pecados, para mim, é a vaidade.

Podem ter a certeza de que eu também vou lutar por uma coisa de que vou voltar a falar. Talvez, vocês possam falar que não tem relevância o que vou falar, mas é nas mínimas coisas que a gente verifica o que é cidadania.

Eu me envergonho quando chego a este Senado Federal por ter de usar um elevador privativo só para o Senador, porque eu não me acho melhor que ninguém que passe por aqui ou que entre neste Senado Federal. Eu me envergonho quando vejo que funcionários terceirizados são submetidos à revista, enquanto os demais não o são.

Eu tenho um sonho. Assim como Martin Luther King Jr., eu também tenho um sonho. Sonho, um dia, poder estar aqui ou na tribuna do Senado e falar para vocês que nós vivemos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

numa democracia na qual todos somos iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.

Eu tenho um sonho de que, um dia, as pessoas não o julguem por sua orientação sexual ou pela cor da pele, pela raça, pela etnia, pela religião, pela origem, por ser uma pessoa portadora de necessidades especiais.

Tenho um sonho de que, um dia, as mulheres sejam tratadas como manda a Constituição de 1988, no art. 5º, que diz que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, porque hoje essa é uma mentira. Se você entra no serviço público, para a mulher há igualdade, mas, depois, para a obtenção de cargos, essa não é a realidade. No serviço privado, isso é pior.

Eu tenho um sonho de que, um dia, irá valer o que está expresso no art. 7º, inciso IV, da Constituição Federal, que diz que a União vai instituir um salário mínimo digno capaz de suprir as necessidades do cidadão e de sua família com saúde, educação, habitação, moradia, lazer, vestuário e higiene. Nós temos esse mísero salário, enquanto funcionários desta Casa ganham até R\$30 mil.

Todos somos iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Eu tenho um sonho e, um dia, vou falar, com toda a força da minha alma, com um sorriso estampado no rosto, com os olhos brilhando e com a voz firme, que vivemos num Brasil em que todos somos iguais perante a lei.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Antes de encerrar, eu queria conceder a palavra ao Senador Marcos do Val, do PPS, do Espírito Santo.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - ES) – Eu quero aqui dar meu testemunho como capixaba.

A Comissão de Meio Ambiente vai vivenciar um momento histórico com o nosso Senador Contarato. Em todos os locais em que o Senador Contarato esteve no Espírito Santo, ele sempre deixou uma marca muito forte, e sempre as pessoas colocavam o antes e o depois do Senador Contarato. Fiquei muito feliz ao saber que ele foi escolhido como o Presidente da Comissão de Meio Ambiente.

Tenho a certeza, Contarato, de que V. Exa. vai marcar história aqui também não só na Comissão, mas também no Senado. Há mais de 15 anos, a gente se conhece, e sempre admirei a sua garra, a sua força, a sua determinação em confrontar o sistema, em não se conformar com as coisas como são. V. Exa. pagou um preço muito alto por isso no Espírito Santo, porque, dentro da ideologia, dentro da democracia, teve de enfrentar parceiros de



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

trabalho, teve de autuar os seus parceiros de trabalho e foi muito prejudicado profissionalmente por conta disso. Mas a sociedade capixaba entendeu isso e lhe deu esse número muito expressivo de votos. V. Exa. ganhou, obteve uma vitória muito bonita, com uma campanha muito limpa, muito honesta. Tenho a certeza absoluta de que os capixabas já estão satisfeitos e orgulhosos pela sua escolha, por terem escolhido V. Exa.

Eu me sinto honrado de vivenciar essa história e de ser um observador dessa sua vitória, desse seu protagonismo aqui, no Senado Federal.

Parabéns, mais uma vez!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Eu é que lhe agradeço, Senador Marcos do Val. Eu também tenho muito orgulho de V. Exa. Caminhamos juntos, mesmo em coligações diferentes. Mas a população vê isso. E, agora, não podemos mais olhar pelo retrovisor, mas, sim, entender que o principal destinatário em um mandato é a população. Muito obrigado. Tenho muito orgulho de V. Exa.

Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu gostaria também de, em primeiro lugar, cumprimentar o Líder do nosso Partido, o Senador Randolfe Rodrigues, que se empenhou muito, com os outros partidos, nas negociações e nas articulações, bem como o nosso colega de bloco Marcos do Val, com alegria.

Antes que saia, quero cumprimentar o Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Fora do microfone.*) – Não vou sair.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Ah! Não vai sair? Mas eu ia cumprimentá-lo e também lhe desejar sucesso.

Cumprimento o nosso colega de partido e de bloco Fabiano Contarato – já estou acertando o sobrenome –, como também o Jaques Wagner. Cumprimento os dois, porque acho que a Presidência e a Vice-Presidência têm de ser ocupadas por pessoas bem sintonizadas, defensoras dos propósitos e dos objetivos desta Comissão, com muito diálogo com a sociedade, trazendo os diversos pontos de vista para esta Comissão e, ao mesmo tempo, até



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

indo na linha do que V. Exa. colocou, Senador Contarato, o que certamente é o sonho também de Jaques Wagner, para transformar sonhos em realidade.

Este é o nosso grande desafio: transformar esperanças, ideais, propostas, fiscalização, transparência, tanta coisa importante numa das maiores realidades e riquezas. Na verdade, o que o nosso Partido, inclusive, propõe é a sustentabilidade, essa harmonia que deve haver entre a economia, o social e o meio ambiente, com a participação plena da sociedade, num processo de parceria, para a construção de uma sociedade de paz.

Então, desejo sucesso não só a V. Exa. e ao Senador Jaques Wagner, mas também a toda a equipe de apoio, aos componentes desta Comissão e à sociedade, que, juntamente com esta Comissão, vai trabalhar a favor do Brasil.

Obrigado. Um grande abraço!

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador Arns.

Com essas considerações, volto a agradecer.

Espero contribuir de forma significativa com o nosso colega Jaques Wagner, que tem toda uma experiência.

Muito obrigado a todos vocês.

Declaro encerrada a presente reunião.

Um abraço!

(Iniciada às 17 horas, a reunião é encerrada às 17 horas e 28 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE FEVEREIRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dezesseis horas e trinta e quatro minutos do dia treze de fevereiro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Jaques Wagner e Nelsinho Trad, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Marcio Bittar, Fernando Bezerra Coelho, Antonio Anastasia, Mara Gabrilli, Romário, Randolfe Rodrigues, Marcos do Val, Flávio Arns, Zenaide Maia, Angelo Coronel, Arolde de Oliveira, Carlos Viana, Chico Rodrigues, Zequinha Marinho, Marcos Rogério, Fabiano Contarato, Paulo Paim, Dário Berger, Confúcio Moura, Lasier Martins, Paulo Rocha, Irajá e Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Esperidião Amin, Daniella Ribeiro, Kátia Abreu e Fernando Collor. Justifica ausência o Senador Jarbas Vasconcelos. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição.** **Finalidade:** Instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e do Vice-Presidente desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para o biênio 2019-2020. **Resultado:** Instalada a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para o biênio 2019/2020, foram eleitos os Senhores Senadores Nelsinho Trad e Marcos do Val para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e cinquenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Nelsinho Trad

Presidente Eventual da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/02/13>

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade a instalação dos trabalhos e a eleição do Presidente e do Vice-Presidente desta Comissão para o biênio 2019/2020.

Foi registrada, até o momento, a indicação do Senador Nelsinho Trad para Presidente e do Senador Marcos do Val para Vice-Presidente.

Consulto as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores se podemos eleger os indicados por aclamação, tendo em vista haver apenas esta chapa formada. *(Pausa.)*

Havendo acordo de todos, declaro eleitos por aclamação para a Presidência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional o Senador Nelsinho Trad; e para Vice-Presidente o Senador Marcos do Val.

Convido os eleitos a ocupar os seus lugares à Mesa e, em seguida, fazer uso da palavra, ao tempo em que parabenizo os dois. Espero que eu vá ser membro efetivo desta Comissão e que possamos fazer um trabalho profícuo em defesa do Brasil e do Senado da República. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Invocando a proteção de Deus, declaro aberto este primeiro momento do nosso trabalho na Legislatura de 2019/2020.

Pela ordem, com a palavra o Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Quero cumprimentar, Presidente, V. Exa., Senador Nelsinho Trad, e o meu colega Vice-Presidente, que é do nosso bloco – não é, Senadora Eliziane? –, o Senador Marcos do Val, do PPS, partido irmão nosso, da Rede Sustentabilidade. Sentimo-nos muito representados, nós do Bloco Senado Independente, da Minoria Parlamentar aqui no Plenário do Senado, com a presença de V. Exa. na Vice-Presidência desta Comissão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta é uma das Comissões, sem dúvida, mais sensíveis para os temas atuais. Esta é a Comissão da soberania nacional, é a Comissão da relação da inserção do Brasil no cenário internacional. A inserção do Brasil no cenário internacional é um dos princípios fundantes da nossa Constituição – está lá proclamado no art. 4º que o Brasil se norteará na ordem internacional pelo respeito aos princípios dos direitos humanos e da autodeterminação dos povos. A nossa Constituição então, já no seu início, proclama como deve ser o comportamento do nosso Estado-Nação na ótica internacional.

O Brasil tem um desafio enorme no mundo globalizado. O Brasil tem um desafio enorme com os dilemas que tem o mundo globalizado em relação ao desenvolvimento sustentável, à preservação do meio ambiente, à inserção em uma ótica globalizada cooperativa internacionalmente.

Há um outro tema sensível, pauta desta Comissão, que é a questão da defesa do Estado, as relações com as Forças Armadas, então nós teremos, assim, temas que são pertinentes do momento, que necessitarão de debate profundo nesta Comissão.

Eu tenho certeza, Senador Nelsinho e Senador Marcos do Val, de que V. Exas. conduzirão esta Comissão pautados pelos princípios, primeiro, que regem a nossa Constituição, de como o Brasil deve se situar na esfera internacional e nos desafios deste mundo global, e, segundo, baseados principalmente no debate.

Esta Comissão não é somente uma comissão de ratificação de embaixadores, como podem outrora alguns imaginar. Esta Comissão tem uma função sensível na ótica atual e deve, mais do que nunca, nas circunstâncias atuais, ser o espaço do debate político de todas as vertentes políticas presentes aqui no Senado.

Eu tenho certeza de que, pela experiência que tem o Deputado Nelsinho, pelo vigor e disposição do... Perdão, pela experiência que tem o Senador Nelsinho – já como Parlamentar há algum tempo –, pelo vigor e disposição do recém-eleito Senador Marcos do Val, poderá essa combinação dar essa dinâmica necessária ao funcionamento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Então, meus cumprimentos aos dois.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra a Senadora Zenaide Maia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) –
Senadora Eliziane, do PPS.

Eu queria, Presidente, só cumprimentar o Senador Marcos do Val, cumprimentar V. Exa., Senador Nelsinho, pela condução dos trabalhos e pela Presidência e pela Vice-Presidência.

O PPS se sente extremamente representado, nesta Casa como um todo, em ter a presença do Senador Marcos do Val nesta Comissão, como já foi colocado, uma Comissão extremamente importante, sobretudo neste momento. Nós temos vários tratados internacionais de que o Brasil é signatário e que precisam ser levados a sério, não podem ser apenas uma letra morta, claro, considerando sempre o princípio da soberania nacional. E essas relações internacionais são o grande tema do debate no momento, sobretudo pelo novo Governo que nós temos a partir do último dia 1º de janeiro, e, portanto, os debates nesta Comissão, não tenho dúvida, serão, inclusive, até bem acalorados nos próximos meses.

Então, eu sei que tanto o Senador Nelsinho, como o Senador Marcos do Val têm experiência, têm informação e têm a serenidade necessária para dar o tom necessário a esta Comissão.

O Senador Marcos do Val se notabiliza, inclusive, pelo trabalho que faz na segurança e sendo inclusive modelo não somente para o Brasil, mas internacionalmente, a exemplo de outros países aqui também na América. E eu sei, Senador, que V. Exa. dará uma grande contribuição nesta Casa e estará, a cada dia mais, orgulhando o PPS e fazendo jus à função que V. Exa. assume nesta Comissão.

Portanto, parabéns a V. Exa., parabéns ao Senador Nelsinho pela condução, e o meu desejo é de muito sucesso e muita prosperidade.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Obrigado, Senadora Eliziane.

Com a palavra o Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) –
Muito obrigado, Sr. Presidente.

Igualmente, gostaria de cumprimentar V. Exa., juntamente o Senador Marcos do Val, por essa eleição, e reiterar que, nos últimos quatro anos, aqui estive como membro deste Colegiado e pude testemunhar a relevância de seus trabalhos nas questões relativas não só a relações exteriores, mas igualmente à defesa nacional e às atividades de inteligência. É uma Comissão fundamental. Eu diria até que ela representa uma das essências da Nação brasileira.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os temas que V. Exas. conduzirão aqui se refletem no futuro do Brasil e na inserção de nosso País no cenário internacional.

Não só teremos aqui as sabatinas de embaixadores, mas, como bem lembrou o Senador Randolfe, nós teremos aqui um desfile de temas, ações, projetos, acordos, resoluções, tratados que representam uma coluna vertebral da participação e da inserção do Brasil no concerto das nações.

Durante os últimos quatro anos, aprendi muito nesta Comissão e tive a oportunidade de perceber, em primeiro lugar, a relevância, a qualidade dos quadros da nossa chancelaria, o corpo diplomático brasileiro de excepcional qualidade que aqui desfilou perante os Senadores nos diversos e diversos eventos. Ao mesmo tempo, igualmente pude perceber também como o Brasil é muito bem avaliado, muito tem quisto e tem uma posição sempre de protagonismo no cenário internacional. Devemos manter e reiterar para que tal posição se mantenha ativa e independente.

Juntamente com a Senadora Mara Gabrilli, minha cara amiga e companheira de partido, ficaremos aqui pelo PSDB ajudando V. Exa. e o Senador Marcos do Val nos trabalhos desta Comissão.

Portanto, parabéns! Boa sorte e conte conosco!

Muito obrigado aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Obrigado, Senador Antonio Anastasia.

Com a palavra o Senador Carlos Viana, de Minas Gerais.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Muito obrigado, Excelência.

Em primeiro lugar, meus parabéns ao Presidente, Nelsinho Trad; parabéns ao Marcos do Val, que tem também uma experiência internacional muito grande. Tenho certeza de que farão um grande trabalho à frente da nossa Comissão.

Quero dividir com os senhores aqui uma experiência muito particular de como o Brasil, apesar de todas as nossas dificuldades, é visto no mundo como uma terra de esperança. Há mais ou menos uns quatro anos para cinco anos, eu estava trabalhando na rádio onde fiquei durante 12 anos e recebi uma ligação de um pastor da Região Metropolitana de Belo Horizonte pedindo ajuda, da cidade de Esmeraldas, que é uma cidade na região, com um IDH muito baixo, uma cidade muito linda, mas que precisa muito de ajuda. Esse pastor me disse o seguinte: "Eu estou precisando da sua ajuda, porque estou com um grupo aqui de 54 haitianos que acabaram de chegar a Belo Horizonte, foram despejados na região metropolitana,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chegaram sem roupas, sem alimentação, sem lugar de ficar, sem nenhum tipo de ajuda, e foram até a igreja pedir lá o apoio para o reinício da vida deles".

Imediatamente nós fizemos uma grande campanha junto às empresas, pela própria Rádio Itatiaia, a quem faço aqui a minha homenagem, e conseguimos empregar, Marcos, uma boa parte desses haitianos, que não falavam uma palavra de português, falavam apenas o crioulo e o francês, mas que chegaram ao Brasil com uma esperança muito grande. Um deles, inclusive, veio trabalhar comigo pessoalmente, passou a me acompanhar em boa parte... Nós falávamos apenas em inglês.

Eu fiquei impressionado com os imigrantes que estavam ali, todos com ensino médio, alguns com ensino técnico, vários deles com curso superior, engenheiros, jornalistas, que deixaram o Haiti, vieram para o Brasil, numa viagem de praticamente um mês, na mão de coitotes, foram deixados no Acre e trazidos...

Então, isso mostra claramente a importância que nós temos de trabalhar nessa questão da imigração para o nosso País. O Brasil é um país de imigrantes.

O Brasil sempre recebeu bem os povos que vêm para cá, e a nossa Comissão tem que estabelecer regras, tem que estabelecer todas as relações e, naturalmente, trabalhar com os Estados para que a gente possa também buscar saídas e tornar o Brasil uma porta importante para os imigrantes que quiserem se juntar à nossa história.

Terminado isso, Senador Anastasia, nós conseguimos os empregos, conseguimos atender. Eles hoje estão bem, lá já adaptados. Passados 90 dias, outra ligação, mais outro tanto... Oitenta e cinco, porque os primeiros ligaram para os parentes para os amigos e falaram: "Olha, conseguimos emprego." Então, essa leva de imigrantes foi, de uma forma, muito forte para o País.

Agora, nós estamos enfrentando um problema grave, com a nossa vizinha Venezuela. O povo venezuelano tem o nosso apoio, tem a nossa admiração. Nossas relações são com o povo da Venezuela; não são com o Governo Maduro, que, na minha opinião, não caiu, apesar de Maduro, mas vai cair muito em breve, para que o povo da Venezuela possa exercer novamente a democracia.

Então, está aqui a minha satisfação de poder colaborar com a Comissão de Relações Exteriores. A experiência que tenho das viagens, do meu trabalho internacional, dos idiomas, eu coloco à disposição para que a gente possa exercer as funções da maneira como o povo brasileiro espera de todos nós.

Meu muito obrigado e parabéns a V. Exas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos ao Senador Carlos Viana.

Com a palavra o Senador Marcos do Val.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - ES) – Bom, boa tarde a todos.

Agradeço ao nosso Presidente Nelsinho. Para mim, vai ser uma honra estar aqui, junto com você.

Quero passar um pouquinho da minha experiência, até porque eu também pleiteava estar aqui, de qualquer forma, de alguma forma, para poder contribuir. Há 20 anos que eu trabalho com treinamento policial. Nesses 20 anos, dando aula para a Swat, nos Estados Unidos... A Swat é a unidade de elite da polícia americana. Também já estive dando aula para a unidade antiterrorismo da Nasa, também já dei aula para a segurança do Papa, no Vaticano, para a polícia europeia e para outras polícias, a francesa, enfim. São 20 anos trabalhando, rodando outros países, conhecendo a segurança pública, conhecendo a área da defesa.

Eu também fui militar do Exército, na década de 90, e eu venho com esse desejo de trazer toda essa experiência que eu tive e ainda tenho, ao longo desses 20 anos, para que a gente possa fazer desta Comissão uma Comissão referência, para que a gente possa dar essa resposta que a sociedade pede, junto a esta Comissão.

Então, vou estar colocando todos os meus conhecimentos, tudo o que eu puder e todos os meus relacionamentos no Brasil e fora, em todos esses países em que trabalhei, ao longo desses 20 anos, aqui, nesta Comissão, para que a gente possa, então, ter um resultado. Como eu tenho dito, que se possa estar presidindo, e esse sucesso, esse resultado positivo, que todos os brasileiros possam desfrutar disso.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Srs. Senadores, fico realmente lisonjeado com a indicação que recebi do meu partido, convalidada pelos Líderes desta Casa. Quero aqui agradecer as palavras proferidas pelos colegas, dizer, Senador Marcos do Val, que talvez mais importante do que todo esse currículo invejável que V. Exa. acaba de relatar para todos nós é a grandeza da sua alma e do seu espírito, que eu passei a conhecer. Tenho a convicção de que nós dois iremos desempenhar um trabalho justo, um trabalho conciliador para que nós possamos elevar a soberania nacional, o nome desta Comissão, o Senado da República e os demais pares ao mais alto topo da credibilidade na nossa sociedade.

Sou médico, com especialidade em cirurgia -geral, urologia e saúde pública. Fui Vereador por três mandatos em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, capital do meu Estado, e Presidente





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Câmara Municipal. Fui Deputado Estadual. Fui Prefeito da capital também por dois mandatos. Fui candidato a Governador, e agora Senador da República.

Tenho uma experiência de vida principalmente relacionada às minhas atividades não só políticas como também profissionais, na certeza de que usarei o nosso bom senso, a nossa tranquilidade, a nossa maturidade para desempenhar aqui o melhor trabalho possível, que honrará, com certeza, todos os meus pares, todo o meu Estado e o meu País.

Cito agora, para terminar, uma frase bíblica que me emociona porque, logo que eu assumi a prefeitura de Campo Grande, eu encontrei uma pessoa que estava descendo na frente do meu consultório – era um final de tarde – que me perguntou: "Como está indo, Prefeito?" Eu, muito jovem, falei: "Não é fácil. É uma cidade de quase um milhão de habitantes..." Ele pôs a mão no meu ombro, olhou no fundo dos meus olhos e falou: "Fique tranquilo. Deus não escolhe os capacitados, mas capacita os escolhidos."

Dessa forma, eu encerro esta reunião, dizendo a todos que, após uma reunião que eu e o Marcos do Val faremos com a nossa assessoria da Comissão, deliberaremos o dia e o horário da reunião, que serão avisados a todos os pares desta Casa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião. *(Palmas.)*

(Iniciada às 16 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 52 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE FEVEREIRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dezessete horas e vinte e oito minutos do dia treze de fevereiro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Dário Berger, Izalci Lucas, Eliziane Gama, Flávio Arns, Jaques Wagner, Zenaide Maia, Jean Paul Prates, Lucas Barreto, Jorginho Mello, Major Olímpio, Wellington Fagundes, Marcos do Val, Rogério Carvalho e Selma Arruda. Deixam de comparecer os Senadores Daniella Ribeiro, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Elmano Férrer, Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues, Omar Aziz, Chico Rodrigues e Zequinha Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição**. **Finalidade:** Instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo para o biênio 2019/2020. **Resultado:** Instalada a Comissão, é eleito e empossado o Presidente, Senador Izalci Lucas, ficando adiada a eleição do Vice-Presidente. Usaram da palavra os Senadores Izalci Lucas, Dário Berger e Jorginho Mello. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro

Presidente Eventual da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/02/13>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

(Texto com Revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à instalação dos trabalhos e à eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão para o biênio 2019-2020, nos termos do disposto no art. 88, §1ª, do Regimento Interno do Senado Federal.

Foi registrada até o presente momento a seguinte chapa: para Presidente, Senador Izalci Lucas; para Vice-Presidente... Estou esperando o nome aqui do Vice-Presidente...

Se não houver, nós vamos tocar à frente... *(Pausa.)*

Nós podemos fazer a eleição do Presidente e do Vice conjuntamente e, se não houver indicação, fazer só a do Presidente, mas ficaria...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Sr. Presidente, depois a gente verifica, porque, em princípio, eu tinha recebido informalmente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pronto! Vamos fazer!

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – ... mas tem que ter a indicação do partido. Então, não sei. É melhor fazer...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Não dá para ligar aí não?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Sr. Presidente, ainda não temos a indicação formal dos blocos, é indicação do bloco. Eu tive a informação de que seria a Senadora Zenaide, mas podemos fazer a do Presidente. Em seguida, recebendo a informação do bloco, a gente faz a do Vice na próxima reunião. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Consulto os Srs. Senadores se podemos proceder à eleição por aclamação tendo em vista a chapa única. *(Pausa.)*

Todos de acordo e não havendo objeção... *(Pausa.)*

Como o Senador Izalci informou que provavelmente será a Senadora Zenaide a Vice-Presidente... Então, vou suspender a reunião por cinco minutos para a gente entrar em contato com o bloco, só para confirmar, para a gente poder fazer a eleição conjunta. Seria melhor, porque já resolve, fica liquidado o assunto.

Está suspensa a presente reunião pelo prazo de cinco minutos.

(Suspensa às 17 horas e 31 minutos, a reunião é reaberta às 17 horas e 38 minutos.)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Presidente... *(Pausa.)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, sugiro a V. Exa. que faça a eleição para a Presidência e, na semana que vem, a gente faz para a Vice, É que a gente não consegue falar, e as pessoas que contactamos não têm conhecimento ainda do acordo. Como o Senador Telmário não atende, e ele é o Líder do Bloco, eu não sei se houve esse entendimento. Eu não tenho nenhuma dificuldade, mas eu pediria que V. Exa. fizesse a da Presidência e, na semana que vem, a gente faz, na primeira reunião, a eleição do Vice.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – O.k. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Declaro reaberta a reunião.

Em vista de não termos conseguido fazer contato com o Líder do Bloco PT/PROS, nós vamos proceder à eleição apenas do Presidente, que seria o Senador Izalci Lucas.

Então, pergunto novamente aos Srs. Senadores se podemos proceder à eleição por aclamação, tendo em vista ser chapa única. *(Pausa.)*

Todos estando de acordo, não havendo objeção, declaro eleito e empossado o Senador Izalci Lucas Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal.

Convido o Senador eleito a ocupar seu lugar à Mesa e, em seguida, usar da palavra.

Com a palavra o Senador Izalci Lucas, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. *(Pausa.)*

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Meu colega Senador Marcelo Castro, quero cumprimentar também os demais colegas Senadores e Senadoras.

Primeiro, quero agradecer o apoio de todos os componentes do Senado Federal. Foi um acordo amplo nas Comissões, obedecendo rigorosamente o Regimento. Então, fico muito honrado de presidir esta Comissão tão importante para o País em um momento como este, um momento de desemprego, de desigualdades sociais e regionais.

Nós temos aqui um grande desafio, que é exatamente o de diminuir essas desigualdades regionais, proporcionar realmente condições para que a gente tenha instrumentos para o desenvolvimento do nosso País.

E, na área do turismo, também precisamos ainda implementar projetos e programas. Temos vastas condições de ter um turismo bastante próspero aqui no Brasil. Eu fico muito orgulhoso também de podermos trabalhar aqui no Distrito Federal, representando o DF, a Capital da República, a Capital de todos nós, que também tem uma gama de oportunidades na implementação de políticas nessas áreas.

Coincidentemente, eu estava na Câmara Federal tocando um projeto de iniciativa do Ministério da Educação, Ciência e Tecnologia, o Centro de Desenvolvimento Regional. Nós implantamos quatro pilotos – em Campina Grande, Caxias, Itapeva e Brasília – nessa mesma linha de melhorar as condições principalmente dos pequenos e microempresários, dos empreendedores, criando um projeto estratégico para cada região, de acordo com a vocação de cada região.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, espero que aqui a gente possa debater... E eu já proponho – estamos preparando um requerimento – convidar a virem aqui os Ministros para que a gente possa conhecer quais são os planos do Ministro do Turismo, dos Ministros também ligados a essa área, para que a gente possa conhecer, debater e oferecer instrumentos para melhorar as condições da nossa população.

Quero aqui dizer, quanto a essa questão da Vice, Senadora Zenaide, que eu estive, por parte do Líder do Bloco, Senador Telmário, perguntando se V. Exa. poderia ser Vice. Eu disse que não teria problema, muito pelo contrário. Nós fomos colegas na Câmara, e eu tenho uma admiração muito grande por V. Exa., mas, em função de que o Podemos e o PSL ainda não indicaram os seus membros e de que havia realmente uma discussão dessa composição da Mesa, achei prudente o que foi feito pelo nosso Presidente Marcelo Castro. Na próxima reunião vamos fazer um entendimento com o Podemos e o PFL para definirmos, então, a questão da Vice-Presidência.

Mas agradeço o apoio de todos os meus colegas e vamos trabalhar juntos. Esta Comissão tem tudo para realmente ajudar muito o nosso País. Obrigado pelo apoio de todos. *(Pausa.)*

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não.

Com a palavra o Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu queria pedir a V.Exa. a palavra para, preliminarmente, cumprimentá-lo pela condução dos trabalhos. Certamente, foi uma das eleições mais fáceis de que o Senador Izalci participou, certamente tão fácil quanto será a eleição para a Vice-Presidência desta Comissão.

Eu quero cumprimentar V. Exas. e, sobretudo, o Senador Izalci, por ser o responsável por esta Comissão nos próximos dois anos. Cumprimento também a Senadora Zenaide e o Senador Jorginho Mello, querido e distinto amigo de Santa Catarina, meu companheiro. Acho que nós estivemos juntos em todas as nossas campanhas, não é, Jorginho? E agora tenho o privilégio de ter o Jorginho como Senador aqui, junto de nós. É, portanto, uma alegria muito grande para mim.

Mas eu quero aqui acrescentar que o nome da Comissão de Desenvolvimento Regional já diz muito para o Brasil e para os Estados brasileiros. Eu entendo que um dos maiores problemas que nós precisamos enfrentar no Brasil, senão o maior problema, está na Constituição Federal, no seu art. 3º se não me engano: um dos objetivos pátrios desta Nação é lutar contra as desigualdades e as diferenças sociais e buscar, de uma maneira bastante concisa, incisiva e determinante, reduzir essas diferenças e essas desigualdades promovendo o desenvolvimento nacional e regional.

Eu quero lamentar aqui o fato de já estar há quatro anos no Senado Federal, Senador Marcelo Castro, e o Brasil ter deixado de ser um país com planejamento estratégico.

Eu pergunto a V. Exas., que também são Parlamentares experimentados e que muita contribuição já trouxeram ao Brasil: qual é o plano de desenvolvimento regional que existe no Brasil hoje? Qual é o plano de desenvolvimento nacional para os próximos dez, vinte, trinta





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anos que existe no Brasil hoje? É por isto que nós estamos no fundo do poço como estamos: porque corremos atrás da máquina, nós não nos antecipamos aos problemas; nós estamos combatendo as consequências e não as causas.

Portanto, esta Comissão aqui tem um papel importantíssimo na formalização de políticas públicas e, sobretudo, de exigir do Governo Federal e também de ser um agente transformador dos governos estaduais e municipais no sentido até, se for necessário e se for possível, de exigir que todos os Municípios, todos os Estados da Federação, o Distrito Federal e o Governo Federal tenham um plano de desenvolvimento regional e um plano de desenvolvimento nacional, municipal, estadual e assim por diante. Não é possível que não tenhamos um horizonte de médio e de longo prazo do que vai acontecer no Brasil! E nós não temos, infelizmente nós não temos.

Isso é muito lamentável, porque, em função disso, vem a pobreza, a droga, a marginalização, disso deriva a violência a que nós estamos submetidos neste País. A violência tem origem onde? Onde é que a violência tem origem se não é na pobreza, na marginalização, na falta de oportunidade? Quem são as pessoas, ou os jovens, que são mortos? Na sua grande maioria, jovens de 16, 17, 18 a 24 anos. Qual é a cor dessas pessoas? A maioria é negra. Por quê? Porque certamente não tiveram a oportunidade no momento em que precisavam de oportunidade e, aí, quem deu oportunidade para eles foram os traficantes de droga, a marginalização etc. e tal.

Nós precisamos fazer aqui o milagre brasileiro. Nós temos que ter a mágica, a fórmula do milagre para dar oportunidade para essa geração que está saindo do segundo grau, que está saindo do ensino fundamental, que está saindo das universidades. Se não for assim, a violência só vai aumentar. Com 13 milhões de desempregados, com mais oito milhões de brasileiros subempregados, com mais 40 ou 50 milhões de brasileiros que vivem com apenas um salário mínimo, com não sei quantos milhões de brasileiros que vivem com R\$400, o que é menos de US\$1,5 por dia, se eu não estou equivocado... Não tenho os números aqui, estou fazendo uma retórica genérica, até porque não estou preparado para isso, mas me chamou a atenção e me salta aos olhos esta Comissão, porque esta Comissão pode balizar, ela tem essa capacidade de balizar o futuro do Brasil em termos de planejamento estratégico para esta Nação.

Por isso, quero me associar a esse esforço. Faço parte desta Comissão, pedi para fazer parte desta Comissão porque tenho essa visão.

Quero compartilhar essa visão com os demais companheiros que compõem esta Comissão, para que nós possamos não discutir meramente os mesmos problemas de sempre e fazer um pouco mais do que sempre fizemos, mas, sim, inovar, crescer, implantar novas formas, novos métodos, alterar comportamentos e, sobretudo, criar uma logística própria, para que possamos, de certa forma, ser agentes de transformação dos nossos jovens e adolescentes, que efetivamente precisam muito de nós. E só vamos conseguir isso através de um planejamento estratégico e do estabelecimento de metas, de planos de avaliação, etc. e tal, requisitos básicos das administrações modernas em que nós estamos vivendo hoje.

Portanto, eu queria deixar essa sugestão preliminarmente para V. Exa., um Parlamentar que eu conheci como Deputado Federal. Depois nos conhecemos um pouco melhor quando fui Relator da Medida Provisória 852, que, inclusive, está sendo apreciada agora na Câmara dos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputados. Está havendo certa controvérsia, e me alertaram aqui para que eu ficasse antenado, porque havia muitos requerimentos, inclusive, para que se retornasse ao projeto original. Eu fiquei tranquilo, porque o que eu fiz na medida provisória, Senador Marcelo Castro, foi atender, *ipsis litteris*, a grande maioria das emendas propostas pelos Parlamentares, sejam eles Deputados Federais ou Senadores.

Essas questões, há décadas ou, talvez, centenas de anos, como a dos terrenos de marinha, por exemplo, passam pela nossa frente, e nós não conseguimos dar um destino para elas. A população está cada vez mais indignada, mais revoltada, como é o caso da população de Santa Catarina, com relação aos terrenos de marinha. Se se fizer como o Governo quer fazer os terrenos de marinha, nós vamos ter de desalojar milhares e milhares de pessoas que já estão instaladas, que receberam o terreno de boa-fé, que receberam alvará da prefeitura para construir, que estão legalizadas, que pagam impostos, etc. e tal. A volúpia do dinheiro, do recurso, de que o Governo não abre mão, fala mais alto do que a regularização dessas áreas, a consolidação da cidadania, o orgulho próprio, a segurança jurídica. Imaginem que são milhares e milhares!

Em Florianópolis – certamente, os senhores já foram a Florianópolis –, quando os senhores descem do avião, os senhores veem aquela área que está toda povoada, bem próxima ao aeroporto, que é toda considerada área de marinha. A área de marinha – nem é área de marinha, mas a gente conhece por área de marinha – é um entulho autoritário da época do Império, que leva em consideração a linha de preamar de 1831. Ora, é evidente que o mar se alterou ao longo desses mais de 200 anos. O que era terreno de marinha hoje não é mais terreno de marinha, e o que não era terreno de marinha hoje é terreno de marinha, porque o mar avançou em determinadas regiões. Com esse avanço do mar, aquela área que não era terreno de marinha passou a ser terreno de marinha. Então, é uma confusão total!

Esse é apenas um item da medida provisória. Há outros itens, como a regularização dos parques. Os parques, os senhores sabem como eles funcionam: o Governo vai lá, traça uma poligonal, estabelece os limites e define aquilo como parque nacional, e está tudo certo. Só que ele esquece que, dentro daquele parque, há milhares ou centenas de milhares de pessoas que o ocuparam ou o invadiram. Elas estão lá e, certamente, precisam ser atendidas e assistidas pelo Estado brasileiro. E, como elas estão numa área de proteção ambiental, o Estado brasileiro fica proibido de intervir nessas áreas.

Dessa maneira, eu tive a coragem de atender a uma justa e legítima reivindicação do Senador Izalci, a de rever os limites do Parque da Floresta Nacional de Brasília e do Parque Nacional. Mas eu, com a minha emenda, com a alteração que eu propus, não estou tirando uma árvore, não estou reduzindo absolutamente um metro quadrado de floresta. Eu estou simplesmente fazendo um contorno das áreas onde as pessoas estão instaladas. E elas não foram instaladas agora; elas se instalaram lá pouco depois que Brasília foi fundada, quando veio para cá Juscelino Kubitschek. Mas daí vem a retórica neste País de que, na medida provisória da qual fui Relator, estou suprimindo não sei quantos mil metros quadrados da floresta de Brasília, do Parque Nacional de Brasília, do Parque Nacional de São Joaquim etc. Eu não estou suprimindo nada. Eu não seria louco de suprimir parte da floresta de araucária de São Joaquim, que é um parque ambiental extraordinário. Eu só fiz uma alteração de contorno. O Governo Federal estabeleceu os limites, e, dentro dos limites, Senador Jorginho Mello, há





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

centenas de milhares de pessoas que ali estão instaladas há centenas de milhares de anos. Só que o Governo não indeniza essas pessoas, não deixa que construam mais nada lá, não deixa que produzam mais nada lá. Essas pessoas ficam nesse limo, nessa situação difícil.

Então, essa medida provisória, além de regulamentar outras questões, é uma medida provisória que resolve realmente esses penduricalhos que estão sempre à nossa frente e que nunca ninguém teve coragem de enfrentar de maneira decisiva. Mas eu tive a coragem de enfrentar. E está lá agora uma confusão. Mas eu espero que essa medida provisória seja votada e aprovada, porque isso vai fazer um bem a milhares e milhares, talvez a milhões de brasileiros que sofrem com o descaso com que a Administração Pública trata essas questões. Esse pessoal praticamente tem o direito, mas não tem a estrutura necessária para garantir os seus direitos individuais, o que é extremamente lamentável.

De qualquer sorte, desculpe-me por utilizar esse tempo todo. Mas quero parabenizar V. Exa. Eu acho que já posso dizer que tenho um amigo aqui e que juntos vamos somar forças para que esta Comissão possa ser um destaque entre as Comissões do Senado Federal.

Muito obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Eu quero parabenizar o Senador Dário Berger por suas lúcidas e oportunas palavras. Eu acho que essa é a diretriz, o balizamento que nós precisamos ter nesta Comissão, que é muito importante. E nós estaremos fazendo só o nosso dever de casa, aquilo que está determinado na nossa Constituição.

Infelizmente, após 30 anos de vigência da nossa Constituição, nós não temos no Brasil uma política de desenvolvimento regional. Temos regiões muito díspares, um *gap* muito grande entre as regiões. Evidentemente, isso não é saudável para o País. O mais adequado era que houvesse políticas de compensação e de estímulo ao desenvolvimento, para que o desenvolvimento pudesse ser mais harmonioso, não como é hoje. Basta examinar a renda *per capita* dos brasileiros para se ver o quanto ela é díspar de região para região.

Eu gostaria de fazer uma observação aqui, a de que o Senador Rodrigo Cunha está pedindo presença na CTFC, Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle. Se aqui estiver algum membro que seja membro também da outra Comissão, pode, inclusive, dar presença daqui mesmo.

Ao Senador Jorginho concedo a palavra, com imenso prazer.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - SC) – Senador Marcelo Castro, quero cumprimentar V. Exa., o Senador Izalci, o Senador Dário Berger e a Senadora Zenaide Maia.

Eu quero, primeiro, Deputado, ou melhor, Senador... Desculpe-me pela expressão. Nós estávamos até ontem falando sobre...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – É a força do hábito.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - SC) – V. Exa., que foi Ministro, sempre nos ajudou nas causas de Santa Catarina. Nós reconhecemos isso. Eu quero cumprimentá-lo e agradecer-lhe junto com o Senador Dário Berger, que é meu companheiro de Estado, pelo apoio para que eu pudesse ser Vice-Presidente de uma das Comissões





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importantes desta Casa, que é a CCJ. A Senadora Simone Tebet é a Presidente, e eu tenho a honra de ser o seu Vice.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Muito bem!

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - SC) – Quero agradecer o seu apoio dentro da bancada, dentro do bloco, e também o apoio do Senador Dário Berger, que foi muito importante.

Quero cumprimentar o Senador Izalci. Eu o conheço, é um amigo pessoal.

Eu ficaria muito feliz se a Senadora Zenaide pudesse ser a Vice-Presidente, para que a gente oportunizasse às mulheres... A Simone falou, no seu discurso, da importância da mulher nas diretorias, nas presidências, nas vice-presidências. Então, fica aqui o meu contentamento se isso for possível de ser viabilizado. Eu gostaria de pedir o seu apoio, como Presidente, para que ela pudesse ser a Vice. Tenho a certeza de que ela vai contribuir muito.

Sugeri, Senador Izalci, o tema turismo. O Senador Dário Berger fala com muita propriedade. Quando você faz um parque temático, dá a impressão de que você proibiu tudo, que você vai acabar com tudo ali, que não se pode fazer mais nada ali, que se está engessando, empobrecendo. Nós temos o Parque de São Joaquim, que foi constituído há mais de 40 anos. Ele dizimou aqueles que estavam lá. Tudo é proibido. Não se pode juntar um pinhão, não se pode fazer nenhum tipo de atividade lá. Senador Izalci, a gente poderia, dentro do desenvolvimento regional e turismo, fazer um debate sobre desenvolvimento com turismo sustentável. Por que os parques não podem ter pousadas? Por que os parques não podem agregar valor para quem está lá, para que possam se desenvolver? Senão, essa conversa dos 13 milhões de desempregados, Senador Dário, que a gente sente – a gente ouve as pessoas falarem –, não vai passar de discurso, gastando saliva.

Eu sou o Presidente da Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa. Temos obtido avanços extraordinários, mas, hoje, são 13 milhões de desempregados – continua esse mesmo número. E não é com conversa mole, não é com proibições, sem um planejamento regional... Eu até achei simpático quando eu ouvi a criação do Ministério do Desenvolvimento Regional, para que se faça um plano de desenvolvimento regional com a participação de todos nós, pois cada um tem uma particularidade em seu Estado. O Senador Marcelo a tem no Estado dele; V. Exa., aqui em Brasília; nós, em Santa Catarina, com demandas importantes, importantíssimas, bem como a Senadora Zenaide no Rio Grande do Norte.

Enfim, eu quero ser útil para o Senado da República ao poder discutir esses temas, temas que vão dar crescimento, desenvolvimento, que vão agregar valor, que vão levar felicidade para as pessoas. É isso que vai valer a pena! É isso que faz valer a pena o mandato de Senador.

Então, estão feitos os agradecimentos.

Querido Senador Marcelo Castro, Senador Dário Berger, Senadora Zenaide, Senador Izalci, contem comigo, um modesto colaborador, para que, com todos os senhores, possamos fazer com que esta Casa revisora, que é o Senado da República, possa dar ao Brasil e a todas as regiões que sofrem mais esperança. Esse é um diferencial marcante com que todos nós podemos contribuir.

Muito obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sucesso pela eleição, Senador Izalci.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Com a palavra o Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Primeiro, quero também dizer da minha alegria e, ao mesmo tempo, concordar com V. Exas., porque o último plano de desenvolvimento que conheci foi o de JK, quando definiu as metas na construção do DF, aqui de Brasília, as cinco metas da industrialização e outras. De lá para cá, a gente percebe que cada Ministério é como se fosse um Governo diferente, não há um projeto de Nação e muito menos uma política de Estado. A gente precisa realmente criar políticas de Estado. Eu tenho a certeza de que nós, com a capacidade que temos, ouvindo, de fato, as políticas do Executivo, podemos ajudar a construir ferramentas e mecanismos, para que possamos ter realmente um plano de longo prazo, um planejamento estratégico e um projeto não só de intenções, mas com metas e ações, para que possamos hoje gerar mais emprego, porque esta é a grande preocupação do País hoje, a geração de emprego.

Hoje de manhã, não sei se V. Exas. tiveram a oportunidade de participar da Câmara da Construção Civil, onde assumiram o compromisso de gerar um milhão de empregos agora, sem a participação do Governo. Talvez, seja esta a nossa prioridade: a capacitação dos nossos jovens. Hoje nós temos pesquisas em que a maioria dos nossos jovens querem ser empreendedores, não querem ser mais empregados. Então, nós temos de dar condições para que isso ocorra.

Fizemos agora, recentemente, a reforma do ensino médio. Vai precisar haver mudança também no ingresso no mercado de trabalho, facilitando a questão do primeiro emprego, do jovem aprendiz, do estagiário. Essa é uma discussão que nós temos que fazer também.

E também é preciso falar do turismo, porque aqui, além de propiciar o desenvolvimento regional, temos de diminuir as desigualdades, que são imensas no Brasil. Nós aprovamos, recentemente, a questão da guerra fiscal, que trouxe um desequilíbrio muito grande nos Estados.

Então, são discussões, e não vão faltar projetos e propostas nesta Comissão. Podem ter a certeza de que, nesta Comissão, com o grupo de Senadores e Senadoras que temos aqui, nós vamos fazer a diferença no Senado.

Senador Jorginho, inclusive, ontem mesmo, quando o Líder do Bloco, o Senador Telmário, conversou comigo, dizendo que estaria viabilizando a composição para que a nossa Senadora – ela é minha amiga, não só ela como a família toda – fosse Vice, eu achei ótimo. Tenho o maior prazer de trabalharmos juntos. Só não pude confirmar agora porque, como o nosso bloco, em que há ainda o Podemos e o PSL... O PSL, estou vendo, já indicou os seus membros, mas o Podemos ainda não os indicou. Eu não sei se, na composição que foi feita, há alguma coisa assim.

Mas já aproveito para dizer que a nossa próxima reunião será realizada na quarta-feira, às 14 horas. Vamos, pontualmente, conduzir todas essas reuniões, mas vamos discutir, inclusive, o horário, porque, tradicionalmente, esta Comissão tem funcionado em horário diferente do que está no Regimento. Na próxima reunião, a gente discute a questão também do horário.

Agradeço aqui ao meu Líder, Marcelo Castro, pela condução dessa eleição.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço o apoio de todos e, se me permitem, já os convoco para a próxima reunião, às 14 horas, na quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Quero parabenizar o nosso Senador Izalci pela sua eleição e quero desejar-lhe muito sucesso. Estaremos juntos aqui nos próximos dois anos, trabalhando em favor do nosso País.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 17 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 07 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE FEVEREIRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e quinze minutos do dia vinte de fevereiro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Dário Berger, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Elmano Férrer, Selma Arruda, Veneziano Vital do Rêgo, Leila Barros, Jaques Wagner, Zenaide Maia, Jean Paul Prates, Angelo Coronel, Chico Rodrigues, Arolde de Oliveira, Weverton, Major Olímpio, Telmário Mota, Paulo Paim, Acir Gurgacz, Paulo Rocha, Wellington Fagundes, Marcos do Val e Sérgio Petecão. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Daniella Ribeiro, Randolfe Rodrigues, Eliziane Gama, Lucas Barreto, Omar Aziz e Zequinha Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em três partes: **1ª Parte - Eleição do Vice-Presidente.** **Finalidade:** Eleição do Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo para o Biênio 2019/2020, nos termos do Art. 88 do Regimento Interno do Senado Federal. **Resultado:** Eleita e empossada, como Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, a Senadora Zenaide Maia. **2ª Parte - Reunião Administrativa.** **Finalidade:** Definição do funcionamento da Comissão, em especial quanto ao dia/horário das reuniões e demais assuntos correlatos. **Resultado:** 1. A Presidência convoca a próxima reunião desta Comissão para quarta-feira, às nove horas; 2. Fica aprovado que as matérias, pautadas por três vezes na CDR, terão relatorias "Ad hoc" designadas; 3. Nas audiências públicas, recomenda-se que seja de até 4 (quatro) convidados por evento; 4. O apoio logístico para eventos realizados fora da sede do Senado Federal será de responsabilidade do autor do requerimento. **3ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo nº 1, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do Artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional para apresentar, em audiência pública nesta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, as ações do Ministério para os próximos dois anos." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado, com a subscrição da Senadora Zenaide Maia. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo nº 2, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do Artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Turismo para apresentar, em audiência pública nesta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, as ações do Ministério para os próximos dois anos." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado, com a subscrição





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Senadora Zenaide Maia. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo nº 3, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do Artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Ilustríssimo Senhor Titular da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO – para apresentar, em audiência pública nesta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, as ações do órgão para os próximos dois anos." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado, com a subscrição da Senadora Zenaide Maia. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo nº 4, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do Artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Ilustríssimo Senhor Titular da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE – para apresentar, em audiência pública nesta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, as ações do órgão para os próximos dois anos." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado, com a subscrição da Senadora Zenaide Maia. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo nº 5, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do Artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Ilustríssimo Senhor titular da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM – para apresentar, em audiência pública nesta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, as ações do órgão para os próximos dois anos." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado, com a subscrição da Senadora Zenaide Maia. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo nº 6, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do Artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Ilustríssimo Senhor Titular da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA – para apresentar, em audiência pública nesta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, as ações do órgão para os próximos dois anos." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado, com a subscrição da Senadora Zenaide Maia. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo nº 7, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do Artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Ilustríssimo Senhor Titular da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF – para apresentar, em audiência pública nesta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, as ações do órgão para os próximos dois anos." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado, com a subscrição da Senadora Zenaide Maia. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo nº 8, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o Senhor GUSTAVO CANUTO, Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional, para que apresente as diretrizes e os programas prioritários de sua pasta." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado, com a subscrição da Senadora Zenaide Maia. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo nº 9, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre os estudos realizados pela CPRM Serviço Geológico do Brasil no estado de Roraima." **Autoria:** Senador Chico Rodrigues. **Resultado:** Aprovado, com a subscrição do Senador Izalci Lucas. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo nº 10, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com o objetivo de instruir o PLC 142/2018." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado, com a subscrição da Senadora Zenaide Maia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quarenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/02/20>

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 1ª Reunião da Comissão.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada do *Diário do Senado Federal* juntamente com as notas taquigráficas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comunico às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores que o prazo para indicação da política pública a ser avaliada por esta Comissão se encerra no último dia de março do corrente, nos termos do §1º do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal.

Foram avaliadas anteriormente pela CDR: em 2014, a estruturação dos destinos políticos; em 2015, o Plano Nacional de Saneamento Básico; em 2016, políticas de avaliação voltadas para o desenvolvimento regional e o Plano de Avaliação Regional; em 2017, segurança hídrica e gestão das águas nas Regiões Norte e Nordeste; em 2018, Política Nacional de Segurança de Barragens.

Essa indicação dar-se-á por requerimento e esta Presidência declinará o relator que avaliará a política selecionada.

Informo que foi reinstalada a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Turismo (Frentur), em 6 de fevereiro do corrente. Essa frente é presidida pelo Deputado Federal Herculano Passos e tem na Vice-Presidência, representando o Senado Federal, o Senador Veneziano Vital do Rêgo, que é membro de nossa Comissão.

Destaco que a mencionada frente significa mais um meio de conexão entre as demandas dos segmentos indutores dos complexos de turismo e os valorosos interesses dos Parlamentares brasileiros, que almejam ampliar a capacidade do turismo nacional com profissionalismo e qualidade.

Determinei que a Secretaria da Comissão encaminhe a cada Senador membro relação contendo as matérias a serem relatadas pelo Colegiado. Aguardarei até o dia 27 de fevereiro do corrente as manifestações das Sras. Senadoras e dos Srs. Senadores sobre as matérias que tenham interesse em relatar.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é dividida em três partes: primeira parte, eleição da Vice-Presidente ou do Vice-Presidente; segunda parte, reunião administrativa para definir o funcionamento da Comissão, entre outros assuntos; e a terceira parte, reunião deliberativa para apreciação de requerimentos.

Entrando já na primeira parte, eleição do Vice-Presidente. A presente reunião destina-se à eleição do novo Vice-Presidente da Comissão para o biênio 2019/2020, nos termos dispostos no art. 88, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal.

Foi registrada, até o presente momento, a seguinte indicação para Vice-Presidente: Senadora Zenaide Maia.

Consulto os Srs. Senadores se podemos proceder à eleição por aclamação, como foi feito na eleição da Presidência e no acordo estabelecido em todas as Comissões, tendo em vista a única indicação. (*Pausa.*)

Todos de acordo e não havendo objeção, declaro já eleita e empossada a Senadora Zenaide Maia, a quem já convido para tomar assento à Mesa e a quem passo a palavra.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Boa tarde a todas e a todos aqui presentes!

Eu quero cumprimentar aqui o Senador Izalci, meu colega lá da Câmara, e dizer da minha alegria.

Quero agradecer a cada um dos Parlamentares essa indicação e dizer também que, mesmo só como membro, se não fosse a 1ª Vice-Presidência, com certeza, eu estaria aqui para ajudar. Política de desenvolvimento regional, eu como nordestina e qualquer um dos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nossos pares, nós temos nossas regiões... Quero dizer ao colega aqui que pode contar comigo. Isso é uma coisa suprapartidária, aqui a gente está dando as mãos para o desenvolvimento de nossas regiões. E o desenvolvimento é que gera emprego e renda. A gente está ouvindo muito falar em ajuste fiscal e tudo, mas a gente sabe que, no fim, o País só consegue sair de algo se gerar emprego e renda. E esta Comissão tem tudo a ver.

Antes de falar nos requerimentos, eu já estava lendo e quero parabenizar o Presidente, porque, para alegria nossa, nós temos hoje um Ministério de Desenvolvimento Regional, que juntou o Ministério das Cidades, da Integração... São três Ministérios que ele integrou. O Ministro, que eu conheci, o Canuto, é um cara desenrolado. Com certeza, ao chamá-lo aqui, a gente está sabendo que eles tinham um plano nacional de desenvolvimento regional, como de segurança hídrica. Como eu sou lá do Sertão, a segurança hídrica para a gente é uma coisa muito importante, que a gente vai debater aqui, Izalci. Conte com Zenaide aqui, nessa defesa do que for para o bem. O País precisa de desenvolvimento.

Muito obrigada, colegas.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Zenaide. É um prazer muito grande ter você como Vice-Presidente. Eu tenho certeza de que, juntos, nós vamos transformar esta, se não na mais importante, em uma das mais importantes Comissões desta Casa.

Eu vou entrar na parte administrativa exatamente para a gente fazer aqui algumas colocações. É evidente que nós vamos, depois, contactar todos os membros, porque uma das dificuldades que nós temos aqui, na quarta-feira, é exatamente esse horário, porque é muito próximo do horário de votação do Plenário. Então, já funcionava antes – e eu também acho que é o ideal – que a gente transfira essa reunião para a parte da manhã. Eu sei que há outras Comissões funcionando de manhã, mas facilita, inclusive, a questão do quórum, porque existe a CCJ também. Havendo alguma matéria relevante em algum lugar, a pessoa sai, vai lá e volta, porque aqui é tudo perto.

Nós não vamos votar a decisão aqui agora, mas eu peço a assessoria para comunicar a todos os membros da Comissão essa proposta, de passarmos para quarta-feira de manhã. Nós iniciariamos aqui às 9h. Eu quero, a partir da próxima reunião, começar exatamente às 9h. Já até pediria a nossa Vice-Presidente, caso ocorra algum impedimento – o que dificilmente acontece, porque eu sempre chego no horário –, que V. Exa. pudesse abrir imediatamente, para a gente manter essa questão do horário, porque, quando você não cumpre o horário, as pessoas acham que vão adiar sempre, que vai ser em outro horário, e nunca acontece. Então, nós vamos estabelecer realmente o horário das 9h, se os membros acatarem a sugestão; mas, não acatando, também serão às 14h sempre, pontualmente, as reuniões da Comissão. Mas eu tenho certeza de que os nossos membros aqui vão concordar que é muito ruim fazer uma audiência começando às 14h30, porque 15h começa a pauta do Plenário, então, acaba dificultando a realização.

Nós queremos de fato transformar esta Comissão em uma supercomissão. Já que houve a unificação dos Ministérios, e são Ministérios importantes, a gente quer também que esta Comissão... Eu já inclusive determinei à assessoria também, Senadora Zenaide, que acompanhasse todas as propostas apresentadas aqui no Senado, e todas aquelas que tiverem alguma relação com desenvolvimento regional e turismo, que obrigatoriamente passem por





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esta Comissão. Durante algum tempo, os projetos foram tramitando em outras Comissões, e não tramitavam por aqui. Então, pode ter certeza de que, a partir de agora, nós vamos observar. Qualquer projeto, inovação...

Como eu disse agora, e vou falar daqui a pouco da pauta, existe um projeto tramitando no Senado. Foi pedida agora na Comissão de Ciência e Tecnologia uma audiência pública – com a CAE, com a de Ciência e Tecnologia e com a Educação –, e eu pedi que incluísse o desenvolvimento regional, porque tem tudo a ver conosco. Então, a assessoria está sabendo. Todos os projetos encaminhados que derem entrada no Senado, nós vamos ficar atentos, para que todas as proposições passem por aqui.

Então, nós não vamos tornar definitivo, mas é a sugestão da Presidência. Vamos comunicar todos os membros da Comissão. Podem, inclusive, se manifestar individualmente, para a gente consolidar isso na próxima reunião, mas a sugestão da Presidência é a de que passe para a quarta-feira, às 9h.

Se V. Exa. quiser fazer alguma ponderação...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Acho que é interessante. Na terça pela manhã é mais difícil, porque às vezes nem todos os Parlamentares estão, mas eu acho que na quarta de manhã.... Eu queria dizer ao Presidente aqui que eu sou muito pontual. Pode ficar certo de que às 9h, ou antes, eu estarei aqui, para a gente dar quórum.

Como o senhor disse, nós temos agora três Ministérios em um só, e temos a oportunidade de ter uma comissão. É muito correto. Eu tenho uma experiência disso. Quando a gente criou a Comissão Permanente de Defesa das Pessoas com Deficiência, a gente tinha projetos em favor dessas pessoas em todas as Comissões: Direitos Humanos, a Comissão de Seguridade... É muito correto isso. Vamos trazer, porque, como é uma comissão permanente, nós vamos dar visibilidade e dar importância a isso daqui. Acho que às 9h, tudo bem. Acho que tem que ver com os colegas, mas acho que às 9h é interessante.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – É, nós vamos aprovar *ad referendum* na próxima reunião.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Até pela experiência que a gente tem, que se você começa tarde e começa a Ordem do Dia, você tem que suspender muitas vezes.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – E muitas vezes você tem uma audiência pública importante, e aí pedem para cancelar todas as atividades das Comissões e fica muito ruim. Então, a gente aprova, mas já comunica agora. A assessoria vai comunicar a todos os membros da Comissão essa proposta nossa, do Presidente e da Vice-Presidente.

Como proposta acerca do procedimento referente às matérias pautadas, que são instruídas com relatório legislativo, sugiro que estas, quando constarem pela terceira vez na pauta, tenham relatoria *ad hoc*, designada, então, pela Presidência. Então, nós vamos adotar esse procedimento. Se o relator, depois de três reuniões, não comparecer, a Presidência, então, fará a relatoria *ad hoc*, para que a gente não tenha matérias aqui engavetadas durante esse período. Em gestões anteriores, nas diversas Comissões, inclusive nesta Comissão, a Presidência adotou prática semelhante, contribuindo para a celeridade do processo legislativo,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sem contestar o relator. Então, eu submeto à apreciação, minha Vice-Presidente. É um procedimento de praxe.

Submeto, então, às senhoras e aos senhores.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada essa questão da relatoria após a ausência do relator durante três sessões.

Determino à Secretaria da Comissão que faça constar em ata a decisão da Comissão.

Acerca das audiências públicas que realizaremos ao longo dos próximos dois anos, no âmbito aqui da CDR, esta Presidência recomenda no máximo quatro convidados por mesa composta, de forma a otimizar a participação de nossos palestrantes e os debates decorrentes.

Destacamos que todos os convites serão enviados pela Secretaria da Comissão, e que consideramos importante o envolvimento do Senador autor do requerimento, para garantirmos a presença de todos os convidados, bem como a definição célere de uma data para a audiência e sua presença no dia acordado. Então, é muito importante que o autor do requerimento fique atento a essas datas, para que a gente possa ter aqui a participação de todos os convidados e para que a gente possa conduzir o processo de uma forma célere.

No que concerne a eventos externos, rogamos aos Senadores ou ao Senador autor da sugestão que sua realização, o apoio logístico é da comissão do Estado, quer dizer, esta Comissão não tem como respaldar as viagens fora da Comissão. Isso terá que ser feito com o apoio logístico da comissão lá do Estado, para que o Estado seja viabilizado. Então, se quiser fazer alguma audiência pública lá no Estado, tem o apoio logístico aqui da Comissão, mas todas as despesas ficam por conta de lá.

Então, encerrada esta segunda parte, que é a parte administrativa, a gente entra aqui nas deliberações.

Nós temos aqui alguns requerimentos, a Senadora Zenaide já falou sobre eles.

Aqui o primeiro requerimento.

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 1, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do Artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional para apresentar, em audiência pública nesta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, as ações do Ministério para os próximos dois anos.

Autoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Não apresentado

Não precisa aqui justificar, mas é muito importante para nós, primeiro, saber qual é a política do Executivo com relação ao desenvolvimento regional. Então, a proposta é convidar o Ministro para ele poder realmente expor aqui as suas propostas e a gente poder contribuir com isso.

Posteriormente, a Senadora Eliziane... É o item 8.

ITEM 8



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 8, de 2019**- Não terminativo -**

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o Senhor GUSTAVO CANUTO, Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional, para que apresente as diretrizes e os programas prioritários de sua pasta.

Autoria: Senadora Eliziane Gama**Relatório:** Não apresentado

No mesmo teor. Então, pergunto à nossa Vice-Presidente Zenaide se tem algum comentário, se tem alguma colocação sobre isso.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Não. É o mesmo teor. Já que vai chamar o Ministro, é justamente para apresentar o seu plano, porque a gente sabe que existe um Plano Nacional de Desenvolvimento, como também de Segurança Hídrica.

Nossa colega Eliziane Gama, é a mesma coisa: é convidar o Ministro e a gente aproveita e faz as duas. Não seria preciso trazer o Ministro duas vezes para mostrar o programa para a gente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Então, vamos compatibilizar as datas, horários, para que a gente possa ter o mais rápido possível, porque é urgente essa apresentação. A gente coloca aqui, então, depois, o horário e o dia.

Então, em votação os requerimentos.

As Sras. e Srs. Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

O item 2 da pauta também é no mesmo sentido.

ITEM 2**REQUERIMENTO Nº 2, de 2019****- Não terminativo -**

Requeiro, nos termos do Artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Turismo para apresentar, em audiência pública nesta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, as ações do Ministério para os próximos dois anos.

Autoria: Senador Izalci Lucas**Relatório:** Não apresentado

Então, na mesma linha, para que o Ministro possa também apresentar.

Há outro requerimento? (*Pausa.*)

O.k.

Com relação às autoridades aqui que serão convidadas, no caso de Desenvolvimento Regional, é o Sr. Gustavo Henrique Canuto; de Turismo, é o Sr. Marcelo Álvaro Antônio. Ainda





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vamos verificar os outros requerimentos, mas há a Sudeco, Sudene, Sudam, Suframa e Codevasf.

Então, com relação ao convite do Ministro do Turismo, também indago às Sras. e Srs. Senadores se existe alguma ponderação. *(Pausa.)*

Não havendo, as Sras. e Srs. Senadores com aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº 3, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do Artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Ilustríssimo Senhor Titular da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO – para apresentar, em audiência pública nesta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, as ações do órgão para os próximos dois anos.

Autoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Não apresentado

Também é do mesmo teor, exatamente para que ele apresente o planejamento e o plano de metas e ações.

Eu indago, então: as Sras. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 4, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do Artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Ilustríssimo Senhor Titular da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE – para apresentar, em audiência pública nesta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, as ações do órgão para os próximos dois anos.

Autoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Não apresentado

É o Sr. Marcos Henrique Derzi.

Também as Sras. e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

No mesmo teor é o item 5.

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº 5, de 2019

- Não terminativo -



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Requeiro, nos termos do Artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Ilustríssimo Senhor titular da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM – para apresentar, em audiência pública nesta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, as ações do órgão para os próximos dois anos.

Autoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Não apresentado

É o Sr. Paulo Roberto Correia da Silva.

As Sras. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O item 6 da pauta é do mesmo teor e também de minha autoria.

ITEM 6**REQUERIMENTO Nº 6, de 2019**

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do Artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Ilustríssimo Senhor Titular da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA – para apresentar, em audiência pública nesta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, as ações do órgão para os próximos dois anos.

Autoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Não apresentado

É o Sr. Alfredo Alexandre de Menezes Júnior, Superintendente da Suframa.

As Sras. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O item 7 também é de mesmo teor e de minha autoria.

ITEM 7**REQUERIMENTO Nº 7, de 2019**

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do Artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Ilustríssimo Senhor Titular da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF – para apresentar, em audiência pública nesta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, as ações do órgão para os próximos dois anos.

Autoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Não apresentado

É o Sr. Antônio Avelino Rocha de Neiva.

As Sras. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O item 8 já foi aprovado juntamente com o item 1.

E o item 9.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 9

REQUERIMENTO Nº 9, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre os estudos realizados pela CPRM Serviço Geológico do Brasil no estado de Roraima.

Autoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Não apresentado

O Relator não está. A praxe é adiar, mas, como é um requerimento também no mesmo teor e é um órgão importante, eu subscrevo também o requerimento, se for o caso, ou a nossa Senadora Zenaide, para que a gente possa também já aprovar, subscrevendo o requerimento.

Então, as Sras. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Há um item extrapauta, que é exatamente o que aconteceu hoje na reunião de manhã na Comissão de Ciência Tecnologia. É um requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

EXTRAPAUTA

ITEM 10

REQUERIMENTO Nº 10, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com o objetivo de instruir o PLC 142/2018.

Autoria: Senador Izalci Lucas

Esse trata de um projeto de informatização, internet nas escolas e com relação à inovação.

Portanto, como afeta diretamente também a nossa Comissão, que tem tudo a ver com inovação, eu pedi que incluísse esta Comissão lá na Comissão de Ciência e Tecnologia, mas, para isso, teria que aprovar o requerimento aqui também. Por isso que eu peço a aprovação extrapauta desse item.

Se V.Exa. quiser falar alguma... (Pausa.)

Mas botaria em votação.

Então, as Sras. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Então, esta Comissão fará, junto com as demais, uma audiência pública relacionada a esse tema.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Quería só, acho que a gente tem... Eu queria subscrever algumas dessas audiências. É importante que os colegas subscrevam, porque, como ele falou, pode ser que não esteja... Eu quero subscrever todas essas e alguns colegas que queiram subscrever é importante, porque às vezes acontece de o autor do requerimento não poder estar presente na audiência pública, mas quem subscreve já tem a responsabilidade de estar presente. Por isso que eu queria dizer aqui que vou subscrever os requerimentos, e, se alguns colegas quiseram, é importante isso, porque todos assumem a responsabilidade. Às vezes a gente convida e, por algum motivo, você pode não estar e é bom que haja outro Senador que seja responsável para manter a audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Eu só quero aproveitar... Coincidentemente, nós estávamos trabalhando num projeto estruturante no Ministério da Educação em conjunto com a Ciência Tecnologia e com a Capes, CNPq, Sebrae e as entidades empresariais, num projeto nessa linha, exatamente de centro de desenvolvimento regional. Foi um trabalho que desenvolvemos na Câmara Federal sob a liderança do Deputado Vitor Lippi, que é muito ligado a essa área, e, através de um projeto estruturante do MEC, que é coordenado pelo CGE, que também é uma instituição que executa e faz o planejamento do Ministério da Educação, Ciência e Tecnologia, nós avocamos também aqui para o DF. São quatro pilotos que estão acontecendo no Brasil hoje: Campina Grande, Brasília, Itapeva em São Paulo e Caxias, que é exatamente fazer o que fizemos no marco regulatório de ciência e tecnologia: juntar a academia, a universidade, junto com o setor empresarial e o governo, o tripé.

Nesse projeto do MEC, do centro de desenvolvimento regional, é exatamente pegar todo esse conhecimento que nós temos nas universidades, nos institutos de pesquisa, que são muitos – o Brasil é o 13º país em artigo científico, mas está lá em um dos últimos na transformação disso em patente, em geração de emprego –, e o objetivo é exatamente isto: pegar todo o conhecimento que nós temos na rede, seja local, seja nacional e até internacional, e viabilizar aqui para que esse conhecimento seja repassado para as empresas, para os pequenos e microempresários, para os nossos jovens, que precisam de ter um incentivo na questão do empreendedorismo.

Então, esse projeto já está bastante avançado. Na Região Sul estão já produzindo inclusive azeite e outros produtos, já fruto desse projeto. E é exatamente isto: nós queremos levar inovação, tecnologia e conhecimento para aqueles que não tiveram oportunidade de entrar no mundo acadêmico. Nós queremos unir forças, aproveitando, inclusive, institutos federais, que podem ajudar muito com relação a isso.

Eu até vou propor que esse seja o tema para 2019 com relação a esses projetos estruturantes que a gente tem aqui todo ano, uma política de avaliação, política pública a ser avaliada que eu vou propor. É evidente que nós vamos ter que abrir para todos os Parlamentares também, mas, tendo em vista que o projeto está bastante avançado... Está aqui inclusive, veio aqui o nosso querido Paulo Barone, que era o Secretário de ensino superior do MEC e que conduziu esse processo todo e que vai nos dar o prazer também de participar da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Então, seja bem-vindo, Paulo! Que a gente possa aqui fazer um bom trabalho para diminuir as desigualdades e gerar mais oportunidades,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colocar inovação, gerar emprego, que talvez seja o maior desafio que nós temos hoje no nosso País! Então, agradeço.

E parablenzo aqui a eleição por unanimidade da nossa Vice-Presidente, por aclamação.

No mais, então, não mais havendo mais assuntos aqui na pauta, eu convoco os membros da Comissão para reunião da próxima semana. Eu já vou colocar *ad referendum*, mas já vou colocar para quarta-feira, às 9h. Nós vamos contactar todos os membros e vamos tentar convencer os que... Até por tradição, já estava acontecendo dessa forma. Vamos marcar para as 9h pontualmente, na quarta-feira, e, se houver uma negativa dos Parlamentares, que nós vamos consultar, a gente comunica, mas convoco, então, para quarta, às 9h, a nossa reunião aqui da CDR.

Declaro, então, já encerrada a nossa presente reunião.

Obrigado pela presença.

(Iniciada às 14 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 43 minutos.)





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 1ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2019.

Às dez horas e onze minutos do dia quatorze de fevereiro de dois mil e dezenove, no Plenário 7 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Eventual do Senador Lasier Martins e, posteriormente, da Presidente eleita Senadora Soraya Thronicke, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Luis Carlos Heinze, Esperidião Amin, Mara Gabrilli, Rose de Freitas, Acir Gurgacz, Paulo Rocha, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Nelsinho Trad, Chico Rodrigues, Jayme Campos, Zequinha Marinho, Wellington Fagundes e Marcos do Val. Deixam de comparecer os Senadores Dário Berger, Jader Barbalho, José Maranhão, Kátia Abreu, Eliziane Gama, Jean Paul Prates e Lucas Barreto. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião destinada à instalação e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) para o biênio 2019/2020, nos termos do artigo 88 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF). O Senhor Presidente, Senador Lasier Martins, comunica o recebimento dos seguintes expedientes: Ofício nº 009/2019/GLIDPSL, de 12 de fevereiro do corrente, subscrito pelo Senador Major Olímpio, Líder do Partido Social Liberal (PSL), indicando a Senadora Soraya Thronicke para exercer a Presidência da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; e Ofício s/nº/2019/GLDPP, de 13 de fevereiro do corrente, subscrito pela Senadora Daniella Ribeiro, Líder do Partido Progressista (PP), indicando o Senador Luis Carlos Heinze para exercer a Vice-Presidência da CRA. O Senador Lasier Martins consulta os senadores membros da Comissão se concordam em proceder à eleição dos indicados por aclamação, haja vista não haver outras indicações. Com a anuência dos senadores, a Comissão elege Presidente a Senadora Soraya Thronicke e Vice-Presidente o Senador Luis Carlos Heinze por aclamação. Em seguida, a Sra Presidente, Senadora Soraya Thronicke, em seu discurso, agradece a confiança dos senhores senadores, destacando como prioridade, na condução da Comissão, o alinhamento da agricultura e do meio ambiente. Os Senadores Nelsinho Trad, Luis Carlos Heinze, Zequinha Marinho, Esperidião Amin, Sérgio Petecão, Chico Rodrigues e Wellington Fagundes fazem uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e um minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA SORAYA THRONICKE
PRESIDENTE DA CRA

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/02/14>



O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS)
– Bom dia, senhoras e senhores, Senadoras, Senadores, assessores, imprensa, TV Senado, Rádio Senado.

Declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à instalação e à eleição da Presidência e da Vice-Presidência desta Comissão para o biênio 2019/2020, nos termos do art. 88 do Regimento Interno do Senado Federal.

Sabem as senhoras e os senhores que, aqui no Senado, idade é posto. E é por isso que eu estou aqui: eu sou o segundo mais velho integrante desta Comissão.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. *Fora do microfone.*) – O mais experiente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS)
– O mais experiente, o mais idoso.

Então, estamos aqui...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS)
– Eu não sei qual é. Eu acho que sim, porque, se me colocaram aqui, eu sou mais velho que o Esperidião. Talvez porque eu tenha um pouquinho mais de cabelo que o Senador Esperidião.

Nós estamos aqui, prezados pares, para a composição de uma das mais importantes Comissões do Senado Federal. Eu tenho muita honra de ter sido aceito para integrar esta Comissão, que eu pedi para integrar.

O meu Estado, a exemplo de vários dos que estão aqui, é um dos maiores Estados produtores. O Rio Grande do Sul é o maior produtor de arroz do País, é o segundo maior produtor de frangos, tem grande produção de carnes, é produtor de trigo, é um dos maiores produtores de soja, assim como o Estado do Mato Grosso.

Eu queria dizer que tivemos lá no Rio Grande do Sul, Senador Heinze – o senhor é um dos homens mais entendidos em produção agrícola do nosso Estado e tem a sua eleição extremamente valorizada pelos produtores rurais –, o presidente da federação dos produtores, falecido há poucos meses, chamado Carlos Sperotto, que sempre dizia: "Eu não aceito a expressão: produção primária". E eu passei a entender com um pouco de razão. Ele sempre dizia, nas entrevistas, que é produção primeira, porque sem comida, sem alimentação ninguém vive. E nós, então, estamos num setor de fundamental estratégia para o Brasil, até porque a nossa economia depende ainda preponderantemente da chamada produção primeira ou produção primária.

Nós estamos aqui para essa finalidade.

Comunico o recebimento do Ofício nº 9.219, subscrito pelo Senador Major Olimpio, Líder do Partido Social Liberal (PSL), o qual indica a Senadora Soraya Thronicke para a Presidência desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal para o biênio 2019/2020.

Informo também o recebimento do ofício sem número, subscrito pela Senadora Daniella Ribeiro, Líder do Bloco Progressista, que indica o Senador Luis Carlos Heinze para a Vice-Presidência desta Comissão.

Passamos, então, à eleição da Presidência e da Vice-Presidência, lembrando que todos os nomes componentes desta Comissão estão ali no painel, tanto os titulares quanto os suplentes.

Consulto as Sras. e os Srs. Senadores se podemos proceder à eleição dos indicados por aclamação, pelo fato de não haver outras indicações. *(Pausa.)*

Não havendo objeção, proclamo eleitos, por aclamação, consequentemente...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – A aclamação primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS)
– Ah, sim. *(Palmas.)*



Muito obrigado pela ajuda, Senador Esperidião, o senhor que tem uma experiência extraordinária, o senhor que tem 40 anos ou mais...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Quarenta anos de casado, hoje. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Ah, hoje. Cumprimentos. Aplausos para esse casamento. (*Palmas.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Primeiro casamento.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Primeiro e único.

Proclamo eleita a Senadora Soraya Thronicke, do PSL, de Mato Grosso do Sul, o maior produtor rural do País atualmente. Portanto, está em muito boas mãos. É alguém que é do ramo, fez advocacia por muito tempo para esse setor e é uma Senadora que já vem se destacando aqui no Senado, com os poucos dias em que aqui está, como percebemos.

Proclamo Presidente da CRA a Senadora Soraya e o Senador Luis Carlos Heinze, que tem a vida inteira dedicada preponderantemente à produção rural, do PP, do Rio Grande do Sul, Vice-Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado para o biênio 2019/2020.

Convido a Senadora Soraya Thronicke e o Senador Luis Carlos Heinze para tomarem assento à mesa. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Bom dia a todos.

Antes de tudo, eu quero agradecer pela confiança; quero agradecer principalmente porque eu fiz muita questão de ter o Senador Heinze ao meu lado. Eu sempre fui tiete do Senador Heinze. Antes de sonhar, na minha vida, em ser Senadora, eu já era militante no agro, advogava no agro. Nossa família veio do Rio Grande do Sul, instalou-se na região de Dourados e nós vivemos do agro. Hoje muitos dos familiares não estão mais no agro, mas, enfim, é o nosso berço. Nesse tempo todo, eu já acompanhava o Senador e tinha o telefone dele, porque peguei em grupos e tal, mas ele nem sonha com isso. Não é, Senador? Mas eu sei que aqui, ao lado dele, nós vamos conseguir fazer muito mais.

Muito obrigada, Senador. Muito obrigada.

Quero agradecer também a presença do meu conterrâneo Nelsinho Trad, que fez questão... Ontem eu não fui à sua posse porque estava impossível, não é, Senador? Mas eu o parabenizo e quero contar com a sua presença, porque o nosso Estado tem essa agricultura pujante. Então, nós precisamos juntos ajudar o Brasil e o Mato Grosso do Sul.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Pela ordem.) – Pela ordem, Senadora.

Eu gostaria de cumprimentá-la, junto com o Senador Heinze, por essa honrosa indicação feita em comum acordo não só pelos seus partidos, mas por todos os partidos que compõem esta Casa.

É uma responsabilidade muito grande que recai sobre os ombros de V. Exas. em função do apoio irrestrito que tiveram e dessa harmonia que nós estamos vivendo dentro do Senado da República. Há certeza – eu gostaria de dividir isso com os meus pares que aqui se encontram – de que o nosso Estado está muito bem representado com a presença de V. Exa. na Presidência desta Comissão tão importante não só para Mato Grosso do Sul, mas para o Brasil. O setor do agronegócio é a grande locomotiva da economia nacional. O nosso Estado, então, nem se precisa dizer.

E puxando um pouco a brasa para a sardinha do meu Estado, vou falar sobre a carne do meu Estado. A melhor carne que há no Brasil é a carne de Mato Grosso do Sul. Eu preciso dizer isso para vocês.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Precisa, precisa.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – E, com certeza, com a Presidência da Senadora Soraya, vocês haverão de conhecer a carne de Mato Grosso do Sul.



No mais, agradeço a todos. Quero cumprimentá-la e dizer que, para o nosso Estado, é uma honra muito grande ter V. Exa. como a nossa representante do setor na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Parabéns!

Foi muito feliz a sua escolha e a do Senador Luis Carlos Heinze, cuja presença engrandece qualquer Parlamento.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Muito obrigada.

Eu não vou cansar V. Exas. aqui com um discurso longo, mas eu quero destacar – nosso tempo está tão corrido, começando uma Comissão atrás da outra – que a minha prioridade dentro desta Comissão vai ser o alinhamento da agricultura e do meio ambiente.

Eu acredito que o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental são metas absolutamente compatíveis. E nós vamos trabalhar, na Presidência da CRA, com isso sempre na nossa mente. Somos uma potência agrícola e uma potência ambiental também, e o Brasil precisa assumir esse protagonismo no cenário internacional e precisa de mais visão de futuro, mais pragmatismo e menos ideologia. Isso tem que ficar bastante claro. Chega de demonizar o produtor rural, chega de jogar uns contra os outros e chega de batalhas ideológicas estéreis.

Nós podemos expandir o setor agropecuário e preservar o meio ambiente. Podemos exportar, alimentar o brasileiro, gerar emprego e renda no campo e na floresta, onde a gente faz o jogo do *win-win*, ganha-ganha. Todos têm que ganhar. Ninguém mais do que o produtor rural quer proteger o meio ambiente. Então, é de extrema importância que nós consigamos nos unir.

Eu também faço parte da Comissão de Meio Ambiente, isso eu quero destacar. E a nossa missão, a missão do Brasil – e nós somos um dos maiores preservadores do meio ambiente, o País que mais preserva, há muitos dados, isso já é fato notório – é agro, vamos trabalhar juntos, nós somos o celeiro do mundo. E somos mesmo! A tendência é de que a gente consiga cada vez mais aumentar a nossa produção com tecnologia e não desmatando, não atrapalhando, não estragando o nosso meio ambiente. Com tecnologia, nós conseguiremos chegar lá, aumentar cada vez mais.

Eu estive na China há pouco, que é o maior comprador da nossa produção agrícola, eu estive na Cofco, que é uma estatal que compra toda a nossa produção, e eles disseram que tudo o que nós conseguirmos produzir eles vão comprar. Então, está nas nossas mãos desenvolver, com tecnologia, com respeito ao meio ambiente, e levar o Brasil ao topo mesmo.

Então, Senador Heinze, quero junto com toda esta Comissão trabalhar de forma conjunta preservação e produção, e permanecermos todos unidos para que o Brasil seja mesmo esse celeiro que traga muita, muita, muita prosperidade para todos nós.

Muito obrigada. É uma honra para mim presidir, com todos os senhores membros e com o nosso Vice, o Senador Heinze.

O SR. NELSON TRAD (PSD - MS) – Senadora Soraya, eu gostaria até de fazer menção a uma pessoa que, com certeza, nos inspirou para podermos estar aqui, a Deputada Tereza Cristina, que é a nossa Ministra. Nós sabemos o quanto ela se dedica a esse tema e o quanto é respeitada pela sua credibilidade, pelo seu conhecimento nesse setor. Então, eu gostaria de fazer essa homenagem à nossa querida Ministra Tereza Cristina.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Perfeito. E nós caminharmos juntos, essa relação que já temos de sermos do mesmo Estado é fundamental para que a gente converse de forma mais íntima com o Ministério do Meio Ambiente. Então, meu abraço para a Ministra Tereza Cristina. Eu tenho certeza de que faremos uma boa parceria.

Senador, quero ouvir suas palavras.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Bom dia a todas e a todos, funcionários da Casa, imprensa que está conosco.

Senador Lasier, que presidiu a reunião, eu acho que o Esperidião é mais velho do que você, Lasier, acho que houve um lapso ali, mas tudo bem, faz parte.



Senador Zequinha, obrigado também pela presença, vizinho nosso do Estado do Pará, onde é muito forte a produção.

Nelsinho Trad, lembranças ao teu pai, colega nosso nesta Casa junto com o Esperidião e com a Ângela também.

Esperidião Amin, nós temos uma relação quase até familiar, não com ele, com a esposa dele, Dona Ângela. Parte do que ele falou ali, Nelsinho, nós temos que levar para a Dona Ângela depois. O Esperidião também é de um grande Estado produtor, importante.

E a presença da nossa Presidente, Senadora Soraya. Nós já temos essa relação, Soraya, líder pela agricultura.

Eu estou há mais de 40 anos nessa atividade. Desde que me formei, fui trabalhar em São Borja, em janeiro de 1974. Mas, Senador Nelsinho e Senadora Soraya, nós temos também o Moka, que foi o grande parceiro nosso, chegou comigo aqui em 1999, esteve 20 anos nesta Casa, na Câmara e no Senado Federal, fez um grande trabalho. Acho que nós vamos seguir esse trabalho ali. E logicamente a Tereza Cristina, hoje Ministra Tereza Cristina, no Ministério da Agricultura. Eu conheci a minha colega, engenheira agrônoma, produtora rural também, conheci a Tereza diretora da Famasul. Na primeira vez em que estive em Mato Grosso do Sul, lá em Campo Grande, ela era diretora da Famasul, depois secretária da agricultura, depois Deputada Federal e hoje Deputada e Ministra da Agricultura. Portanto, é muito importante o trabalho que ela vai resolver.

Senadora Soraya, colegas Senadores presentes, nós já temos um trabalho de muito tempo em que ligamos a Comissão de Agricultura da Câmara, a Comissão de Agricultura do Senado, a Frente Parlamentar de Agricultura em apoio ao Ministério da Agricultura – hoje é a Tereza –, a qualquer ministro. Então, essa frente, para darmos força ao agrobrasileiro, porque notadamente, ao longo desses anos – o Esperidião também conhece bem esse assunto –, a área econômica é muito forte. Então, nós precisamos fortalecer a nossa área, não porque tenhamos ligação com a agricultura, mas porque é o carro-chefe da economia do Brasil.

Hoje, Senador Esperidião, se o Brasil tem quase US\$400 bilhões de reserva, pode crer que quase 100% desse valor saiu do frango exportado do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do suíno exportado, da soja exportada do seu Estado, do boi exportado do seu Estado, e assim do Brasil inteiro. Então, há que se reconhecer o papel importante. Quase 30% dos empregos do Brasil, direta ou indiretamente, vêm desse setor. Então, é um país que não pode prescindir.

E nós vimos agora, nesta semana, Senador Lasier, o nosso Estado, que é o segundo produtor de leite – o primeiro hoje é Minas Gerais, nós somos o segundo produtor de leite do Brasil –, aquela medida adotada pelo Ministério da Fazenda, que tirou o *antidumping* de 14,8% do leite. Seria uma catástrofe para o leite do Brasil, onde temos 1,250 milhão de produtores. É a atividade que mais gera emprego no Brasil inteiro. Só no nosso Estado, há mais de 100 mil produtores de leite, Lasier.

Então, o que nós temos de fazer? Fizemos a nossa parte, a pressão foi feita. A Ministra Tereza fez um trabalho forte, nós ajustamos, e hoje está saindo a correção daquela distorção. (Palmas.)

Nós não podemos ficar à mercê. Eu falava com o Senador Nelsinho: no dia em que fiz o pronunciamento, a Tereza já havia conversado com a área econômica do Governo. Bom, o Governo reconheceu. O Ministro Onyx entrou em campo também. O próprio Presidente Bolsonaro entrou. Bom, esse assunto hoje está resolvido, para o bem dos produtores de leite do Brasil.

Eu sei, quando discutia com o Carlos, que é o Secretário de Produção do antigo Ministério da Indústria e Comércio, Vice-Ministro hoje da Economia, eu mostrava a ele que nós precisamos melhorar a nossa competitividade sim. Existem na nossa região, Lasier, produtores que têm 50, 60, 70 litros por vaca, como é o caso do Chile que eles me lembraram lá; agora, tem gente que tira 5 litros de leite por vaca. Então, Senadora Soraya, nós não podemos eliminar o cara que tira cinco. Por quê? Porque um dos grandes problemas – e eu vou bater muito nessa tecla aqui, durante as nossas conversas – é a carga tributária que há



hoje sobre os alimentos no Brasil. Então, o sócio maior do produtor rural brasileiro são o Governo Federal e os estaduais e municipais.

Para os senhores terem uma ideia, eu mostrava a ele, Senador Nelsinho, que, no leite, dos 34, 35 bilhões de litros que produzimos hoje no Brasil, em torno de 30% do custo operacional de um litro de leite é imposto – 30%, Senadora Soraya!

Então, só os produtores de leite do Brasil dão aos cofres públicos em torno de R\$1,5 bilhão por ano. Dessa forma, com esse sócio, eu não sou competitivo nem aqui nem na China! É isso aqui que temos de rever. E é um compromisso também do Governo Bolsonaro, do Ministro Paulo Guedes e do Ministro Marcos Cintra, que é o Secretário da Receita Federal.

Então, essas questões nós temos de debater e é um palco, nesta Comissão, para fortalecermos a Ministra Tereza Cristina.

Estou falando nesse assunto, podemos falar no arroz, Senador Lasier, do qual o nosso Estado é hoje o maior produtor do Brasil. Mato Grosso do Sul, Senadora Soraya, plantou arroz e deixou, porque os produtores lá quebraram. Então, hoje a maior produção, e Santa Catarina é o segundo produtor, Senador Esperidião Amin. Precisamos resolver esse impasse que é um problema, já estamos colhendo, porque o Mercosul nos mata, não apenas o arroz, mas o arroz, o trigo, o leite, a uva, o vinho, a maçã e o alho, esses seis produtos. Os três Estados do Sul, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná são os maiores produtores, por exemplo, de arroz, de trigo, uva e vinho. Estão praticamente nesses três Estados, a maçã também, o leite é repartido no Brasil e o alho no Brasil inteiro. A concorrência do Mercosul está nos matando. Esse é um compromisso que esta Comissão vai ter, para resolvermos esse impasse, para ajudarmos a agricultura brasileira.

Um ponto importante para quem é do ramo e vive há quarenta e tantos anos trabalhando nisso aqui: quando eu cheguei a Brasília, o Brasil produzia 83 milhões de toneladas de grãos, em 1999. Senadora Soraya, hoje está com 220. Os produtores são os primeiros responsáveis pelos grãos, pelas carnes, pelas fibras, pelos lácteos, por tudo. Em primeiro lugar, os produtores brasileiros. Depois as nossas entidades de classe, a pesquisa, assistência técnica, extensão, as indústrias, mas nós tivemos o nosso papel, ao longo desses 20 anos, Senadora Soraya, defendendo esse segmento, porque é o mais importante do Brasil.

Agora, um desafio para nós Senadores, nesses oito anos que temos de mandato: podem escrever que, conciliando com o meio ambiente, o Brasil será a maior nação agrícola do Planeta, pelas terras que nós temos, pela água doce que nós temos, pela preservação que nós temos e, principalmente, pelos produtores rurais que nós temos. Esse é o nosso desafio, esse é o nosso compromisso, para batermos contra a Europa, a União Europeia, Estados Unidos, os asiáticos, enfim.

Quando debatíamos o Código Florestal, o Senador, então Deputado Esperidião Amin, me lembrava de um ponto: quando eu falo em preservação, Senadora Soraya e colegas Senadores presentes aqui, é a preservação pela qual ONGs internacionais vêm nos pressionar, dizer o que nós temos que fazer no Brasil. Agora perguntem se a WWF cobra da Inglaterra, ou Greenpeace da Inglaterra, WWF da Holanda. Não cobram, dos países deles não cobram, mas vêm cobrar dos trouxas do Brasil. Então, nós não podemos cair nessa armadilha. O Amin dizia assim: pegue o Rio Reno, pegue o rio tal, lembra, Esperidião? E nós mostramos num trabalho aqui, Senador Lasier, abri o Google e mostrei, numa apresentação que fiz, as imagens que o Esperidião mostrou.

Senador Lasier, Senador Zequinha, queriam aqui deixar 500m de APP nos rios com mais de 500m de largura, uma coisa assim. Nenhum rio da Europa, dos Estados Unidos, da Ásia, tem 500m de APP. Obrigariam os produtores, depois nós mudamos a lei e fizemos 5m, 8m, 15m. Aí tem uma legislação feita para o Brasil. Agora, eles vêm impor isso, Senadora Soraya? Nós vamos bater intransigentemente. Nós somos brasileiros, V. Exa. e eu somos de origem alemã, o Senador Amin é árabe, assim cada um tem a sua origem.

(Intervenção fora do microfone.)



O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Nós somos brasileiros hoje e temos que defender o nosso País.

Portanto, parabéns, Senadora Soraya. Parabéns aos colegas Senadores que estão aqui presentes. E vamos fazer. Esse é o nosso desafio para os próximos oito anos, ajudarmos o Presidente Bolsonaro, a Ministra Tereza Cristina para que o Brasil seja a maior Nação agrícola do Planeta.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Muito obrigada, Senador Heize. Com a palavra o Senador Zequinha.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Presidente, Senadora Soraya, Vice-Presidente, Senador Luis Carlos Heinze, meu querido prof. Esperidião Amin, meu amigo Senador Nelsinho Trad, Senador Lasier Martins. Eu estou aqui bem situado entre os feras com o objetivo de aprender e poder contribuir.

Quero inicialmente desejar à Presidência e à Vice-Presidência, enfim, à Liderança da Mesa boa sorte, que tenham um mandato produtivo. Comissão de Agricultura e Reforma Agrária é estratégica para o Brasil, e eu tenho certeza de que grandes debates serão travados aqui. E que a gente possa contribuir com o Brasil e com a economia do Brasil, na certeza de que a gente tem o potencial que, se explorado, muda definitivamente a economia, porque tem provado isso, com todas as adversidades, com todas as lutas. Mas o produtor brasileiro tem mostrado que é competente, que é bom e que faz a diferença. E, se o Presidente Bolsonaro colocar em prática o compromisso de campanha de soltar a economia, de tirar o peso do Estado sobre aquele que produz, aí então a gente vai respirar e viver melhor.

Eu sou do Estado do Pará. O Estado do Pará tem 1,248 milhão de quilômetros quadrados. É o principal Estado em área útil do Brasil. Um Estado muito bom de ponta a ponta, de leste a oeste, de norte a sul. Um potencial muito grande. Nosso problema lá, em que pese a gente trabalhar muito pela preservação, nós temos ainda, Senador Luis Carlos, 76% de área preservada, de floresta. Você pega um aviãozinho desses monomotores e anda até acabar o tanque de gasolina e não chega no fim da floresta.

E, ainda assim, a gente sofre uma enorme pressão das ONGs. Eu tenho vontade de ver essas ONGs atuando no Nordeste, ajudando as questões humanitárias, as dificuldades, enfim. Mas elas não acertam com o Nordeste para ajudar realmente. Elas acertam com a Amazônia, em função das riquezas que ali existem. Ganham dinheiro lá fora para nos prejudicar aqui. E ainda, até o ano passado, em parceria com o Governo. O Governo se prestava a emprestar a máquina para que essas organizações pudessem deitar e rolar, perseguindo, maltratando, denegrindo a imagem do nosso Estado.

Acreditamos que estamos começando a viver novos momentos e a minha expectativa é muito positiva. Nós só temos 8,5 milhões de habitantes num território enorme como esse. Muitas cidades distantes umas das outras e ainda pequenas. E nossa expectativa é crescer. Nós somos o quinto maior rebanho bovino, sem contar aqui o Bubalino, que a gente tem um pouco no Marajó, Baixo Amazonas, Baixo Tocantins, com potencial de crescimento muito grande também.

A gente está iniciando plantio de grãos. Temos hoje em quatro regiões distintas do Estado, desse grande território, algo em torno de 700 mil hectares. E a gente aqui quer cumprimentar Mato Grosso do Sul e Mato Grosso em função da contribuição, além dos gaúchos, viu, Luis, além dos gaúchos.

Há gaúcho que foi lá no Pará olhar a terra, nunca mais voltou no Rio Grande do Sul, se encantou. Eu topei com um cidadão já aposentado há alguns anos na beira do Rio Tapajós, pertinho de Santarém, num Balneário de Santarém. Eles estavam brincando lá, uma família, e eu tinha tido algumas reuniões, estava de cabeça quente e chamei um rapaz que trabalha comigo: vamos dar uma volta aí, vamos tomar alguma coisa. Ele disse: não, vamos lá na minha casinha de campo. E lá chegamos, depois descemos um negócio muito íngreme, uma ladeira à beira do rio. Ficamos numa pequena lanchonete, depois fomos lá observar a família.

E eu observei que, ao chegar lá, comecei a conversar, que não era a gente dali. Pessoal muito branco, muito altão assim e entrei na conversa porque a brincadeira estava boa.



Botaram uma rede. O Rio Tapajós é lindo, é uma coisa de tirar o fôlego. E aí, quando eles viam que a rede mexia, o cara numa boia de caminhão, daquelas câmeras de caminhão, ia lá, fazendo assim, para pegar o peixe e voltar. Aquilo virou um divertimento. Aí, eu comecei a conversar. Eu digo: e o senhor? Com o chefe lá, o idoso. Ele disse: "Eu sou gaúcho, meu filho veio para cá, comprou terra e estão lá produzindo. E digo aos senhores, eu vim aqui e não vou voltar, já comprei ali e vou morar aqui".

Então, um lugar fantástico, um lugar muito bom. Nós fomos perseguidos e maltratados em função de amigos, que são brasileiros, que são até paraenses também, que ganham a vida pegando dinheiro lá fora, se organizando aqui para prejudicar a economia. Mas nós vamos crescer também na produção de grãos. Temos espaço, sem precisar derrubar uma árvore, Senadora. É só usar as terras que já usamos, que estão lá um tanto maltratadas.

E eu, aqui nesta Comissão, quero pedir a ajuda de todos porque nós temos muita coisa a resolver lá no Pará. Até nossos frigoríficos, que precisam exportar carne, e aí eu quero dizer que Mato Grosso do Sul e o Pará têm a melhor carne do Brasil. Verdade, é porque nunca comeram assim uma alcatra, uma picanha paraense de um boi criado aí no Braquiara, no Mombaça. Então, é fantástico lá.

A gente precisa muito da ajuda. Nossos frigoríficos, por exemplo, alguns são credenciados e habilitados para exportar, outros não. Dificuldades e *lobby* contra e tal. Então, eu vou precisar muito da ajuda dos senhores para que a gente possa fazer o enfrentamento e defender o agronegócio do nosso querido Estado do Pará porque o Pará tem contribuído com o Brasil de várias formas: nós produzimos muito minério, mandamos embora, não recebemos compensação, porque a Lei Kandir é cruel – nós vamos resolver isso também; produzimos energia, temos um potencial extraordinário, estamos ajudando o Brasil, e também não somos compensados em nada por isso; e a gente precisa da ajuda do Brasil para resolver esses gargalos, que são tão nocivos à economia paraense, que precisa crescer, melhorar e fazer a inclusão social de quase 50% de sua população, que vive numa situação de dificuldades.

Então, boa sorte. E eu quero aqui homenagear as mulheres mato-grossenses...

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. *Fora do microfone.*) – Sul-mato-grossenses.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Do sul principalmente, não é? Claro, todas. E eu estava observando aqui V. Exa. presidindo uma Comissão maravilhosa como essa, a Ministra Tereza Cristina à frente, Deputada e Ministra de um ministério também fantástico que é o da Agricultura; Simone Tebet, Senadora, uma outra posição extraordinária, e aí eu falava: "Nelsinho, e lá, as mulheres mandam mesmo?" Ele disse: "Mandam, rapaz, eu só faço obedecer. Além lá de casa, que eu tenho que obedecer a Dona Keila, a minha filha, depois, aqui, eu tenho que obedecer às outras". E a gente faz isso com muito prazer, com muita alegria.

Parabéns a vocês que estão aí à frente e às mulheres mato-grossenses-do-sul, porque estão se destacando de maneira diferenciada. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Muito obrigada, Senador Zequinha. É muito bom ver o alinhamento do senhor com o Governo, com todos os nossos projetos. Eu sou suspeita para falar, mas fico extremamente contente e, sei, realmente nós travaremos grandes batalhas aqui: temos questões fundiárias, temos questões de incentivos fiscais – no nosso Estado os incentivos fiscais foram só para os grandes, é impressionante como pode acontecer uma coisa dessas: incentivos fiscais para os grandes, então isso é inadmissível. E a outra questão... Temos, assim, questões para travar: a extração de xisto, do gás, então grandes debates teremos aqui.

Muito obrigada pela sua palavra de apoio.

Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Muito bom dia. Eu quero fazer registros extensos, mas pontuais. Primeiro quero cumprimentá-la, eu sou do único Estado feminino do Brasil, então nós sabemos o valor da mulher. O maior vulto da nossa história não é um marmanjo, é uma mulher: Anita Garibaldi. Então, nós prezamos muito quando a mulher manda. Mesmo que seja na nossa Casa. A gente é obediente.



Eu queria salientar alguns aspectos, subscrevendo tudo o que os demais falaram: Nelsinho Trad, Lasier, Zequinha, meu querido amigo Heinze, a quem eu homenageio junto com a nossa Presidente, sobre o qual todos falaram, mas eu queria acrescentar dois aspectos fundamentais na vida, especialmente política: coerência e lealdade, que são marcas do Heinze e são a razão maior da minha amizade fraterna com ele – não é nem pela beleza dele nem pela simpatia dele, é por essas qualidades. Primeiro, sanidade: o Brasil, se já é uma potência, e vai ser a maior potência, está comendo barriga com a questão da falta de sanidade e o despreparo para responder a indagações sobre sanidade.

O meu Estado é o maior Estado pesqueiro do Brasil; Pará é o segundo, pelo que eu sei.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. *Fora do microfone.*) – É verdade.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O Ceará é o terceiro.

Nós fomos descredenciados pela União Europeia porque o Ministério da Agricultura não respondeu às indagações, arrebatando com a nossa indústria; o nosso despreparo para dizer onde é que nós podemos pescar, que sempre é muito limitado, e o despreparo em não estabelecer essa limitação para os visitantes de outros países, como é o caso do atum. Essa Comissão é disso também.

Sobre sanidade, eu falo com um pouco de orgulho, para não exagerar: Santa Catarina é o único Estado livre de aftosa sem vacinação – sem vacinação! – há 19 anos. Vocês não sabem quanto custa isso, e o que representa isso também, como credencial para exportar para os países mais exigentes do mundo. Eu sei quanto custa isso porque foi adotado no meu Governo quando estouraram casos de aftosa em Jóia, no Rio Grande do Sul, no Paraná, no Paraguai, e nós não voltamos a vacinar. Continuamos sem vacinação, agora com um cuidado extremo tanto na fronteira com a Argentina – a nossa é com a Argentina – quanto com as divisas com os nossos vizinhos e irmãos.

Sanidade tem que ser prioridade nesta Comissão, Senadora Soraya, porque vender... E o que é mais sofisticado ainda: vender com a coleira no pescoço e a guia fora daqui é o que está acontecendo conosco, porque nós não certificamos o que vendemos. O cartório moderno é a certificação. Quando você não habilita os órgãos públicos, as universidades públicas principalmente, mas as universidades credenciadas, para desenvolverem institutos de certificação, você fica comendo pela mão dos outros, está oferecendo apenas o pasto, o campo, o terreno e a mão de obra para os mais evoluídos certificarem e dizerem quanto nós valemos. Esta é a submissão moderna que está sendo reservada para o Brasil pelo espírito colonialista dos que nos compram.

Tome nota: ninguém jamais vendeu alguma coisa para os chineses, eles é que compram. Eles é que sabem onde tem e onde compram; desde o século XV, quando eles navegaram por aqui, a partir das expedições de 1421 e seguintes. Então, sanidade, certificação, isso é coisa do século XXI. Saber trabalhar é da Bíblia.

Esta Comissão também vai ter que ficar acesa e inteligente para a questão da Previdência. Previdência: como é que nós vamos custear a Previdência do trabalhador rural. Eu, que sou de um Estado da pequena propriedade, sei o que acontece com o trabalhador de uma propriedade familiar, que começa a ajudar sua família muito cedo. Temos de estar acesos e ligados para as associações com a silvicultura.

Sobre a pesca, eu falei, mas não custa nada me gabar e dizer, por exemplo, que o nosso pequeno litoral de Santa Catarina em torno da Grande Florianópolis responde por 95% da produção de ostras do Brasil. Isso é agregar valor e agregar renda ao pequeno produtor, no caso, ao pescador artesanal. Então, nós temos que estar ligados nisso.

E, para concluir, tenho dois registros a fazer.

Ontem eu recebi, com grande emoção, uma comissão do Município de Papanduva, no norte do Estado, que está se mobilizando para não permitir a extração do xisto daquele Município, em área plantada. Eu tenho vídeos que eles me passaram, pequenos vídeos de 40 segundos, que mostram o que vão fazer. Eles foram muito inteligentes e compararam com depoimentos de São Mateus do Sul, no Paraná: como era, como ficou e como é hoje a



produção de milho, especialmente, mas a produção das pequenas propriedades do Município de Papanduva.

Então, a extração é uma atividade que o ser humano desempenha, mas não se acomoda isso com a pequena propriedade, com a agricultura familiar já estabelecida e viável. Então, você vai inviabilizar uma sociedade para extrair o xisto, e nós sabemos o que fica depois, como regra, infelizmente como regra no Brasil *apud* o que aconteceu em Minas Gerais recentemente e o que vai acontecer.

E, para concluir, gostei muito do que a senhora falou sobre renúncia fiscal.

Eu estou reapresentando – ontem ultimei o texto – o projeto de lei complementar que eu apresentei em 1992. Reapresentei na Câmara dos Deputados em 2017, em parceria com o Deputado Jorge Boeira. Não é para acabar com a renúncia fiscal, mas para avaliar, avaliar todos os anos, sob três aspectos: gerou emprego? Ajudou o setor a ficar competitivo? E o consumidor ganhou alguma coisa com isso? Então, trabalho, competitividade e consumidor, porque o nosso volume de renúncias fiscais contabilizadas aos outros que os bancos saberão explicar, e somente quando houver aqui a arguição a um novo Presidente do Banco Central, que são outros subsídios embutidos nas renúncias fiscais. Mas, só no Orçamento Federal, neste ano, 330 bilhões. Se for somado com o conjunto das renúncias fiscais, incentivos fiscais, gastos tributários, incluindo Estados e Municípios, nós vamos a quase 600 bilhões de renúncia, num país onde todos nós estamos dispostos a fazer e pregar sacrifícios para sair do buraco onde estamos em matéria de desenvolvimento econômico e crise social.

De forma que esta Comissão, eu confio, está entregue em mãos inteligentes, que têm pela renovação que V. Exa. representa, o impulso, a energia para nos conduzir na busca dessas novas questões determinadas pelos desafios do século XXI.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Obrigada, Senador, pelas suas palavras. E, realmente, xisto, extração, vai ser matéria de debate aqui.

Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD - AC) – Primeiro, quero saudar aqui nossos Líderes maiores, nossa Presidenta e o nosso Vice-Presidente. Parabéns, Senadora Soraya e Senador Luis Carlos Heinze. É um prazer estar aqui fazendo parte desta Comissão também, junto com o nosso Líder maior, Governador Esperidião Amin, e ouvindo aqui os demais colegas que fizeram uso da palavra.

Eu sou do Acre. Vejo o Senador Esperidião Amin falar da aftose: Santa Catarina foi o primeiro Estado que erradicou ainda hoje, mas o Brasil vai fazer agora uma campanha que vai começar pelo Acre, para erradicar aftose sem vacinação. Sem vacinação, e vai começar pelo nosso Estado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Vai elevar...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD - AC) – Com certeza!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – ...qualidade...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD - AC) – Com certeza!

Eu conversava com o Governador Gladson Cameli, para que ele saiba exatamente o tamanho do que representa isso. Eu ouvia V. Exa. falar que foi no seu Governo que o senhor conseguiu erradicar a aftose em Santa Catarina. Eu tenho certeza de que isso trouxe...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Sem vacinação.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD - AC) – ... sem vacinação, inúmeros benefícios para o Estado, inúmeros benefícios.

Já estivemos lá no ministério e aqui eu queria, na mesma linha dos demais colegas, fazer uma saudação especial a Mato Grosso do Sul, a essas três mulheres poderosas que estão aí. A nossa Ministra, finíssima. Tive o prazer de visitá-la e fui muito bem recebido.



O Acre passou por Governos muito difíceis. Nós vivíamos no Governo da floresta: 20 anos de PT lá no Acre, Governo da floresta. E hoje a nossa população, nosso povo, paga um preço muito caro por isso. O Acre, Senador Esperidião Amin, eu diria para o senhor, quando vejo aqui o colega do Pará falar do pasto verde, o Acre não tem pedra. O Acre é uma terra plana, mas que nunca produziu nada. Se comparar o Acre, o que nós éramos e o que Rondônia era, o que Rondônia é hoje e o que o Acre é, existe uma...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD - AC) – Não, agora vai ser, se Deus quiser! Nós viramos essa página.

Eu não conheço ninguém que seja a favor da devastação da floresta. Eu não conheço ninguém neste mundo. Ninguém é a favor da devastação da floresta. Agora, nós temos de entender que, na Amazônia, moram milhares de pessoas que precisam sobreviver, porque discutir meio ambiente aqui no Armazém do Ferreira tomando cerveja gelada e tomando uísque, é muito bom. Eu quero é saber quem mora lá. As pessoas precisam ter uma vida digna, e eu tenho fé em Deus que, agora, o nosso compromisso é este: aquela terra tem que produzir.

O Acre produz... Lá chove todos os dias. Nós temos ali um mercado consumidor. A nossa fronteira é com o Peru e a Bolívia. Como se justifica? Nós temos lá um guerreiro, um herói que instalou uma indústria de abate de porcos. Para exportar para a Bolívia, se ele passar por dentro do Peru, ele tem que... São 900km para ele chegar a La Paz. Aí ele volta ao Acre, porque o Governo peruano cria dificuldades. Mas já estamos resolvendo isso. Eu já estive lá no Ministério com a Ministra, e nós vamos resolver. Aí ele tem que voltar, vir ao Mato Grosso e entrar lá por Cáceres. São 3.500 quilômetros. Não existe isso!

E aquela estrada que foi feita lá foi vendida para os acrianos como a salvação do Brasil, a Transoceanica. Está lá a estrada, maravilhosa... O Peru fez a parte dele, mas, infelizmente, ela não serve para nada, só para um turismo, e um turismo muito pequeno.

Então, Senadora Soraya, Senador Heinze, nós precisamos nos unir e virar essa página do Acre, da Amazônia como um todo. Rondônia já está fazendo a parte dela, o Amazonas começa a sonhar com a sua BR que liga Porto Velho a Manaus. É preciso fazer essa integração. Nós estamos lá, se Deus quiser, construindo a ponte do Rio Madeira. Eu estive lá com o Ministro Tarcísio, e ele disse que este ano, se Deus quiser, nós vamos inaugurar a ponte.

Então, eu estou vivendo um momento de muita expectativa. O Governador Gladson já disse que o Estado está aberto. Nós vamos precisar do apoio de outros empresários que queiram investir no Acre, produzir soja, produzir milho... O Acre tem que produzir. Já perdemos tempo demais com esse negócio da florestania. Acho que o Chico Mendes cumpriu seu papel, maravilhoso, mas agora nós temos que dar um *plus*. Não dá mais para viver de sonhos, não dá mais para aquele povo maravilhoso do meu Estado continuar vivendo na situação em que se encontra.

O Estado do Acre, hoje... Rio Branco, que é a nossa capital, é a capital mais violenta do Brasil. Isto é um absurdo! Uma cidade pequena... Nosso maior patrimônio era a paz, e nós a perdemos. Por quê? Por conta do tal do tráfico de drogas, porque estamos ali na fronteira. Já estive com o Ministro Moro para fazer um relato da situação. Mas eu só vejo uma arma, um mecanismo para acabar com a violência: a geração de emprego.

Então, eu quero, aqui, me colocar à disposição. Como 1º Secretário desta Casa, nós estamos à disposição desta Comissão para que nós possamos nos unir, nos juntar e, se Deus quiser, trazer dias melhores tanto para o Brasil como para o meu humilde Estado do Acre, que precisa, e precisa muito, do apoio desta Comissão.

Obrigado, Presidente.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Senador Petecão, aquele nosso amigo que foi para o Acre acabou falecendo, mas ele era um desses pioneiros que enxergaram lá no Acre essa possibilidade há uns 20 ou 30 anos, quando



ele foi para lá. Faleceu, mas os filhos estão ali, e essa leva de gente nós temos para colocar lá também. Um abraço. Estamos juntos.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD - AC) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Senador, muito obrigada pelas suas palavras.

Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Bom dia a todos e a todas.

Minha Presidente Soraya Thronicke, que, por aclamação, juntamente com meu companheiro e amigo de longas jornadas na Câmara Luis Carlos Heinze, assumem a Presidência e a Vice-Presidência desta importantíssima Comissão, eu gostaria de dizer que o meu Estado, que é a última fronteira agrícola do País, o Estado de Roraima, pela sua posição geográfica, pela sua localização geopolítica, geoestratégica, tem, realmente, uma inserção importantíssima nesse futuro, que já é agora, em relação à produção agrícola e à necessidade dos incentivos e das ações que possam alavancar o desenvolvimento daquele Estado mais setentrional do País. Nós estamos ali em uma fronteira com dois países, uma fronteira longa. São dois mil quilômetros de fronteira com a República Cooperativista da Guiana e a República Bolivariana da Venezuela.

Pois bem. Essa localização é importantíssima para que nós possamos, em um Estado que tem todas as condições para ser um celeiro de produção de alimentos... Nós precisamos que, agora, o Governo do Presidente Jair Bolsonaro olhe com os olhos de futuro, mas implementando as ações neste presente em que nós vivemos, para que aqueles milhares e milhares de hectares virgens, planos como uma mesa, como esta mesa, possam, na verdade, receber os investimentos de que precisa para alavancar o desenvolvimento do setor agropecuário.

Obviamente, pela localização geográfica –, nós temos praticamente dois terços do Estado no Hemisfério Norte, consequentemente, acima da linha do Equador –, a quantidade de sol que recebemos é de quase uma hora e cinco minutos a mais do que a maior parte das áreas produtoras deste País, e as produtividades ali alcançadas, com a soja, com o milho, com o arroz, enfim, com a maioria dessas culturas e até *commodities* também, é fabulosa.

Nós temos questões ambientais, temos questões indígenas que, na verdade, criam, em certo momento, alguma dificuldade para implantarmos essa agricultura de alto rendimento que nós esperamos, mas eu tenho certeza de que, pelos debates, pelas discussões, pela felicidade de termos à frente do Ministério da Agricultura hoje a nossa colega de profissão, inclusive engenheira agrônoma, Tereza Cristina, do seu Estado, vai mostrar exatamente a capacidade de articulação e de enxergar lá na frente desse Governo para vermos que essa contribuição, e eu diria que, nesse primeiro momento, nós temos, praticamente, 2 milhões de hectares esperando esses investimentos para que nós possamos, na verdade, contribuir também com a produção agrícola deste País e ampliar cada vez mais a participação do agronegócio na economia brasileira.

Portanto, tenho certeza de que serão anos prodigiosos, tenho certeza de que; tenho certeza de que a senhora nobre Senadora, à frente desta Comissão, haverá de facilitar todos esses acordos e a implementação dessas políticas que possam alcançar também o nosso Estado, o Estado de Roraima, que é um Estado, como já disse – pela sua localização geopolítica e geoestratégica – fantástico para se incluir nessas atividades do setor agropecuário. Quero dizer que nós todos, membros desta Comissão, temos, na verdade, um só interesse: ajudá-la na condução dos trabalhos, ajudar os nossos Estados e ajudar este País, que, na verdade, se agiganta cada dia mais. Aos olhos de muitos, talvez, só pelo lado crítico, mas, aos nossos olhos, como visionários, que olhamos pelo retrovisor da História, que vemos o Brasil 30 anos atrás e vemos o Brasil hoje, nós sabemos que o destino do País é o destino das grandes nações, o que somos.

Então, muito obrigado a V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Muito obrigada.



A cada Senador que fala aqui eu fico mais contente, porque eu sei que nós teremos o apoio necessário para que a gente progrida, respeitando o meio ambiente, respeitando minorias, respeitando questões que nós temos aí fundiárias que nos renderão grandes debates, mas eu fico muito feliz, e esse é o intuito deste novo Governo. Eu acredito que aqui nesta Comissão, com essa nova formação, a gente vai conseguir dar impulso para isso.

Obrigada, Senador.

Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Sra. Presidente ou Presidenta?

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Presidente.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Ótimo. Como é normal aqui no Brasil se escolher a terminologia, então, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Fico bastante satisfeita se o senhor me chamar de Presidente.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Eu quero saudá-la e aqui, como Líder do Bloco Vanguarda, cumprimentar também o companheiro Chico Rodrigues em nome do DEM, que é um dos partidos que compõe o nosso Bloco, o PSC também e o PR.

Eu quero me apresentar também, tanto a V. Exa. como também ao Brasil que nos assiste neste momento. Como médico veterinário de Mato Grosso, Estado vizinho ao seu Estado, portanto, uma região que se confunde bastante e, principalmente, dois Estados irmãos... Eu que também estudei o meu segundo grau lá em Campo Grande e depois na Universidade Federal, também na cidade de Campo Grande, além da irmandade dos dois Estados também há um pouco da minha vida naquele Estado.

A importância de ter V. Exa. aqui como Presidente nesta Comissão é fundamental para o Brasil. Hoje todos sabem que a economia brasileira está impulsionada principalmente pela força da produção rural. E aí, quando eu falo produção rural, é importante mencionar todos aqueles produtores, desde o pequeno produtor ao grande produtor, pois no meu Estado temos grandes plantações. Há Estados nossos do Centro-Oeste que hoje, a cada dia mais, avançam numa produção agrícola e pecuária de precisão. E é fundamental exatamente o que a gente tem aqui neste Parlamento, a Comissão de Agricultura, o Senador Heinze, que também foi Presidente lá da Frente Parlamentar de Agricultura. Eu já disse, há poucos dias atrás, à Ministra, que é também do Mato Grosso do Sul, da importância de uma melhor presença nossa, dos Senadores, na Frente Parlamentar de Agricultura. E tenho certeza de que V. Exa. vai fazer esse trabalho de mais aproximação.

Sugeri, inclusive, como a Frente Parlamentar de Agricultura é muito forte a partir da Câmara dos Deputados, que se fizesse uma agenda da Frente junto com a Comissão de Agricultura do Senado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Senador, já conversei isso com o Marcelo ontem. Desculpe-me o aparte, mas as reuniões da Frente Parlamentar são às terças-feiras e as reuniões aqui sempre foram às terças, às 11h. Então, a ideia seria passar para quarta-feira, às 11h, para que a gente consiga participar das reuniões da FPA. O senhor concorda? Temos que ver, porque eu acho isso de extrema importância, tem que andar casado.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Eu, na verdade, gostaria... É uma decisão de V. Exa., porque o sistema aqui é presidencialista, mas, claro...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Mas é bom ouvir, porque...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – ... vamos colocar em apreciação.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – É muito bom ouvir.



O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Mas eu gostaria de sugerir, inclusive, sob a sua liderança, que na Frente tivéssemos uma reunião focada para o Senado. Uma delas por mês com a pauta do Senado, porque, como a Frente Parlamentar, na Câmara, tem já uma tradição e é muito representativa, como nossas atividades aqui são múltiplas, temos muito mais funções para 81 Parlamentares, então, acaba a gente ficando assoberbado por tantas Comissões para atender. Enfim, eu sugeriria a possibilidade de uma interlocução de V. Exa. lá com a Frente e que fizéssemos uma por mês e as outras todas podemos ir – quem tiver possibilidade de ir em todas, ótimo –, mas pelo menos uma que fosse mais focada para a agenda do Senado. É uma sugestão.

Como sou do Estado de Mato Grosso, todos os meus mandados trabalhei também de uma forma, sou um defensor do municipalismo e entendo... Essa questão do agronegócio, então, tem um foco, às vezes, muito voltado para o grande e penso que nós temos também que trabalhar com a vocação ou com o foco também do pequeno, do pequeno e do médio.

No meu Estado, por exemplo, o Estado do Mato Grosso, isso eu discuti muito na campanha eleitoral, nós temos mais de 80 mil propriedades de pequenos e médios proprietários que foram chamados pelo Governo, à época, há 30, 40 anos para ocupar a Amazônia, para não entregar a Amazônia. E essas famílias foram para lá, estão na terra, e não têm nem documento. Então, a questão da regularização fundiária é fundamental e para isso nós temos que ter uma política pública eficiente na área.

Lá, por exemplo, só essa questão da regularização fundiária eu penso que seria uma revolução no meu Estado na área econômica. Além de trazer dignidade, cidadania às famílias, claro, vai gerar muito mais oportunidade de riqueza, de empregos, porque o proprietário, o pequeno e médio proprietário, ele não tem o documento, não tem acesso ao banco, tem todos os entraves e todas as dificuldades.

Este e outros temas, claro, são comuns a todos nós, à Região Amazônica e Centro-Oeste, principalmente. Em Mato Grosso, nós temos essa felicidade, a meu ver, a oportunidade porque pertencemos a duas regiões. Todo o Estado está na Amazônia Legal, mas, também, representamos a Região Centro-Oeste, mas a questão da Amazônia é ainda mais relevante, Senador Chico, porque a questão fundiária é fundamental para toda a nossa região.

Então, eu quero, na verdade, é parabenizá-la pela sensibilidade de V. Exa., tenho certeza, o papel da mulher também produtora rural, que, às vezes, não é também muito reconhecida. Então, todos os programas que precisam ser feitos no sentido de incrementar e aumentar a produção. Todos falam isso e é comum o produtor dizer que o produtor é muito competente da porteira para dentro e, da porteira para fora, é papel do Governo realmente. E eu tenho trabalhado muito aqui a questão da infraestrutura, porque também para o produtor brasileiro o maior problema, a maior competitividade é exatamente a logística eficiente. Se é ineficiente, ele acaba perdendo toda a margem de lucro, tanto para importar, como para exportar os seus produtos.

E outras questões também, como o médico veterinário, inclusive, temos trabalhado com todos os Ministros. Já se falou aqui um pouco, antes, sobre a febre aftosa e todas as endemias, epidemias, enfim, e é importante as pessoas que estão nos assistindo saberem que, quando a gente fala da saúde animal, é saúde pública. Não se tem saúde pública verdadeira se a gente não tiver uma alimentação de qualidade.

Então, tudo isso são complexidades, e esta Comissão terá um trabalho, com certeza, desafiante, mas que, com apoio aqui, V. Exa. pode ter certeza de que todos nós estaremos aqui prontos para ajudar e, claro, receber também as ordens, já que V. Exa. é a Presidente desta Comissão. Desejo muito bom êxito no seu trabalho e tenha certeza de que acredito nesse novo momento do Brasil, dos desafios, e a população toda está participando, está acompanhando e vai cobrar, claro, de todos nós, e isso é estímulo para que a gente possa trabalhar muito mais. Então, Senadora Soraya, felicidade e que Deus a abençoe, e que possa fazer aqui, nesta Comissão, um excelente trabalho com a ajuda de todos nós!

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Com certeza.

Obrigada, Senador.



O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Complementando o que o nobre Senador Wellington Fagundes, meu amigo, acabou de falar, eu gostaria, inclusive, de dizer que, na FPA, eu fui instado à função de Coordenador da Comissão de Direito de Propriedade e Minorias, inclusive, no setor que abrange também a questão fundiária, entre outros segmentos. E é muito importante essa questão fundiária, como acaba de referir o nobre Senador Wellington Fagundes, porque, principalmente no nosso caso, na Amazônia, nós temos questões históricas projetos de assentamento que foram implantados há 30 anos, e ainda não foram emancipados. Isso aí dificulta a vida de milhares de produtores rurais que não têm acesso ao crédito, que não têm acesso aos benefícios que podem, na verdade, desenvolver a sua propriedade e, obviamente, no conjunto do desenvolvimento, participar também de uma forma ativa.

Então, acho, Senador, que nós devemos nos dedicar com extremo rigor, absoluta precisão e insistência também para que essas questões históricas tenham um novo tempo, elas entrem em um novo tempo, elas possam, efetivamente, atender a toda essa demanda reprimida que nós vivemos dos pequenos produtores rurais, porque é como se nascessem, e não tivessem a sua certidão de nascimento, ou seja, têm a propriedade, têm a posse, mas não têm a sua titularidade, o que na verdade facilitará muito a vida de cada um desses produtores.

Portanto, nesta Comissão, nós haveremos de fazer um trabalho na FPA, na Frente Parlamentar da Agricultura, no sentido de que esse segmento seja realmente implementado o mais rápido possível. Aí estão as instituições, aí está o Governo, inclinado para resolver os problemas. Então, como representantes populares, nós temos a obrigação e o dever de nos dedicarmos de uma forma extremamente imperativa a essa questão fundiária da regularização.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Obrigada, Senador.

Esse olhar para os pequenos é um olhar que nós teremos que ter como prioridade, tanto para aquela questão de incentivos fiscais, que são sempre dados para os grandes – essa questão da burocracia impede que eles consigam levantar empréstimos –, e sem esquecer, Senador Wellington, do nosso Pantanal. Então, somos irmãos também no Pantanal.

Enfim, eu quero agradecer a todos... Há mais alguém?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Então, eu quero agradecer a todos e dizer para os serventuários também, o pessoal aqui, agradecer a acolhida que nós tivemos desde ontem; dizer a vocês que nós estamos com muita vontade de trabalhar, de levar o Brasil para frente e contamos com todos vocês, com a competência de vocês. Nossa gratidão.

Então, não havendo mais nada...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Sra. Presidente, só quero também, nesse mesmo raciocínio aqui, dizer que tivemos aqui, nesses anos atrás, um trabalho muito presente da Comissão, da Assessoria toda; tivemos várias audiências públicas, inclusive, no meu Estado, com todo o apoio. Então, há a decisão da escolha de V. Exa., mas, com certeza, temos aqui um corpo técnico extremamente eficiente. Parabéns!

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Eu já estou sabendo, estou sabendo.

Muito obrigada, gente.

Não havendo nada, vamos encerrar. Declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigada.

(Iniciada às 10 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 21 minutos.)





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE FEVEREIRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e seis minutos do dia vinte de fevereiro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Soraya Thronicke, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Dário Berger, Luis Carlos Heinze, Esperidião Amin, Mailza Gomes, Lasier Martins, Selma Arruda, Izalci Lucas, Rose de Freitas, Acir Gurgacz, Veneziano Vital do Rêgo, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Telmário Mota, Zenaide Maia, Lucas Barreto, Sérgio Petecão, Nelsinho Trad, Chico Rodrigues, Jayme Campos, Wellington Fagundes, Marcos do Val, Angelo Coronel, Major Olimpio, Paulo Paim, Arolde de Oliveira e Weverton. Deixam de comparecer os demais senadores membros. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação. 1ª Parte da Pauta: ITEM 1: Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 1, de 2019 – Ementa: Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de convidar a Excelentíssima Senhora Tereza Cristina, Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), para apresentar as diretrizes e os programas prioritários de sua pasta para os próximos anos. Autoria: Senadora Soraya Thronicke. Resultado: Aprovado. ITEM 2: Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 2, de 2019 – Ementa: Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de convidar o Senhor General Jesus Corrêa, Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), para apresentar as diretrizes e os programas prioritários de sua pasta para os próximos anos, e o Senhor Luiz Antônio Nabhan Garcia, Secretário Especial de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Autoria: Senadora Soraya Thronicke. Resultado: Aprovado o Requerimento, com a inclusão do Senhor Luiz Antônio Nabhan Garcia, Secretário Especial de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). ITEM 3: Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 3, de 2019 – Ementa: Requeiro, nos termos dos art. 73, combinado com o inciso IV do art. 89, do Regimento Interno do Senado Federal, a criação da Subcomissão Temporária, no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, compostas por 7 membros titulares e 7 suplentes, para debater a implementação da Regularização Fundiária das áreas rurais no Brasil. Prazo: até o final da Sessão Legislativa. Autoria: Senador Acir Gurgacz. Resultado: Aprovado o Requerimento de criação da Subcomissão Temporária com prazo de funcionamento até o final da Sessão Legislativa. ITEM 4: Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 4, de 2019 – Ementa: Requer a realização de Ciclo de Palestras, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, no dia 15 de março do corrente ano, às 14 horas, durante a 20ª Expodireto Cotrijal, no município de Não-Me-Toque, estado do Rio Grande do Sul. Autoria: Senador Luis Carlos Heinze. Resultado: Aprovado. EXTRAPAUTA ITEM 5: Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 5, de 2019 – Ementa: Requer, com fundamento no inciso II, do art. 93, do Regime Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, destinada a debater o tema: crédito rural e seguro





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

agrícola, com a presença dos seguintes convidados: 1. Representante do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA); 2. Representante do Ministério da Economia; 3. Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA; 4. Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB; 5. Associação Brasileira dos Produtores de Algodão – Abrapa; 6. Federação das Associações dos Arrozeiros do Rio Grande do Sul – Federarroz; 7. União da Indústria da Cana-de-Açúcar – Unica; 8. Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag; 9. Associação Brasileira dos Produtores de Soja - Aprosoja. Autoria: Senador Luis Carlos Heinze. Resultado: Aprovado o Requerimento, transformando o convite aos Senhores Ministros de Estado em convite aos Representantes dos respectivos Ministérios. Encerrada a apreciação de requerimentos, dá-se início à 2ª Parte da Pauta: Reunião de Trabalho com a finalidade de definir as estratégias e diretrizes da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, bem como, selecionar a Política Pública, desenvolvida no âmbito do Poder Executivo, que será avaliada pela CRA no ano de 2019. Resultado: A Comissão aprova o Ato nº 1, de 2019-CRA, que disciplina o processo de apresentação e votação de Requerimentos no âmbito da Comissão. A Senhora Presidente, Senadora Soraya Thronicke, apresenta três áreas temáticas para nortear as sugestões de Política Pública, desenvolvida pelo Poder Executivo, que poderão ser apresentadas pelos senhores senadores, até o dia 26 de fevereiro do corrente ano, terça-feira, perante a Secretaria da Comissão, para avaliação da CRA no ano de 2019, em cumprimento ao disposto no artigo 96-B do Regimento Interno do Senado Federal: Questões Fundiárias; Questões Econômicas; e Questões de Comércio Internacional. Os Senadores Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas, Acir Gurgacz, Lucas Barreto, Dário Berger, Jayme Campos e as Senadoras Selma Arruda e Soraya Thronicke, Presidente da Comissão, fazem uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e oito minutos. Após a aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA SORAYA THRONICKE
PRESIDENTE DA CRA

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/02/20>





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS)
– Bom dia a todos. Declaro aberta a 2ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos de hoje, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Peço a dispensa a V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS)
– Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O.k. Aprovada.

Senhoras e senhores, a presente reunião será dividida em duas partes, conforme a pauta previamente divulgada. A primeira parte: deliberação de requerimentos; e a segunda parte: reunião de trabalho para definirmos as estratégias e diretrizes da Comissão, bem como selecionar a política pública desenvolvida no âmbito do Poder Executivo que será avaliada agora no ano de 2019.

Item um da pauta.

1ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 1, de 2019
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de convidar a Excelentíssima Senhora Tereza Cristina, Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), para apresentar as diretrizes e os programas prioritários de sua pasta para os próximos anos.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke.

Em votação.

Nós achamos relevante a presença da Ministra aqui. Eu creio que os senhores também.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sra. Presidente, eu acho importante...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS)
– Com a palavra o Senador Luiz Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Ontem, nós discutimos também na Comissão de Assuntos Econômicos as questões de dívidas de Estados, Lei Kandir, Deputado Campos, e tantas situações para que viesse o Ministro Paulo Guedes. É uma situação na área econômica. Agora é importante que a própria Ministra Tereza Cristina, nossa amiga, minha, particular, enfim, de todos nós, venha aqui para apresentar qual a ideia dela, os projetos que ela tem agora em cima da agricultura familiar, em cima da pesca, em cima da silvicultura, de tudo que se agregou ao Ministério da Agricultura.

Por isso é importante a presença dela aqui em nossa Comissão para apresentar às Sras. e Srs. Senadores a visão do Governo Bolsonaro sob o comando da Ministra Tereza Cristina. Estamos solidários para que ela venha conversar conosco.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – E às vezes... Eu acho também importante – há outra questão – de repente convidarmos o Ministro Paulo Guedes justamente por conta dos juros e dessas questões que foram aventadas agora no início do ano. Seria interessante também.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu tenho um pedido de audiência pública que trata do novo crédito rural e das questões específicas de seguro para a agricultura brasileira. Então, nesse requerimento a gente vai poder discutir essa parte.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Está certo. *(Pausa.)*

Em votação o requerimento.

As Sras. e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado o requerimento. *(Pausa.)*

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 2, de 2019
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de convidar o Senhor General Jesus Corrêa, Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), para apresentar as diretrizes e os programas prioritários de sua pasta para os próximos anos. E o Senhor Luiz Antônio Nabhan Garcia, Secretário Especial de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Autoria: Senadora Soraya Thronicke.

Nós sabemos que as questões fundiárias são de extrema importância, nós sabemos que precisamos...

Para mim é um dos temas mais relevantes deste momento.

Com a palavra o Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Com relação a esse requerimento acho de suma importância até porque estamos exatamente no momento de regularização fundiária e, lamentavelmente, quando aprovamos a lei da regularização, nós esquecemos que é preciso de gente para fazer isso e o Incra está totalmente defasado em termos de pessoas.

Nós conseguimos, com muito esforço, na Comissão Mista de Orçamento, aprovar o concurso para o Incra, mas infelizmente foi vetado e nós vamos ter esse problema, porque não adianta achar que nós vamos regularizar se não houver mão de obra qualificada.

O Incra não tem um plano de carreira compatível, e a gente tem perdido mais funcionários do que consegue agregar, por falta de qualquer gratificação, por falta de um plano mais vantajoso. Então, eu acho prudente. Agora, eu estava procurando aqui, no organograma do MAPA, porque tem uma... no cartão que ele me deu é Vice-Ministro, eu nem entendi o porquê do cartão do Nabhan, não é? É Nabhan?

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – É Nabhan.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Nabhan está com qual...

É esse.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Está escrito Ministério da Agricultura, assessor...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Sim, mas ele é vinculado ao Incra. É porque, na prática, quem vai conduzir, pelo que eu entendi, porque eu tive uma audiência com ele, era ele. Então, só a presença do Incra não sei se vai ser suficiente, porque acho que está ligado a ele, mas é uma observação que nós temos que fazer aqui, porque eu fui Presidente da Comissão que aprovou a lei da regularização fundiária, e aqui nós fizemos já algumas regularizações e, de fato, nós temos que... Eu estou vendo aqui, inclusive, o meu amigo Dário, que tem um requerimento na sequência aqui, que é para discutir a regularização fundiária. Nós apresentamos diversas emendas, exatamente da medida provisória, para viabilizar a regularização das áreas, sejam urbanas sejam rurais, e foram praticamente todas descartadas no relatório da Câmara. Então, é muito importante, ambos aqui, os requerimentos todos são importantes, mas esta regularização fundiária... Eu estava dizendo aqui, Senador, que nós conseguimos no Orçamento aprovar para fazer o concurso do Incra, que tem defasagem de pessoal, e foi vetado também. Então, é um assunto urgente, relevante e importante.

Então, parabênizo V. Exa. pelo requerimento.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Eu acho importante, realmente, incluir Nabhan Garcia. Até pedi para verificar, eu acredito que ele tenha ficado com essa secretaria realmente, eu acho que é da alçada dele. Se for, a gente inclui, certo?

Senador Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sra. Presidente, na linha do que o Senador conversou, eu acho que é importante o próprio Nabhan, que é um secretário especial desta área, junto com o Presidente do Incra, porque eu acho que nós podíamos ampliar. Eu estou vendo aqui que o Senador Acir Gurgacz tem um requerimento na mesma direção. Que a gente juntasse, para fazer o quê? Para fazer essa audiência e tratarmos das questões fundiárias com relação aos assentamentos, por exemplo, e, da mesma forma, a questão quilombola e a questão indígena, que V. Exa. tem no seu Estado, que eu tenho no Rio Grande do Sul, que existe no Brasil inteiro.

Então, acho que nós podíamos trazer um dia, e aí a sugestão: que nós trouxéssemos as nossas entidades, tipo CNA, Aprosoja, enfim as entidades com as suas federações, que têm problemas em cada Estado. No meu Estado, o Rio Grande do Sul, por exemplo, eu tenho mais de 30 processos, todos ilegais, de regularização para terras indígenas. Todos ilegais. E nós batemos muito em cima disso. Seria importante nós fazermos um debate, eu não sei, sobre esse assunto, que é um assunto extenso, e convidaríamos as nossas entidades, tipo a CNA. Aí pegasse a federação do meu Estado, tem interesse; Santa Catarina, Senador Berger, também tem interesse, vocês têm o Morro dos Cavalos lá, não é? Paraná tem problema, Mato Grosso do Sul tem problema, Mato Grosso, todos os Estados têm problema com relação a essa questão. Então, seria, um dia, um debate importante, nós trazermos as nossas entidades. Eu sugeriria que as entidades viessem juntas para poder trazer a abordagem dos problemas que nós temos em cada Estado. Aí o pessoal traria, cada Estado tem a sua situação, a gente apresentaria as entidades





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

– eu sugeriria a Confederação Nacional da Agricultura e a Aprosoja, por exemplo, Abrapa, a própria OCB – que têm interesses nessa questão.

Que a gente trouxesse as entidades e também discutisse não só os assentamentos da questão de terra dos produtores, mas também a questão indígena e a questão quilombola. É a sugestão que eu deixo nesse requerimento, porque acho que poderia fundir o requerimento do Senador Acir Gurgacz...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Não, mas o requerimento do Senador Acir é de criar uma subcomissão, não é uma audiência pública, entendeu?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Ah, o.k.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Então vai ter que ampliar o item 2.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – São temas diferentes. A questão é então de ampliarmos esse requerimento...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Ele é o Secretário de Assuntos Fundiários lá do MAPA. Então, ampliar e fazer na verdade uma audiência pública, que é o que vai ser. Então, vamos ampliar e colocar para deliberação. Pode ser?

Então eu vou colocar em votação o requerimento com essas alterações comentadas agora.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Sra. Presidente, nós estamos no item 2 ou no item 3?

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Item 2.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Ah, item 2. O meu é o item 3, não é? Que é a subcomissão.

Então está bom. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – É. Aqui é a audiência pública. Seria numa reunião e nós vamos ampliá-la. Então, eu vou colocar em votação, com a ampliação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram para aprovação. *(Pausa.)*

Aprovado o item 2 da pauta.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 3, de 2019 - Não terminativo -

Requer, nos termos dos art. 73, combinado com o inciso IV do art. 89, do Regimento Interno do Senado Federal, a criação da Subcomissão Temporária, no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, composta por 7 membros titulares e 7 suplentes, para debater a implementação da Regularização Fundiária das áreas rurais no Brasil. Prazo: até o final da Sessão Legislativa.

Autoria: Senador Acir Gurgacz.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Concedo a palavra a V. Exa., para encaminhar.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO. Para encaminhar.) – Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, a regularização fundiária é um tema que eu tenho debatido aqui no Senado já há mais de nove anos, Presidente. E avançamos muito, de verdade, com relação à regularização principalmente na Amazônia, no nosso Estado de Rondônia. Mas eu entendo que esse tema é um tema com que nós precisamos ter uma dedicação especial. Por isso a minha sugestão de criar uma subcomissão para discutir, debater, avaliar especificamente a regularização fundiária nacional, especialmente da Amazônia, que é onde nós estamos tendo muitos problemas, para que a gente possa realmente fazer avançar a questão da regularização fundiária.

Nós temos várias questões. Uma delas é a questão do desmatamento, Senador Jayme. E o desmatamento ilegal acontece exatamente onde não há o CPF do proprietário da terra. A partir do momento em que existe o proprietário, aparece lá o nome do proprietário, seu CPF envolvido, o desmatamento ilegal não acontece, porque está identificado exatamente de quem é o proprietário e pode-se cobrar. Agora, quando não se tem dono, o desmatamento ilegal avança.

Então, é uma maneira de nós avançarmos, levarmos essa segurança jurídica ao campo e também frearmos o desmatamento ilegal.

Então, a regularização fundiária tem várias funções. E aí eu peço aos nossos pares, Senadores e Senadoras, que nos apoiem nessa criação dessa subcomissão, Senador Dário Berger, para que a gente possa realmente avançar.

Meu primeiro tema que eu trouxe à discussão nesta Casa, há dez anos – completará daqui a uns dias –, foi exatamente de regularização fundiária, e conseguimos avançar muito pouco ao longo desses dez anos. E nós temos que dar essa segurança jurídica para as pessoas que moram no campo, para que a gente possa aumentar a produtividade, mas legalmente, e frear o desmatamento ilegal.

Então, é nesse sentido que eu gostaria de criar essa Subcomissão de Regularização Fundiária, para que a gente possa debater e avançar rapidamente com relação a esse tema.

Muito obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Tá, Senador.

Eu fui aconselhada, na escolha das políticas públicas, a escolher uma, um tema apenas, mas eu fiquei muito dividida, e a questão fundiária é de extrema importância e foi uma das que eu gostaria de discutir.

Porém, se criarmos essa subcomissão, a discussão vai ser tema de debate lá, não é?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – V. Exa. me permite? Cada Comissão tem condições de criar até quatro subcomissões, e são temas que nós vamos debater aqui e na subcomissão também. A subcomissão está abaixo da Comissão. Portanto, V. Exa. estará dando uma importância ainda maior para esse tema tão importante para o nosso País.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – O.k.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Cada Comissão tem direito a definir um projeto estruturante, um tema específico, que é o que ela estava dizendo.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Mas eu concordo plenamente que nós temos que realmente construir essa subcomissão. É um assunto muito relevante. Eu tive o privilégio de presidir a Comissão Mista da Medida Provisória que se transformou em lei da regularização. Metade da população brasileira mora em áreas irregulares, inclusive aqui no Distrito Federal, e essa lei que nós aprovamos viabilizou realmente, é um instrumento adequado para a regularização. É evidente que tentamos, na medida provisória, cujo Relator foi o nosso amigo Senador Dário, incluir mais algumas soluções que a gente encontrou durante a execução da lei, mas que precisamos resgatar, porque a SPU, por exemplo, que é patrimônio da União, também tem muita área rural. Agora, do jeito que eles fizeram com a SPU, ficou inviável regularizar qualquer coisa. Ninguém vende nada se não regularizar antes. Nós temos de discutir isso.

Então, eu acho que esse requerimento do Acir Gurgacz é superimportante, e eu quero, inclusive, prontificar-me a participar dessa subcomissão, porque, de fato, temos vários gargalos aí que têm que ser resolvidos. Um deles, que é o essencial – porque não se faz nada sem mão de obra qualificada, sem pessoal – é a questão da estrutura de pessoal do Incra, que não há.

Então, essa audiência que nós aprovamos com o Incra e com o Nabhan, secretário, juntos, nós vamos discutir novamente, porque nós aprovamos no orçamento, foi vetado, e é quase impossível regularizar se não houver mão de obra qualificada para isso.

Então, parablenzo a iniciativa do Senador e me disponho a participar dessa subcomissão, porque eu acho que é muito importante.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Sra. Presidente, pela ordem, Senador Jayme Campos, para me manifestar.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Só um minutinho.

Senador Lucas, se o senhor me permitisse, Senador...

Com a palavra o Senador Lucas.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Se o senhor quiser usar a palavra, por favor. Estou chegando agora aqui.

Sra. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, eu penso que esse é o tema de maior importância para a Amazônia, e eu falo isso pelo meu Estado, o Amapá.

Lá, a Presidente Dilma transferiu o que restou das terras; o Presidente Lula, também. E nós continuamos sem segurança jurídica.

Para os senhores terem ideia, 73% das áreas do Amapá são reservas criadas por decreto, no apagar das luzes de vários governos. Criaram, inclusive, o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, 3,8 milhões de hectares. E tudo isso por decreto. Só que, no que sobrou, nós temos 4% de áreas inundáveis, em que não dá para plantar, em que não dá para fazer nada, e nós temos também uma empresa grande lá, que tem uma área maior que 400 mil hectares, que faz monocultura de *Pinus* e eucaliptos. Então, imaginem os senhores a dificuldade que tem o nosso agricultor lá.

Fora isso, ainda temos o conflito das instituições. O Imap, que é um órgão do Estado de licenciamento ambiental, dá uma licença; o Ibama vem e multa. Agora mesmo lá, na semana passada, ocorreu uma ação da Polícia Federal por causa dessas multas que estão judicializadas.

Então, é muito importante que esta Comissão discuta isso.

Nós temos lá os projetos de assentamento do Incra e, para os senhores terem ideia – estes são dados do IBGE do ano passado –, dos 16 mil parceiros assentados, apenas 2 mil estão em suas terras, ou seja, 14 mil já estão na cidade, compondo esse grande número de





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

desempregados que há na nossa capital. A nossa capital, Macapá, é uma UTI social. Nós recebemos os migrantes do nosso Estado, do interior, recebemos das ilhas do Pará, recebemos migrantes do Norte e Nordeste, todos em busca de trabalho ali.

Então, nós temos mil problemas, mas um dos maiores problemas é este: é o conflito que há entre instituições, porque nós não conseguimos regularizar. Os senhores imaginam que não há conflito, que lá a terra indígena está demarcada, a Renca está demarcada, o parque está demarcado, todas as áreas. Nós temos uma Floresta Nacional, que foi criada pelo Governo Federal, para manejo sustentável. Está lá. Não se faz nada. Nada.

E o Amapá, que é chamado de "coração da Amazônia", todo mundo quer preservar: artista de palco, de passarela fala que tem que preservar o Amapá. O problema é que lá a moldura da natureza, a beleza natural não enche a barriga do nosso povo. Nós temos 200 mil pessoas abaixo da linha da pobreza.

Então, esta Comissão aqui vai me dar oportunidade de discutir isso, para que a gente tenha decidido, para que a gente possa avançar nessa regularização fundiária e tenha essa segurança jurídica para que os nossos agricultores lá, humildes – até os assentados –, possam plantar, possam colher, possam vender. É uma situação... E nós temos só 16 Municípios lá, mas do Jari ao Oiapoque são mil quilômetros, e temos uma BR lá que – isto é importante que os senhores saibam – é a obra inacabada mais antiga do planeta Terra: tem 70 anos! O Amapá é o Estado mais preservado do mundo, e ninguém faz essa compensação ambiental.

Eu até falei no discurso, há poucos dias, que, quando foi para fazer hidrelétrica no rio, fizeram três hidrelétricas no Rio Araguari, porque ele é um rio genuinamente amapaense – ele nasce e deságua no Amapá. Então, nós temos como legislar sobre esse rio. Só que lá, era para inundar 42 quilômetros de rio, mas inundaram 72 quilômetros de rio. E a gente não ouviu nenhuma voz em defesa das árvores, da vida, dos ribeirinhos. Então, essa é a preocupação. Nós precisamos regularizar o que nos sobrou de terra lá, porque não há conflito. Não há conflito! Lá nós temos as áreas todas definidas, e não há conflito nesse setor agrário. Aliás, é muito pouco. O Fantástico um dia falou que tinha lá uma pessoa que estava invadindo uma área que tinha sido devolvida pela Amcel, mas era um lote lá. Então, eu conto com os senhores para a gente fazer uma subcomissão, realmente, para ajudar a Amazônia, e principalmente os Estados que precisam, como o Amapá.

Essa é a minha solicitação, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS)
– Obrigada, Senador.

Eu só quero destacar, Senador, que esta Comissão se chama Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, das questões fundiárias. Esse é um tema principal dela. O que a gente não pode deixar é esvaziar esse tema aqui dentro da Comissão e levar ele todo para a subcomissão. É só para a gente tomar o cuidado de não... E outra: mais uma reunião... Está difícil de a gente comparecer em todas as comissões e, aí, é mais uma subcomissão. Eu acho relevante, eu só quero que os senhores raciocinem.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS)
– É que está na frente o Senador Jayme Campos. Senador, desculpe.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Era só para colaborar com V. Exa. quanto ao tema específico que V. Exa. estava relatando. Eu quero contribuir nesse sentido.

O Senador Acir é veterano na Casa; o Senador Jayme também já passou por esta Casa e retornou. Já é difícil para nós comparecermos às reuniões e às sessões das comissões de uma maneira geral. Todos nós participamos de três, quatro, cinco ou seis comissões e, como se isso já não fosse muito, presidimos algumas delas. Então, criar uma subcomissão – V. Exa. tem razão – não é tarefa fácil. Mas, diante da importância, diante da necessidade, diante do processo de deterioração em que o Brasil se encontra, sobretudo quanto à questão fundiária, me parece oportuna e até necessária a instalação de uma subcomissão, deixando clara a responsabilidade de quem vai participar dessa subcomissão, que é subordinada à comissão original, mas que, de maneira nenhuma, vai tirar poder da comissão, pelo contrário: vai poder contribuir, se tiver quórum e se, pela relevância do tema, evidentemente, as questões puderem ser discutidas de maneira a agigantar esse tema.

No Brasil – pelo que tudo indica, esse dado não é oficial – para cada imóvel regularizado há um irregular. Então, vejam só a importância desse tema não só para a Amazônia, mas para Santa Catarina, que é um Estado extremamente desenvolvido. Se nós formos levar em consideração, Senador Izalci, as questões das áreas de Marinha, por exemplo: é um entulho autoritário da época do Império que até hoje não se resolveu. E não se resolveu, Senadora Soraya, por questões simples e elementares: pela volúpia extraordinariamente exagerada dos governos que se sucedem, que não querem abrir mão de receitas para regularizar algumas áreas que são consolidadas e que estão lá há centenas e centenas de anos e que têm dificuldade para ter o seu endereço definitivo, ter o seu título de propriedade.

De maneira que eu quero me associar e contribuir para dar razão a V. Exa. quanto à preocupação, que é legítima, concreta e real, mas, ao mesmo tempo, conclamar os companheiros que vão fazer parte dessa subcomissão para essa grande responsabilidade de quórum e, sobretudo, de relevância para o tema.

Portanto, acho que nós todos estamos com a razão e, estando todos com a razão, não há nenhuma dúvida de que a instalação é importante e fundamental para a execução desses trabalhos.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Com a palavra o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Srª Presidente Senadora Soraya, antes de mais nada quero cumprimentar V. Exa. por ter assumido a presidência de uma comissão tão importante como a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, sobretudo no nosso País, que é um país de produção agrícola, sobretudo o campo, que tem colaborado sobremaneira com a nossa balança comercial. O Brasil já é um grande exportador de *commodities*, seja soja, algodão, bovino, aves, milho etc.

Eu ouvi o Senador Heinze falando que V. Exa. está convidando a Ministra da Agricultura para estar aqui nesta Comissão, para discutir as políticas agrícolas. Todavia, é fundamental também discutirmos a questão da agricultura familiar. Particularmente, eu sou um homem do campo, conheço bem a matéria e, quando vejo aqui se discutir a questão da reforma agrária, sobretudo a questão da regularização fundiária, que é um problema que afeta não só o nosso Mato Grosso, a nossa Amazônia brasileira, em que moram, nessa vasta região do Brasil, algo em torno de 23 milhões de brasileiros – o Lucas sabe disso – que também compõem a região





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

amazônica do Brasil... Nós temos, certamente, que ter um tratamento diferenciado, pela questão da distância, desde a locomoção até da própria fonia das aeronaves, que têm dificuldade, por incrível que pareça, nessa região do Brasil.

A regularização fundiária é fundamental. Eu participei desta Comissão aqui, fizemos um trabalho junto com o nosso mestre Acir Gurgacz, o que permitiu grandes avanços, todavia, ainda está muito aquém do que se precisa fazer, Dário, em relação à questão da regularização. Você falou de Santa Catarina, um Estado moderno, um Estado que está à frente de nós no mínimo 50 anos, mas que, de qualquer forma, também tem os seus problemas fundiários. Mato Grosso, particularmente, Senadora, talvez seja o Estado da Federação que tenha o maior número de assentamentos. Lamentavelmente, o Governo Federal fez vários assentamentos, mais de duzentos assentamentos, e em alguns as pessoas estão vivendo abaixo da linha da miséria.

Nós temos, Senadora, que democratizar o crédito agrícola no Brasil. O crédito agrícola não pode ficar, como muitas vezes fica, nas mãos dos bacanas. A agricultura familiar está à margem de uma política decente e, sobretudo, democrática. Nós temos que democratizar, Senadora, acho que seria uma bandeira de V. Exa., através da sua presidência, transformar isto aqui em uma ferramenta também do pequeno agricultor, que está à mercê de bons créditos agrícolas. O Brasil hoje, lamentavelmente, não tem uma política de incentivo a essas pessoas. Se recuperarmos as áreas degradadas deste País, porque algumas estão tomadas de cupim, de assa-peixe, de dorme-dorme, nós vamos ter condições de triplicar a nossa produção agrícola só com as áreas degradadas. Não precisa derrubar um pé de árvore neste País, é só recuperar.

Agora, é preciso que o Governo Federal tenha um mínimo de sensibilidade, que corte um pouco desses incentivos aos grandes, bacanas, porque, pelos últimos dados de que tive conhecimento, são 400 bilhões numa meia dúzia de bacanas no Brasil. Vamos tirar uma parte disso aqui e dar para o pequeno agricultor familiar que está lá, que precisa muitas vezes comprar um calcário, comprar adubo, ou uma coisa mais barata, o Superfosfato Simples – 21%, para dar para o cidadão, dando a eles três, quatro, cinco anos de carência para depois passarem a pagar com juros subsidiados de 1%. Lamentavelmente, temos que ver aqui os nossos fundos. O Brasil tem vários fundos constituídos de Norte a Sul, particularmente em Mato Grosso nós temos o FCO, que também tem que sair da mão do Banco do Brasil, porque passou a ser um instrumento, um balcão de negócios. Nós temos que passar para as cooperativas, seja via BNDES ou, se for o caso, para os bancos privados.

O Banco do Brasil hoje só dá o FCO se você já tiver uma aplicação, recursos, ou se comprar seguro ou alguma coisa parecida para melhorar a *performance* do gerente, da sua agência bancária. Nós temos que acabar com isso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Por favor, Senador Lucas.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Gostaria, Senadores, de manter a ordem.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – É que a Senadora quer falar também.
Fique à vontade.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Sobre o Banco do Brasil, eu posso citar o meu Estado: lá há trinta agências VIP, mas não há nenhuma agência para o agricultor.

O Pronaf, os programas do Governo Federal que são concentrados no Banco do Brasil... Para o FNO lá nós precisamos de garantias. Como vão dar garantia para o FNO se as terras não estão regularizadas? Aí vão 500 milhões para lá e volta tudo, não há quem tenha garantia para o financiamento.

Obrigado, Senador Jayme.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Obrigado pela sua contribuição, Senador Lucas.

Na verdade, Senador – para concluir, sei que há vários oradores aqui –, eu tenho profundo conhecimento, porque já fui Governador, já fui Prefeito por três mandatos, conheço a questão não só rural, mas urbana também, desde o advento de 1998, do Estatuto das Cidades – V. Exa. deve ter conhecimento, porque é advogado, conhece perfeitamente essa legislação que não está prevalecendo. Nós temos que usar esses instrumentos, essas ferramentas. Ora, evidente, a última medida provisória do Governo Michel Temer, que foi aprovada aqui, transformou isso em lei, em relação à ampliação do número de hectares de terra que você pode regularizar. Nós tínhamos alguns módulos, dependendo da região do Brasil eram 400, 300, 200 hectares, e nós ampliámos esse número de hectares.

Então, vejam V. Exa. e todas as autoridades e Senadores, em relação ao Incra. O Incra ficou envelhecido, diminuiu a sua estrutura. Para o senhor ter noção, só em Mato Grosso já fecharam 90% das superintendências que existiam no interior do Estado, porque não há pessoas, não têm carro, não têm diária, não têm coisa alguma. Eu acho louvável, meritório... Parece-me que é mais um general que está assumindo o cargo de Presidente do Incra. Ele pode terceirizar alguns serviços, sobretudo o de medição, hoje georreferenciada, porque você tem o GPS na mão. Qualquer cidadão tem a capacidade de medir, por dia, 500, 600, 700 hectares. Então, facilitou sobremaneira.

Nós trabalhamos nesse sentido, discutimos aqui, Senadora, a questão da logística também no Brasil. A Comissão de Agricultura também tem esse papel preponderante, e não apenas na sua Comissão, na Comissão de Infraestrutura. V. Exa. vem de um Estado produtor, como é meu Mato Grosso. O maior problema do Brasil hoje é a questão do custo do transporte, sobretudo para nós, que estamos na região mais distante do Brasil.

Hoje, graças a Deus, estamos saindo pelo Porto de Miritituba, na BR-163, pelo Porto de Paranaguá, pelo Porto de Santos, mas temos que melhorar a questão logística, através de um transporte intermodal, rodoviário, ferroviário, aquaviário. No Brasil nunca seremos competitivos. Somos competitivos em tese, mesmo assim pela capacidade de produtividade e de tecnologia dos nossos produtores, porque não temos logística, porque lamentavelmente o próprio Governo Federal é o maior entrave. O Governo Federal é contra o próprio Governo, por incrível que pareça.

Nós temos o Ibama: meu Deus do céu, é um horror! Aí você pega algumas agências, algumas Semas ou sei lá qual é o órgão do seu Estado aqui, o Ibra... Nós temos que facilitar, juntar esse compêndio de leis, Luis Carlos, e transformá-lo numa lei que prevaleça para todos os Estados, se possível. Estamos no momento de discutir agora o Código Florestal Brasileiro, que foi aprovado já há 5, 6, 7 anos, que mudou o Brasil de novo. Cada dia que passa muda, e nós temos que modernizar.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Desejo sucesso a V. Exa. Estou pronto para contribuir com a senhora. Não vejo nada de mais nessa questão da criação da subcomissão, isso é bom. Vai depender dos Senadores que vão participar da Comissão se haverá ou não presença. Reconheço que a senhora tem todo o direito de achar que a Comissão poderá ser esvaziada pelo fato de todos os Senadores aqui participarem no mínimo de três comissões. É aquela loucura. Acho que é saudável, e o próprio Regimento Interno – está ali um velho amigo meu – permite até quatro, mas o ideal são três, para não ficar aquela volúpia esparramada.

V. Exa. com certeza vai fazer um belo trabalho aqui. Torço para a senhora, estou à disposição, sem falsa modéstia aqui, todos aqui são professores no assunto, o Acir veio do Estado de Rondônia, Brasília tem seus problemas, Santa Catarina, Amapá. Enfim, estou pronto para colaborar e espero que esta Comissão cumpra com a sua obrigação e, sobretudo, que façamos aqui um trabalho que possa engrandecer a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal.

Parabéns e sucesso. Que Deus abençoe V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Obrigada, Senador. Tenho certeza do nível da bancada aqui.

Com a palavra a Senadora Selma Arruda.

A SRA. SELMA ARRUDA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Bom dia a todos.

Eu gostaria de cumprimentar a minha colega de bancada, Senadora Soraya, por exercer, com tanta maestria, a presidência desta Comissão.

Quero dizer a V. Exa. que tenha em mim uma grande aliada, uma grande amiga e, sobretudo, uma pessoa que tem, da mesma forma que V. Exa., vontade de mudar este País em várias instâncias, inclusive nesta instância aqui que é tão importante para os nossos Estados.

Gostaria também de cumprimentar aqui o meu colega Jayme Campos, do meu Estado, querido colega, que é com certeza uma grande autoridade nessa matéria e está aqui, com certeza, com a missão de muito contribuir, assim como os demais, com certeza, mas eu faço menção especial ao Senador Jayme Campos, porque sei da sua história, da sua capacidade e da sua vivência com relação a este assunto.

Eu gostaria, com relação a este requerimento, Presidente, de me manifestar no sentido da aprovação do requerimento. Não obstante a preocupação de V. Exa. no sentido de estarmos todos bastante sobrecarregados em função de compormos várias comissões, eu vejo que este assunto, assim como os demais já frisaram, é um assunto de extrema importância.

O Senador Jayme Campos foi muito feliz quando se referiu ao Estado de Mato Grosso como sendo, talvez, o Estado que mais tem problemas de regularização fundiária no País. Durante a campanha, eu visitei vários assentamentos e vi o sofrimento daquelas pessoas, a diminuição da cidadania de cada uma delas por não terem direito sequer a pedir um financiamento, por não terem a titularidade da sua área para darem em garantia sequer para comprarem um trator. Então, ficam dependendo de esmolas, ficam no submundo da agricultura, enquanto poderiam ser expoentes na produção, inclusive no aproveitamento de tecnologia, de ciência e tal.

Então, dentre todas essas pautas que teremos aqui na Comissão, pelo menos no meu sentimento... Eu pedi para ter titularidade aqui, uma vaga nesta Comissão, inclusive esta é a minha primeira participação, exatamente pela preocupação específica com essa questão da regularização fundiária.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Senadora, eu gostaria de me manifestar no sentido de que, sim, nós façamos esse sacrifício e passemos a compor esta subcomissão. Desde já me coloco aqui como voluntária para essa composição.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS)
– Obrigada, Senadora Selma.

Senador Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sra. Presidente, acho que o requerimento do Senador Acir... Essa subcomissão nós poderíamos criar e não há problema, não acumula. Nós vamos achar um tempo de tocar esse assunto, que é muito importante.

A gente trabalha esse assunto há muito tempo, colegas Senadores e Senadoras. O Governo Michel Temer, tenho que fazer este reconhecimento... Nós tínhamos, em assentamentos aqui no Brasil, pessoas que estavam há 8, 10, 15 anos e não tinham título de propriedade. E se liberaram centenas, milhares de títulos de propriedade para o Brasil inteiro. Isso é o que precisa ser feito. Havia assentado lá com 20 anos que não tinha o documento da terra dele. E nós temos que ampliar esse processo para que mais pessoas possam ser regularizadas.

Eu sou cobrado no meu Estado. Lá havia mais de 30 mil assentados; 10 mil do Banco da Terra, com uma escritura, questão em que trabalhei fortemente, e assentados, outros 10, 15 mil, que não tinham o título de propriedade. São 10, 15, 20 anos em cima da terra. Eram a massa de manobra de alguns que pegavam o dinheiro. Se a pessoa quisesse pegar um Pronaf, Senador Jayme Campos, tinha que falar com alguém. Havia uma comissão para alguém. Tem que acabar com isso. Ele é um produtor rural como qualquer outro.

Isso já aconteceu, e nós temos que limpar. Agora com o Incra, com o Nabhan nessa secretaria, nós vamos continuar esse processo para que as pessoas sejam donas da sua propriedade, afinal elas receberam a terra, estão em cima da terra. Isso fora outras questões, sei que no Norte do País há mais, são pessoas que estão em cima da propriedade e precisam regularizar a terra.

Acompanhei o Senador Weverton Rocha ao Maranhão, onde havia pessoas que estavam há 20, 30, 40 anos, pequenos agricultores que estavam em conflito com terras indígenas. Iam tomar a terra deles. Ora, tem que regularizar, já estão em cima da terra, a terra já é deles.

Então, acho que esta Comissão vai tratar justamente desses nichos que têm problema. E nós vamos fazer a nossa parte. Dá para trabalhar paralelamente a Comissão com a subcomissão que o Senador está propondo.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS)
– Obrigada, Senador.

Senador Izalci com a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Sra. Presidente, esse tema é muito relevante, porque, de fato, por 30, 40 anos as pessoas aguardam a escritura e, muitas vezes, não fazem investimento por isso.

É importante também ressaltar aqui que, nos assentamentos, não adianta você dar escritura você não der também condições para o pequeno produtor produzir. Muitas vezes você entrega 5 hectares ou 3 hectares para um assentado, mas sem dar a ele água, matéria-prima, capacitação. E logo, logo... Como disse o Senador Lucas, em Roraima, dos 16 mil, 14 já estão





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

na cidade. Por quê? Porque realmente não têm financiamento, não têm orientação. E olhem que há um problema mais grave com relação à água. Se a gente continuar regularizando apenas dando a escritura, a tendência é de as pessoas dividirem, lotearem.

Então, é de suma importância, por isso parabeno V. Exa. pela iniciativa. Não vai atrapalhar em nada a Comissão, muito pelo contrário, vamos subsidiar o Plenário para tomar as decisões, mas a gente precisa ter uma abrangência maior com relação a esse tema. Sei da questão dos fundos setoriais também, mas a capacitação e as condições mínimas, como água e matéria-prima para os pequenos produtores, são fundamentais. O Incra tem um programa, mas não tem pessoal.

Então, parabeno V. Exa. e concordo plenamente com a aprovação desse item.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS)
– Senador Acir, só uma dúvida: essa subcomissão é temporária, mas o seu requerimento não menciona prazo. Eu tenho uma sugestão.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – O prazo é o regimental.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS)
– São três regimentais. Eu sugeriria o final desta sessão legislativa...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Pois não, seria bom.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS)
– ... para que, no fim do ano... Porque, se deixar *ad aeternum*, como está no inciso I, a gente não caminha. Acho que celeridade é essencial. Então, essa é uma pressão para nós mesmos.

Pode ser?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Concordo plenamente, até o final deste ano.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Sim, aprovar esse requerimento com esse aditivo.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Muito bem.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS)
– Vamos colocar em votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam mantenham-se silentes. (*Pausa.*)
Requerimento aprovado com o aditivo do inciso III.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. *Fora do microfone.*) – Há mais alguma coisa para deliberar?

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS)
– Há o item 4.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Vamos deliberar?

Depois, V. Exa. me passa a palavra, por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS)
– Há mais uma deliberação.

O senhor precisa se ausentar?

(*Intervenção fora do microfone.*)





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS)
– O próximo item da pauta trata sobre um ciclo de palestras, que é uma proposta do Senador Heinze.

Vai manter o requerimento, Senador, *ipsis litteris*?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim.

É só o seguinte: não é uma palestra, mas sim uma audiência pública – está mal colocado aqui – durante a Expodireto, uma grande feira que nós temos, uma das maiores do Brasil, no Rio Grande do Sul, para debater justamente o crédito rural.

Eu trouxe aqui para incluirmos junto... Eu faria uma audiência no Rio Grande do Sul, com as entidades de lá, e proporia fazer a mesma audiência, o mais rápido possível – aqui está marcado para o dia 15 de março –, em Não-Me-Toque. Eu queria convidar os Srs. Senadores e Senadoras que pudessem estar presentes, porque é um grande evento a Expodireto Cotrijal.

E gostaria também, nesse mesmo requerimento, que, um pouco antes, nós fizéssemos esse debate aqui na Comissão.

Estou acrescentando um segundo requerimento para fazer essa audiência pública para discutirmos o crédito rural da safra de 2019/2020, convidando o Ministério da Agricultura, o Ministério da Economia e mais as entidades que representam os produtores, a CNA, a Contag, a OCB, a Aprosoja, a Abrapa. Por que convidar essas entidades? Porque eles estão preparando o Plano Safra, colegas Senadores e Senadoras, e acho que esta Casa teria que debater esse tema, que está sendo discutido só dentro do Ministério da Agricultura com o Governo. Acho que nós tínhamos de participar desse debate, porque, daqui a pouco, já vão lançar o Plano Safra, e nós não o discutimos.

O Senador Jayme Campos colocou aqui a questão da agricultura familiar. O.k., temos que discutir como fica o recurso para a agricultura familiar. Nesse ano passado, nessa safra atual, Senador, foi algo em torno de R\$180 bilhões para a agricultura empresarial e de R\$40 bilhões, R\$50 bilhões, para a agricultura familiar. O dinheiro foi gasto: R\$220 bilhões, R\$230 bilhões.

Então, como vai ser o recurso para a safra que vem? O Ministro Paulo Guedes falou: "Nós vamos acabar com os juros do crédito rural". Não, nós temos que ver isso. Acho que nós pagamos um juro muito alto, 6%, 7%, 8%, o que está acima da inflação, fora os penduricalhos que os bancos nos cobram. Um produtor vai a uma agência e tem que comprar um seguro, tem que comprar um Ourocap, oferecido pelo gerente. E não é culpa do gerente; a direção do banco impõe. Isso vale para o Banco do Brasil, vale para a Caixa Federal, vale para o Bradesco e para qualquer banco. Essa é uma regra que a direção cobra. Daqui a poucos, esses juros de 6% ou de 7% custam 12%, 13%, 14%. Então, acho que nós temos de discutir isso.

Eu queria, Sra. Presidente, que fosse autorizada uma audiência pública desta Comissão na Expodireto, no dia 15. A exposição começa numa segunda-feira e termina numa sexta-feira. Então, esse é o dia certo.

Eu gostaria ainda que a Comissão deliberasse esse segundo requerimento, para que pudéssemos tratar de uma data com certa rapidez, em função do fato de que a Ministra Tereza Cristina já está discutindo com o Ministro Paulo Guedes o Plano Safra 2019/2020. Acho que seria muito importante nós trazermos aqui as entidades que representam os produtores, grandes e pequenos, e também as cooperativas para discutir com as seguradoras, com os bancos e com o Governo como fica o crédito rural para a safra 2019/2020. Esse seria o debate que nesta Comissão nós faríamos.

Essa é a proposta que eu deixo para os colegas Senadores e Senadoras.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Senador, então, uma questão é o ciclo de palestras de Não-Me-Toque. É um e outro.

Eu entendo que isso seja extremamente salutar, acho importantíssimo, mas eu queria trazer um item para os senhores para que nós possamos, a partir de agora, pensar um pouco e tentar otimizar os custos dessas reuniões.

Eu pedi um levantamento: se a CRA não foi a Comissão que mais gastou nos últimos anos, foi uma das que mais gastou. Então, que nós, antes de pensarmos em qualquer requerimento – peço desculpas a V. Exas. por tratar de um assunto como esse, mas isso tem que ser colocado em pauta –, trabalhemos de maneira a não elevar os gastos dessa forma. Isso vai cair nos nossos ombros. Em relação a isso, eu só gostaria de dar esse toque. Eu pedi o levantamento: a CRA é uma das que mais gasta. Então, nós temos que trazer isso para a transparência, o que é de extrema relevância, ainda mais agora, no início da Legislatura. É de extrema relevância, porque aqui só há questões importantíssimas, que estão em voga. Então, vou ler para a gente colocar em votação. Eu só queria dar esse toque.

É o item 4, que trata do Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 4, de 2019: "Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Ciclo de Palestras e Debates, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal [...]".

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Peço para trocar, Sra. Presidente, e colocar a expressão "audiência pública", e não "ciclo de palestras". É uma audiência pública.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – É realização de audiência.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim, porque isso foi mal colocado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Então, vou retornar: "Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, com transmissão ao vivo pela TV Senado [...]". (*Pausa.*)

Há uma questão regimental técnica, Senador, para a qual estão me alertando: a expressão "audiência pública", tecnicamente, é usada só aqui dentro. Qual seria o termo para substituir? (*Pausa.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Peço a palavra para uma questão de ordem, Sra. Presidente. Permite-me o nosso ilustre...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Com a palavra V. Exa.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Não é pela ordem, é questão de ordem, por favor. Vamos separar as coisas.

Eu desconheço isso. Se V. Exa., como Presidente da Comissão, faz uma proposta para o Plenário em relação às audiências públicas, seja no Rio Grande do Sul, seja em Mato Grosso, a Presidência tem essa prerrogativa, tem o poder discricionário para colocar isso na pauta. Aí nós aprovamos aqui. Eu acho, em que pese V. Exa. estar preocupada com os custos que eventualmente deverá haver, que isso é insignificante pela importância, pelo tamanho do canhão que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária tem no contexto nacional. Acho que é, sim, significativo tudo isto aqui.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Peço desculpas à nossa assessoria, mas não há nenhum impedimento regimental – pode-se consultar o Regimento Interno da nossa Comissão aqui – à realização de audiência pública externa. Audiência interna aqui é quase de praxe, é ato contínuo.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS)
– É nomenclatura apenas. Será?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – É questão de entendimento, talvez, pela assessoria. Se me permitem, com todo o respeito, V. Sas. façam uma consulta melhor. Não há nenhum impedimento. Agora, a proposta do Senador Heinze é meritória na medida em que está propondo essa audiência pública para discutirmos a questão do crédito rural para o ano de 2019.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS)
– Foi isto que eu disse: é de extrema relevância.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Luis Carlos, V. Exa. disse aqui que aqueles R\$180 bilhões estão previstos. A bem da verdade, não chegam a ser liberados no ano esses R\$180 bilhões.

No Brasil hoje, nossa Presidente, talvez 70% a 80% sejam financiados pelas *tradings*. Vamos ser honestos aqui. O Banco do Brasil saiu quase dessa área de atuação, e lamentavelmente as *tradings* têm explorado os pequenos e médios produtores. Aqueles que têm 2,5 mil, 3 mil hectares, são vítimas de um processo. Vamos ser honestos.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS)
– Com certeza.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Quem conhece bem a matéria sabe que eles são vítimas. Estão bombando de ganhar dinheiro no Brasil. Vocês podem reparar.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS)
– Sabemos disso, Senador. Está correto.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – A senhora percebe, é inteligente, faça um diagnóstico e veja. Então, é fundamental essa matéria. Que sejam feitas essas audiências públicas! E não há nenhum impedimento legal regimentalmente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS)
– Foi apenas uma questão de nomenclatura. Acho que não muda nem o cerne...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Eu só discordo quando fala que há impedimento. O Acir Gurgacz fez audiências no Brasil todo.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Quero colaborar, Sra. Presidente.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Desculpe minha opinião aqui, mas, do ponto de vista regimental, não há nenhum impedimento legal.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS)
– Não há nenhum problema. Mas, de repente, a gente está levantando uma discussão desnecessária, porque é só uma questão de nomenclatura.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Mas ela é uma discussão importante, Presidente, pelo seguinte: a audiência pública, para ser realizada, necessita uma quantidade mínima de Senadores para a abertura e também para a deliberação. Por isso, uma audiência pública externa teria a necessidade, Luis, de ter uma quantidade mínima de Senadores para ser realizada. Por isso, então, quando eu tive o prazer de ser Presidente





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

desta Comissão, nós criamos esse nome "ciclo de palestras e debates", para que nós pudéssemos fazer as palestras sem haver o número mínimo de Senadores.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sem problema, está resolvido.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – É só para que V. Exa. entenda...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sem problema!

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Se houver audiência pública, têm de estar presentes dois, três ou quatro Senadores para poder abrir a reunião.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – É claro!

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – E aí, sim, isso traz um transtorno para quem quer fazer esse evento, como é o caso de Não-Me-Toque, onde já fizemos. Todos os anos nós fazemos a realização não de audiência pública mas sim do...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Está fechado, o.k.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – ... que a gente chama de "ciclo de palestras e debates", porque, com isso, não há a necessidade de haver a quantidade mínima de Senadores presentes. Aí quem faz a propositura preside, realiza esse evento sem nenhum problema. Então, é feita a transmissão ao vivo pela TV Senado, desde que no Estado... A TV Senado não tem *link* para se deslocar. Quem propõe esse evento no Estado realiza e faz, como foi feito sempre em Não-Me-Toque, ao vivo sempre pela TV Senado, e quem organiza é o Estado para que nós possamos fazer a transmissão ao vivo pela TV Senado.

Então, a minha sugestão é não colocar audiência pública, mas sim ciclo de palestras e debates, porque aí há uma facilidade muito maior para realizar todos esses eventos, que são vários, todos eles importantes para mostrar ao Brasil o que acontece em Não-Me-Toque, o que acontece em Ji-Paraná, o que acontece em Esteio, o que acontece em cada Estado no momento oportuno, nas realizações dos seus eventos.

Obrigado.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Está acertado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – O.k.! Então, vou retomar com ciclo de palestras.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O Acir é cristão batizado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Trata-se do Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 4, de 2019:

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Ciclo de Palestras e Debates no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, com transmissão ao vivo pela TV Senado, no dia 15 de março de 2019, a partir das 14 horas, durante a 20ª edição da Expodireto Cotrijal, uma das principais feiras de tecnologia do País, que ocorre de 11 a 15 daquele mês, no Município de Não-Me-Toque, Estado do Rio Grande do Sul.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O evento tem por objetivo debater o crédito rural, o seguro agrícola e as perspectivas para o setor produtivo, com o novo Governo. Para esse importante debate, sugiro que sejam convidadas as seguintes autoridades e entidades, entre outras que possam ser sugeridas por este Plenário:

1. Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina;
2. Secretário de Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, Covatti Filho;
3. Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul), Gedeão Silveira Pereira;
4. Presidente da Federação das Associações dos Arrozeiros do Rio Grande do Sul (Federarroz), Henrique Dornelles;
5. Presidente da Federação das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul (Fecoergs), Paulo Cezar Vieira Pires;
6. Vice-Presidente da Aprosoja Brasil, Jair Dutra Rodrigues;
7. Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (Fetag/RS);
8. Diretora da Essor Seguros S/A, Laura Emília Dias Neves;
9. Diretor da Empresa de Planejamento e Assistência Técnica de Ibirubá Ltda. (Epagre), Elmar Konrad;
10. Presidente da Associação das Empresas Cerealistas do Estado do Rio Grande do Sul (Acergs), Vicente Roberto Barbiero;
11. Presidente da Associação das Revenas de Agroquímicos de Ijuí, Juarez Neme da Costa.

ITEM 4
REQUERIMENTO Nº 4, de 2019
- Não terminativo -

Requer a realização de Ciclo de Palestras, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, no dia 15 de março do corrente ano, às 14 horas, durante a 20ª Expedireto Cotrijal, no Município de Não-Me-Toque, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Senador Luis Carlos Heinze

Concedo a palavra ao Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para encaminhar.) – Seria, então, um ciclo de palestras, na linha do que o Senador Acir Gurgacz colocou, e eu aceito. É o termo mais próprio. Já faziam isso no mandato passado, e nós faremos dessa forma, porque facilita o processo. E só terá o custo da televisão, porque cada Senador se vira por conta própria, sem problema. Quem quiser ir até lá não tem problema, não há custo nenhum. Eu já vou estar no Estado, e para mim não é problema. Os colegas que vierem, com o maior prazer nós os receberemos lá.

Nessa feira, estará o General Mourão, na abertura. A Ministra Tereza Cristina já confirmou também presença na abertura. O Ministro Onyx Lorenzoni, o General Pujol, enfim, há um grupo de autoridades que vão estar lá. E os aviões facilitam para quem quiser estar presente poder acompanhar.

(Intervenção fora do microfone.)





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Pois é, casualmente, não é, Berger? (*Risos.*)

Eu aproveito também para pedir que, na sequência, se nós aprovarmos esse requerimento, V. Exa. coloque em votação o segundo requerimento, para fazermos audiência pública aqui com as entidades nacionais. Ali são entidades estaduais. Seguramente, cada Senador fará no seu Estado, quando houver algum evento dessa grandeza nos Estados dos colegas Senadores.

Então, eu colocaria esse primeiro caso e pediria que V. Exa. colocasse o meu segundo requerimento em apreciação, depois de aprovarmos este aqui. O.k.?

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – O.k.!

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Requerimento aprovado. (*Pausa.*)

Então, vamos colocar em votação... Até vou fazer uma sugestão, Senador, em respeito a V. Exa., porque a gente não havia discutido antes sobre a forma de deliberação aqui: vou já colocar em pauta o do senhor.

Trata-se do Requerimento nº 5, de 2019, que requer a realização de audiência pública para debater o crédito rural e o seguro agrícola:

Requeiro, com fundamento no inciso II do art. 93 do Regime Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal destinada a debater o tema "Crédito rural e seguro agrícola", com a presença dos seguintes convidados, entre outros que possam ser sugeridos por este Plenário:

1. Ministra de Estado da Agricultura Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina;
2. Ministro de Estado da Economia, Paulo Guedes;
3. Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA;
4. Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB;
5. Associação Brasileira dos Produtores de Algodão – Abrapa;
6. Federação das Associações dos Arrozeiros do Rio Grande do Sul – Federarroz;
7. União da Indústria da Cana-de-Açúcar – Unica;
8. Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag;
9. Associação Brasileira dos Produtores de Soja – Aprosoja.

ITEM 5
REQUERIMENTO Nº 5, de 2019
- Não terminativo -

Requer, com fundamento no inciso II, do art. 93, do Regime Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, destinada a debater o tema: crédito rural e seguro agrícola, com a presença dos seguintes convidados:

1. Representante do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA);
2. Representante do Ministério da Economia;
3. Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA;
4. Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB;





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

5. *Associação Brasileira dos Produtores de Algodão – Abrapa;*
6. *Federação das Associações dos Arrozeiros do Rio Grande do Sul – Federarroz;*
7. *União da Indústria da Cana-de-Açúcar – Unica;*
8. *Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag;*
9. *Associação Brasileira dos Produtores de Soja – Aprosoja.*

Autoria: Senador Luis Carlos Heinze

Concedo a palavra a V. Exa., para encaminhamento.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para encaminhar.) – Na linha do que já falei, acho que é importante que esta Comissão debata o futuro da safra 2019/2020.

Então, são essas as autoridades – pode haver mais alguém, se puderem sugerir –, para que a gente possa fazer o debate sobre a agricultura empresarial e a agricultura familiar.

Nesse sentido, a minha preocupação maior é relativa às taxas de juros que estamos pagando neste momento para a safra 2018/2019 e à forma como isso está sendo proposto para a safra 2019/2020. Acho que é importante os Senadores participarem desse debate.

O próprio seguro agrícola tem um novo desenho; a gente sabe que foi ao redor de R\$400 milhões. O volume de seguro do ano passado é muito aquém da necessidade.

Então, o Brasil está gastando R\$5 bilhões, R\$6 bilhões, com subvenção do crédito rural, com o juro, por exemplo. Poderia migrar uma parte desse recurso para o seguro agrícola, dando segurança para o produtor de leite – hoje, há mais de um milhão de famílias no Brasil sem garantia –, de arroz, no Sul do País; de trigo, no Sul do País. Então, algumas atividades são importantes, e cada setor em cada Estado tem a sua especificidade, que a gente pode debater.

Acho que seria importante debater a agricultura do Norte, que é menor; a do Centro-Oeste, que é a maior do País hoje; a do Sul; a do Sudeste; a do Nordeste. Que nós pudéssemos fazer esse debate aqui nesta Comissão!

Que as entidades de classe tragam de cada região do País a questão dos grãos, frutas, fibras, lácteos, carnes! Que a gente possa fazer esse debate nesta Comissão, com as contribuições sobre as quais nós Senadores já conversamos!

Chamo a atenção dos colegas Parlamentares aqui: é preciso juntarmos as forças da Comissão de Agricultura do Senado, da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados e da própria Frente Parlamentar da Agricultura, para ajudarmos a Ministra Tereza Cristina no embate que terá com a área econômica. A gente sabe da pressão muito forte que há da área econômica neste momento, querendo aumentar as taxas de juros, dizendo que a agricultura tem juros de mercado. Esquece! Nós não temos condições hoje pela pesada carga tributária que nós já pagamos.

Vou falar de novo sobre esse assunto e vou repetir tantas vezes quantas forem necessárias: por um saco de arroz, Senador Jayme Campos, ex-Governador, pagam-se 30% – o Senador Berger, de Santa Catarina, sabe disso, porque lá se planta arroz –; por um litro de leite, 31%, dentro da porteira; por um saco de soja, 27%. Um trator que hoje nós compramos e que é fabricado no Rio Grande do Sul ou no Paraná é vendido na Argentina e no Uruguai 27% mais barato do que nós pagamos a um produtor aqui no Brasil. Os defensivos são mais baratos lá, os fertilizantes são mais baratos lá. Pelo diesel da Petrobras vendido para o Uruguai, para a Argentina, para o Paraguai, ao chegar lá, um produtor paga mais barato do que nós pagamos aqui. Esse é outro debate; trata-se do Mercosul.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Mas o que eu quero trazer neste momento é o crédito rural: como fica? Sei – o Senador Jayme fala bem – que hoje mais de 60% da agricultura brasileira é financiada pelas cooperativas, pelas cerealistas, pelas indústrias, pelas três.

Enfim, esse é um debate que nós temos que fazer nesta Comissão. E a proposta que eu faço, se os colegas Senadores e Senadores nos apoiarem, é que a gente possa fazer esse debate aqui na Comissão.

Obrigado.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Peço a palavra para debater, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Senador Lucas...

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP. Para discutir.) – Eu também quero contribuir, Sra. Presidente, além de cumprimentar V. Exa. pela brilhante condução da Presidência desta Comissão.

Nós estamos falando de crédito, mas nós temos que falar de todos os créditos também.

O Amapá tem um ativo ambiental, ou seja, 97% das nossas florestas primárias estão preservadas. Aí o Amapá quer saber: se nós continuamos preservando essas florestas, vão nos compensar ambientalmente? Nós estamos esperando essa compensação faz muitos anos. Todos os Estados se desenvolveram. Quanto o Rio Grande do Sul desmatou? Quanto o Mato Grosso desmatou? Eles fizeram seu desenvolvimento, mas o Amapá fez o dever de casa, ou seja, nós conservamos, preservamos, temos proporcionalmente a maior área de preservação imposta pelo Governo Federal.

Então, nós queremos saber se pode haver algum financiamento específico principalmente para lá, para a Amazônia, para o Amapá. Aqui eu falo do Amapá sempre, porque é o nosso Estado. Nós fizemos o dever de casa. Então, esse financiamento... Por que não pedirmos também à Ministra da Agricultura para que possa criar um fundo de aval para os nossos agricultores de lá que não têm ainda a regularização fundiária? Só que lá nós não produzimos nada; nós somos exportadores de real ainda. De R\$10 que entram no Estado, R\$7 são do Governo Federal. Então, essa é a minha missão aqui.

Quero registrar também, Sra. Presidente, Senadora, a presença do meu amigo, o Deputado Estadual Jesus Pontes, Presidente da associação dos criadores do Amapá, e falar dos criadores lá da pecuária de búfalo, de gado comum, que também têm muitos problemas. Por exemplo, lá há fazendeiros que têm títulos de domínio, documentos de quando o Amapá era Pará que têm 100 anos, 120 anos. Foram criadas reservas em cima dessas áreas, e os documentos não valem, não compensam, não indenizam, não pagam. Então, é um conflito muito grande.

Eu queria pedir o apoio de V. Exa. Vou fazer o requerimento para que possamos discutir esses problemas do Amapá, porque o Amapá é a última fronteira da Amazônia, é o meio do mundo.

Obrigado, Sra. Presidente.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Com a palavra o Senador Acir.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Para contribuir novamente, Sra. Presidente.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Em relação a essa audiência pública, acho-a da maior importância, mas me parece que, quando nós convidamos ministros, nós não deveríamos convidar outras pessoas se não forem ministros. Não sei se é regimental, talvez seja, mas, quando nós convidamos ministros para virem participar de audiências públicas, nós não deveríamos ou não podemos... Não sei se é regimental. Mas apenas os ministros.

Seria de importância grande termos aqui a Ministra da Agricultura e também o Ministro da Economia, mas somente os dois para que nós possamos fazer esse debate e não trazer outros convidados para compor a Mesa.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Mesmo em Mesas separadas. O que o senhor acha?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Em Mesas separadas... As pessoas viriam para cá para ouvir e assistir ao debate e à palestra, à audiência pública. Eu entendo, Senador Luis Carlos Heinze... Não sei se é regimental, mas me parece que, quando convidamos ministros, nós não podemos colocar na Mesa outros convidados. Para assistir, evidentemente, é muito importante a vinda, mas, para fazer a explanação, para fazer o debate, apenas os ministros participariam, porque aí teríamos uma importância muito maior. Daríamos o espaço aos ministros, não só para as suas colocações, mas também para interagirmos com uma eficiência muito maior com os ministros, e não com os outros convidados, que, claro, fariam parte aqui junto conosco.

Muito obrigado, Presidente. Só para contribuir.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Presidente, deixa-me só fazer um comentário.

Senador Acir...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Vamos deliberar "sim" ou "não".

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Neste momento, Senador Acir, o assunto está sendo discutido, e quem conduz esse assunto no Ministério da Agricultura é a Secretaria de Política Agrícola. Eu ficaria satisfeito se o Secretário viesse aqui. E da mesma forma a Secretaria de Assuntos Econômicos do Ministro da Economia.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO. *Fora do microfone.*) – Nem o Ministro?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não, porque... Dessa forma, para debater com as entidades. Essa questão do Ministro é numa segunda etapa, porque eles estão formatando o plano, e nem o Ministro vai ter esse dado. E teremos dificuldades de, em um prazo curto, trazer... A Tereza até seria mais fácil, mas o Ministro da Economia seria mais complicado. Então, a ideia é debater...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – O requerimento falava do Ministro.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – O senhor tem razão. O rito para ministros é diferente. É diferente. O senhor tem razão.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu sei, mas...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Ou a gente troca por representantes dos ministérios... Mas eu acho que seria interessante ouvir os ministros.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Porque normalmente a gente convida, e ele indica alguém que o represente. Sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – O ministro indica alguém?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – O senhor deseja a palavra, Senador? Não? *(Pausa.)*

Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Requerimento aprovado.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – V. Exa. me concede a palavra?

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Sim, V. Exa. tem a palavra, Senador.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Preliminarmente, quero cumprimentar V. Exa. pela direção dos trabalhos da Comissão.

Esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária exerce um papel fundamental nos destinos da Nação brasileira e, por isso, quero aqui, nesta primeira reunião da Comissão, tecer alguns comentários a respeito do agronegócio nacional e, sobretudo, catarinense.

Todos nós sabemos da importância que o agronegócio tem para o nosso País, isso é indiscutível. O setor, hoje, se caracteriza como moderno, eficiente, competitivo, próspero, seguro, rentável e responsável pela integração de diversos setores da economia brasileira que estão diretamente ligados ao agronegócio.

O mais importante disso tudo são alguns dados que, acho, merecem relevância.

O primeiro deles: em 2010, nós, o Brasil dos brasileiros, ultrapassamos o Canadá e nos transformamos no terceiro maior produtor e exportador agrícola do mundo, atrás, portanto, somente de duas grandes potências mundiais, os Estados Unidos e a União Europeia; somos os maiores produtores mundiais de cana-de-açúcar, de café e de laranja; estamos em segundo lugar na produção de soja, de fumo, de carne bovina e na terceira posição como produtores de milho. Em 2017, mesmo diante da grande turbulência que enfrentamos nos cenários político, econômico e social, o agronegócio foi responsável por 23%, mesmo assim, do PIB brasileiro. O agronegócio foi o principal gerador de postos de trabalho quando essa crise... Além da crise, mas, quando da crise... E o Brasil só não caiu, só não afundou, exatamente pelo agronegócio.

Bem, resumindo, Sra. Presidente, volto a repetir que o agronegócio exerce um papel estratégico no desenvolvimento econômico e social do País. Ele responde por praticamente um quarto do Produto Interno Bruto. Olhem só: 25% de tudo da nossa riqueza, de tudo o que é produzido no Brasil, está relacionado ao agronegócio. Esses dados precisam ser atualizados, mas em torno de um quarto do PIB brasileiro é de responsabilidade do agronegócio. Sobre tudo, 40%... Olhem só... Aliás, mais de 40% de todas as exportações brasileiras são de responsabilidade do agronegócio, e também cerca de 30% da força de trabalho é responsabilidade do agronegócio.

Pois muito bem, faço um paralelo com Santa Catarina, que tem tudo a ver com o agronegócio.

Santa Catarina também é um Estado moderno, eficiente, competitivo, próspero, seguro e responsável por uma cadeia extraordinária de atividades relacionadas ao agronegócio. Possui





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

apenas um pouquinho mais do que 1% do Território nacional e se caracteriza como a quinta economia do País, o quinto produtor de alimentos. Sua economia é forte e diversificada.

A agricultura é uma das características principais do nosso Estado. E, sobretudo, as nossas propriedades se caracterizam por serem pequenas propriedades. Então, a reforma agrária, que faz parte, inclusive, da nomenclatura da nossa Comissão, já foi, de certa forma, realizada durante muito tempo em Santa Catarina, o que faz com que ela seja eficiente e competitiva no cenário nacional e no cenário internacional. Essas propriedades são responsáveis por cerca de 70% do agronegócio catarinense, essas pequenas propriedades. E isso tem tudo a ver também com o que nós discutimos hoje aqui, a questão da regularização fundiária etc. e tal.

Em Santa Catarina, evidentemente, no agronegócio, na agricultura, o interior do Estado está muito mais avançado nesse quesito. E nós somos o maior produtor de carne suína do Brasil, o maior produtor de pescado, o terceiro maior produtor em abate de frangos, o maior produtor de cebola e de maçã e o segundo maior produtor de arroz, alho e fumo. Então, na verdade, Santa Catarina está na vanguarda, vamos dizer assim, do agronegócio. Por isso, tenho muito prazer de continuar fazendo parte desta Comissão.

Para finalizar, digo que, em Santa Catarina, o agronegócio responde por cerca de 20% do Produto Interno Bruto do Estado e por quase 10% de suas exportações. Assim, cabe-me refletir a respeito da importância e do papel que o agronegócio representa não só para Santa Catarina, mas para o Brasil.

Os dados aqui demonstram que, talvez, esta seja uma das mais importantes Comissões que nós temos no Senado Federal. E ela precisa ter uma dinâmica própria, para que nós possamos atingir nossos objetivos.

Portanto, um plano de desenvolvimento de uma política agrícola seria extremamente fundamental. Aliás, há muito tempo, não vejo o Brasil falar em plano, em projeto. Qual é o plano de desenvolvimento nacional que existe no Brasil? Qual é o plano de desenvolvimento regional que existe no Brasil? Qual é o plano de desenvolvimento do nosso agronegócio que existe no Brasil? O que nós planejamos para o Brasil, para o agronegócio ou até para a indústria em termos de governo para as próximas gerações, vamos dizer assim? Não existe isso. Nós estamos sempre combatendo as consequências, e não combatendo as causas. Nós precisamos inverter essa lógica. E essa lógica só será invertida com planejamento estratégico, com posições firmes, com um horizonte a ser atingido, com um plano de metas, com uma avaliação periódica e permanente, coisa que nós não vemos no País de hoje.

O Brasil foi, é – e espero que não continue sendo – o país do improviso, o país em que a gente vai correndo sempre atrás do problema, sempre atrás da máquina. Nós temos de nos antecipar e correr na frente da máquina, temos de ser o protagonista da construção de um novo país, de um país mais moderno e eficiente, onde nós possamos diminuir as desigualdades sociais, que são múltiplas.

Por isso, nós estamos vivendo essa crise de segurança extraordinária, sem controle. E não vai ser com polícia, com Exército, com intervenção que nós vamos resolver o problema da segurança no Brasil, mas sim com oportunidade de emprego para a população brasileira, com políticas de desenvolvimento regional, de inclusão social, de desenvolvimento econômico, com uma política de preservação ambiental. Que seja destravada essa economia de tal forma que as pessoas possam produzir, gerar empregos e construir um novo Brasil.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS)
– Com a palavra o Senador Lucas.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Só para finalizar, quero registrar também a presença do nosso Secretário de Desenvolvimento Rural, que está aqui – teremos uma reunião no Ministério da Agricultura hoje –, José Renato Ribeiro; e aqui, ao meu lado, o nosso Deputado Estadual que faz essa frente parlamentar lá do Estado em defesa da agropecuária, da agricultura. Que a senhora possa registrar.

Aproveito para falar que esse planejamento é o que nós sonhamos no Amapá. Nós sonhamos em planejar uma safra de 2019. Nunca tivemos. Nós não conseguimos. Os assentamentos que foram feitos lá, do planejamento do Incra, são a 400km, 500km do centro consumidor. Só 11% da população do meu Estado está no interior, em áreas fora das áreas urbanas. Então, é muito pouco para um Estado da dimensão que tem o Amapá.

Porém, o Amapá é o novo, é a última fronteira a ser aberta para a agricultura. Nós temos muito pouco lá para plantar, mas esse pouco o povo do Amapá, os agricultores querem produzir com segurança e em paz, sem perseguição só porque nós somos da Amazônia e do Estado mais preservado do mundo. Então, os outros Estados que são produtores, se não querem que nós plantemos, que nos compensem. Essa é uma compensação que nós esperamos a vida toda e não tivemos, então agora vamos ter que desenvolver a agricultura lá. E esta Comissão, de que faço parte, sob a Presidência de V. Exa., com certeza nos dará essa oportunidade. Já recebi o apoio do Senador Luis Carlos, do Rio Grande do Sul, que se colocou à disposição, e eu conto realmente com esse apoio para que o Amapá possa se desenvolver e os nossos agricultores possam ter um futuro melhor e feliz.

Obrigado, Presidente. Parabéns pela condução.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Obrigada.

Daí a importância de nós caminharmos unidos com o meio ambiente. Chegou a hora de parar de demonizar o produtor rural; de trazer esse assunto à baila e unir o produtor com aquele... As pessoas acham que não há como produzir e preservar o meio ambiente. Não; vou falar sempre, vou repetir sempre que ninguém é mais interessado em preservar o meio ambiente do que o próprio produtor rural. Eu conheço produtores rurais que não estão conseguindo mais produzir – plantação de maçã, acho que no Paraná – por conta da extração de xisto, aquele problema grave do *fracking*, que nós vamos ter que enfrentar. É isso. Então, essa harmonia a gente vai ter que desenvolver este ano. O que tentaram afastar nós vamos unir, tenho certeza disso.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Para complementar, só para a senhora ter ideia, na Amazônia, lá no Amapá, numa tentativa vã de impedir o plantio de soja, houve uma lei de meio ambiente que impedia o plantio de plantas exóticas, ou seja, generalizaram. Nós não poderíamos nem plantar frutas, como mamão, abacaxi, que são frutas tropicais, mas são exóticas. Queriam nos impedir até disso, mas nós conseguimos reverter, fazendo emendas no projeto.

É a este ponto que nós queremos chegar: é possível, sim, produzir preservando o meio ambiente. Entendo que a coisa mais importante que existe no meio ambiente é o homem.

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Acrescento que o problema é que existe sempre plano de governo, e não plano de Estado. Cada governo que entra tem seu plano. Eu acabei de ver que, lá na China, o plano deles para a abertura do mercado foi um projeto de 40 anos. E olhem quem é a China. Então, o problema





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

nosso é que, de quatro em quatro anos, tem que mudar tudo, e o outro não segue o que é bom do outro governo.

Dando sequência, eu gostaria que nós deliberássemos para definir estratégias e diretrizes desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e selecionar a política pública, agora, nesta segunda parte da nossa reunião. Eu vou dar opiniões e ideias e gostaria da participação dos senhores.

A primeira questão, foi uma ideia da secretaria, para que não tenhamos requerimentos de última na hora, nos quais não conseguimos pensar e sobre eles raciocinar, seria interessante que eles fossem lidos num dia e deliberadas na próxima reunião. Então, eu vou ler e gostaria da opinião dos senhores.

Ato nº 1 da Mesa. Disciplina o processo de apresentação e votação de Requerimentos no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal resolve:

Art. 1º Este Ato disciplina o processo de apresentação e votação de requerimentos no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Art. 2º Perante a Comissão, a apresentação de requerimento será feita apenas por seus membros.

Art. 3º O requerimento será lido pelo Presidente da Comissão:

I - na reunião em que for apresentado; ou

II - na reunião posterior à data de sua apresentação na Secretaria da Comissão.

§1º O requerimento só será lido na presença do autor, o primeiro signatário (artigos 242 e 243 do RISF).

§2º Após a leitura do requerimento, a Secretaria da Comissão providenciará seu registro e numeração. [Daí, então, ele se tornará público.]

Art. 4º A votação do requerimento ocorrerá a partir da reunião seguinte àquela em que foi lido.

Art. 5º [Para que tenhamos alguma flexibilidade em temas de urgência.] Nos termos do artigo 89, inciso I, do RISF, esta Presidência poderá, excepcionalmente, ordenar o procedimento supraestabelecido de maneira diversa conforme conveniência da situação.

Art. 6º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Gostaria de submeter à opinião dos senhores. (*Pausa.*)

Aprovado, então, este Ato nº 1, de 2019.

Agora, para que possamos debater sobre políticas públicas.

Nos termos do art. 96-B do Regimento Interno desta Casa, as comissões permanentes avaliam, anualmente e no âmbito de sua competência, políticas públicas desenvolvidas pelo Poder Executivo.

A Consultoria Legislativa apurou sugestões de temas pertinentes a esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, as quais submeto ao conhecimento de V. Exas. para discussão.

Todos os temas, na minha opinião, são relevantes – foram apresentados mais de três –, e eu destaquei três. Disseram-me também que seria bom apenas discutirmos um, mas eu acho que não vai ser possível.

Eu destaquei, como primeira sugestão: questões fundiárias. Mesmo havendo uma subcomissão, eu acho que esta Comissão precisa discutir esse tema.

Número dois: questões econômicas. Eu acho imprescindível.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Número três: uma questão que eu acho que está atrelada às questões econômicas, que são as questões de comércio internacional – poderia até ser um subitem dessa questão econômica.

Então, decididos esses temas de grande relevância, solicito a V. Exas. que enviem à Secretaria desta Comissão sugestões de políticas públicas em vigor dentro dessas áreas temáticas para que selecionemos, na próxima reunião, de forma colegiada, uma política pública ou duas a serem avaliadas pela Comissão durante este ano de 2019.

A sugestão poderá ser enviada até o dia 26, terça-feira que vem, para a Secretaria da CRA, pelo e-mail: cra@senado.leg.br.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião de hoje.

(Iniciada às 11 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 38 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE FEVEREIRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às dezoito horas e vinte e sete minutos do dia treze de fevereiro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Senadores Rodrigo Cunha e Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Mara Gabrilli, Izalci Lucas, Jorge Kajuru, Cid Gomes, Eliziane Gama, Paulo Rocha, Rogério Carvalho, Angelo Coronel, Carlos Viana, Jorginho Mello, Rose de Freitas, Selma Arruda e Major Olimpio. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, José Maranhão, Marcio Bittar, Eduardo Girão, Weverton, Humberto Costa, Telmário Mota e Rodrigo Pacheco. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Instalação e Eleição.** **Finalidade:** Reunião destinada a instalar os trabalhos e eleger Presidente e Vice-Presidente da CTFC - Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor - para o biênio 2019-2020. **Resultado:** Reunida a Comissão nesta data, foi eleito Presidente desta Comissão, por aclamação, o Senador Rodrigo Cunha, para o biênio 2019-2020. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor nº 1, de 2019** que: "Requer a convocação do Presidente da Vale para prestar esclarecimentos a essa Comissão sobre as construções e fiscalização relativos aos projetos de contenção de resíduos." **Autoria:** Senadores Rodrigo Cunha, Rose de Freitas, Mara Gabrilli e Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e cinquenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Rodrigo Cunha

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Há número regimental – esta Comissão é composta por 17 Srs. Senadores e Senadoras; o número regimental para abertura seria de nove Senadores e nós temos o quórum de onze –, portanto, eu declaro aberta esta 1ª Reunião da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião tem como finalidade fazer a eleição do Presidente e do Vice-Presidente Comissão. Ainda não temos o nome do Vice-Presidente, mas não há absolutamente nenhuma contradição em se fazer a eleição do Presidente e, posteriormente, a do Vice-Presidente. Portanto, nós podemos seguir em frente.

Só há uma chapa inscrita, liderada pelo nobre Senador Rodrigo Cunha, do Estado de Alagoas. Só ele registrou a candidatura. Portanto, não vejo objeção para se fazer a eleição por aclamação. No entanto, consulto às Sras. e aos Srs. Senadores se concordam com que se faça eleição por aclamação.

Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente, eu já fui vencido por V. Exa. Eu estava começando a presidir, mas, como o senhor é mais idoso, eu cedi, tem todo meu respeito.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Com muito prazer.

Lá no Sertão da Bahia, Senador...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Tem todo meu respeito...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Dê-me um aparte. *(Risos.)*

No Sertão da Bahia, na roça, onde eu nasci, meu avô disse o seguinte: "Quem a velho não chega de novo não passa". Eu tenho 71 anos de muito vigor, muito compromisso com meu o meu Estado e com o Brasil. *(Risos.)*

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente o anúncio da proclamação tem base no Regimento Interno, até porque isso é





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produto de uma discussão coletiva das Lideranças partidárias, da qual meu Partido também participou – e eu, inclusive, pessoalmente, representando a Bancada –, em que as Presidências das Comissões neste ano foram discutidas amplamente, negociadas no amplo acordo. Todos que vão presidir a partir de agora foram produto desse acordo. O Senador Rodrigo faz parte desta discussão, aliás, o Senador Rodrigo, que é o próximo Presidente.

Portanto, a Bancada do Partido dos Trabalhadores concorda com a aclamação, uma vez que é produto de acordo coletivo das Lideranças partidárias.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não, nobre Senador Paulo Rocha. O senhor gravou a frase que eu mandei para o senhor? "Quem a velho não chega de novo não passa". Quantos anos V. Exa. tem?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – No futebol isso é chamado de gato, os caras que escondem a idade.

Então, eu pergunto aos Srs. Senadores se concordam com a eleição por aclamação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado.

Está eleito o nobre Senador por Alagoas Rodrigo Cunha, quem convido para presidir a 1ª Reunião desta Comissão que é muito importante.

Esta Comissão era de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor. Eu fui Presidente dela no biênio de 2015 a 2017. E foi nela que nós investigamos a corrupção no Postalís. Aqui fizemos várias audiências públicas. É uma Comissão altamente importante, porque fiscaliza os atos do Poder Executivo, com condição de convocar, de convidar gestores públicos para que venham até ela para prestar informações. Portanto, V. Exa. terá muito trabalho.

Eu já estou agora abrindo os trabalhos, pela idade, da quinta Comissão. Portanto, quem vem para o Senado e acha que não tem trabalho está enganado. Vai ter muito trabalho, porque nós temos aqui 81 Senadores com as mesmas atribuições que tem a Câmara Federal.

Convido V. Exa. para tomar assento e presidir a 1ª Reunião. *(Palmas.) (Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Srs. Senadores, Sras. Senadoras, quero dizer que é uma felicidade enorme estar vivenciando





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

este momento, iniciando um mandato de Senador, iniciando à frente de uma Comissão, graças à permissão de V. Exas., uma Comissão de extrema importância, com a qual me identifico bastante. São três temas transversais, mas que se unem. Falar hoje sobre transparência é falar do que o País pede, do que o País exige, e nós devemos sair na vanguarda, sem dúvida nenhuma.

Transparência para um gestor público, para um prefeito, para um governador, para o Presidente pode ser a maior proteção que ele tem, porque as coisas vão estar às claras. Se há um erro, facilmente pode ser observado, desde que você deixe isso transparente, e faz com que as pessoas exerçam também o controle social. Acho que a gente deve caminhar, Senadora Mara, cada vez mais para isso, para incentivar a população a se interessar pelo que é dela, pelo que é público, pelos mandatos que são concedidos aos Senadores, aos Deputados.

Então essa nossa missão aqui vai ser lutar para que esse tema seja extremamente atuante. Tem a ver com a prevenção à corrupção; tem a ver com eficiência no serviço público; tem a ver com a proteção do gestor, como eu falei, e também está diretamente ligada com a cidadania.

Esta Comissão trata de um tema que é muito caro para mim por estar ligado também à fiscalização. Eu passei sete anos da minha curta vida, mas que não é pequena, pode ter certeza, dedicados a uma área específica que foi o direito do consumidor, sou especialista na área também.

Durante sete anos, fiscalizei os serviços privados e de certa forma consegui deixar uma marca no meu Estado, que permitiu também que eu chegasse aqui. E durante quatro anos fiscalizo serviços públicos. Também tenho uma linha forte de atuação, indo pessoalmente a escolas, a hospitais, a delegacias, verificando o que está sendo ofertado às pessoas, incentivando que elas exijam qualidade naquilo que é oferecido pelo Poder Público, porque nada é de graça, tudo é pago. E aí passa todo o sentido de uma educação política.

Esta Comissão particularmente para mim é um grande estímulo. Quero estar aqui representando os senhores também, vamos juntos construir um momento importantíssimo nesta Casa, onde com certeza teremos muito trabalho. O Senador Otto falou aqui – e eu agradeço as suas palavras – da importância que esta Comissão teve em outros momentos históricos, em que V. Exa. esteve à frente como Presidente. Pode ter certeza de que não será diferente. Vamos juntos construir um novo momento.

Concedo um aparte à Senadora Rose.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Muito obrigada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos fazendo uma peregrinação pela Casa. Eu queria primeiro parabenizar pela lembrança que eu tenho do trabalho desta Comissão através deste Senador brilhante que é o Senador Otto.

Eu queria dizer que travei uma grande batalha para estar nesta Comissão, porque, como estou na CCJ, na CAE, na Educação, na Agricultura, para mim era mais importante estar aqui, e estou aqui na condição de suplente. Eu queria dizer que, no Brasil, neste País onde a gestão pública faliu, em todos os sentidos, a própria evolução dos processos de uma administração pública, como também na questão da fiscalização, da transparência, se este País fosse outro, se a gestão pública funcionasse, com competência, com todos os pré-requisitos necessários para funcionar a máquina a favor do povo brasileiro, nós não estaríamos vivendo tudo o que estamos vivendo hoje no Brasil.

Portanto, eu vim para cá com objetivo não de a gente falar da gestão, reclamar que não funciona, mas fazer, porque, na verdade, Senador Otto, eu fui Constituinte, mas a melhor Comissão em que trabalhei, que era presidida pelo Fernando Gasparian, nos idos da Constituinte, foi a Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara, que, ao longo do tempo, em muitas circunstâncias, se esvaziou ou foi dominada pelo Plenário, que amordaçou um setor que tem fiscalização, controle e transparência, acrescentado governança que foi até um projeto de resolução de minha autoria, não pode deixar de olhar como o País está hoje. O resto que sobra dele diante de uma população, absolutamente impactada com todos os desastres, todos os desmandos, toda ausência, você vai encontrar numa cadeia, não só o serviço público como um todo, mas vai encontrar na prefeitura, no governo do Estado, no Governo Federal, na fiscalização, em tudo mais.

Então, espero, estando aqui como colaboradora, na condição de suplente, dar quórum, trabalhar, para que a gente possa colocar o dedo na ferida da questão fundamental do País que é a ausência de fiscalização e transparência.

Estou feliz de que seja V. Exa. Quando eu vi que era o Otto, eu pensei: "Que bom que vou trabalhar com o Otto", mas, quando eu vi que era V. Exa., eu falei que seria melhor ainda. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL)
– Obrigado.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – A mãe dele era uma grande amiga. Se todos sabem quem era a mãe dele, todos podem fazer uma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

referência no coração pela grande mulher, pelas coisas públicas quanto a desmandos, segurança e tal.

Então, estou à disposição. Vai ser um prazer trabalhar com todos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL)
– Agradeço as palavras, Senadora. Tenho certeza de que a sua presença aqui vai engrandecer muito o nosso trabalho.

Que bom que V. Exa. lutou e conseguiu estar aqui. A sua fala acho que traduz muito bem o que eu quero transparecer também. Muitas vezes o mau uso dos recursos públicos é uma ineficiência total e faz mal à população.

Aqui tenho vários exemplos. No meu Estado como pelo País inteiro nós temos várias creches que estão paralisadas, creches com recursos federais. Temos a Transamazônica com bilhões gastos, e que nunca chegou a funcionar, entre outras situações em que o recurso público é mal utilizado. É um desserviço que muitas vezes é realizado pelos gestores.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Na época em que trabalhamos aqui, agradeço a V. Exa., nós fizemos um levantamento de 1.615 obras de grande porte paralisadas. Acho que das coisas que têm gerado um efeito muito negativo no Brasil em perda de recursos públicos é a paralisação de obras por falta de planejamento. O Governo Federal nunca deve ter começado uma obra nos últimos anos que tivesse os recursos já carimbados para início e fim.

Essa é uma prática do Governo do Estado da Bahia. Eu fui Secretário por três vezes no Estado da Bahia e em nenhuma das vezes eu comecei uma obra para a qual o recurso não estivesse pronto, assegurado para iniciar e terminar. O grande problema do Brasil é esse. Há grandes obras de ferrovias, estradas e pontes iniciadas e inacabadas pelo Brasil afora.

No meu Estado, por exemplo, nós temos a Ferrovia Oeste-Leste que foi iniciada, e não concluída, e temos o Estaleiro Enseada do Paraguaçu, que falta somente 8% para ser concluída, e não há recursos. Um investimento de R\$6 bilhões. Esta Comissão pode entrar perfeitamente nisso, verificar de perto, fazer idas a esses locais, porque, se ficar só aqui na Comissão, fica complicado para se identificar.

Então, é muito trabalho que há pela frente. Tenho certeza de que V. Exa. vai executar da melhor forma.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL)
– Perfeitamente, Senador Otto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive, se inaugurou um tempo atrás uma figura nova pelos gestores públicos que é a inauguração de obras inacabadas, as famosas inaugurações de ordens de serviços. Já acompanhei em algumas situações a mesma obra ser inaugurada três vezes. São situações que não devem ser toleradas por este Senado e por este País.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Senador Rodrigo Cunha, quero parabenizar V. Exa. pela Presidência, desejar todo sucesso e dizer que a nossa colaboração será de perto.

V. Exa. é um exemplo muito claro como eu do que a população brasileira está dizendo aos políticos: renovação. E esta Comissão tem aqui como um dos pontos principais garantir aquilo que o nosso eleitor, o nosso contribuinte, que paga tudo isso, quer, que se chama transparência. As pessoas aceitam um governo, aceitam uma carga tributária, mas é preciso que elas vejam resultados.

O que nós temos no Brasil hoje é infelizmente um peso muito grande nas costas dos brasileiros com uma ineficiência que vem, como já disse aqui a ilustre Senadora Rose, como disse o Senador Otto, do mau uso do dinheiro público e principalmente da falta de governança, que é até o planejamento das questões públicas do nosso País. Vou citar a V. Exa. a questão do meu Estado, que é Minas Gerais. Nós hoje numa situação de pré-falência, senão talvez falidos, um Estado que tem quase R\$100 bilhões em dívida, e, quando nós vamos observando, os últimos 20 anos foram governos que passaram um atrás do outro infelizmente sem um planejamento futuro ou sem a percepção de crises, de que o País poderia entrar em situações difíceis, como nós entramos numa recessão pós era de Governo Dilma, e não nos preparamos para isso.

Hoje, no País, nós temos que começar a discutir com os nossos governadores com as práticas públicas sempre mais modernas de que o cidadão possa participar, possa entender como os recursos estão sendo gastos. Esta Comissão tem essa obrigação e acredito que V. Exa. irá atender ao clamor das pessoas que nos veem, que nos assistem, vão nos acompanhar e dizer como estamos gastando o dinheiro dos brasileiros, como nós estamos aqui com um orçamento, que não é pouco não, é um orçamento que hoje beira R\$2,5 bilhões para manter uma casa legislativa, um dinheiro que faz falta na educação, um dinheiro que faz falta na saúde. Então, a nossa responsabilidade é traduzir isso em resultados e qualidade de vida para o nosso povo.

Por isso, com a sua idade jovem, 37 anos, que vem de um Estado, de Alagoas, vejo essa renovação com muito bons olhos, dando-lhe os parabéns. Vamos em frente, com coragem, determinação, para que a gente possa ajudar o Brasil a se tornar um País melhor para todos nós, para que a gente recupere a confiança dos nossos jovens no futuro, para que a gente





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possa mostrar ao povo que a democracia tem um custo, mas tem um custo que pode nos trazer dias melhores e um futuro melhor para a nossa Nação. Parabéns e vamos em frente!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Agradeço muito as palavras, na certeza absoluta de que estamos do mesmo lado. Se somarmos forças, a gente consegue mudar este País, eu tenho certeza absoluta.

Eu sou uma pessoa que tem muita esperança, que não joga a toalha, que quer encontrar pessoas com o mesmo objetivo. E graças a Deus na minha vida sempre aparecem ocasiões que demonstram que vale a pena lutar pelo que é certo, mesmo que todos façam o que é errado. Vale a pena lutar pelo que é certo.

Vamos juntos somar forças. Trabalho não vai faltar, tenho certeza. O quórum já é qualificado pelas pessoas que são qualificadas. Tenho certeza de que vamos fazer uma grande parceria em prol do País.

Senadora Mara, também gostaria de ouvir V. Exa.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Senador Rodrigo Cunha, quero parabenizá-lo. Tenho total consciência do tamanho da responsabilidade. E fico muito feliz de participar desta Comissão tendo você como Presidente, com a sua história de vida, que é uma lição de vida para todos nós.

Quero dizer que, concordando com todos os Senadores, a gente passa por um momento em que fica urgente e indispensável uma questão de que a gente faz muito pouco que é a avaliação da qualidade do gasto público. Embora a gente fiscalize – a gente tem os nossos Tribunais de Contas que fazem essa fiscalização – e esteja sempre trabalhando a transparência, a fiscalização e o combate à corrupção, não temos uma instância que avalie na profundidade que é necessária a qualidade do gasto público. E isso faz toda a diferença, inclusive antes de o dinheiro ser investido. A gente precisa disso.

Ao se pensar até em uma reforma da previdência, por exemplo, sem fazer a avaliação da qualidade de gasto público, muitas vezes a gente pode incorrer em erros gravíssimos. A gente discute desvincular o salário mínimo do Benefício de Prestação Continuada. Existe um estudo para se avaliar o quanto isso pode custar mais caro para o Brasil mais tarde? Então, eu acho que a avaliação da qualidade do gasto público é fundamental, inclusive para a gente trabalhar o combate à corrupção.

Por isso, eu mencionei a eventualidade de fazermos uma subcomissão de avaliação da qualidade de gasto público junto ao combate à corrupção, porque, infelizmente, uma coisa acaba levando a outra, e, quando a gente gasta mal os nossos recursos, a gente abre muitas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

portas e se torna vulnerável à corrupção. Acho que é um item que a gente não pode deixar de trabalhar com mais intensidade e que vai trazer um impacto muito grande para a população brasileira e, como o Senador mesmo mencionou, para a qualidade de vida dos brasileiros e dos serviços que a gente oferta.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Agradeço, Senadora Mara. Também sou um grande admirador seu. Conheço a sua história e o seu trabalho em defesa deste País.

É interessante como nós estamos falando a mesma língua. A eficiência e a transparência têm como resultado a qualidade nos serviços públicos. Do mau uso dos recursos públicos, acredito que cada um tem vários exemplos, os famosos elefantes brancos. Quantos monumentos já foram criados, inaugurados, milhões e milhões de reais gastos, que não servem para nada? Essa é uma forma errada de se prestar um serviço à população. É um desserviço. Então, estamos no local certo, tenho certeza absoluta.

Eu agradeço a palavra de V. Exa., que já chega com ideias, com formas de colaborar, querendo criar uma subcomissão. Eu acho que trabalho não falta. Tenho certeza de que teremos sempre esta sala cheia, através das audiências públicas. O País tem de participar de o que nós vamos discutir, sem dúvida nenhuma. Não será fechado em nosso gabinete. É importante ouvir sempre todos os envolvidos e buscar os melhores resultados.

Então, agradeço muito a fala de V. Exa. e também gostaria de ouvir aqui o nosso Senador Angelo Coronel.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Presidente Rodrigo, o Senado ganha com V. Exa., que se tornou uma das revelações da política das Alagoas, com certeza. Um jovem promissor, de uma carreira começada cedo, e que sei, que, mesmo com essa juventude, a sua experiência de vida como Parlamentar estadual – que fui também por seis mandatos –, haveremos de tornar esta Comissão realmente em uma Comissão que honre o seu nome: Transparência, Governança, Fiscalização, Controle, e principalmente da Defesa do Consumidor.

Fico feliz por participar desta Comissão e de ver que temos colegas competentes, que, com a sua força jovial, com certeza, esta Comissão vai ter energia muito mais pujante para tocarmos essa missão que o Senado nos coloca. Então, vida longa, sucesso na sua Presidência e sucesso a todos nós!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Agradeço ao Senador Angelo Coronel. V. Exa. também chega muito motivado a esta Casa. Percebo isso pelos seus discursos, pelo seu desprendimento em colocar o nome à disposição





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do próprio Senado; foi à frente usando todos os seus argumentos e, com certeza, quer colaborar muito com os trabalhos que serão desenvolvidos por esta Comissão.

Gostaria também de ouvir o nosso amigo e Senador Girão, a quem passo a palavra.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Senador Rodrigo Cunha, é uma honra. Não fui nem anunciado ainda, porque o documento está chegando e a gente estava definido há pouco tempo na reunião do Bloco. Com muita honra, esta vai ser uma das poucas Comissões em que vou ser titular.

Eu gostaria de dizer que fico feliz em ver que V. Exa. estará à frente dela e que tem um espírito de renovação, de encarar realmente esse desafio num momento que o País atravessa de uma nova esperança do povo brasileiro. Eu vejo com muitos bons olhos a sua Presidência e quero desejar tudo de bom. Vamos trabalhar, arregaçar as mangas aqui com os colegas que estarão conosco nesta Comissão. Há muito trabalho a se fazer, e a população espera que nós possamos realmente cuidar de uma estruturação desta Casa, de uma estruturação com várias caixas-pretas que precisamos abrir, que precisamos detectar. Eu fico feliz em vê-lo aqui, fruto dessa renovação, fruto da vontade do povo de Alagoas, para defender o Estado de Alagoas, e que vem com essa vontade de transformar.

Conte comigo! Estarei ao seu lado em todas as reuniões, participando. Estou muito entusiasmado com este momento que estamos vivendo e com a sua Liderança aqui na Comissão. Boa sorte!

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Sim, claro.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. Pela ordem.) – Falta ainda a proposição dos demais da Mesa, o que não é impeditivo, mas eu queria apresentar um requerimento a V. Exa., dada a urgência do tema, a necessidade de nos posicionarmos rapidamente sobre isso.

Estou requerendo, nos termos do art. 397 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convocado o Presidente da Vale para que ele possa prestar esclarecimentos nesta Comissão de Transparências, Fiscalização, Controle sobre as construções que até hoje foram autorizadas por ela e qual o tipo de fiscalização exerceu sobre elas e qual a transparência que se teve disso durante o processo, cujas consequências estão aí dramaticamente no País. Então, os projetos de contenção de resíduos que são verdadeira caixa-preta até hoje. Estamos



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

remontando a uma época de 70 anos atrás pela forma desatualizada com que tratamos aquilo que trata da vida e da segurança das comunidades que abrigam os grandes empreendimentos deste País, nesse caso, a Vale do Rio Doce.

Eu não sei se o Senador se sente à vontade, mas, como ele é de Minas e eu não sou de Minas, mas do Espírito Santo...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Se quiser participar da assinatura...

Então, eu encaminho a V. Exa. Não repare, porque eu não sabia que a Comissão iria funcionar. Fiquei sabendo disso no corredor. Vou encaminhar agora para o seu aceite.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Sim, sim.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – E gostaria de, depois, ter a oportunidade de dar a devida divulgação aos novos membros e aos demais membros da Mesa.

Muito obrigada.

Eu pedi à Mara para voltar, porque, se for necessário submeter a voto, nós teríamos os votos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Bem, senhores, então, a princípio, eu acho que é um assunto completamente pertinente. Estamos no local certo para discutir. Ninguém aqui já está julgando. Nós estamos aqui, inclusive, dando oportunidade de defesa para quem tenha argumentos sobre um assunto seriíssimo.

EXTRAPAUTA**ITEM 1****REQUERIMENTO Nº 1, de 2019**

- Não terminativo -

Requer a convocação do Presidente da Vale para prestar esclarecimentos a essa Comissão sobre as construções e fiscalização relativos aos projetos de contenção de resíduos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Rodrigo Cunha

Relatoria:

Relatório: Não apresentado

Coloco em votação o requerimento da Senadora Rose de Freitas para os senhores.

Se alguém tem algo em contrário, que se manifeste.

Eu acho que não. (*Pausa.*)

Então, aprovado o requerimento, que, com certeza, já será a nossa primeira linha de atuação.

Parabéns, Senadora, pela propositura!

Aqui eu também quero fazer menção às palavras do Senador Girão e dizer, Senador, que, para mim, coragem não é você falar alto. Na minha terra, eu digo que não é dar tiro para cima, porque há gente que se acha machão, porque dá tiro para cima. Coragem é ter atitude.

E V. Exa. tem demonstrado, em duas semanas, que atitude não lhe falta; é bastante atuante, corajoso, defende seus princípios, e será um prazer dividir este mandato e aprender muito com V. Exa. pela história de vida que tem também, pelo desapego que teve, pelo senso republicano que foi aguçado em entrar na iniciativa pública, digamos assim, no Poder Público. Eu acho que o povo brasileiro já sabe quem é o Senador Girão e para que ele veio a esta Casa: não é pelos brios próprios, mas, sim, por algo público.

Então, eu me somo a V. Exa. nesse espírito também de renovação e deixo muito claro que a renovação a que V. Exa. se referiu, quando as pessoas votaram em mim, quando votaram pela mudança, não é uma renovação de idade, e, sim, uma renovação de postura. Você pode ter cabelos brancos e ter uma postura diferente. Conheço vários políticos que têm cabelos pretos e pensamentos atrasados. Muito obrigado pelas palavras.

Acredito que, dessa forma, nós vamos encerrar esta primeira reunião desta Comissão, que, com certeza, dará muito orgulho ao País. A todos uma boa tarde!

(*Iniciada às 18 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 57 minutos.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e quarenta e oito minutos do dia dezenove de fevereiro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Rodrigo Cunha, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Fernando Bezerra Coelho, Marcio Bittar, Eduardo Girão, Selma Arruda, Oriovisto Guimarães, Major Olimpio, Jorge Kajuru, Cid Gomes, Leila Barros, Eliziane Gama, Randolfe Rodrigues, Telmário Mota, Paulo Rocha, Rogério Carvalho, Carlos Viana, Rodrigo Pacheco, Wellington Fagundes, Jorginho Mello, Acir Gurgacz, Dário Berger, Nelsinho Trad, Confúcio Moura e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores José Maranhão, Mara Gabrilli, Weverton, Humberto Costa, Angelo Coronel e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 21, de 2017 - Terminativo** - que: "Torna obrigatória a disponibilização de balanças de precisão em estabelecimentos varejistas que comercializem produtos lacrados a fim de possibilitar a conferência pelos consumidores." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Senador Dário Berger (*Ad hoc*), substituiu Senador Gladson Cameli. **Relatório:** Não foram apresentadas emendas em turno suplementar. **Resultado:** Substitutivo definitivamente adotado (sem emendas apresentadas). **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor nº 3, de 2019** que: "Requer, nos termos dos artigos 58, § 2º, V, da Constituição Federal, c/c artigo 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, o convite ao Ministro Gustavo Bebianno, Ministro da Secretaria-Geral da Presidência, para prestar depoimento sobre as denúncias de uso de candidaturas laranjas para desvio de recursos eleitorais." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor nº 2, de 2019** que: "Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e do art. 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Exmo. Sr. Ministro de Estado da Secretaria Geral da Presidência da República, Gustavo Bebianno, para que compareça à Comissão, a fim de prestar informações sobre as denúncias do jornal Folha de São Paulo de, como Presidente do PSL, ter transferido recursos do fundo partidário a uma candidata "laranja". **Autoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Não lido. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e oito minutos. Após aprovação, a presente



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Rodrigo Cunha

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/02/19>

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL)
– Bom dia a todos aqui presentes! Bom dia, Senadores!

Sejam bem-vindos, Senador Cid e Senador Randolfe!

Hoje, nós já contamos com o quórum de 14 Senadores, que registraram sua presença.

Sendo assim, declaro aberta a 2ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Ressalto que a ata será publicada no *Diário do Senado Federal*.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passamos agora à leitura dos avisos, ofícios e documentos também recebidos por esta Comissão.

Comunico aos senhores que recebemos nove avisos de 2018, que têm como autor o Tribunal de Contas da União, cujos números são 22, 26, 37, 41, 42, 45, 46, 44 e 48; um aviso de 2017, cuja autoria também é do Tribunal de Contas da União, com o número 8; sete ofícios, todos de 2018, cujos números são 44, 45, 47, 50, 52, 71 e 72; o Ofício do Conselho Federal de Estatística nº 67, de 2019; o Aviso do Tribunal de Contas da União nº 1.562, de 2018; o Ofício da Procuradoria-Geral da República nº 31, de 2019; Avisos do Tribunal de Contas da União, de 2019, cujos números são 14 e 51; e a Mensagem nº 115, de 2018.

Todos esses documentos serão encaminhados por *e-mail* para os gabinetes de todos os membros, com *link* para acesso de todo o conteúdo, de forma que os Srs. Senadores possam se manifestar caso assim desejem, ressaltando que temos o prazo limite de 15 dias após o recebimento para essas manifestações.

Sendo assim, passamos à pauta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Excelência, os itens 2 e 3 da pauta são requerimentos que versam sobre o mesmo tema. Trata-se, na verdade, de um convite ao agora ex-Ministro Gustavo Bebianno para que compareça a esta Comissão para prestar informações sobre as graves denúncias veiculadas em redes sociais, na imprensa, relativas ao financiamento das candidaturas do PSL, notadamente da candidatura do Presidente da República. Como são dois requerimentos que versam sobre o mesmo tema, eu solicito a V. Exa. a inversão da pauta, para que nós possamos apreciar primeiramente esses dois requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Senador Randolfe, esses dois requerimentos, a meu ver, têm uma diferença entre si: o de V. Exa. foi bem produtivo, tendo em vista que tem continuidade, mesmo com a não permanência do Ministro, que foi exonerado no dia de hoje; quanto ao outro, há uma convocação específica para o Ministro, baseada inclusive no artigo regimental para isso. Nesse há prejuízo, tendo em vista que ele não é mais Ministro. No caso de V. Exa., permanece sendo o segundo item.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos passar rapidamente pelo primeiro, acho que não há discussão, e segue a pauta sem problema nenhum.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL)
– Turno suplementar do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 21, de 2017.

ITEM 1**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 21, de 2017****- Terminativo -**

Torna obrigatória a disponibilização de balanças de precisão em estabelecimentos varejistas que comercializem produtos lacrados a fim de possibilitar a conferência pelos consumidores.

Autoria: Senadora Rose de Freitas

Relatoria: Senador Dário Berger

Relatório: não foram apresentadas emendas em turno suplementar.

A relatoria é do Senador Gladson Cameli, com a relatoria *ad-hoc* do Senador Dário Berger.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, não tendo sido apresentadas emendas em turno suplementar, o substitutivo apresentado ao projeto de lei aprovado em reunião da Comissão de 19/12/2018 é dado como definitivamente adotado sem votação, conforme o art. 284 do Regimento Interno.

Passamos ao item 2.

ITEM 2**REQUERIMENTO Nº 3, de 2019****- Não terminativo -**

**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos dos artigos 58, §2º, V, da Constituição Federal, c/c artigo 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, o convite ao Ministro Gustavo Bebianno, Ministro da Secretaria-Geral da Presidência, para prestar depoimento sobre as denúncias de uso de candidaturas laranjas para desvio de recursos eleitorais.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: pela aprovação.

Senador, até já antecipei o fato de que o Ministro já se encontra como ex-Ministro. Eu gostaria de saber de V. Exa. qual o procedimento que deseja que seja dado a esse seu requerimento, se há algum ajuste a fazer. Permanece o convite ao ex-Ministro Bebianno?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, como V. Exa. muito bem descreve, o requerimento é autoexplicativo. Até em decorrência do fato de o Ministro agora ser ex-Ministro e de não ter esta Comissão a competência de convocar cidadãos para prestar esclarecimentos ou depoimentos, só se fosse uma Comissão Parlamentar de Inquérito, nós estamos convidando o Sr. Gustavo Bebianno a comparecer a esta Comissão, para que sejam prestadas informações necessárias ao esclarecimento dos fatos que levaram, inclusive, à sua demissão.

É de se destacar que o Sr. Gustavo Bebianno foi Ministro do Governo por pouco mais de 60 dias.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. *Fora do microfone.*) – Por menos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Foram menos de 60 dias.

Muito obrigado, Senador Cid.

Está claro que o que levou à exoneração do Ministro... Em que pese o Sr. Presidente da República ter publicado um vídeo elogiando o exercício da função e agradecendo as funções exercidas pelo Dr. Gustavo Bebianno, em que pese o vídeo do Presidente da República, as razões de sua exoneração não estão claras. O Senhor Presidente da República, em um vídeo, numa manifestação pública, agradece ao Dr. Gustavo Bebianno, mas não esclarece por que um Ministro de Estado, Secretário-Geral da Presidência da República, foi exonerado em tempo recorde do efetivo exercício de sua função no Governo.

Por outro lado, as informações veiculadas pelo Sr. Gustavo Bebianno, que foram veiculadas pela imprensa e pelas redes sociais, são a grande questão que leva a que nós o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chamemos aqui. O Congresso Nacional tem a função de fiscalizar os atos do Poder Executivo. O Congresso Nacional, este Senado e a Câmara dos Deputados não podem ficar à mercê da veiculação de informações ditas por um Ministro do Governo que têm a ver com o Presidente da República e que circulam única e exclusivamente por fontes da imprensa ou por redes sociais.

O Sr. Gustavo Bebianno disse, entre outras coisas – ele o disse para fontes da imprensa; nós não o ouvimos dizer –, que se arrependeu de ter conduzido a campanha do atual Presidente da República. É necessário que o Congresso Nacional saiba quais foram as causas desse arrependimento.

Enfim, o Sr. Gustavo Bebianno tem informações sobre o procedimento de financiamento da campanha do atual Presidente da República. Essas informações não podem ser razão de fofoca e de diz que diz que na imprensa, de circulação de *tags* nas redes sociais. Essas informações têm de ser ditas em alto e bom som aqui na Comissão que tem essa responsabilidade no Congresso Nacional, que é a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL)
– Compreendo, Senador Randolfe.

Então, permanecemos com o requerimento, com esse ajuste da convocação.

Em discussão ainda, gostaríamos de ouvir o Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP.
Fora do microfone.) – Permita-me, Presidente, dizer que, na verdade, é um convite.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL)
– É um convite exatamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– O requerimento solicita que seja feito um convite.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL)
– Sempre foi convite, na verdade. Sempre foi convite.

Com a palavra o Senador Major Olímpio, por favor.

O SR. MAJOR OLÍMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Sr. Presidente, senhores membros desta Comissão, com o máximo respeito ao Senador Randolfe e à sua condição de pleitear isso através de requerimento, a esta Comissão não se aplica essa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questão de se prestarem depoimentos sobre denúncias. Seria próprio isso se nós estivéssemos em uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Que fique muito bem claro, sobre a demissão do Ministro, se o tempo é recorde ou não, que o Presidente Jair Bolsonaro fez a escolha dos seus 22 Ministros por critérios técnicos e por escolha de pessoas da sua estrita confiança. E, até o momento em que fez a escolha, sem a menor dúvida, entre as pessoas da sua maior confiança estava o ex-Ministro Bebianno. Não dá para fazermos considerações sobre fontes não identificadas que teriam dito que o Sr. Gustavo Bebianno manifestou seu arrependimento de estar no apoio mais direto ao hoje Presidente Jair Bolsonaro.

Com relação a financiamento de campanha, foi a campanha mais barata da história do Brasil à Presidência da República, aprovada com elogios pelo TSE, até porque, no maior período da campanha, o Presidente Jair Bolsonaro estava convalescendo, a partir de um atentado que sofreu. Ainda está em curso a apuração se eventualmente houve motivação de ordem política ou simplesmente criminosa ou mercenária.

Então, o requerimento dessa natureza, com todo o respeito, para essas circunstâncias, seja convocação ou convite, não se aplica. Com relação à condução dele, como Presidente do PSL nacional, em relação à utilização de recursos do fundo da democracia... Eu o debati e votei contra isso. É legal hoje, mas vejo como uma grande imoralidade. Não fosse esse fundo da vergonha, a depuração ou a mudança de Parlamentares na Câmara Federal e mesmo no Senado teria sido muito maior. A lei não estabeleceu critério nenhum em relação à forma de distribuição desses fundos, mas principalmente em relação ao PSL, até porque, como Presidente do PSL em São Paulo, pude atestar isto: o Sr. Gustavo Bebianno, com os poucos recursos que dispunha desse fundo o PSL, atendendo aos diretórios estaduais, remetia os recursos para os diretórios estaduais, e o critério de distribuição ficava afeto ao diretório estadual. Dou um exemplo concreto em relação a São Paulo, muito embora eu não tenha usado nenhum centavo, porque – repito – no meu conceito é legal, porque se tornou objeto de lei aprovado e sancionado, mas absolutamente imoral. Não usei esses recursos, mas os disponibilizei aos candidatos que se voluntariaram, no PSL, a fazer uso desses recursos. A distribuição, respeitada a proporcionalidade de homens e de mulheres, ficou a critério da direção estadual. E a prestação de contas à Justiça Eleitoral, até porque, tratando-se de dinheiro público, não poderia ser diferente, foi feita pelo diretório estadual e pelo candidato recebedor.

Nós tivemos uma denúncia que passou a ser objeto de apuração, fazendo a ressalva de que, nessa prestação de contas, a Justiça Eleitoral pode aprovar, aprovar com ressalvas, reprovando ou, identificando a qualquer tempo um indício de irregularidade ou até da prática de crime, promover a apuração. Até por determinação do próprio Presidente Jair Bolsonaro ao





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro Sérgio Moro, houve a determinação para que a Polícia Federal proceda às apurações que constitucionalmente lhe são pertinentes, ao mesmo tempo em que está em curso também investigação pela própria Justiça Eleitoral.

Com relação à decisão da exoneração do Ministro, também, assim como em um critério pessoal e intransferível, coube ao Presidente da República legitimamente constituído, no momento do seu entendimento e no tempo da sua avaliação e maturação do episódio, abrir mão e fazer a exoneração do hoje ex-Ministro Gustavo Bebianno.

Então, eu não vejo a condição ou a necessidade ou a competência de se promover, como fala o requerimento aqui, a prestação de depoimento sobre denúncias. Se tivéssemos instalado uma comissão parlamentar de inquérito, seria uma outra situação. Numa comissão temática, que tem essa abrangência de até fiscalizar os atos da Administração Pública, não é pertinente, não é o foro.

Portanto, com o máximo respeito ao Senador Randolfe, eu peço a rejeição desse requerimento, por ser absolutamente inapropriado nos termos da competência desta própria Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL)
– Continuando a discussão, passo a palavra ao Senador Jorge Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Para discutir.) – Obrigado, Senador Rodrigo Cunha, de Alagoas.

Primeiro, eu lhe desejo a luz de Deus, a bênção de Deus para o comando desta importantíssima Comissão, porque capacidade lhe sobra, e a todos nós aqui presentes.

Esta Comissão se chama Transparência, Fiscalização e Controle. Vamos lá. Tomara que nosso amigo em comum, Major Olímpio, o Datenão, o Datena da Band, esteja nos vendo agora, porque vamos ter a primeira pequena discordância aqui neste Senado, respeitosamente, evidentemente.

Antes de tudo, rapidinho, eu quero agradecer-lhe, porque fiquei muito feliz em tomar conhecimento de que parentes de V. Exa. estiveram em Goiânia – parece-me que numa cirurgia bariátrica – e conheceram o centro do diabético de Goiás, que é uma obra criada por mim, como Vereador. É o primeiro centro do diabético do Brasil. Eu vou tentar, juntamente com os senhores, com as senhoras, estendê-lo a todo o Brasil. Ele foi visitado por parentes de V. Exa., que ficaram impressionados com esse centro do diabético lá em Goiânia.

Vamos ao assunto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por coincidência, somos do mesmo bloco – e tenho o raro prazer de tê-lo como Líder da Minoria – e temos o Bloco Independente – falo do Senador Randolfe.

Nós nem combinamos, nem falamos por telefone. No domingo à tarde, eu preparei com um amigo dele e meu em comum, Martiniano Cavalcante, um requerimento pedindo a presença do ainda não demitido Secretário-Geral da Presidência, Gustavo Bebianno. Por quê? Porque, na madrugada de sábado para domingo, Excelências, nas redes sociais, esse nefasto cidadão – eu o considero inclusive como traidor do Presidente Bolsonaro – entrou nas redes sociais tratando o Presidente como desleal – para quem sabe ler, um pinga é letra –, caso ele fosse demitido, e dizendo que o que ele teria para falar abalaria o País. Ele publicou. Não foi sessão espírita, não. Foi ele quem entrou nas redes sociais e escreveu isso. E seguiu assim agindo.

Depois veio falar que não iria falar nada pelo bem do País. Ora bolas, se ele faz uma observação dessa, é porque ele tem algo a dizer. Então, ele mudou de ideia de sábado para domingo apenas para dizer que, pelo País, ele não vai falar?

Posto isso, na semana passada, eu subi à tribuna para dizer que eu tinha certeza de que esse Secretário-Geral estava começando como um zumbi e iria virar assombração. Eis que essa assombração recebe ontem a demissão de foro íntimo do Presidente Bolsonaro, a quem eu cumprimentei na hora pela demissão.

Major Olimpio, eu jamais vou discordar de ninguém aqui fazendo ofensa, ainda mais a V. Exa., que eu respeito, é meu amigo. Nem motivo eu tenho, pela sua honradez inquestionável e, segundo, pela amizade que temos com o Datena, que me aconselhou: "Se você brigar com o Major Olimpio, eu enfio a mão na sua cara". O Datena é assim mesmo, é desse jeito. Mas eu vou discordar de V. Exa., porque, para mim, ao sair da Presidência e ao ter falado tudo que falou, ele não pode deixar de vir aqui a esta Comissão para ser questionado, para ser ouvido. A Nação quer.

E agora eu lhes trago um fato novo, Senador Cid Gomes. Fato novo: além da denúncia do jornal *Folha de S. Paulo* sobre candidatos laranjas lá em Minas Gerais – ou candidatas –, agora aparece uma nova denúncia no meu Estado de Goiás de candidatos do mesmo PSL. Na coordenação da campanha, Gustavo Bebianno. Então, para mim é impossível, como Parlamentar, falar de rejeição.

Eu apresentei o requerimento, o Senador Randolfe também apresentou. Eu usei "convocação". Ele pediu que eu mudasse para convite – mais experiente que eu, mais preparado –, e eu aceitei. Agora, eu não abro mão, de forma alguma, respeitando a opinião de todos os colegas aqui, da convocação, do convite a esse ser, repito, a meu ver nefasto. Não



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

interessa, ele ocupou uma função muito importante, muito importante. Ele tem muito a falar ou, pelo menos, a ser questionado. Essa assombração pode voltar a virar zumbi.

Muito obrigado.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Pois não, Senador.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. Pela ordem.) – É apenas para contraditar.

Esta Comissão é para fiscalização e controle de atos do Poder Executivo, e não para avaliar eventuais condutas do, hoje, ex-Ministro quando não estava em cargo do Executivo e era Presidente do PSL. Portanto, não sendo uma comissão parlamentar de inquérito, por maior que seja o ânimo e desejo, eu tenho que dizer que isso é totalmente inapropriado, à luz das obrigações legais desta Comissão, que, repito, é uma Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle de atos do Executivo.

Então, ao ponto em que se coloca uma interrogação neste momento sobre uma eventual conduta quando estava na direção do partido, quando não estava em cargo do Executivo, não seria aplicável o depoimento de um, hoje, cidadão a respeito de denúncias. Aí é ato de polícia, é ato de força numa eventual CPI, mas não ato de uma Comissão que se presta justamente a fiscalizar os atos do Poder Executivo, e não de alguém que saiu do Poder Executivo por uma decisão pessoal do Senhor Presidente em relação a eventual conduta quando não estava à frente de nenhuma atribuição do Poder Executivo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Pois não, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para questão de ordem.) – Questão de ordem, art. 403 do Regimento Interno, para suscitar e lembrar a esta Comissão a Constituição da República.

Diz a Constituição da República, no seu art. 58, §2º, que versa sobre as Comissões do Congresso Nacional, *ipsis litteris*, o seguinte:

Art. 58.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

.....
.....
§ 2º Às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe: [segue no inciso V do §2º]
.....
.....

V - solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

A questão de ordem era somente para suscitar o dispositivo da Constituição Federal, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Senador Randolfe, desde o primeiro momento em que o Senador Major Olímpio se manifestou, eu iria passar a palavra aos demais Senadores e depois me posicionar também nesse sentido que V.Exa. traz.

Nós temos aqui, no nosso próprio Regimento, que compete a qualquer comissão solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão, inclusive baseado no artigo que V.Exa. também trata aqui da Constituição Federal.

Estamos no início de um trabalho. Esta é apenas a segunda reunião desta Comissão. E eu peço aos senhores que também sejam sempre vigilantes para que a gente não perca a credibilidade. Então, o Senador Major Olímpio, quando trata aqui das competências, pode ter certeza de que, sentado aqui, eu terei um grande zelo sobre a nossa competência para ser sempre legalista, regimentalista e não extrapolar os nossos poderes.

Nós tratamos de um convite, e aqui é muito claro. Vamos diferenciar a CPI mencionada também, porque, no caso da CPI, teria que ser uma convocação específica, mas no caso de um convite é algo feito, e pode ser feito, a autoridades como nós tratamos aqui. E o tema em si nesta Comissão encontra amparo também.

Se nós buscarmos aqui, numa maneira muito grossa inclusive, sem querer aprofundar sobre os assuntos, no nosso artigo... *(Pausa.)*

Há o art. 52... *(Pausa.)*

No artigo que trata das competências, nós podemos, inclusive, tratar de assuntos pertinentes à prevenção também à corrupção. Então, se aqui formos tratar de um assunto de uma maneira mais ampla, poderemos chegar até esse ponto. Não vamos fazer um julgamento do mérito em si, mas, por sua competência, esta Comissão pode chegar a ter braços largos, sem dúvida nenhuma.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós temos aqui um requerimento colocado para ser votado pelos senhores, há outros Senadores inscritos, e eu também gostaria de ouvir o Senador Rodrigo, que tem muito a contribuir.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Para discutir.) – Sr. Presidente Senador Rodrigo Cunha, a quem cumprimento pela assunção à Presidência desta Comissão, desejando muito boa sorte a V.Exa., e conte conosco para que os trabalhos possam ser o mais profícuos possível em favor da sociedade brasileira e do Brasil, especialmente naquilo que é o objeto desta Comissão, que é muito importante neste momento do País, em que se clama, de fato, por transparência, por controle, por fiscalização, e o nosso papel é fundamental em relação a isso.

Eu vou me permitir entrar nesta discussão primeiro para fazer o registro em relação à qualidade do requerimento do Senador Randolfe Rodrigues, de fato fundamentado. Explica inclusive em pormenores a razão de ser do seu requerimento de convocação do ex-Ministro Gustavo Bebianno, em razão desses acontecimentos recentes de que todos nós, pela imprensa, tomamos conhecimento.

Eu queria apenas fazer um destaque de que tudo isso que nós vimos na verdade decorre, primeiro, de uma edição legislativa referente à cota de mulheres ou de participação de mulheres, que, a despeito da pertinência, do cabimento, deveria vir associada com alguma forma de fomento para que, de fato, as mulheres pudessem se interessar pelas candidaturas, evitando que episódios como esses noticiados, e que serão apurados nas estâncias próprias, pudessem acontecer.

Porém, faço também o registro de que a escolha de ministros de Estado pelo Presidente da República se dá por um ato discricionário, um ato de vontade pessoal, de vontade íntima, que leva em consideração critérios, evidentemente, porque se presume que o Presidente da República aja sempre com responsabilidade, não com paixões. Então, o ato de escolha é um ato discricionário, como o é o ato de demissão: não há necessidade de fundamentar a escolha, tampouco de fundamentar a demissão de um ministro de Estado. As circunstâncias que impuseram que esse ex-Ministro fosse demitido são circunstâncias atinentes ao Presidente da República. Não é? Pode ser o noticiário em relação a essas supostas candidaturas laranjas do partido ao qual pertencia ou pertence esse ex-Ministro, como podem ser outros motivos.

O fato é que nós, aqui na Comissão no Senado Federal, temos que nos ater à Constituição Federal e ao Regimento. E a Constituição Federal, como foi muito bem destacado pelo Senador Randolfe Rodrigues, no art. 58, permite, sim, que as comissões temáticas permanentes e temporárias do Senado Federal possam – isso está no inciso V do §2º – solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão. No caso, fosse o seu Gustavo Bebianno





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ministro de Estado atualmente, diante de toda essa celeuma, eu não teria dúvida em relação ao cabimento de uma convocação ou até de um convite para que aqui estivesse. A condição dele hoje é de cidadão. Ele é um ex-ministro, não ostenta o título do cargo. Ele é um cidadão que deverá prestar os seus esclarecimentos – e eu quero chegar a isso – numa instância que seja uma instância apropriada.

O inciso invocado pelo Senador Randolfe Rodrigues, na sua bela peça de requerimento, remete ao §2º. Todo inciso se remete ao parágrafo, que, por sua vez, se remete ao *caput*, e deve haver sempre uma interpretação sistemática em relação a isso. Não há uma existência de um inciso que independa daquilo que o antecede, seja um parágrafo, seja o *caput*. No caso, é o §2º do art. 58, que diz que às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe – aí o inciso V – solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão. Então, há um precedente em relação à pertinência dessa convocação ou dessa solicitação de depoimento – não é convocação, é solicitação de depoimento – em razão da pertinência da matéria da comissão permanente ou da comissão temporária do Senado Federal.

E o art. 102 do Regimento, que define as atribuições da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, divide-se, salvo engano, em três incisos, subdivididos em alíneas.

Primeiro inciso: "exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta, podendo para esse fim: [...]". Aí vem um rosário de alíneas. Esse inciso I não se aplica para a convocação desse cidadão.

O inciso II diz: "opinar sobre matérias pertinentes aos seguintes temas: [...]". Aí há também uma série de alíneas, e eu não consegui identificar uma alínea que fosse pertinente a uma investigação de um ex-Ministro em razão de problemas atinentes a um processo eleitoral. Não consigo identificar, também nessas alíneas, a pertinência da atribuição da comissão.

E o inciso III: "opinar sobre assuntos pertinentes à defesa do consumidor [...]". E aí também há uma série de alíneas.

Então, não me parece que um ex-Ministro de Estado, hoje um cidadão comum, que tenha sido exonerado por um critério pessoal não fundamentado, porque assim a Constituição garante, por parte do Presidente da República, deva neste momento prestar explicações ao Senado em razão de fatos ocorridos na Justiça Eleitoral ou no âmbito de um processo eleitoral. Deverá fazê-lo – e a sociedade espera isso – perante a Justiça Federal, perante a Polícia Federal e, eventualmente, numa Comissão Parlamentar de Inquérito pertinente, para apurar um fato determinado como esse, mas não me parece adequado, sob o ponto de vista constitucional e sob o ponto de vista regimental, que haja essa convocação ou essa solicitação de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

depoimento, porque não há nada quanto se deva tratar em relação à matéria pertinente a esta Comissão, o que não significa, Sr. Presidente, definitivamente – deixo claro aqui –, que eu, inclusive como cidadão perplexo com essas situações todas e com todas essas notícias, ache que isso não deva ser apurado na instância própria.

O que precisamos entender no Brasil é que cada qual cumpre a sua missão, a sua função institucional. Nós, por vezes, criticamos o Poder Judiciário quando interfere no Legislativo e quer interpretar uma norma jurídica como se legislador fosse. Nós também criticamos o Poder Executivo quando assim age, inclusive nas constantes medidas provisórias. Então, o cumprimento constitucional, regimental, institucional de cada Poder, de cada instituição, de cada órgão é o início de uma sociedade civilizada, em que os Poderes se harmonizam.

Essa é consideração que faço. E faço coro aqui, com fundamentos um pouco diversos dos invocados pelo Senador Major Olimpio, com relação à impertinência do requerimento formulado pelo Senador Randolfe Rodrigues, não sem antes reconhecer o brilhantismo do requerimento, a capacidade de articulação...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – ... e a intenção do Senador Randolfe Rodrigues de esclarecimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Só concluindo o raciocínio, Senador Rodrigo Pacheco, V. Exa. engrandece muito esta discussão, deixando claro aqui que esta é uma Comissão de fiscalização e transparência.

V. Exa., acredito eu, também, quando faz de uma maneira sistemática todo esse raciocínio, tentando clarear um pouco mais essa discussão, baseia-se muito na questão da convocação também. Nós estamos tratando aqui de um convite a um cidadão brasileiro que pode contribuir com a Comissão de Transparência, e daí nós poderemos ter outros argumentos para tratar de maneira pertinente e, aí sim, aprofundar o tipo de atuação. Nós não estamos aqui convocando e determinando que ele seja obrigado a comparecer aqui a qualquer custo, mas olhe só a oportunidade que nós poderemos dar ao País de trazer um cidadão para o Senado Federal para, em uma Comissão de Transparência, dizer o que ele tem a falar para o País. Então, acho que seria uma grande contribuição, nesse início do nosso trabalho, ouvi-lo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se ele não quiser comparecer, aí o procedimento não é mais através desta Comissão. Por isso eu abraço, a princípio, a competência dessa atuação e também estou aberto ao diálogo, à discussão.

Eu passo a palavra ao Senador...

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Se me permite, Sr. Presidente, eu respeito a opinião de V. Exa., sempre com fundamentos, mas invoco ainda outro fundamento, que é a exata e precisa expressão do inciso V, que é "solicitar depoimento". O depoimento está sempre atrelado a um depoimento de testemunha, sob o compromisso de dizer a verdade inclusive.

A condição do Sr. Gustavo Bebianno, até onde se sabe – as autoridades judiciárias e policiais é que poderão definir –, parece-me que seja a de investigado em relação a fatos ocorridos no processo eleitoral. Inclusive, se eventualmente fosse aprovado esse requerimento, dever-se-ia garantir a ele o direito ao silêncio, como investigado que é. Isso é um princípio constitucional de não se autoincriminar, que é o direito sagrado ao silêncio. Então, a expressão "solicitar depoimento" já indica que essa hipótese de trazer aqui alguém que possa ser investigado pelas autoridades policiais e pelo Ministério Público no âmbito do Poder Judiciário também não encontra guarida na regra da Constituição.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Só para esclarecimento, o Sr. Gustavo Bebianno, até este momento, não é sequer investigado nesse procedimento. Poderá vir a sê-lo, mas continuo invocando a impertinência da capacidade desta Comissão para inicialmente convocá-lo – foi transformado em convite – para prestar depoimento sobre denúncias de uso de candidaturas laranjas, reforçando que, em tese, do que está sendo apurado, mesmo que seja concluído que possa ter desvio de conduta de qualquer ente partidário ou que esteja sob investigação, não estão afetos à competência desta Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle os atos do Poder Executivo. Em tese, ainda que houvesse responsabilidade, ele não era um agente ou um ministro, ou não tinha função no Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Só relembrando aqui, nós temos três inscrições: Senador Fernando Bezerra, Senador Rogério Carvalho e Senador Paulo Rocha.

Então, pelo encaminhamento, Senador Fernando Bezerra.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para discutir.) – Senador Rodrigo Cunha, Presidente da nossa Comissão, eu queria cumprimentá-lo, desejando pleno êxito à frente dos nossos trabalhos durante este biênio. Cumprimento o meu amigo, Senador Cid Gomes, e os demais membros desta Comissão e digo que é uma alegria poder trabalhar com todos os meus pares durante esse período.

Eu queria, de partida, manifestar o meu alinhamento com os argumentos apresentados pelo Senador Rodrigo Pacheco sobre a pertinência ou não do requerimento apresentado pelo Senador Randolfe Rodrigues, mas é evidente que, como Comissão do Senado Federal, esta também é uma Casa política, e por isso eu respeito interpretações que sejam distintas daquelas que foram oferecidas pelo Senador Rodrigo Pacheco.

O que eu gostaria mesmo era de deixar um apelo aos membros da Comissão para que a gente pudesse postergar a deliberação sobre esse requerimento, baseado num fato muito simples: quem é competente para poder elucidar essa questão, que é a utilização de eventuais candidaturas laranjas no processo eleitoral, é a Justiça Eleitoral e o Ministério Público, e as providências estão sendo tomadas, as instituições não estão paradas. Eu posso dar o testemunho do que é veiculado no meu Estado de Pernambuco, já com providências pela Justiça Eleitoral, pelo Ministério Público Eleitoral para se apurar tudo que ocorreu no processo eleitoral em Pernambuco, através do partido do PSL.

Então, eu acho que pelo menos, antes de deliberarmos – já que existem interpretações distintas, diversas, se é apropriado ou não convocar um ex-ministro para poder aqui falar de atos que não são do Poder Executivo, são atos no âmbito da Justiça Eleitoral, como presidente de uma instituição partidária –, que déssemos pelo menos um tempo para saber se as investigações vão avançar como nós desejamos, de forma célere, para trazer um esclarecimento à sociedade brasileira.

Agora, eu chamo a atenção para quê? Eu chamo a atenção de que amanhã o Presidente da República vai estar nesta Casa trazendo a proposta de reforma da previdência. Esta é a agenda que a sociedade brasileira quer que a gente discuta: a agenda das reformas. Um Presidente se elegeu com quase 60 milhões de votos. Nós estamos querendo amplificar uma crise para tirar de foco as matérias que devem permitir a este País se reencontrar com o crescimento. Aonde a gente anda no meu Estado, na minha região, há a cobrança da sociedade pela geração de empregos. São 12 milhões de brasileiros desempregados. A economia não será relançada se a gente não melhorar o ambiente de negócios, o ambiente de investimento, se não debelarmos a crise fiscal. E ela só vai voltar a crescer e a gerar empregos se enfrentarmos as reformas que são necessárias e que estão pautadas. O Ministro da Justiça, Sergio Moro, vem hoje a esta Casa para apresentar o seu pacote anticorrupção e contra o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crime organizado. Essas são as matérias em que a sociedade brasileira quer o nosso envolvimento, quer o debate.

Eu não vejo onde a presença de um ex-ministro de Estado, um ex-dirigente partidário vai contribuir para a priorização das matérias que a gente quer que ganhem curso aqui nesta Casa, mas respeito. Aqui uns vão se aliar no campo da oposição e talvez ampliar e amplificar essa crise que já se encerrou com a demissão do ministro, que já é página virada. Tem-se que agora, sim, tratar de outros temas. Eu respeito, isso é uma estratégia de oposição, mas aqueles que torcem para que o Brasil possa voltar a crescer, aqueles que torcem para que uma agenda que foi aprovada pela população brasileira possa ter espaço de debate e de discussão no Congresso Nacional têm que se posicionar contrariamente.

Portanto, se houver deliberação, eu encaminharei e me manifestarei contrariamente porque não acredito que aqui seja um ambiente adequado para fazermos essa discussão. E, se por acaso houver espaço, deixo o apelo para os subscritores – o Senador Randolfe Rodrigues e o Senador Kajuru – para que a gente possa postergar essa deliberação; que a gente possa dar umas duas semanas para saber se as investigações a cabo da Justiça Eleitoral, do Ministério Público e da Polícia Federal vão avançar na celeridade que a sociedade brasileira cobra e da qual reclama.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Senador Fernando Bezerra, apenas para deixar claro, nós começamos a discussão sobre um assunto específico, que é o requerimento do Senador Randolfe, e acabamos entrando em outra discussão, que é a da competência da Comissão.

Aqui, em momento nenhum, se tratou do mérito em si. Fiz uma defesa da competência num intuito, inclusive, baseado no que os próprios Senadores Randolfe e Kajuru mencionaram aqui. Não era o fato de algum problema que tenha sido causado através da Justiça Eleitoral, não era isso. Era que o ex-ministro teria dito que tinha muito a falar para este País. Foi com base nisso que os dois se manifestaram.

Então, eu vejo que, se nós temos um cidadão que tem muito a falar para este País, que é de interesse nacional, aqui pode ser uma porta para isso.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente...

A SRA. SELMA ARRUDA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL)
– Fazendo o convite apenas, não entrando no mérito, falando da questão de competência.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) –
Sr. Presidente, pela ordem.

A SRA. SELMA ARRUDA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Pela
ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL)
– Senadora, temos aqui o Senador Rogério Carvalho também para se manifestar.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE.
Pela ordem.) – Primeiramente, eu sempre escuto com muita atenção quando o Senador
Rodrigo Pacheco se manifesta, mas a política nem a atividade parlamentar podem ser
restringidas a um campo do conhecimento, que é o campo do Direito. Então, nem tudo pode ser
explicado, rechaçado ou acolhido se está ou não na letra do Direito.

Esta é a Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle. O filósofo Bert Hellinger,
criador da constelação familiar, fala numa coisa chamada precedência. E estamos diante do
Direito, inclusive, e da letra da lei, de uma precedência, que é a transparência que precisa ser
exposta. O brilhante Senador Bezerra fala aqui do tempo, e o tempo nesta Casa é o caminho
das calendas, é o caminho onde colocamos aquilo que não queremos discutir no esquecimento.

Portanto, a sociedade brasileira, que acolhe, ou aqueles que dizem, aqueles que
defendem, por exemplo, o pacote anticrime do Moro contra a corrupção... Ao mesmo tempo em
que o Senador Bezerra fala que vai receber uma agenda anticrime promissora para o País, nós
estamos diante de uma discussão que a precede, porque está no campo da transparência. E
colocar no esquecimento, colocar no tempo para as calendas, para que a gente não volte a
discutir jamais, talvez seja ferir o que o Bert Hellinger fala, do princípio da precedência. A
política se faz também com filosofia, a política também se faz com outras referências, e este
Parlamento, esta Casa não pode se resumir a nenhum tipo de conhecimento específico para
enquadrá-la, para reduzi-la.

Portanto, é fundamental que a gente possa convidar, trazer para que a sociedade viva o
debate em torno da transparência do que tem a dizer o ex-Ministro. Aliás, ele é ex-Ministro,
portanto ele cumpriu uma função e está sob questionamentos que são caros, porque foram
esses questionamentos que deram os 60 milhões de votos ao atual Presidente.

Portanto, por uma questão de precedência, isso deve ser pautado o mais rapidamente
possível nesta Comissão e nesta Casa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Ainda em discussão, passamos a palavra ao Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para discutir.) – Primeiro, quanto ao argumento dos fóruns, seja ou não de comissão, o que estamos discutindo aqui é o papel do Senador, que é exercido em qualquer espaço aqui dentro desta Casa e até fora. Qual é o papel do Parlamentar, do Senador? É legislar e fiscalizar as atuações das autoridades, principalmente do Executivo, etc. Então, nós estamos inclusive cumprindo constitucionalmente o nosso papel de representantes da Federação e do povo brasileiro e queremos exatamente isto que já foi colocado por alguns companheiros: dar transparência ao exercício das autoridades, seja pretérita, futura, etc.

Não é verdade, nobre Rodrigo, que o Bebianno hoje é um simples cidadão. Não é verdade. Ele participou da disputa de poder, através da democracia, exerceu o poder e agora foi posto fora, exatamente por causa das suas ações no período das eleições e no período do poder.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Só me permita um esclarecimento, Senador Paulo? Eu me referi a cidadão apenas porque a Constituição...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Inclusive, para ele não sair, houve uma promessa de ele ir lá para a Itália.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – São duas hipóteses: a autoridade e o cidadão. A Constituição diz "cidadão". Eu me referi a isso, e não a um simples cidadão. O cidadão na letra da Constituição.

O SR. MAJOR OLÍMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Sobre promessa de ir para a Itália, são ilações, não há uma manifestação concreta em relação a isso, por favor. A Comissão não pode se pautar exatamente por fatos veiculados, sem fonte, sem nada na imprensa, por favor.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Então, o Senador Randolfe está exatamente exercendo um braço do Senado, que é a fiscalização, a transparência do papel dos executores da nossa política, etc.

Por outro lado, também quero dizer que o Senado não vive de uma pauta só e submetido à pauta do Executivo. Ele é submetido à pauta da sociedade. Então, o Executivo que mande para cá suas matérias. Nós haveremos de organizar os nossos trabalhos aqui para priorizar essa ou aquela matéria, conforme os interesses do Executivo e da sociedade, mas, ao abrir





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mão e postergar para não cumprimos o papel de fiscalizador dos atos de Governo, nós não estamos cumprindo o nosso papel constitucional.

Por isso, é oportuno, é bom para a sociedade e até para o próprio Governo esclarecer o que aconteceu nesse período. O papel que o ex-Ministro Gustavo Bebianno cumpriu nesse período foi curto, mas bem avassalador.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Ainda em discussão, passo a palavra à Senadora Selma Arruda.

A SRA. SELMA ARRUDA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. Para discutir.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero desejar-lhe muito sucesso à frente desta Comissão tão importante e desejar a todos os colegas, da mesma forma, que nós consigamos exercer aqui efetivamente o nosso papel com produtividade.

O que me estranha um pouco, porque sou estreante na política, é um pouco de falta de objetividade que se tem. Nós temos um Regimento Interno, uma Constituição Federal, e precisamos nos pautar sobre essas regras. Quando eu era juíza, durante 22 anos, eu via muita coisa errada acontecendo, mas eu só podia atuar naquilo que era de minha competência, porque, se eu fosse querer atuar sobre todas as matérias que não fossem da minha competência, com certeza aquelas que o fossem ficariam esquecidas, saíam da minha pauta.

Da mesma forma, o que eu vejo aqui hoje é um excesso de subjetividade, porque a Comissão não tem essa competência, porque, como os Senadores que me antecederam aqui já muito bem explicaram tecnicamente, há autoridades com competência que estão atuando, que é a Justiça Eleitoral, o Ministério Público Eleitoral.

Então, o que eu vejo, falando em português muito claro, é que nós podemos nos ocupar com coisas que sejam da nossa competência e que sejam mais importantes. Não mais importante do que isso no sentido daquilo que a Nação precisa saber. Precisa, e tenho certeza de que a Justiça Eleitoral e o Ministério Público Eleitoral vão dar essa satisfação. Agora, não precisa ser por meio desta Comissão, que tem coisas de sua competência importantíssimas para deliberar também – minha opinião –, inclusive em obediência aos princípios constitucionais que regem a Administração Pública, aos quais nós Senadores estamos, sim, atrelados, quais sejam o da eficiência e o da economicidade. Nós estamos aqui gastando tempo, nós estamos aqui gastando dinheiro, porque cada hora nossa é muito cara, e a nação sabe disso, ocupando-nos com assuntos que não são da nossa competência.

Muito obrigada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL)
– Agradeço a contribuição, Senadora Selma. Inclusive foi o que eu mencionei aqui no início: nós vamos buscar sempre a legalidade, vamos buscar sempre ser regimentalistas. E este é o momento para isso, para a discussão do assunto que está sendo travado; uma grande discussão.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Só para complementar, Sr. Presidente, as palavras da Senadora Selma.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL)
– Pois não, Senador.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) –
Cumprimentando V. Exa. e os demais membros da Comissão, eu quero dizer que nós na verdade não temos nenhuma razão lógica para acreditar que esse senhor que diz ter coisas a dizer ao Brasil vai dizê-las aqui.

Se ele evidentemente quisesse dizer, a imprensa está ávida para ouvir. Todos estão interessados em ouvir. Nós vamos ter, sim, uma perda de tempo, porque na verdade ele não quer falar. Se ele quisesse falar, já teria falado. Não há nada que o impeça de falar. Ao trazê-lo até aqui, nós vamos dar palco para alguém que não quer falar, e nós não temos como obrigá-lo a falar.

Então, eu acho que, sinceramente, é uma grande perda de tempo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL)
– Agradeço.

Gostaria de ouvir também a Senadora Eliziane, que está inscrita.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu queria inicialmente cumprimentar o Senador Randolfe pela iniciativa.

Vejo que nós, Senadores, como um todo, Parlamentares, precisamos valer as nossas prerrogativas. Nós temos o papel fundamental de fiscalização e controle, e esta Comissão não pode se furtar, assim como nenhuma outra Comissão nesta Casa, de suas responsabilidades.

Eu queria inicialmente, Sr. Presidente, fazer um destaque em relação a uma preocupação que eu tenho tido ultimamente em relação às mulheres. Nós lutamos muito pelo fundo eleitoral, e digo isso como Parlamentar que fui, como Deputada Federal. Lutamos muito para que o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fundo eleitoral também fosse direcionado às mulheres. Nós sempre fomos minoria, a participação feminina no Brasil. Somos uma população de maioria absoluta feminina, mas muito minoritária... Inclusive, a segunda maior participação em todos os países das Américas, considerando as Américas do Sul, Central e do Norte.

Nós evoluímos muito no último processo eleitoral. Saímos de pouco mais de 50 Parlamentares para mais de 70 Parlamentares na Câmara dos Deputados. Aqui, diminuimos de 13 para 12, mas no conjunto nós evoluímos muito. E nós evoluímos pela garantia desse fundo, desse recurso, que foi também ampliado de forma obrigatória a partir de várias intervenções que nós fizemos junto à Justiça Eleitoral. Então, é muito bom que se registre isso para que a gente não regreda nessa situação.

Eu vi, em alguns momentos, algumas pessoas colocando inclusive: "Tem que mudar mesmo a legislação porque esse recurso está sendo usado de forma errada". Nós precisamos é fiscalizar, nós precisamos é ir a fundo no que verdadeiramente está acontecendo e evitar que ganhos tão importantes que nós tivemos realmente possam regredir. Nesse sentido, eu queria deixar clara essa luta e fazer o registro do nosso embate, na condição de mulheres no Brasil, pela garantia do acesso a esse fundo. Ao mesmo tempo também, eu queria fazer aqui o registro da minha indignação pela utilização de forma errada que tem acontecido em relação a esse fundo eleitoral.

Quando o Senador Randolfe faz um convite ao agora ex-Ministro Gustavo Bebianno – e também o colega Kajuru –, eu vejo que ele está com uma preocupação muito clara de saber efetivamente o que está atrás de tudo isso, porque o que pesa em relação ao Gustavo Bebianno também pesa em relação ao Ministro Marcelo. E não houve para ele, por parte da Presidência da República, o mesmo tratamento. Está lá na mais absoluta paz e tranquilidade. Aliás, mesmo depois de várias intervenções feitas por Parlamentares aqui no Congresso Nacional, mais nada foi feito em relação a ele.

Então, se nós temos um caso a investigar, e é o caso – e aí precisamos investigar, sim, se houve candidatura laranja nessa utilização –, nós precisamos entender o que está por trás daquilo que nós não conhecemos e que talvez seja tão grave quanto. Se há, por exemplo, uma apresentação das candidaturas laranjas, que foi feito possivelmente – a Justiça Eleitoral vai fazer essa devida investigação – por parte do Ministro Marcelo e do ex-Ministro Bebianno, vamos investigar, mas o que existe por trás, que nós não sabemos? A gente vê as palavras apresentadas por ele, tipo: "Olha, não vou sair porque eu tenho muita coisa a dizer... Há coisas que o Presidente não vai gostar que venham à tona". Então, nós precisamos entender isso de forma mais aprofundada, sob pena de estarmos prevaricando.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, não há, por exemplo, Presidente, uma convocação, o que seria, talvez, antirregimental, porque ele não está investido de nenhum cargo público no momento. Há um convite – ele poderá vir ou não –, e esse convite, na verdade, está sendo apresentado pelo Senador Randolfe, que merece de todos os Senadores desta Comissão a devida atenção.

Se não aprovarmos esse requerimento, estaremos incorrendo em erro. Quem sabe se não termos fatos importantes que poderão e deverão ser trazidos à tona para a população brasileira?

Não era uma pessoa qualquer; era um Ministro da mais inteira confiança do Presidente da República e um Ministro que, sem sombra de dúvida, tem muita contribuição a dar.

Portanto, nesse sentido, nós faremos o encaminhamento pela aprovação do requerimento, fazendo um apelo aos Senadores desta Casa, que foram eleitos pela população brasileira com o objetivo e com o juramento, nesta Casa, de fazer cumprir a Constituição, de fazer cumprir o Regimento desta Casa, no sentido de que, realmente, também possam votar favoravelmente, a fim de que nós possamos ter a oportunidade de ouvir o ex-Ministro Bebianno e saber o que está por trás daquilo que nós realmente ainda não sabemos até o presente momento.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Senadora Eliziane, eu faço um apelo a V. Exa. no sentido de que reforce esse discurso, o discurso de V. Exa. em defesa das mulheres na política, até porque, infelizmente, a gente fala de algo que já é tratado de maneira natural: a candidatura laranja das mulheres.

No meu Estado, acredito que há quatro anos, nós tivemos quase que 80% das mulheres com menos de 10 votos, ou seja, ficou muito nítido. Nessas últimas eleições, nós avançamos muito na parte eleitoral quanto ao remanejamento de 30% dos recursos direcionados para as mulheres.

Então, independentemente de o assunto tratado aqui ser o convite do ex-Ministro, essa fala de todas as mulheres Senadoras é necessária para que se estimulem outras mulheres a permanecerem e a entrarem na política. Então, faço até um apelo a V. Exa...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Eu queria só ressaltar, Senador Rodrigo, para que fique bem claro: se esses recursos que foram direcionados às mulheres fossem efetivamente utilizados por elas no sentido de mais material gráfico, de mais transporte, no sentido de mais condições de acesso ao seu eleitor, para que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

este conheça, de fato, as suas propostas, eu tenho plena convicção de que os resultados eleitorais não seriam esses.

Muito obrigada.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – V. Exa. me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Tudo bem.

Então, já dando encaminhamento à votação, temos aqui o Senador...

Pela ordem, o Senador Major Olímpio solicitou a palavra...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Marcio Bittar solicitou também.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Depois V. Exa. e o Senador Kajuru.

Feito isso, vamos nos encaminhar para a votação.

O SR. MAJOR OLÍMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. Pela ordem.) – Eu gostaria de insistir que existem hoje processos de apuração pela Justiça Eleitoral e pela Polícia Federal, por determinação do próprio Presidente Jair Bolsonaro ao Ministro Sérgio Moro; e que, como membro dirigente estadual do PSL de São Paulo, tenho todo o interesse, de igual forma, em que seja esclarecido, apurado o fato e punida eventual irregularidade ou prática de crime.

O que nós estamos deliberando neste momento é a competência desta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle em relação a atos do Executivo. O juízo de valor em relação à escolha de ministro e à sua demissão, sendo cargo da absoluta confiança do Presidente, é próprio e da competência do Presidente da República, ao seu livre arbítrio. Não podemos dizer aqui sobre ilações ou considerações. Querem contextualizar uma caixa-preta onde não existe a caixa-preta. Querem atribuir ao próprio Gustavo Bebianno menções que teria feito a um possível interlocutor não identificado pela imprensa ou manifestações de que teria sido convidado para ir para uma embaixada ou para qualquer tipo de coisa.

Então, vejo inapropriado. Simplesmente, quero dizer, continuando e insistindo: não recebi e não aceitei um centavo desse fundão da democracia, que é legal, mas é absolutamente imoral. É imoral ao homem e imoral à mulher. Pegar R\$1,750 bilhão do dinheiro público para





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

custear o santinho, o transporte, seja lá o que for, para o homem ou para a mulher, é uma imoralidade.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Mais imoral, às vezes, é desviar, não é, Senador?

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – É imoral. É imoral. É imoral.

Se usou, é imoral. Se usou, é imoral.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Mais imoral é desviar e não saber para qual finalidade foi utilizado o desvio do...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – É imoral.

É preciso se identificar, sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Isso é mais imoral, Senador.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – É preciso identificar, sim.

(Tumulto no recinto.)

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – É preciso identificar, sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Isso é mais imoral.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – É preciso identificar, sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – As mulheres tiveram uma aflição por ter acesso ao fundo.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Mas não pelo gênero. Não deixa de ser imoral. O uso do dinheiro do fundo é imoral.

(Soa a campainha.)

(Tumulto no recinto.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAJOR OLÍMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – É imoral o uso do dinheiro.

(Tumulto no recinto.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Imoralidade, Senador, é desviar recurso público, qualquer que seja ele. Isso é imoral.

O SR. MAJOR OLÍMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Independente de gênero, é imoral. É imoral o uso desse dinheiro.

(Tumulto no recinto.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Imoral é não ouvir o ex-Ministro aqui nesta Comissão.

O SR. MAJOR OLÍMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – É imoral o uso do fundo. É imoral!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Isso é imoral.

O SR. MAJOR OLÍMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Pode ser legal, mas é imoral.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – E V. Exa. deveria ter a mesma atenção que teve...

O SR. MAJOR OLÍMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – É imoral o uso desse recurso.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Senadora Eliziane, V. Exa. fala em seguida.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – V. Exa. não grite comigo, porque eu também sei gritar, Senador.

O SR. MAJOR OLÍMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – V. Exa. sabe gritar também e está gritando comigo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Então, pronto. Então, não grite também, porque eu sei gritar. Aqui também eu sei gritar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Pela ordem! Pela ordem! Pela ordem!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Mas é imoral. É imoral o uso do dinheiro do fundo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Todos terão a palavra aqui.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – E não por causa de gênero. Continua sendo imoral.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Sem problema algum.

Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Sr. Presidente, primeiro, quero dizer a alguns amigos que acho desnecessário, talvez, tanta energia para um convite. É um convite. Não é uma convocação. Evidentemente, há pessoas cujo objetivo é tentar, neste episódio, envolver o Governo Bolsonaro.

Ao que me consta, parece que o próprio Governo e o Presidente da República não estão preocupados com isso, porque a ação imediata, ao desmentir o ex-Ministro, é prova, a meu juízo, de que o Presidente não se preocupa com as ilações que fez o ex-Ministro.

Então, eu acho desnecessário, mas também não vejo nenhum problema em se aprovar um convite para o ex-Ministro vir aqui. Não falo como Líder do Governo.

Agora, quero aproveitar este momento para dizer que, por estas e outras, eu sou contra o fundo eleitoral. E, hoje, protocolei um projeto de lei propondo o fim, porque ele tem alguns problemas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Parabéns.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Ele tem alguns problemas.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Eu também apresentei. Vou retirar o meu, e nós vamos apoiar o de V. Exa.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Obrigado. Muito obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, Presidente, porque ele dá força a uma cúpula partidária. A preço da eleição passada, você coloca R\$1,7 bilhão para uma direção partidária. Evidentemente, isso acaba jogando contra a independência do Parlamentar.

No ano passado mesmo, nós vimos declarações de presidentes de partidos que diziam basicamente o seguinte: "Eu não posso tratar os meu Parlamentares de forma igual, aqueles mais leais". Mas a lealdade não é a um programa partidário, a lealdade é à cúpula. Portanto, a criação do fundo público dá a uma cúpula partidária um poder que não deve ter e arrisca a autonomia do Parlamentar, que começa a ter receio de não acompanhar a decisão da Executiva Nacional e, como represália, não receber na campanha o mesmo valor daqueles que têm mais intimidade.

Sempre fui contra a cota para as mulheres, que dá no que deu. Para mim, o espaço tem que ser conquistado, e não é na marra...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Eu tenho que contar de um até dez para ouvir isso, gente!

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Sr. Presidente, eu peço que garanta...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Pelo amor de Deus!

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – ... a palavra, porque...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Está dada.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – ... eu conheço muito bem a turma, há 40 anos, e sei que tem muita gente que quer ganhar no grito. Vamos ouvir a opinião. Eu ouço a de todos.

Como ela mencionou, eu também tenho o direito, igual ao dela...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Está dada a palavra a V. Exa.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Justamente. Eu pedi para garantir e peço a ela e a todos que cada um escute os outros.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando você tenta fazer na lei uma igualdade, dá no que dá. Já havia o que V. Exa. mencionou, antes da criação do fundo público; já havia, nos Estados, as pessoas forçando as mulheres a serem candidatas apenas para cumprir a tabela, para não tirar cota masculina. Aí cria-se o fundo eleitoral. Ora, essas denúncias de laranja, todos nós aqui, mais ou menos, sabemos o que é! Isso é a Executiva Nacional de um partido que propõe dar o recurso para um candidato homem, mas, para que ele receba mais, ele tem que arrumar mulher para repassar o recurso. Então, é um vício que se soma ao primeiro, que é dar a uma cúpula partidária um poder que nós não podemos permitir.

Presidente, vou terminar afirmando que o que está hoje na pauta, a meu juízo, é fruto de um recurso para campanha que não deveria existir.

Para terminar, Sr. Presidente. Imaginem os milhões de brasileiros sabendo – e são contra – que estão pagando pela eleição.

Para terminar mesmo, a eleição do Bolsonaro provou que não é preciso ter esses bilhões de dinheiro para fazer uma campanha bilionária.

Só para somar, além disso, há o fundo partidário. No ano passado, foram quase 900 milhões. Os dois somados dão 2,5 bilhões. Eu acho, fundamentalmente, que o eleitoral está errado e deve acabar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Vamos votar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL)
– Senador Marcio Bittar, só para concluir, eu digo a todos os Senadores que querem se manifestar sobre este tema que aqui é o lugar, mas não é o momento. Aqui é a Comissão de Governança e Controle. O que isso quer dizer? Os recursos públicos estão sendo usados da melhor forma possível? Esses R\$2,5 bilhões mencionados por V. Exa. poderiam ser melhor devolvidos para o cidadão de outra forma? Aqui é o lugar, mas não é o momento. Então, nós vamos, sim, nos aprofundar sobre este assunto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Vamos votar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL)
– Senador Kajuru, V. Exa. está inscrito. Se permitir...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Sim, mas a minha observação é muito...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Vamos votar, Presidente. Vamos votar.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – É muito rápido.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Se não há mais espaço para se discutir, então vamos votar.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – É bem rápido, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – O senhor é o último inscrito aqui, antes de colocar em votação, já para finalizar.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – É só para...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Presidente, mas o Senador fez referência a mim, e eu queria ter o direito de fala. Eu prometo que é só um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Senadora, a gente pode, após a votação...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Porque me incomodou muito. Ele falou de forçação de candidatura, Presidente. Eu digo, como mulher, como representante das mulheres brasileiras, que nós lutamos muito para chegar aqui.

Eu sou de um Estado que tem 21 Parlamentares no Congresso Nacional, com apenas uma mulher, que sou eu. Eu fui a única Deputada Federal eleita na última eleição do Maranhão – inclusive, fui a mais votada do meu Estado. Nós lutamos para chegar aqui com apenas 9% de participação das mulheres, depois de incluirmos 30% nas nominatas partidárias, lutando para que a mulher tenha o seu direito a espaço, à voz e a vez. Nós nem sequer votávamos, Senador! Eu queria dizer a V. Exa. que mulheres votam em V. Exa.! Nós nem sequer votávamos e nós chegamos aqui como Senadora...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – V. Exa. vai ter que me dar o direito...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Senadores, por favor, por favor!



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Eu quero repudiar a palavra deste Senador...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Senadores, vamos lá!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Eu quero repudiar...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Nós voltamos aqui aos assuntos finais...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – ... e quero deixar registrado aqui...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Está registrado...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – É só lembrar que não é só mulher que está aqui que tem representação feminina. Todos nós que fomos eleitos também trazemos no mandato...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Compreendido, compreendido, compreendido e registrado!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Não parece! Não parece! V. Exa. fala menosprezando as mulheres...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Senador Kajuru...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – O discurso de V. Exa...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Vamos lá, vamos lá!

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Você está defendendo o fundo público...

(Interrupção do som.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL)
– Está claro.

Os microfones estão cortados! Os microfones estão cortados! Os microfones estão cortados!

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL)
– Senadora Eliziane, Senadora Eliziane!

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL)
– Senadora Eliziane e Senador Marcio, estão cortados os microfones.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL)
– Senador Kajuru, peço a compaixão de V. Exa. para colocar em votação.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) –
Exatamente, Presidente.

Eu gostaria de pedir a votação e gostaria de pedir o seguinte: neste momento, que agora vai ficar um pouco mais frio, vamos rir um pouquinho, porque o bom humor é importante.

Eu só queria fazer uma correção rápida aqui.

Primeiro. Gente, o Presidente Bolsonaro, que eu apoiei em Goiás, que fique bem claro, com adesivo "Bolsonaro e Kajuru, mitos". Portanto, gosto dele. Só que eu sou independente mesmo, ninguém manda em mim! Major Olímpio, V. Exa. sabe o que o Datena fala para V. Exa.: "Kajuru é incontrolável". Nem minha mãe me controla! Então, comigo, não tem esse negócio de esquerda ou de direita. Eu sou "eu futebol clube".

Presidente, é o seguinte: aumentaram a votação do Presidente Bolsonaro aqui. Disseram que ele teve 60 milhões de votos! Vamos corrigir: 55 milhões.

Segundo. O primeiro requerimento foi do Senador Randolfe, mas que se registre, nesta nossa reunião, que eu, Jorge Kajuru, também entrei com o mesmo requerimento pedindo o convite ao ex-Ministro Gustavo Bebianno, apenas usando alguns outros argumentos. Rapidamente, um deles: a partir do que aconteceu e do que ele falou, sendo ilações ou declarações, o que ele falou, aquela frase propagada da campanha mais barata do Brasil, a partir de agora, está entre aspas.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu termino assim e agradeço ao Senador Marcio Bittar, que hoje elogiou a minha gravata.

Obrigado, Presidente.

Vamos à votação!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL)
– Muito bem, Senador.

Em votação.

Vamos colocar em votação nominal o requerimento do Senador Randolfe Rodrigues –
Requerimento da Comissão nº 3, de 2019.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone.*) – Vai ser votação nominal?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL)
– Votação nominal.

(Procede-se à votação.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP)
– Só para encaminhar.

Quem vota "sim" vota a favor do requerimento; quem vota "não" vota contra o
requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL)
– Perfeito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP.
Para encaminhar.) – Encaminhando pela Rede e pela oposição, e em cumprimento ao que diz a
Constituição Federal, nós encaminhamos o voto "sim" ao requerimento. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL)
– Todos votaram? Todos os Senadores votaram? Estamos encerrando a votação. *(Pausa.)*

Falta o Senador Oriovisto. *(Pausa.)*

Votou.

Encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL)
– Resultado: 11 votos. SIM, 6 votos; e NÃO, 5 votos.

Aprovado o requerimento do Senador Randolfe Rodrigues.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião.

(Iniciada às 11 horas e 48 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 08 minutos.)



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

